veja
EDITORA ABRIL · N.º 474
5 DE OUTUBRO DE 1977
Cr$ 20,00
EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA EM BANCAS
"A política é uma necessidade"
Dom Paulo Evaristo Arns

SONY
a lapidação do som.
Estéreo Triplex HP-279

HP-279
(duas caixas opcionais)

HP-179B

Conjunto estereofônico reunindo numa só peça gravador cassete, sintonizador AM/FM/FM estéreo, toca-discos e amplificador. Possantes caixas acústicas (2 opcionais) formam o famoso SISTEMA MATRIXIAL QUADRIFÔNICO.

ESTÉREO TRIPLEX SONY HP 179B
Igualmente compacto. Três fontes de som num só aparelho. Amplificador e duas caixas acústicas.

Conheça estes e outros maravilhosos produtos Sony em nossos revendedores ou no SONY SHOWROOM, à Av. Paulista, 1274 - Fones: 287-0511 - 284-7975 - 284-7942 - São Paulo.

SONY®
a pesquisa faz a diferença.

Não se faz tudo de uma só vez

O VICE-GOVERNADOR DE SÃO PAULO CONTINUA A IMAGINAR FÓRMULAS PARA TORNAR POSSÍVEL A DEMOCRACIA NO BRASIL

Por Almyr Gajardoni e Augusto Nunes

No final de 1974, ao ser indicado para o cargo de vice-governador de São Paulo, o professor de Direito Constitucional Manoel Gonçalves Ferreira Filho, paulistano de 43 anos, foi recebido como o futuro idealizador do modelo político que, supunha-se na época, o governador Paulo Egydio Martins ofereceria ao país. O projeto, por motivos nunca explicados, não foi cumprido, mas o vice-governador, numa maratona de conferências que o faz passar anualmente pela Escola Superior de Guerra, continua a burilar suas idéias. Muitas delas foram expostas no livro "A Democracia Possível", já publicado, outras estarão no que ele prepara no momento, sobre o tema genérico "O Brasil e a Democracia".

Ferreira Filho: experiência "decepcionante"

A democracia, com efeito, é o tema central de todas suas especulações e, embora reconheça que elas não lhe renderam, até agora, uma reputação gratificante ("Costumo ser visto como um fascista, mesmo"), prefere definir-se como "conservador-progressista, ou liberal conservador". A experiência como vice-governador, revela, foi "decepcionante" — mas nem por isso pretende encerrar a carreira ao final do mandato. Daí continuar empenhado na busca de fórmulas que, um dia, mais ou menos próximo, acabem por tornar a democracia possível no Brasil.

A reforma deve ser gradativa

VEJA — *A Constituinte é uma solução?*

FERREIRA FILHO — Em minha opinião, a convocação, hoje, de uma Assembléia Constituinte não seria solução para nada. Tenho medo de que, em uma Constituinte eleita no quadro atual, os debates contribuam para uma radicalização de posições, o que, por um lado, prejudicaria o desenvolvimento de um processo democrático, e, por outro, ameaçaria o próprio êxito de trabalho da assembléia. Uma Constituição só tem condições de perdurar e influir nos destinos políticos de um país quando conta com uma sólida margem de apoio, ou seja, quando ela conta com mais que uma maioria definida durante um debate ocasional. Mas há ainda outro problema, que é o debate sobre o produto do trabalho da Constituinte. Esse debate ainda não está maduro. Em primeiro lugar, porque até praticamente ontem não se discutiam alternativas, apenas formulavam-se condenações ou manifestações de aplauso. Em minha opinião, é necessário que encontremos fórmulas novas, fórmulas relativamente originais. Isso porque o estudo comparativo das instituições democráticas mostra que o modelo está desgastado numa série de pontos e não corresponde às necessidades da sociedade no momento em que vivemos. Isso, no quadro geral. No quadro específico, há o fato de que esse modelo jamais conseguiu, no Brasil, implantar verdadeiramente uma democracia sólida, com raízes suficientes para que ela resistisse a crises que, se são excepcionais, são por outro lado previsíveis.

VEJA — *Se a Constituinte não é o meio, qual seria ele?*

FERREIRA FILHO — Para concretizarmos uma democracia no Brasil, temos que discutir duas coisas diferentes. Temos de discutir um modelo e precisamos discutir a estratégia para chegar a esse modelo. No primeiro caso, uma análise dos condicionamentos, impostos pela sociedade brasileira à aplicação dos princípios democráticos. No outro, a escolha dos caminhos, uma estratégia e várias táticas.

VEJA — *E como seria essa estratégia?*

FERREIRA FILHO — Acho que precisamos levar em conta, em primeiro lugar, que não se faz tudo de uma só vez, ou seja, que nós precisamos encontrar — e deixa eu fazer aqui minha propaganda — a democracia possível para cada momento e paulatinamente outras fórmulas de democracia se tornarão possíveis. Essa não é uma concepção estática, a democracia possível hoje pode não ser a mesma de amanhã. Todos os democratas esperam que a democracia possível seja cada vez mais democrática.

VEJA — *Isso dependerá de alguma garantia específica?*

FERREIRA FILHO — É preciso ter uma visão realista. A atual ordem política não será alterada contra a vontade das Forças Armadas, que continuam imbuídas dos princípios que moveram a Revolução de 31 de março. Isso significa que o estabelecimento de um modelo democrático possível para o Brasil tem de assegurar determinadas garan-

tias de que esse processo não degenere numa volta ao *status quo ante* nem no encaminhamento para um rumo socializante, ou marxizante, para ser mais exato. Em função da necessidade de que se assegurem essas garantias é que eu vejo mais provável o êxito de uma reforma política que se faça gradativamente, resolvendo-se problema por problema, do que colocando-se tudo em discussão de uma só vez. Esse processo, dentro do quadro político atual, para ser exeqüível, tem que ser feito sob a liderança do presidente da República. Pois apenas ele terá condições de, fixando o rumo, manter as coisas na direção desse rumo, com todas as dificuldades que naturalmente advirão disso, porque, qualquer que seja a tentativa, sempre haverá quem a considere insuficiente ou excessiva.

VEJA — *E onde é que fica a opinião pública?*

FERREIRA FILHO — A opinião pública, evidentemente, tem de ser integrada nesse processo através de seus representantes. Não é necessário que haja uma Assembléia Constituinte para que representantes do povo exprimam essa reformulação gradativa. Eu não quero dizer que ela deva ser feita por ato institucional. Pode ser feita, e deve ser feita, com a participação do Congresso Nacional.

Separar os problemas e discuti-los

VEJA — *Mas nesse momento não há manifestações de impaciência de setores da sociedade que dificultariam essa solução gradualista?*

FERREIRA FILHO — É evidente que ninguém pode jurar que essa tentativa terá pleno êxito, e eu estou de acordo que há fortes setores das elites brasileiras que reclamam uma definição nesse campo. E tenho a impressão de que a maior parte dos responsáveis pela política do governo está convencida da necessidade de que se definam essas instituições próprias da democracia brasileira do momento atual.

VEJA — *E como é que o senhor definiria essas instituições próprias?*

FERREIRA FILHO — Eu estabeleceria, por um ato institucional, que num período, digamos, de dois anos, o presidente da República poderia enviar propostas de emenda constitucional ao Congresso, que as aprovaria, ou não, ou emendaria. Ficaria certo de que nesse período a iniciativa das reformas, através do quórum de maioria absoluta, seria apenas do presidente da República. Com esse prazo de dois anos — pode ser de três — estou imaginando um processo que se inicie com o atual presidente e se conclua até a primeira metade do mandato de seu sucessor. Essa é a linha geral.

VEJA — *E quanto a casos específicos?*

FERREIRA FILHO — Separaria os problemas fundamentais e procuraria provocar uma discussão em torno de cada um deles. Podia-se examinar até a possibilidade de constituir um conselho que assessorasse o presidente da República no estabelecimento desses projetos. Porque, *grosso modo*, temos meia dúzia de temas fundamentais a ser enfrentada: a Federação; a estrutura de governo; os direitos e garantias fundamentais relacionados com o problema da segurança individual e da segurança do Estado; a ordem econômica e social. Eles não estão suficientemente debatidos nem amadurecidos. É possível que em alguns pontos, como, por exemplo, no dos sistemas de emergência, como a discussão dura já dez anos, seja encontrada solução que estabeleça um mínimo de garantias, de forma prática, útil e inteligente. Mas outros pontos estão insuficientemente discutidos. Por exemplo, verbera-se a concentração de poderes nas mãos do Executivo e raramente alguém pergunta por que isso acontece.

VEJA — *Por que isso acontece?*

FERREIRA FILHO — O modelo político em que nós vivemos foi estabelecido no século XVIII, em torno da concepção de que o Estado devia simplesmente estabelecer um quadro dentro do qual cada um procuraria conseguir para si o maior bem-estar possível. Daí resultou uma organização política em torno da idéia de equilíbrio entre os poderes, de modo que nenhum prevalecesse sobre os outros. Mas houve uma mudança na maneira de conceber a missão do Estado, que hoje se considera obrigado a assegurar o bem-estar de seus cidadãos. Portanto, ele passa a ter de intervir no processo econômico e social, deixa de ter uma atitude passiva em relação à sociedade e passa a ter uma atitude ativa. Isso é mais flagrante ainda nos Estados menos desenvolvidos, onde hoje o Estado assume a tarefa de promover o desenvolvimento. A organização feita para o equilíbrio torna-se inadequada para o momento em que o Estado passa a ter uma missão ativa. Como não houve reforma daquela organização, o Executivo assumiu, em razão de uma série de fatores, a tarefa preponderante. Desequilibrou o sistema.

VEJA — *E como seria a organização adequada a essas novas funções do Estado?*

FERREIRA FILHO — Não é o caso de abolir a separação de poderes, mas partir para uma outra fórmula que não seja a clássica. Numa linha de um poder que decide e de dois poderes que controlam, um politicamente, outro juridicamente, especialmente para resguardar a liberdade individual. Aí temos não mais um Executivo, um Legislativo e um Judiciário, mas um Governo, um Parlamento e uma Justiça. Acho baldado tentar apagar o que já ocorreu e querer voltar a uma situação em que Executivo e Legislativo estejam em perfeito equilíbrio, porque isso vai levar a uma inação que não convém a ninguém. Nós precisamos reconhecer no Executivo uma liderança, mas assegurar seu controle. Isso se liga a uma outra idéia que expus recentemente numa conferência na Escola Superior de Guerra.

Eleição indireta para chefe de Estado

VEJA — *Que idéia é essa?*

FERREIRA FILHO — Vejo um chefe de Estado com o poder de arbitragem, que ao mesmo tempo ficaria afastado do dia-a-dia da política mas teria o controle das grandes linhas dessa política. Ele seria o responsável pela realização dos grandes objetivos do Estado. Para isso ele há de ter um poder moderador, um poder político, um poder de segurança. Como poder moderador, ele pairaria sobre os conflitos políticos e poderia intervir para resolvê-los, como árbitro. Essa atribuição estaria diretamente ligada ao poder de segurança, que lhe permitiria usar mecanismos de emergência e controlar as Forças Armadas e policiais. O que chamei de poder político é o poder de designar um chefe de Governo que cuide do dia-a-dia, que administre em função dos objetivos traçados. Esse chefe de Governo deve ser exclusivamente responsável para com o chefe de Estado, pelo menos numa primeira fase, numa primeira democracia possível. É perfeitamente possível imaginar que, num quadro desses, o chefe de Estado seja uma figura que conte com o pleno apoio das Forças Armadas e o chefe de Governo uma figura política. Veja que uma colocação dessas não fecha os caminhos de evolução, porque há aí duas possibilidades para ela: a volta a um presidencialismo tradicional, e a figura do chefe de Governo desaparece na figura do presidente, ou

continua na página

Deca
Deca Moen
dispara o segundo
cartucho na
revolução do banho
Um cartucho e tanto, chumbo grosso, que vai ser ouvido no mundo inteiro. O conforto do sistema Deca Moen chega com o mesmo rendimento nos banheiros e cozinhas das casas térreas e apartamentos.
O monocomando Deca Moen você regula com a mão nas costas.
Isto é, com uma só mão você puxa o volante e regula a quantidade de água que sai. Gira para a esquerda, tem água quente. Gira para a direita, tem água fria.
O monocomando Deca Moen tem memória de elefante.
Nunca esquece a temperatura da água que você gosta: muito quente, quente, morna ou fria. Basta apenas girar o volante para a posição escolhida e terá todos os dias a água na temperatura desejada.
Cada vez que você colocar o volante nesse ponto, quem vem no ponto é a água. Você nunca
mais leva um jato de água fervendo pela cara, nem nas mãos.
O que é bom para o chuveiro é bom também para a banheira, para o lavatório, para o bidê e para a cozinha.
O incrível cartucho Moen, com a solução brasileira.
O segredo de tudo é um cartucho inventado pela Moen e aperfeiçoado pela Deca. O aperfeiçoamento é tão revolucionário que está sendo adotado pela Moen Inglaterra, no Japão, na Austrá
O cartucho tem duas entrad e uma saída. Numa das entrad entra água fria. Na outra, entr água quente. Na saída, saem duas, misturadas na temperatur que você escolheu.
É a tecnologia a serviço da
A lei do menor esforço.
Deca
Moe
O futuro d

continuação da página 4

a evolução até um tipo de parlamentarismo.

VEJA — *Existe isso em algum lugar?*
FERREIRA FILHO — Exatamente assim não existe. Mas acho que podemos invocar um exemplo do passado e um exemplo do presente, que têm uma origem doutrinária comum. No passado, o II Império brasileiro, decorrente da Constituição de 1824, e, no presente, a situação francesa decorrente da Constituição de 1958. Essas duas constituições derivam de uma mesma cabeça: o senhor Benjamin Constant, o suíço que inventou um quarto poder, além dos três tradicionais, para arbitrar os conflitos entre eles. É claro que não podemos hoje restaurar o Império ou copiar a França. Mas acho que uma linha de solução como essa seria estrategicamente adequada e politicamente conveniente.

VEJA — *Como seria escolhido o chefe de Estado?*
FERREIRA FILHO — Acho que o chefe de Estado deveria ser eleito de modo indireto, por um colégio que pudesse ser progressivamente ampliado. O chefe de Governo eu vejo, no ponto inicial, simplesmente nomeado pelo chefe de Estado.

Estaríamos melhor com 5 ou 6 partidos

VEJA — *E por que não uma eleição direta?*
FERREIRA FILHO — Porque nós precisamos de um amadurecimento, de uma prudência e de uma transição. Nós podemos começar por um colégio eleitoral de 400, 500 ou 600, partirmos para daqui a algum tempo estarmos com um colégio de 80 000 ou 100 000 pessoas e depois chegar a uma eleição direta. Mas também porque o tipo de eleição reflete sobre o tipo de pessoa que é indicada para o cargo. Aquele que tem possibilidade de ser vitorioso numa eleição direta, especialmente num país das dimensões do Brasil, com o tipo de campanha que será executada, será uma personalidade empenhada em marcar sua liderança e estar na primeira fila. Dificilmente seria uma personalidade que se contentaria com o papel de arbitragem. Uma eleição indireta pode dar maior flexibilidade a essa situação.

VEJA — *E a segurança do Estado, como seria assegurada?*
FERREIRA FILHO — Quando nosso modelo foi construído, no século passado, pode-se dizer, numa fórmula simplificada, que a democracia foi introduzida pela liberdade, e não o contrário, ou seja: para assegurar as liberdades dos cidadãos, já existentes, é que se previu a democracia. O povo seria o maior interessado em defender aquele modelo. Partia-se do pressuposto de que os homens procuram o poder político pelo convencimento, pelo diálogo, pela conversa. As constituições se estruturaram então a partir desse ponto de vista e imaginavam as situações de perturbação da ordem como meramente ocasionais, e sob a forma tradicional da insurreição armada, localizada no espaço e no tempo. Mas depois desenvolveram-se as doutrinas que prevêem a conquista do poder pela força. Isso abalou os alicerces do modelo tradicional, que se prevenia com o mecanismo do estado de sítio, que é fundamentalmente uma suspensão temporária de garantias constitucionais. Conservam-se os direitos, suspendem-se as garantias. Assim, como ele só admite medidas predeterminadas, é rígido, torna-se fácil conhecer por antecipação as respostas possíveis às providências adotadas e a vantagem fica então do lado do agressor. Diante das modernas técnicas de guerra revolucionária, a melhor solução é a prevista no artigo 16 da Constituição francesa, cuja idéia geral é essa: o presidente da República, em situação de grave crise, toma as medidas que forem julgadas necessárias. Mas há uma série de controles porque, para usar esses poderes de emergência, o presidente tem de ouvir o Conselho de Estado, o Conselho Constitucional, o primeiro-ministro, tem que dirigir uma mensagem à nação, não pode dissolver a Assembléia Nacional. A flexibilidade aí é muito grande. Uma fórmula desse tipo seria possível no Brasil, com outros tipos de contrapesos, talvez. Tudo gira em torno de um ponto: a criação ou não de um Conselho de Estado.

VEJA — *Que funções teria esse Conselho de Estado?*
FERREIRA FILHO — Não vejo a criação do Conselho de Estado como solução direta para esse problema, mas ele seria um órgão capaz de colaborar para isso. Eu daria ao presidente da República poderes como os do artigo 16 da Constituição francesa e criaria um Conselho com duas tarefas básicas: assessorar o presidente da República no exercício de suas funções de chefe de Estado, de poder moderador; e atuar como uma alta corte política para apreciar os abusos dos direitos individuais e questões correlatas.

VEJA — *Como ficaria a estrutura partidária?*
FERREIRA FILHO — Acho que estaríamos melhor com cinco ou seis partidos, porque haveria uma acomodação natural das correntes políticas e evitaríamos que cada eleição se transforme num plebiscito entre o bem e o mal. Evitaríamos uma rotatividade nua e crua no poder, que no bipartidarismo é inevitável. Penso que deveriam ser formados blocos parlamentares, com capacidade para inscrever candidatos, e os que obtivessem um certo apoio popular transformar-se-iam em partidos.

VEJA — *Isso seria feito já para as eleições do ano que vem?*
FERREIRA FILHO — Para as próximas eleições. Nada obsta que as próximas eleições não sejam no ano que vem. É uma praxe que a Justiça Eleitoral marque as eleições para o dia 15 de novembro, mas por que ela não pode marcar para o dia 15 de janeiro?

O chefe de Estado ideal será um militar

VEJA — *Onde ficariam os militares nesse modelo?*
FERREIRA FILHO — Vejo os militares como cidadãos interessados em que o país tenha progresso e tenha ordem para que tenha progresso. Conseqüentemente, estou convicto de que os militares, vendo um plano objetivo de institucionalização dos ideais democráticos da Revolução, darão todo seu apoio. E terão uma possibilidade de participar nesse processo, no sentido de que ninguém pode pretender hoje, no Brasil, que se designe as mais altas autoridades sem o chamado consenso militar. Acho que a figura ideal para desempenhar o papel de chefe de Estado seria um militar, mas é lógico que isso não significa que sempre haveria de ser um militar. Mas acho também impossível enquadrar o militar como uma peça política, pois, a partir do momento que houver um poder militar institucionalizado, vai ocorrer a politização dentro das Forças Armadas e aí elas perderão as condições para desempenhar sua tarefa constitucional.

VEJA — *Para esse período de transição, o presidente da República ideal deve ser um civil ou um militar?*
FERREIRA FILHO — Deve ser um militar para ter condições de, com pleno apoio das Forças Armadas, estabelecer essas novas instituições. Um militar terá melhores condições para obter êxito nessa tarefa que um civil.

VEJA — *E qual militar?*
FERREIRA FILHO — Ah, isso não só eu não sei como a diretriz recebida é clara: só a partir de janeiro.

Faça
construa
realize
cresça
desenvolva
sonhe
sinta
almeje
imagine
pense
leia
escreva
raciocine
estude
aprenda
planeje
crie
conceba
dinamize
defenda
acelere
aclare
adapte
instrua
esclareça
ilumine
eleve
escale
fertilize
semeie
plante
colha
pretenda
tente
obtenha
viaje

passeie
navegue
descubra
programe
instale
modernize
produza
expanda
ganhe
aumente
colabore
compartilhe
corra
chute

goleie
vença
conclame
declame
conte
dance
componha
fortaleça
conserte
restaure
reviva
recrie
remexa
reate
remaneje

restaure
arrume
melhore
ensine
empreste
empurre
encomende
embarque
exagere
lance

lembre
leve
locomova
patrocine
pague
ponha
disponha
peça
perdoe
pese
congratule

calcule
capacite
chame
atenda
atue
namore
beije
abrace
noive
case

ame
engrandeça
frutifique
floresça
festeje
alegre
embeleze
ouse
ria
gargalhe
edifique

erga
trace
pinte
desenhe
exponha
explique
segure
goste
divirta
veja
olhe
reflita

delegue
transfira
promova
proteja
agrade
aumente
reuna
unifique
distribua
divida
transponha
ultrapasse
voe
vigie
viva

vire
verifique
venda
fature
possua
pesquise
perceba
persiga
persuada
passe
peça
consiga
conclua
combine
comunique
congratule
concorra
corrija
conheça
creia
dedique
deixe
descanse
identifique
inclua
habilite
mantenha
melhore
meça
avalie
abasteça
abra
deposite
invista
junte
lucre

Com o Nacional dá certo.

O novo Chevette f

Surpreso? Nós, não. Porque é
ossa obrigação sempre aperfeiçoar a
excelente mecânica do Chevette.
porque comprovamos sua
onomia.

Começamos no nosso Campo
Provas da Cruz Alta. Passamos para
tradas e, no fim, para o trânsito
cidade.

Tudo isso, com um Chevette
ído da linha de montagem: motor
00-E, com novo coletor de
missão e novo coletor de escape
m saídas individuais.

Mas ele não está ó mais econômico.

O novo Chevette não fica só na
onomia de gasolina. A manutenção
mbém é econômica e simples.
E ele está muito mais bonito,
elegante. A foto lá em cima não nos
deixa mentir: o novo Chevette ficou
ainda mais esportivo, arrojado,
robusto.

Mas isso, também, ainda não
é tudo.

Emocionante e confortável.

Novo volante, no melhor estilo
europeu. Painel acolchoado, comandos
à mão. Interior
monocromático,
preto ou marrom.
Bancos individuais,
macios, reclináveis
em micrograduação
e com encosto para a
cabeça, opcional. Que outro carro
da sua faixa tem bancos
esportivos assim?
No acabamento, no
carpete, no silêncio, na
maciez de rodar, você
sente que o novo
Chevette está mais
emocionantemente
confortável.
Ou confortavelmente emocionante.

Forte e garantido.

Resistência é
um dos pontos fortes.

Tudo é projetado
e testado para funcionar
com precisão e para
durar. Com um
preparo físico desses,
o novo Chevette é certeza de

az 14 km por litro.

emoção e prazer por muito tempo, sem deixar você na mão.

E certeza, também, de um bom valor de revenda.

Seguro.

A frente e a traseira foram projetadas para absorverem a energia cinética de um choque, protegendo os passageiros. A coluna de direção é antipenetrante. O novo volante absorve a energia de um impacto frontal. Os freios são a disco, com duplo circuito hidráulico, e auto-reguláveis. E a própria concepção de construção faz do Chevette um carro seguro e confiável.

Prático e funcional.

Tudo no Chevette foi pensado racionalmente. Desde a disposição dos comandos, até a distribuição do espaço.

Ninguém usa o colo ou o banco de trás para a bagagem. Lugar de bagagem é no porta-malas, onde é mais seguro e não tira a visibilidade.

E são 323 litros de porta-malas.

Cheio de vida.

1.398 cm³ de cilindrada. Potência bruta máxima de 68 cv a 5.800 rpm. De 0 a 80 km/h em 11,57 s. Estabilidade, aderência, firmeza nas curvas e manobras.

O novo Chevette está venden saúde, força, disposição. Um carro bem assim para os tempos de agora: alegre e cheio de vida, porém responsável.

Vá escolher o seu num dos 4 Concessionários Chevrolet de tod o país.

Foi feito para você

Garanta o combustível de amanhã. Respeite os 8

CARTAS

Caso Michel/Khour

Sr. diretor: VEJA n.º 473 publica matéria sobre a morte de Cláudia Rodrigues contendo referências a fitas gravadas que seriam "bastante comprometedoras para o diário *Última Hora*". A matéria de VEJA fundamentou-se em noticiário parcial do *Jornal do Brasil*, que omitiu, nas denúncias injuriosas de fitas montadas, referências feitas também a diretores daquele matutino. Essa parcialidade pôde ser constatada pelo repórter de VEJA que esteve em nossa redação e ouviu a íntegra das fitas. Tenho a certeza de que esta é mais uma oportunidade que se oferece a VEJA para informar corretamente a seus leitores.
Ary Carvalho, presidente da Arca Editora e Gráfica S.A.
Rio de Janeiro, RJ

A matéria de VEJA não se baseou em noticiário de jornal algum. Foi apurada por repórteres de VEJA, que inclusive obtiveram uma cópia das fitas, cuja íntegra é na verdade mais completa que a publicada nas edições de Última Hora *a nós enviadas pelo senhor Ary Carvalho. Por razões puramente editoriais, decidimos selecionar trechos da gravação e entrevistar as pessoas que pareciam mais envolvidas, dando-lhes a oportunidade de apresentar sua versão.*

Sr. diretor: VEJA n.º 472 publicou, sob o título "Um novelo sem fim", referências atentatórias à honorabilidade de meu cliente, senhor Egon Max Friedrich Frank *(sic)* e inteiramente destituídas de fundamento. Não é verdade que o senhor Egon haja sido preso, no aeroporto da capital italiana, no ano de 1950, a pedido das autoridades suíças, sob a acusação de chefiar uma perigosa quadrilha especializada na falsificação de documentos oficiais ou por qualquer outro motivo. Junto a esta fotocópia da tradução da certidão expedida pelo bureau suíço de polícia, na qual se lê que o nome do senhor Egon "não figura no arquivo judiciário central". A acusação, feita por inimigos gratuitos do senhor Egon, no ano de 1962, de remessa irregular, para o exterior, de albumina e gamaglobulina, não foi comprovada, e o Laboratório Haemo, há mais de treze anos, pertence à Hoechst-Behring, empresa na qual o senhor Egon não tem qualquer participação. Até hoje, não foi provada a culpabilidade do senhor Egon em qualquer atividade ilícita, no Brasil ou no estrangeiro, e assim, apesar da má vontade de seus inimigos gratuitos, é ele um homem de bem.
Paulo Fernandes Vieira, advogado
Rio de Janeiro, RJ

A informação sobre a prisão do senhor Egon Max Friedrich Frank no aeroporto de Roma, em 1950, é de fonte fidedigna. As várias outras acusações existentes contra o senhor Egon Frank, recentes ou remotas, foram registradas por VEJA também a partir de informações seguras.

Sr. diretor: Realmente espantoso o curriculum vitae do senhor Egon Frank. Espero que a Polícia seja tão honesta quanto foi VEJA (n.º 472) na matéria sobre o caso Michel/Khour.
Jacinto L. Cortez
Jaboticabal, SP

Estudantes

Sr. diretor: É de se lamentar o que aconteceu no III Encontro Nacional dos Estudantes, em São Paulo (VEJA n.º 473).
Ulisses de Jesus Cuchiaro
Santo André, SP

Sr. diretor: Até quando policiais continuarão batendo, invadindo, promovendo desordens em nome do sossego?
Tibiriçá S. Lopes
São Paulo, SP

Constituinte

Sr. diretor: A propósito da oportuna e patriótica campanha de redemocratização nacional, encetada pelos líderes do MDB, com a adesão de próceres democratas da Arena, como estudante, também estou interessado numa Assembléia Nacional Constituinte, juntamente com a decretação da anistia, ampla e irrestrita.
Luiz Antônio Ragón
São João do Meriti, RJ

"Subindo na vida"

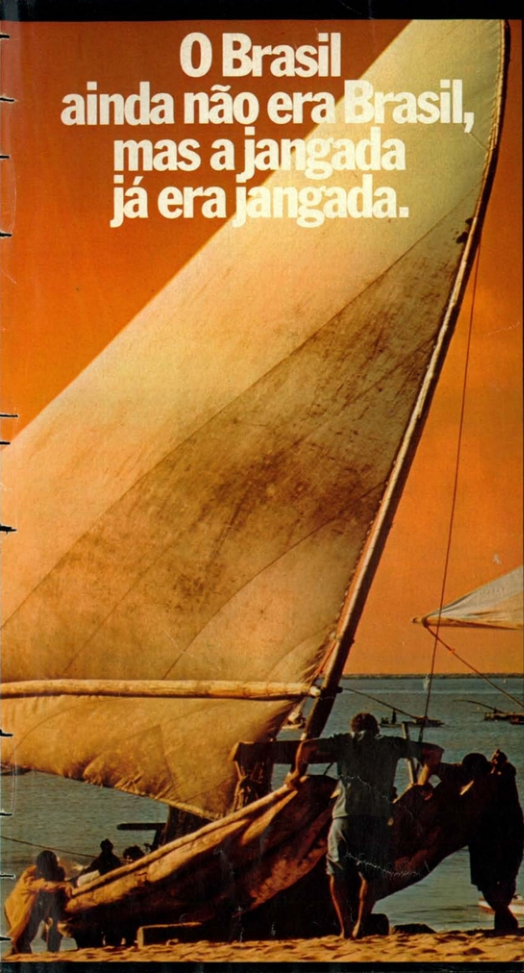
Sr. diretor: VEJA n.º 472 informou que o delegado Nerval Ferreira Braga aceitou um convite para trabalhar no escritório do "criminalista Vicente Rão". O convite é verdadeiro e a aceitação também o é. Mas solicitamos o obséquio de uma retificação: Vicente Rão é civilista, constitucionalista e internacionalista. Não é criminalista. Nerval irá inaugurar um departamento criminal no escritório do grande civilista, para ampliar o atendimento à enorme clientela. Vicente Rão não deve ser qualificado como criminalista, embora nenhum demérito exista nesta especialidade; e isto porque, além de sua notabilidade como jurista especializado em civilismo, a confusão causará pânico aos nossos clientes com problemas civis, posto que poderão pensar que já se considera crime qualquer questão apenas por ser civil.
J. Saulo Ramos
São Paulo, SP

Rondônia

Sr. diretor: O explosivo problema de terra não tem merecido um estudo sereno, coordenado e isento. Disto resultam planejamentos mal estruturados, como o relatado por VEJA, que naturalmente têm de redundar em fracasso.
Paulo Sérgio Monteiro Nascimento
Belém, PA

Sr. diretor: "E a terra era um sonho" (VEJA n.º 472) é um romance que continua todos os dias, nesta luta desesperada do homem à procura de trabalho para a sua subsistência. Quando a reportagem diz

continua na página 12

O Brasil
ainda não era Brasil,
mas a jangada
já era jangada.
Hoje, quando você vê quatro,
cinco ou seis pescadores em cima
de algumas toras amarradas,
apenas com uma vela ao vento
e a força dos braços para o grande
desafio, você imagina quantos anc
e quantas vidas estão atrás dessa
aventura?
Pois é uma aventura mais vel
do que o Brasil que nós conhecem
O espanto com que vemos
aqueles homens equilibrados e
agarrados às cordas, derrotando o
mar a cada dia, é o mesmo com qu
Pero Vaz de Caminha, o escrivão d
Descobrimento, escreveu a primei
notícia que se tem das jangadas.
"Somente três traves atadas
juntas, e ali se metiam quatro ou
cinco ou seis".
Fascinante como a história
das jangadas, é a das embarcaçõe
populares brasileiras.
Uma história que você tambe
encontra em nossos selos.
Colecione selos:
eles contam o que é o seu País.
BRASIL 73
1,00
Selo brasileiro:
uma aula de Brasil
CORREIOS
Vinculada ao Ministério das Comunicações
CASA DA MOEDA DO BRAS
Empresa Vinculada ao Ministério da Fazenda
CEP

continuação da página 10

que milhares de famílias estão sem terra, é porque elas vão constituir o trabalho barato para os que possuem terra. Retiram-se as pessoas dos Estados destruídos e as colocam em Estados a destruir. Hoje, o problema parece que está sendo resolvido, mas e depois de Rondônia e da Amazônia, para onde iremos?
Ronald Mansur
Vitória, ES

Sr. diretor: Louvável a reportagem sobre a negligência dos Projetos Integrados de Colonização do INCRA. Estamos, em Altamira, nas mesmas condições ou piores, pois fui contemplado com uma área de aproximadamente 500 hectares, desmatei 250, formei pastagens, plantei culturas perenes, fiz curral, casas, estradas de acesso, tudo com recursos próprios. O Projeto Fundiário de Altamira recolhe agora o único documento que me deu, a Autorização de Ocupação, com a recomendação de que não fizesse mais nada na área. Pergunto: e os direitos que me cabem? Onde está o lema "Terras sem homens, homens sem terras", do INCRA?
Leonigildo Lopes
Altamira, PA

Sr. diretor: Até quando esses pobres colonos estarão sujeitos à ganância de funcionários inescrupulosos? Acho que todo o Brasil reclama, para esse caso, uma rápida intervenção do dinâmico ministro Paulinelli.
Romildo Cavalcanti C. Silva
Recife, PE

Atletismo

Sr. diretor: Gostaria de informar que Grazyna Rabsztyn, dos 100 metros com barreira, é representante da Polônia e não da Itália, como saiu em VEJA n.º 471.
Pawel Kulka, assessor de Imprensa da Embaixada da Polônia
Brasília, DF

Empresários

Sr. diretor: Encontros de relevância como o do general Dilermando Monteiro com os empresários paulistas (VEJA n.º 469) não devem ser minimizados. Afinal, governo e empresários devem aproximar-se cada vez mais na análise dos problemas que nos afligem.
Luiz A. Souto Freire
Ilhéus, BA

Divórcio

Sr. diretor: Na reportagem "O divórcio volta a dividir" (VEJA n.º 472), em relação às expressões que de fato usei — "O texto diz que os alimentos serão fixados na forma da legislação vigente" e "Mas que legislação? Não há legislação específica no Brasil . . . " —, penso que um esclarecimento é necessário. Referi-me à inexistência de legislação específica quando examinava o artigo 19 do projeto Carneiro-Accioly, que, atendendo ao princípio já consagrado no direito pátrio, entendeu serem tais alimentos de natureza mista: indenizatória (inocente) e prolongamento do dever de socorro (pobre). Não aceitei a parte final do mencionado artigo porque, nesse ponto, não há determinações legais específicas, de vez que, revogado o artigo 320 do Código Civil (como pretende o projeto), que atualmente cuida da matéria, e não sendo tais alimentos originários do *jus sanguinis*, não são aplicáveis os artigos 396 e seguintes da Lei Material. Também, na Lei de Alimentos, não encontram eles guarida.
Walter Maria Laudísio
São Paulo, SP

Diaféria

Sr. diretor: Fiquei muito triste com a prisão do grande jornalista Lourenço Diaféria (VEJA n.º 472), quando tem tanta gente boa de ser presa . . .
Francisco Enir da Silva
Fortaleza, CE

Sr. diretor: Venho expressar toda a minha revolta, como a de meus amigos, pela prisão do jornalista Diaféria.
Tânia Maria Moura Gonçalves
São Paulo, SP

Sr. diretor: Foi preso o jornalista Lourenço Diaféria. Pergunto: que crime ele cometeu? Onde anda a Justiça neste Brasil?
Celso Alonso Fonseca
Taguatinga, DF

Medicina

Sr. diretor: Informo que a reportagem de VEJA n.º 470, sobre o Congresso Nacional de Médicos Residentes, na qual consta o meu nome, nada tem a ver com o pronunciamento que fiz ao repórter da revista, em Olinda. Naquele momento, ainda presidente da Associação Nacional de Médicos Residentes, disse que formamos mais especialistas que o necessário para atender ao mercado de trabalho. Porém, nossa população tem problemas de saúde que exigem médicos gerais e atenção à saúde a níveis primários e secundários, com medidas econômicas, sociais e de política de saúde. Estes médicos gerais devem sair do curso de graduação e não da Residência Médica. Em nenhum momento afirmei concordar com a regulamentação pretendida pelo governo, pois desconheço os objetivos e conteúdo da mesma, sabendo apenas que há anteprojeto governamental.
Ivonette Santiago de Almeida
Brasília, DF

FGTS

Sr. diretor: Muito boa a reportagem sobre o FGTS, no caderno de Investimentos de VEJA n.º 471. Não consigo compreender como os bancos podem ter duas contabilidades, uma para o BNH, outra para seus serviços internos. Nestas e outras, como fica o trabalhador brasileiro: com a conta que vai ao BNH ou a outra?
José Maria Lopes
São Paulo, SP

Cartas para: Diretor de Redação, VEJA. Caixa Postal 2372, São Paulo, Capital. Por razões de espaço ou clareza, as cartas estão sujeitas a publicação em forma resumida.

Previsão do tempo: "Eleições diretas com fortes cassações preparatórias".

Chama-se de Tribunal do Júri um grupo de pessoas que, por não terem prestígio para se excluírem desse júri, assumem o poder de condenar qualquer réu.

LINHAS [BEM] CRUZADAS

Temos — uma honra!? — sem dúvida alguma o pior serviço telefônico do mundo. A gente liga e o telefone nem liga, a gente toca para Cascadura e o telefone vai bater em Constantinopla. Mas há sempre o conforto indizível da linha cruzada, quando a gente a *assume*. Eu já desfiz pelo menos dois casamentos, para infelicidade (?) de pessoas que cruzaram minha linha, já retardei em quinze dias uma remessa de abacaxi vindo (de caminhão) de Florianópolis para o Rio (mandei vir de navio) e convenci uma senhora de Minas a não se hospedar em um hotel de Ipanema (quando ela *cruzou* comigo imediatamente assumi o papel de gerente do hotel), pois a nossa cadeia tinha outro hotel, muito melhor, com quartos antigos, enormes, onde quatro pessoas poderiam se hospedar magnificamente por 120 cruzeiros. Naturalmente a senhora, se aceitou meu conselho, não deve ter-se sentido muito bem na pensão "familiar" que lhe recomendei, bem no coração da velha Lapa.

Mas foi esta semana que consegui meu maior feito de linha cruzada. Através de uma conversa com um senhor que se dizia rico fazendeiro em Quixelô, no Ceará (existe, Chico Anísio?), acabei aceitando o cargo de presidente do Rotary local. São essas coisas que compensam um péssimo serviço telefônico.

P.S. E se esse cara de Quixelô tiver o mesmo hobby que eu?

MILLÔR E OS VALORES CONTEMPORÂNEOS [1]

CUIDADO.
NÃO SE DEIXE
LEVAR PELAS
APARÊNCIAS.

Variações em torno do invariável

Antigamente só tínhamos os maníacos de cinemateca que nos repetiam o tempo todo: "Play it again, Sam". Mas, com o advento do enlatado de TV, as frases repetíveis e repetidas se multiplicaram. Porém, às vezes, sozinhos, vocês não dão outras respostas às eternas perguntas?

F. — "Cara de Cavalo, desta vez você foi longe demais."

R. — "Eu disse a você que a gente devia ter dobrado na segunda à direita. Agora só voltamos no retorno."

F. — "Os aldeões estão indóceis e avançam contra nosso laboratório, dr. Frankenstein."

R. — "Eu bem aconselhei o prefeito a censurar as cartilhas camponesas."

F. — "Menininha, você vai ser uma grande cantora. Onde é que eu a encontro amanhã?"

R. — "Não tenho lugar certo. Mas faço ponto ali na Cinelândia."

F. — "Tenente, quem eram aquelas duas loiras com quem o senhor entrou ontem de noite no Forte Knox?"

R. — "Apaches! Coronel, apaches! já deram todo o serviço."

F. — "Se você não mandar 30 000 dólares, seu filho lhe será devolvido em fatias de fiambre."

R. — "Vocês garantem?"

F. — "Papai morreu como sempre viveu, mamãe."

F. — "Já retiraram o corpo do motel?"

F. — "Maria, sei que isso vai romper seu coração porque você sempre foi minha melhor amiga. Mas eu vou viver com Euzébio, seu marido."

R. — "Se é pela felicidade de vocês dois, eu me sacrifico, João."

F. — "Mas, depois de tantos anos, será que vou reconhecê-lo?"

R. — "Exceto pelos chifres e a mania de só comer grama, ele nada mudou."

F. — "Estão tocando a nossa música, Mary Ann."

R. — "O senhor precisa mandar trocar suas lentes e seu aparelho de audição, ministro. Está tocando Star-Spangle e eu sou o bispo de Katimanduba."

F. — "Eu sou Kovak!"

R. — "Com essa peruca loira eu nem reconheci. Mas não interessa: travesti não entra."

F. — "Mãe, você não está feliz? A revolução está vitoriosa."

R. — "Precisamos evitar que teu pai saiba. Ele é um reaça desgraçado, e vai ficar danado da vida."

F. — "Você me perdoa, querido? A arma disparou sem eu querer!"

F. — "Claro, Iolanda. Meus pais já estavam mesmo muito usados."

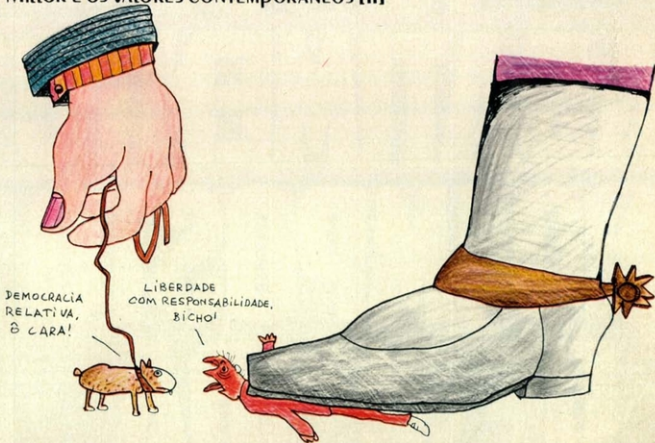
F. — "Jacquie, não podemos mais nos encontrar assim."

R. — "Nem assim, nem de jeito nenhum. Você é um saco Clark Gable."

F. — "Meu filho, quando você crescer tudo isto será teu."

R. — "Já é meu agora, sua besta. Ontem, na hora em que fiz maioridade, passei no cartório e ratifiquei a escritura que o senhor me pediu pra assinar o ano passado."

F. — "Querido, e se não chegarmos a tempo para salvar o povo chinês?"

R. — "Bom, será um holocausto nove mil vezes maior do que Hiroxima."

AÇÕES DO BASA: 42% DE ABATIMENTO NO IMPOSTO DE RENDA.

Ação!
Esta é uma oportunidade única.
O Basa aumentou seu capital em 493,5 milhões de cruzeiros (passou de 350 para 843,5 milhões).
157,5 milhões vão ser distribuídos em ações ordinárias nominativas como bonificação aos acionistas.
E os acionistas têm preferência para subscrever os outros 336 milhões.
O Governo Federal é acionista, mas vai reduzir sua participação de 70% para 51%, para você participar. Por isso, cede seu direito de preferência para o público subscrever 160.250.000 ações de valor fixo e definitivo de Cr$ 1,00 cada. (Decreto-lei nº 1557, de 14.06.77.)

42% de desconto no Imposto de Renda devido.

Pelo mesmo decreto, todas as pessoas físicas que adquiram essas novas ações, sejam acionistas ou novos acionistas, podem deduzir 42% do imposto de renda devido, até os limites legais.
É um incentivo excepcional, mas há outros motivos para você investir no Basa.

Agora, veja como o Basa tem retribuído o capital nele investido.

A Amazônia é a maior reserva de riquezas do Brasil, e o desenvolvimento da Amazônia está ligado ao Basa.
Desde audaciosos projetos agropecuários ocupando uma área já superior a duas Áustrias, desde as glebas fincadas de paus de pimenta-do-reino a perder de vista, desde as florestas de seringueiras, até às indústrias de carnes, laticínios, pesqueiras, madeireiras, de mineração, até ao financiamento da produção e da ascendente exportação.
O capital investido no Basa tem oferecido excelentes resultados:

Dividendos	Por Ação (Cr$ 1,00)
1973	0,07
1974	0,10
1975	0,10
1976	0,11
1º sem./77	0,06

Bonificações	%
24.04.75	25
29.12.76	40
30.06.77	45

Lucro por Ação	(Cr$ 1,00)
1974	0,57
1975	0,61
1976	0,86
1º sem./77	0,58

Valor Nominal	Ano	Val. Patrimonial
Cr$ 1,00	1974	Cr$ 2,94
1,00	1975	2,51
1,00	1976	2,23
1,00	1º sem./77	2,78

Ações do Basa: um investimento tão grande quanto a Amazônia.

Quem está por trás do Basa é o próprio Brasil, é o nosso Governo, é o interesse geral de ver a Amazônia desenvolvendo-se.
A segurança do seu investimento é tão grande quanto a confiança que todos depositamos na Amazônia.

Quem chegar primeiro pode ganhar mais.

As novas ações do Basa podem ser subscritas nas próprias agências do Basa, no Banco Nacional — líder do lançamento — ou nas Bolsas de Valores, através das Corretoras.
E quem chegar primeiro pode ganhar mais: as novas ações farão jus aos dividendos do 2º semestre, proporcionalmente à data de aquisição.

O banco da Amazônia.

DEMEC - REM - 300-77/026
O registro no Banco Central do Brasil significa que se encontram em poder do Banco e que devem encontrar-se, também, em poder da instituição patrocinadora, bem como da instituição vendedora, os documentos e informações necessárias à avaliação, pelo investidor, do risco do investimento.

Seja qual for o ramo de sua indústria, a Norton tem o rebolo que você necessita.

A Norton possui a mais completa e mais diversificada linha de rebolos do Brasil. E é também a maior fabricante de abrasivos da América Latina. Além de rebolos, a Norton produz grãos abrasivos, lixas e produtos diamantados, o que significa mais de 100 mil itens diferentes. E estocados nas proximidades de sua indústria.
A Norton conta com a maior e mais competente rede de distribuidores industriais e revendedores do País. E depósitos em Guarulhos, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Campinas. Prontos para servir.
A Norton lidera o mercado nacional de abrasivos. E exporta para a América Latina, Europa e Asia, conquistando a cada dia novos mercados para os produtos brasileiros. A Norton também acha que exportar é a solução. Por tudo isso, é que podemos dizer: seja qual for o ramo de sua indústria, e onde quer que ela esteja situada, os produtos e serviços técnicos da Norton estarão sempre ao seu alcance.

Norton S/A Indústria e Comércio.
Guarulhos - São Paulo

Editora Abril
Editor e Diretor: VICTOR CIVITA

Diretores: Edgard de Silvio Faria, Richard Civita, Roberto Civita, Rubens Vaz da Costa

veja

Revista Semanal de Informação

REDAÇÃO

Diretor de Redação: José Roberto Guzzo
Diretor Adjunto: Sérgio Pompeu
Redator chefe: Carmo Chagas
Editores: Alexandre de Faria Machado, Almyr Gajardoni, Emílio K. Matsumoto, Eurico Andrade, Geraldo Hasse, Geraldo Mayrink, José Marcio Penido, Roberto Pompeu de Toledo.
Editores Assistentes: Alfio Beccari, Antônio C. Augusto, Augusto Nunes, Fernando Morais, Guilherme Cunha Pinto, Humberto Werneck, Jairo Arco e Flexa, João Victor Strauss, Jorge Escosteguy, J. A. Dias Lopes, José Paulo Kupfer, Luiz Henrique Fruet, Luís Nassif, Luiz Weis, Olívio Tavares de Araújo, Paulo Sotero, Regina Echeverria, Renato Pompeu, Ricardo A. Setti, Selma Santa Cruz, Tales Alvarenga, Victor Hugo Sperb.
Tradutor: Hersch Schechter
Assistente Administrativo: David Rodrigues Mendonça

Departamento de Informações

São Paulo: Antonio Carlos Fon, Ângela Ziroldo, Antônio Carlos Guida, Carlos Maranhão, Carmem Cagno, Francisco J. Malfitani, Len Berg, Ligia Martins de Almeida, Lucila Camargo, Maria Helena Passos, Tania Maria Mendes (repórteres); Sônia Santos (produção); Sebastião Magalhães de Almeida (Analista de Investimentos).
Rio de Janeiro: Zuenir Ventura **(chefe)**, Carlos Alberto de Oliveira, Claudio Bojunga, Antonio Chrysóstomo, Benício Medeiros, Eva Spitz, Franklin Campos, Joaquim F. dos Santos, Lanning Elwis, Lucia Rito, Mauricio Dias, Miriam F. Lage, Octavio Barata Costa, Roberto Mello Silva - r. do Passeio, 56, 11.º andar, fone: 244-2022, telex: 021-22674 — **Brasília - Diretor:** Pompeu de Sousa, D'Alembert Jaccoud **(chefe)**, Alvaro Pereira, Carlos Henrique Santos, Eliane Cantanhede, Hélio Marcos Doyle, José de Ribamar Oliveira Jr., Márcio Varella, Marinilda Carvalho, Oswaldo Amorim, Suzana Veríssimo **(repórteres)** - Ed. Central, salas 1301 e 1308 - Setor Comercial Sul, fone: 224-9200, telex: 061-1464 — **Belo Horizonte** - Carlos Lindenberg Spinola **(chefe)** / Gleizer Naves, Mario Lara Leite **(repórteres)** - r. Alvares Cabral, 908: 335-4129, telex: 031-1085 — **Curitiba** - Hélio Teixeira **(chefe)** / Pedro Franco Cruz - r. Marechal Floriano, 228, 9.º andar, fone: 24-4070, telex: 041-5278 — **Porto Alegre** - Luís Cláudio Cunha **(chefe)** / Adélia Porto da Silva e Pedro Maciel - r. Vieira de Castro, 285, fones: 23-9502 e 23-9445, telex: 051-1092 — **Recife** - José Maria Andrade **(chefe)** / Eduardo J. M. Ferreira, Ricardo J. D. Noblat e Terezinha Nunes **(repórteres)** - r. Siqueira Campos, 45, sala 204 - telex: 081-1184 — **Salvador** - Carlos Libório **(chefe)** / Carlos Otavio Battesti e Paolo Marconi **(repórteres)** - r. Itabuna, 304 - Rio Vermelho, fone: 247-0580, telex: 071-1180 — **Paris** - Pedro Cavalcanti — **Londres** - Jader de Oliveira — **Bonn** - Carlos Struwe — **Genebra** - Claudius Ceccon — **Lisboa** - Sergio de Oliveira — **Roma** - Marco Antônio de Rezende — **Washington** - Roberto Garcia — **Nova York** - Judith Patarra, Odillo Licetti — **Madri** - Eric Nepomuceno — **Lima** - Augusto Montesinos — **México** - Wladir Dupont — **Telaviv** - Alessandro Porro

Correspondentes: Montgomery Hollanda (Teresina), Aldo Grangeiro (Florianópolis), Bernardino Souto (Maceió), Celso Cordeiro Filho (Campos, RJ), Ciro Pinheiro (Porto Velho), Albimar Furtado (Natal), Guilherme Augusto de Souza (Belém), Hélio de Souza (Campo Grande), Jô Amado (Vitória), João Silva (Macapá), José Chalub Leite (Rio Branco), Ariverson Feltrin (Boa Vista), Marcone Cabral (João Pessoa), Luís Pedro de Oliveira (São Luís), Paulo F. T. Morais (Aracaju), Mario Antonio (Manaus), Tancredo Carvalho (Fortaleza)
Colaboradores: Geraldo Galvão Ferraz, Hélio Pólvora, José Augusto Suyama, Millôr Fernandes, Paulo Perdigão, Roberto Marinho de Azevedo, Tárik de Souza

Fotografia

Chefe: Sérgio Sade
Fotógrafos: Carlos Namba, Pedro J. Martinelli (São Paulo); Chico Nelson, Walter Firmo (Rio); Luís Humberto, Marcos Santilli (Brasília); Célio Apolinário (Belo Horizonte); Amilton Vieira (Curitiba); Ricardo Leone Chaves (Porto Alegre); Clodomir Bezerra (Recife); Antonio Andrade (Salvador)

Arte e Produção

Chefe: Pedro de Oliveira
Diagramadores: Américo Ietto Filho, Alfredo Nastari, Eduardo N. B. Brito, J. A. Marianno, Píndaro Camarinha Sobrinho, Roberto Barbato / João Marcos Coelho, José Gustavo Vasconcellos **(preparadores)** / Carlito Nucci **(produção gráfica)**

Serviços Editoriais

Documentação: Marília S. J. França **(supervisora)**, Antônio A. Ferreira, Dílico Covizzi, Jany C. Roschkovsky, Júlio Cezar Garcia, Lauro Augusto C. M. Coelho, Lilian Baroni, Lizete T. Menezes, Maria Aparecida S. Marzo, Maria Ines Zanchetta, Marion A. Frank, Paulo R. Ribeiro, Renato C. Tapajos, Rosana P. Santos, Sheila Ribeiro, Solange Padilha, Suzana C. Khouri, Vicente Roig
Abril Press: São Paulo: (gerente) Judith Baroni — **Sucursais: Nova York** — Odillo Licetti **(gerente)**, 444 Madison Avenue, Room 2201, New York N.Y. 10022 — Telex: EDABRIL 423-063, Phone (212) 688-0531 — **Paris** — Pedro de Souza — 214, Rue de la Convention, Phone 250-9277 — França — **Milão** — Lydia Strafurini — via Settembrini, 45 — 20124, Milano — Phone 278659 — Telex: 34 070 — Itália
Laboratório Fotográfico: Jussi Lehto **(gerente)**

Serviços Internacionais

Newsweek/Associated Press/Latin-Reuters/France Press/Matérias internacionais via Varig, Air France, Aerolineas Argentinas, British Caledonian, Airways e TAP

DEPARTAMENTO COMERCIAL

Diretor de Publicidade: Pérsio Pisani
Gerente Comercial: Valter Richetti
Gerente de Publicidade: Fabio Albamonte Amaral
Gerente de Assinaturas: José A. Soler
Gerente Administrativo: Antonio F. Chammas
Representantes: Horácio V. N. de Andrade, Neucile Avelaira, José L. Decourt Ricci, Sergio Terçarolli
Coordenador de Publicidade: Aníbal Victor dos Santos
Coordenador de Produção: João Carlos de Oliveira
Belém, sub-gerente: José Mauricio Alves Fernandes; **Belo Horizonte, gerente:** Mariza Tavares Ferreiras; **Brasília,** gerente: Luís Edgard P. Tostes; **Curitiba, gerente:** Aldo Schlochet; **Florianópolis, sub-gerente:** Geraldo Nilson de Azevedo; **Porto Alegre, gerente:** Kleber Vieira Buhr; **Recife, gerente:** Edmundo Moraes; **Rio, gerente:** Leopoldo Amorim, **representante:** Mauro Bentes; **Salvador,** gerente: Juracy Costa

•

Diretor de Publicidade e Escritórios Regionais: Sebastião Martins
Assessor do Diretor Responsável: J. R. Franco da Fonseca

•

Diretor Responsável: Edgard de Silvio Faria

IVC

VEJA é uma publicação da Editora Abril Ltda. / **Redação, Publicidade, Administração e Correspondência:** av. Otaviano Alves de Lima, 800, tel.: 266-0011 e 266-0022, caixa postal 2372, telex (011) 22094, São Paulo / **Telex em Nova York:** EDABRIL 423-063 / **Escritórios: Belém:** r. XV de Novembro, 226, Edifício Chamié, sala 1313, tel.: 22-5507 / **Belo Horizonte:** r. Alvares Cabral, 908, tel.: 337-0351, telex: 031-1085, telegramas: Abrilpress / **Brasília:** SCS-Projetada 6, Edifício Central, 13.º andar, salas 1301/8, tel.: 224-9150, telex: 061-1464, telegramas: Abrilpress / **Curitiba:** r. Marechal Floriano Peixoto, 228, Edifício Banrisul, 9.º andar, conjs.: 901/2, tel.: 22-9541, telex: 041-5278, telegramas: Abrilpress / **Florianópolis:** r. Felipe Schmidt, 51, Galeria Jacqueline n.º 4, sala 201, tel.: 22-8630 / **Porto Alegre:** r. Vieira de Castro, 285, tels.: 23-9617 e 31-5348, telex: 051-1092, telegramas: Abrilpress / **Recife:** r. Siqueira Campos, 45, Edifício Lygia Uchoa Medeiros, conjs.: 204/5, tel.: 24-4557, telex: 081-1184, telegramas: Abrilpress / **Rio de Janeiro:** r. do Passeio, 56, 6.º/11.º andares, tels.: 244-2022, 244-2057, 244-2107 e 244-2152, caixa postal 2372, telex: 021-22674 / **Salvador:** r. Itabuna, 304 — Parque Cruz Aguiar — Bairro do Rio Vermelho, telefone: 247-3909, telex: 071-1180, telegramas: Abrilpress / **Distribuído nos EUA:** M&Z Representatives, 112 Ferry Street, Newark, N. J. 07105, tel.: (201) 589-2794 / Preço do exemplar avulso: o constante na capa / Preço da assinatura: 52 semanas Cr$ 730,00. Departamento de Assinaturas, r. Emílio Goeldi, 575, tel.: 262-7977, São Paulo / Distribuição para assinantes: Distribuidora Irmãos Reis Ltda.: r. São Paulo, 235 / Ao fazer sua assinatura, exija a credencial do vendedor e pague somente com cheque nominal / Números atrasados: ao preço da última edição em banca, por intermédio de seu jornaleiro ou no distribuidor Abril de sua cidade. Em São Paulo: av. Tiradentes, 1391; r. São Domingos, 212; r. Antônio de Barros, 841; r. João Pereira, 157; r. Domingos de Morais, 1851; r. Barão de Campinas, 452; r. Chapoch, 91; no ABC: Av. Industrial, 117 (Santo André); no Rio de Janeiro: r. Sacadura Cabral, 141; pedidos pelo correio: caixa postal 945, São Paulo / Temos em estoque somente as últimas seis edições / Todos os direitos reservados / Impressa e distribuída com exclusividade no país pela Abril S.A. Cultural e Industrial, São Paulo. Registrada no D.C.D.P. do Departamento de Polícia Federal sob n.º 038 P 209/73

Carta ao leitor

Martinelli e dom Paulo: tempo curto

SÉRGIO SADE

As personalidades habituadas ao trato com a imprensa costumam facilitar, de um modo geral, o trabalho dos jornalistas — uma virtude normalmente só igualada quando a própria personalidade é também um jornalista. E foi por reunir as duas condições que o sócio militante da Associação Brasileira de Imprensa e cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, concordou em ser entrevistado e fotografado para a capa desta edição de VEJA. Razões existiam para que ele recusasse, a começar por sua antiga aversão pela notoriedade. Além do mais, sua agenda estava mais movimentada que o normal, na semana passada, quando retornava de um das duas viagens que, por dever de ofício, faz anualmente à Santa Sé. E ainda: a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, depois de invadida pela polícia no último dia 21, iniciava a semana sob as acusações lançadas pelo secretário da Segurança e pelo governador do Estado. Mesmo que contra sua vontade, dom Paulo encontrava-se no centro dos acontecimentos, nas primeiras páginas dos jornais, nos horários nobres das rádios e televisões.

Destacado para entrevistá-lo, o editor-assistente Fernando Morais esbarraria na esperada inexistência de tempo disponível. Mas, ao examinar a agenda congestionada que lhe exibia irmã Lurdes, secretária do cardeal, Fernando vislumbrou uma viagem a Campinas, no final da tarde de quinta-feira. Depois de consultar dom Paulo, irmã Lurdes informou que VEJA poderia participar da ida a Campinas, com direito a volta. No total, três horas, mais alguns minutos, antes da partida, que os fotógrafos Sérgio Sade e Pedro Martinelli aproveitaram para as fotos de capa.

Homem de convicções e posições claras, dom Paulo pertence àquela seleta confraria dos entrevistados que aceitam pergunta de toda sorte — seja para responder com detalhe e precisão, seja para esclarecer que não está autorizado ou não sabe dar esta ou aquela resposta. A dignidade do homem, o direito à vida honrada, a fé na Justiça — eis alguns dos princípios que o cardeal cultua e, sempre que julga necessário, defende com vigor. Essa personalidade forte, a todo instante temperada de fina habilidade, foi o que primeiro ressaltaram nele as pessoas ouvidas por VEJA em Roma, Washington, Nova York e mais uma dezena de cidades brasileiras. "Deixem o povo falar", costuma receitar dom Paulo, num resumo da filosofia que segue e que tantas amizades lhe rendeu — se bem que aqui e ali, num momento ou noutro, essa mesma conduta humanitária tenha provocado irritação ou até inimizade.

S.P.

Capa: foto de Pedro Martinelli.

Índice

Tiragem desta edição: 270 200 exemplares.

AGÊNCIA ESTADO

Martins e Dias no DEOPS: material apreendido na PUC mostrado como vitória contra a subversão

Pela Justiça e Paz

Com perseverança e convicção, o arcebispo de São Paulo prega uma nova democracia

Diante da grande quantidade de faixas, panfletos, livros e jornaisinhos, expostos ao lado de mimeógrafos, pincéis e aparelhos de som apreendidos na semana anterior na Pontifícia Universidade Católica, invadida e parcialmente depredada pela polícia, o governador Paulo Egydio Martins, de São Paulo, foi preciso em apresentar conclusões aos jornalistas que o acompanhavam na visita à sede do DEOPS, na segunda-feira passada. "Estamos lidando efetivamente com o velho comunismo encapuzado de democrata", disse o governador, para logo em seguida, com igual segurança, prometer: "A nossa ação vai ser coerente em relação a esta célula de subversão que estamos identificando no movimento estudantil".

Com essa retórica convicta, Martins reforçava a exposição feita pouco antes pelo secretário da Segurança, coronel Antônio Erasmo Dias, para quem o movimento estudantil caminha numa escalada cujo próximo passo "será a fase terrorista".

Naquele momento, diante das câmaras dos fotógrafos e das luzes da televisão, as palavras do governador e do secretário soaram muito convincentes. Mas, no dia seguinte, a certeza de suas afirmações começou a ser posta em dúvida, quando uma voz poderosa, ainda que serena, se ergueu para defender a universidade e seus alunos. Numa mensagem às famílias de São Paulo, feita numa visita de inspeção ao campus devassado, o cardeal dom Paulo Evaristo Arns, 56 anos, falou com igual convicção: "Seus filhos, estando em provas ou participando de outras atividades dentro da universidade, foram vítimas e não provocadores. Se uma alta autoridade lançou acusação gravíssima de que aqui se desenvolvem atividades subversivas, deveria primeiro se informar". E, como Martins na véspera, foi taxativo em sua conclusão: "Que este episódio possa esclarecer para sempre que a universidade é lugar de debate dos grandes problemas do país e da humanidade".

A PUC começava a se refazer do abalo sofrido na semana anterior, com grupos de alunos se dedicando a recompor da melhor forma possível as sedes de suas entidades, e a diretoria empenhada em encaminhar as ações judiciais indispensáveis para obrigar o Estado a corrigir os danos causados por seus agentes. Em Brasília, para onde viajou com um vasto relatório sobre todo o episódio, o coronel Erasmo Dias não ouviu exatamente palavras de incentivo em sua passagem por alguns dos principais gabinetes do Palácio do Planalto. No Gabinete Militar, onde se coordena toda a

ação relativa ao movimento estudantil, foi-lhe recomendado que, no futuro, evitasse qualquer tipo de ação que pudesse provocar reações dos jovens — como, sem dúvida, foi o caso da invasão da PUC. Deveria, mesmo, utilizar uma tática semelhante àquela que acabou produzindo resultados satisfatórios em Brasília, depois das agitações do primeiro semestre do ano: cercar os estudantes, impedir sua ação até mesmo colocando policiais no campus, mas sem violências desnecessárias.

Quando o secretário voltou a São Paulo, nem ele nem o governador julgaram necessário fazer novas declarações à imprensa — mas, sintomaticamente, foi autorizada a realização de ato público dos universitários, no campus da USP, para que se protestasse contra as violências da semana anterior. E, desta vez, nenhum policial apareceu para manter a ordem que não chegou a ser ameaçada. Naquela mesma noite, em Campinas, onde pronunciou uma conferência na Pontifícia Universidade local, dom Paulo continuava a manifestar sua indignação e respondia, para quem quisesse ouvir, à certeza de Erasmo Dias de que os estudantes se encaminhariam para o terrorismo: "Que não obriguem os estudantes a partir para a clandestinidade".

Essa disposição não era nova. Quando a PUC foi invadida ele se encontrava em Roma, onde foi alcançado por um telefonema — e, antes que os policiais do coronel Erasmo Dias abandonassem o território ocupado, o papa Paulo VI já sabia do acontecido. No domingo à noite, embalado pelas manifestações de pesar então recebidas, o cardeal desembarcou em São Paulo e, sem tempo para festejar a vitória do Coríntians em Ribeirão Preto, que novamente lhe abria a possibilidade de disputar o título de campeão paulista de futebol, há tantos anos perseguido, telefonou para um alto funcionário do Ministério da Educação, em Brasília. "Se o senhor quer fazer um favor ao ministro", disse então, emocionado, "diga a ele que seu grande inimigo não está aqui, entre os estudantes, mas do outro lado." É possível que o recado tenha sido transmitido, mas no final da semana passada o ministro Ney Braga, destinatário também de uma série de telegramas, cartas, mensagens e relatórios preparados pela diretoria da PUC e por entidades diversas que se solidarizaram com a universidade, repetia aos jornalistas: "Não recebi nada". Dom Paulo não chegou a se impressionar com o silêncio do ministro, talvez porque àquela altura estivesse já de posse de outras informações a respeito das disposições governamentais. Enquanto viajava de São Paulo para Campinas, ele declarou a VEJA, saudando a permissão concedida

FOTOS DE PEDRO MARTINELLI

Dom Paulo em Campinas: "Não obriguem os estudantes à clandestinidade"

pelo governador Paulo Egydio para a realização da manifestação dentro da USP. "É o começo de um novo tempo. As coisas vão entrar nos eixos". O cardeal, sem dúvida, está habituado a saudar novos tempos. Em 1.º de abril de 1964, por exemplo, ele tomou um jipe em Petrópolis, onde lecionava no Instituto Teológico Franciscano, e foi prestar assistência religiosa aos soldados que, sob o comando do general Olympio Mourão Filho, marchavam de Minas para o Rio, na arrancada fulminante que poria por terra o atribulado governo João Goulart. No começo de 1976, depois de uma série de denúncias de violências cometidas contra presos políticos em dependências do DOI-CODI, em São Paulo, e depois das mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, foi afastado do comando do II Exército o general Ednardo D'Ávila Mello, e sua substituição pelo general Dilermando Gomes Monteiro seria também o raiar de novos tempos. "Ele é um homem bom", diz dom Paulo do general. E segue raciocinando: "Algumas pessoas chegam a dizer-me que o general é apenas um bom diplomata, mas eu me pergunto: e se for, já não é satisfatório?"

Outras autoridades não chegam a receber tratamento semelhante. O general Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, foi seu interlocutor assíduo durante os tempos em que o programa de distensão política do presidente Ernesto Geisel esteve em vigor, mas o diálogo está praticamente interrompido. Com o governador Martins o cardeal mantém relações que considera boas, embora sem grandes intimidades. Mas, nesses casos, ele pode ser considerado um amigo pelo menos incômodo. O governador, que fora solicitado por dom Paulo a oferecer garantias aos seis jornalistas presos com Herzog, no final de 1975, recebeu a visita pessoal de dom Paulo, que foi cobrar a promessa, após a morte do jornalista. Do mesmo modo, na semana passada, ao tomar conhecimento das declarações de Paulo Egydio, ele se mostrou "profundamente surpreso", embora, dois dias mais tarde, estivesse pronto a saudar "os novos tempos".

Os presos políticos têm sido uma das principais preocupações do cardeal, desde quando, em 1970, foi escolhido pelo papa para apascentar um gigantesco rebanho de 6,5 milhões de católicos concentrados na cidade de São Paulo — um território dividido em oito regiões episcopais, chefiadas por oito bispos, com 2 100 sacerdotes, 261 paróquias, 4 000 freiras pertencentes a 124 organizações e cinqüenta grupos ou movimentos leigos, entre os quais a Comissão Justiça e Paz, por ele criada em 1973 para cuidar de assuntos jurídicos, principalmente o relativo aos presos. Nesses anos, ele tem sido um visitador constante dos presídios paulistas, onde nem sempre é bem recebido. Mas as portas de sua branca residência no Alto do Sumaré, com fícus cobrindo o muro baixo, sempre estiveram abertas a agentes de segurança que o procuraram para falar das dificuldades de relacionamento com a família, "a vida transformada num inferno", desde que começaram a atuar no interrogatório dos prisioneiros.

É um dos raros assuntos sobre os quais dom Paulo se mantém extremamente reservado. Em casa, na sala grande onde a limpeza da lareira mostra que ela não tem sido usada com muita freqüência, fumando incontáveis cachimbadas que nada lhe custam — latas de fumo são, em geral, a paga que recebe pelas incontáveis conferências pronunciadas a variados auditórios — e sob a vigilância implacável de irmã Lourdes, uma espécie de "chefe do gabinete civil", dom Paulo enfrenta todos os temas com desenvoltura. Por exemplo, o dos direitos humanos, praticamente a base de toda a sua atuação em São Paulo.

O livro "São Paulo 75 — Crescimento e Pobreza" foi encomendado pela Pontifícia Comissão de Justiça e Paz a um grupo de economistas e sociólogos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Suas 160 páginas contêm os dados que orientam o trabalho desenvolvido em sua diocese, onde a máquina eclesiástica está constantemente preparada para agir "em defesa dos injustiçados e oprimidos". Essa radiografia de seu campo de atuação é conferida mensalmente por dom Paulo, pois são a realidade da cidade e os problemas de seus habitantes, sobretudo dos mais pobres da periferia, que compõem seu plano de trabalho. Todos os meses recebe em casa, ou na sede da Cúria, no bairro de Higienópolis, a apenas algumas dezenas de metros do gabinete do secretário Erasmo Dias, os oito bispos da diocese, "para discutir e elaborar em conjunto uma resposta da Igreja à vasta problemática de uma cidade como São Paulo", como diz Angelio Sandalo Bernardino, 44 anos, antigo assessor de dom Paulo e atualmente bispo da Zona Leste II — uma região periférica que abriga 1,4 milhão de pessoas.

Em função da conjuntura, as prioridades da ação podem pender mais para um determinado problema. Mas todos estão analisados no I Plano Bienal de Pastoral, espécie de roteiro de ação que baliza todo o trabalho. "Dom Paulo é um homem germânico quando se trata de programar", esclarece outro bispo auxiliar, dom Benedito Ulhoa Vieira, responsável pela Região Oeste I e ao mesmo tempo pela Pastoral Universitária, atualmente revitalizada. Mas não são apenas os bispos auxiliares que testemunham a preocupação do arcebispo de São Paulo com a organização, a consulta às bases e o trabalho perma-

"O bispo não pode calar"

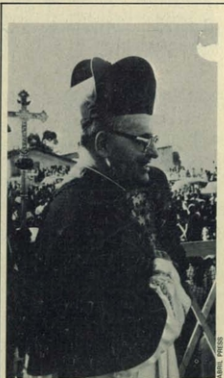
ABRIL PRESS

O pensamento do cardeal Evaristo Arns

Abaixo, algumas das opiniões e idéias do cardeal Paulo Evaristo Arns, expressas nos últimos tempos sobre a realidade brasileira e a sua tarefa pastoral:

• SOBRE O DIÁLOGO — *A melhor contribuição que a Igreja poderia oferecer já é pública: o documento "Exigências Cristãs de uma Ordem Política", elaborado no começo do ano na reunião dos bispos de Itaici. Não fui convidado para o diálogo nem espero convite. (Entrevista a VEJA na semana passada)*

• SOBRE JUSTIÇA — *Onde não há justiça não há vantagem para ninguém.* (Folha de S. Paulo, *27-6-1977)*

• SOBRE A CONSTITUINTE — *Talvez uma Constituinte poderia introduzir isso (uma possível saída). Mas não seria uma derrubada. O lógico seria uma*

nentemente voltado para as dificuldades da população mais pobre da cidade. No Vaticano, na semana passada, o correspondente de VEJA Marco Antônio Rezende ouviu, de alta fonte pontifícia, um lisonjeiro conceito: "Além de arguto diplomata, o cardeal Arns é um administrador exemplar, que compreende os problemas políticos e inspira confiança".

No Vaticano, ele inspira também carinho aos representantes alemães — pois é ele próprio descendente de alemães. Seu pai, Gabriel Arns, foi uma espécie de fundador da localidade de Forquilhinha, no município de Criciúma, em Santa Catarina. Paulo Evaristo, o quarto de uma série de treze filhos, trabalhou duro, como todos da família, mas também se divertiu na comunidade formada por quarenta famílias alemãs. "A casa era grande", lembra sua irmã Hilda, da Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora, em Feliz, Rio Grande do Sul. "Tínhamos lá uma grande vitrola e muitos discos importados da Alemanha. Nos fins de semana a juventude se reunia para dançar e cantar. Era muito divertido." Com igual simpatia é saudado pelos franceses, pois antes de sagrar-se bispo passou alguns anos em Paris, estudando Letras na Sorbonne. Os membros do Secretariado para os Não-Crentes, do qual participa, lembram seu desempenho quase sempre vigoroso nas reuniões.

SERGIO SADE

Em casa, sob a vigilância permanente da irmã Lourdes

Talvez graças a tantas demonstrações de apoio e simpatia, o cardeal conservador dom Pericle Felicci, presidente da Comissão de Reforma do Direito Canônico, tenha declarado certa vez, num desabafo: "Qualquer dia esse franciscano quer levar o Vaticano para São Paulo". O ímpeto de dom Paulo não vai a tanto, mas ele sabe como poucos defender suas posições nas sensíveis antecâmaras do palácio pontifício. Há dois anos, em audiência com o papa Paulo VI, ele argumentou com segurança sobre a conveniência de que não fosse transferido do Brasil para Roma o bispo de Conceição do Araguaia, o polêmico dom Pedro Casaldáliga, uma transferência que, suspeita-se em amplos setores, seria do agrado do governo brasileiro. "Dom Pedro não apenas exerce um direito, mas um dever. O que fizerem a ele, farão a mim" — teria respondido, na ocasião, Paulo VI.

Em tempos mais recentes, o cardeal de São Paulo recebeu do próprio papa novas manifestações tranqüilizadoras a esse respeito. De resto, a historiografia do Vaticano registra que não foram acolhidas outras discretas gestões do governo brasileiro, em 1968, que pretendiam a transferência, para Roma, do então bispo auxiliar de São Paulo, Paulo Evaristo Arns. Em 1973, quando obteve do Vaticano apoio para lançar-se na campanha em defesa do respeito aos direitos humanos, imprimiu 150 000 folhetos

---

evolução e uma tese suficientemente bem arquitetada. Isso os juristas poderiam fazer. (Folha de S. Paulo, *27-6-1977)*

• SOBRE A SUCESSÃO PRESIDENCIAL — *Se o senador Magalhães Pinto fica mais três meses com a sua campanha nas ruas, ele toma conta deste país. (Entrevista a VEJA na semana passada)*

• SOBRE OS ESTUDANTES — *Eles lutam por quatro pontos. "Queremos que soltem os estudantes." Mas é evidente que nós queremos isso. "Anistia ampla." Quem não quer isso? "Liberdades democráticas." Quem não quer liberdades democráticas? Participação? Então não vejo o que há de subversivo.* (Folha de S. Paulo, *27-6-1977)*

• SOBRE O ATO INSTITUCIONAL N.º 5 — *O AI-5 está sendo estudado nas universidades européias e causa apreensão. O ideal do país deve ser o bem-estar social e a participação de todos na cultura. A segurança nacional deve ser apenas o instrumento para que alcancemos essa transformação. (Entrevista coletiva em 4-4-1971)*

• SOBRE A LIBERDADE DE IMPRENSA — *Ela é imprescindível porque salvaguarda todas as outras: a individual, a econômica, todas. (Entrevista a VEJA na semana passada)*

• SOBRE O PAPEL DO BISPO — *O bispo, e com ele toda a Igreja, não pode assistir calado a uma violência que atinge o povo, ceifando vidas, pela desnutrição e pelas más condições de saneamento e saúde, pelos acidentes de trabalho e de trânsito, pelo excesso de trabalho, fadiga e depauperamento, pelo desemprego e pela remuneração que não cobre as necessidades mínimas, pela ausência de moradia e precariedade de transportes, pela insegurança e pela asfixia da liberdade de associação, informação e reivindicação. (Prefácio ao livro "São Paulo 75 — Crescimento e Pobreza")*

• SOBRE A DIREITA E A ESQUERDA — *A Igreja não pode ser da direita ou da esquerda, porque, quando ela começa a julgar o homem, deixa de ser Igreja. (Entrevista coletiva em 19-9-1975)*

• SOBRE A ANISTIA — *Lutamos pela anistia porque significa progresso para a civilização e um gesto de profunda sabedoria política. (Mensagem de Natal, 1975)*

• SOBRE OS TRABALHADORES — *Se a Igreja se preocupasse com os trabalhadores só porque os comunistas também o fazem, seria oportunismo. Ela se preocupa com a sorte dos menos afortunados e defende uma melhor distribuição de renda. (Entrevista coletiva em 27-6-1976)*

• SOBRE A POLÍCIA — *A Polícia tem o dever de manter a ordem, mas a ela não cabe julgar e dar um veredicto a ninguém. Isto é tarefa única da Justiça. (Entrevista coletiva em 9-5-1977)*

• SOBRE O BRASIL PRÉ-64 — *Que a gente não queria a anarquia, não queria mesmo. Mas quando saiu a primeira cassação, sobretudo quando saiu a cassação de Juscelino, eu me levantei da sala onde ouvia o noticiário e todos fizeram o mesmo. Ora, uma pessoa não pode defender-se...* (Folha de S. Paulo, *27-6-1977)*

e abriu os microfones da Rádio Nove de Julho — que pertencia à diocese e teve sua concessão cancelada pelo governo, em outubro daquele ano — para a nova pregação. Seu objetivo era conquistar o apoio da opinião pública para suas posições — e continua a pensar que esse esforço deve ser feito sempre. "O povo", disse aos jornais, há três meses, "não vai com a gente; e se não for com a gente, não adianta fazer nada, porque a gente não está aí para fazer alguma coisa para o povo. Ele é que tem de fazer."

Muitas vezes, após rezar a missa nas pequenas vilas da periferia, o cardeal estimula esse espírito crítico através de debates e conversas. Com os 17 milhões de cruzeiros obtidos com a venda do antigo Palácio Episcopal, dom Paulo tem financiado a compra de pequenos lotes de 60 metros quadrados, nas vilas operárias, onde os padres orientam a construção de centros sociais, por meio de mutirão. "Não se pode ir à casa de alguém discutir os problemas", recomenda o cardeal. Então as reuniões de debate e discussão dos problemas da localidade começam no próprio mutirão.

Mas que problemas são esses? Para localizá-los, a Igreja está empregando modernos métodos de pesquisa. Perguntados sobre o que mais pesa sobre os seus direitos, boa parte dos moradores da Região Leste II respondeu sem hesitar: "O custo de vida". Daí a declaração prestada pelo cardeal à *Folha de S. Paulo:* "Todo o problema, no fundo, está aí: uns terem tudo e outros não terem nada". Essa preocupação com os direitos humanos tem feito dele uma personalidade internacional. Em maio passado, ao preparar o discurso com que agradeceria o título de doutor honoris causa que lhe foi concedido pela Universidade de Notre Dame, o presidente americano Jimmy Carter solicitou de seus assessores que indicassem líderes religiosos para serem citados, sem correr o risco de que criassem embaraços futuros para o governo. Tanto o secretário de Estado Cyrus Vance quanto o assessor para Assuntos de Segurança Nacional, Zbignew Brzezinski, lembraram o cardeal de São Paulo.

Por isso, é muito provável que dom Paulo seja incluído na relação dos convidados especiais de Carter, para a recepção que oferecerá na embaixada americana, em Brasília, quando de sua visita ao Brasil em novembro próximo. Afinal, na cerimônia de Notre Dame — onde também foi agraciado com o título de doutor honoris causa —, ele conversou 15 minutos a sós, com Carter, e terá sido um dos primeiros brasileiros a saber que o presidente americano visitaria o Brasil ainda este ano. Mas nos Estados Unidos o prestígio do cardeal paulista vai além dos jardins da Casa Branca. Na semana passada, o reverendo Theodore M. Hesburgh, presidente da Universidade de Notre Dame, declarava a Judith Patarra, de VEJA, a respeito dos acontecimentos no campus da PUC: "Como chanceler e pastor, o cardeal Arns sabe que uma universidade não é um campus, nem uma igreja em construção. Uma universidade existe se homens honestamente buscam a verdade, e uma igreja é sustentada quando essa verdade é transformada em serviço para amar o próximo, especialmente os pobres e sem poder. A esperança de ambos se nutre sempre que líderes como ele continuam a lutar por Justiça, inclusive com grande risco pessoal".

Ralph Della Cava, historiador e brasilianista, autor de um minucioso estudo sobre o misticismo do padre Cícero, no Ceará, quase propõe a beatificação do cardeal Arns. "Quem é dom Paulo?", pergunta, para logo responder: "Quem responder cardeal arcebispo tem razão, mas não disse tudo, nem o mais importante. Antes de mais nada, ele é um irmão espiritual do grande santo de nosso tempo, São Francisco de Assis, irmão que inspirou sua vocação, santo que ajudou um movimento que até nossos tempos quer viver o maior mandamento, que é amar o próximo, pois ele é seu irmão". Em Brasília, o deputado arenista Cantídio Sampaio, ex-secretário da Segurança de São Paulo, não reconhece tal santidade de propósitos no comportamento de dom Paulo.

Convencido de que as denúncias do coronel Erasmo Dias e do governador Paulo Egydio sobre a infiltração comunista na PUC são verdadeiras, Sampaio sentencia: "O comportamento do cardeal é temerário. Como religioso, ele deveria atuar para aplacar os ânimos. Mas, na verdade, ele está açulando gente apaixonada que, escudada no seu apoio, pode até se atirar a lances mais arriscados e audaciosos".

Com o papa: a defesa de dom Pedro Casaldáliga

Com Carter: um dos primeiros a saber da visita

Já o líder do MDB no Senado, André Franco Montoro, prefere destacar os dois fatores que, considera, fazem de dom Paulo "uma das figuras mais expressivas da vida nacional, um homem que hoje está na vanguarda do pensamento brasileiro". "Franciscano e universitário", nota Montoro, "eis a feliz reunião de circunstâncias que faz de dom Paulo esse bispo de coragem e energia. Firme, mas de uma coragem serena, não agressiva." Em São Paulo, o jurista Dalmo Dallari, da Comissão Justiça e Paz, criada por dom Paulo, afirma: "Ele age de acordo com o que prega: quando há um problema na favela, ele vai à favela; se é no presídio, ele vai ao presídio. Sem temer conseqüências, sem considerar conveniências e sem pensar em oportunismo".

Essa insistência em visitar favelas e presídios pode efetivamente parecer a alguns oportunismo político ou, até mesmo, segundo reconhece o próprio car-

deal, uma aproximação com o que se supõe seja o comportamento dos comunistas. "Mas", lembra Dallari, "quando alguém diz a dom Paulo que suas atitudes coincidem com o marxismo, ele responde: 'Então, melhor para o marxismo'." É claro que nem todas as suas posições, nem todas as suas palavras, merecem apoio unânime, inclusive dentro da hierarquia da Igreja. Recentemente, quando o santuário da Penha, em São Paulo, foi palco de um "ato público de solidariedade aos oprimidos e injustiçados", com a leitura de um documento apoiado por vinte entidades leigas e religiosas, o arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, dom Avelar Brandão Vilela, reagiu, em nota oficial publicada no jornal *O Mensageiro*.

"Quando me perguntam", argumentou dom Avelar, "se o documento 'Pela Justiça e Libertação' que traz o apoio de vinte entidades paulistas e se constitui num movimento que pretende andar pelo país, deve ser interpretado como atitude pastoral da Igreja de São Paulo, apoiada por grupos políticos, sociedades culturais e igrejas não católicas, ou se trata de um texto oficial da Igreja do Brasil, entendo tranqüilamente, sem diminuí-lo, que não é um texto oficial." Tais preocupações sociais, portanto, não pertencem a toda a cúpula católica do Brasil. Mas as posições de dom Paulo não são novas, e, se com elas ele conseguiu atingir em tempo muito rápido a púrpura cardinalícia, isso deve significar que suas posições estão de acordo com a orientação do Vaticano. Que elas não são recentes, mostra-o uma entrevista concedida pelo arcebispo de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara, ainda em 1968. Naquela ocasião, ele recomendou aos jornalistas que o entrevistavam no Rio de Janeiro: "Vocês deviam procurar um amigo meu, o Paulo. Guardem esse nome, é desconhecido, mas está predestinado a ser muito importante no Brasil. Tem as mesmas preocupações sociais que eu, mas é muito mais hábil, mais político. Nos próximos anos, ele, e não eu, terá o papel histórico de difundir pelo país o Evangelho de Cristo. Sua voz, não a minha, é que será ouvida".

Proféticas palavras, sem dúvida. Pois enquanto a voz do cardeal arcebispo de São Paulo se torna cada vez mais potente, falando dos dramas dos presos, políticos e comuns, dos pobres da periferia, da liberdade e da melhor distribuição das riquezas, a do arcebispo de Olinda, não por sua vontade, é claro, cada vez é menos ouvida no país, ainda que dispondo de muitas e variadas oportunidades no exterior (no final da semana passada, a demora no recebimento do documento que o isentava do depósito prévio de 16 000 cruzeiros quase impediu dom Hélder de viajar para Atenas, onde durante três dias participará de um debate, a ser televisionado para a Europa, sobre a democracia).

ABRIL PRESS

Com os caciques índios: a favor dos injustiçados

PEDRO MARTINELLI

Com estudantes: "Vítimas, não provocadores"

Qual seria o exato significado da expressão "mais político", com que dom Hélder pretendia exaltar as virtudes do companheiro que apresentava aos jornalistas? Não seria, com certeza, uma disposição para acomodar-se, ou silenciar. Em 1972, impedido pelas autoridades de visitar presos que faziam greve de fome, num presídio paulista, fez afixar em centenas de igrejas de São Paulo, por ocasião das comemorações do Pentecostes, uma carta de protesto. "É lamentável", disse então, "que neste país cristão, quando estão em jogo vidas humanas, aquele que de Deus recebeu o múnus de Pastor seja impedido de cumprir sua missão específica, aliás garantida por nossa Carta Magna". Um mês depois, diante da repercussão desse gesto, apressou-se em esclarecer que não havia divergências insuperáveis entre a Igreja e o Estado. "Onde os direitos humanos não são respeitados", explicou então, "nós nos manifestamos contrariamente; quando essas prerrogativas são defendidas, estamos a favor."

Àquela altura, divergências desse tipo seriam constantes — e constantes permaneceriam ao longo dos anos seguintes. Mas a partir de 1974 algumas coisas começaram a melhorar, como, por exemplo, a liberdade para os grandes jornais, reconhecida por dom Paulo com evidente alegria, embora o próprio órgão oficial da arquidiocese, *O São Paulo*, ainda continue obrigado a enviar todos os seus originais à Censura Federal. Político e hábil, como vaticinava dom Hélder Câmara em 1968, ele não hesitou em louvar o governo pela recusa da ajuda militar fornecida pelos Estados Unidos, afirmando que aquele país "deve rever seu conceito de violação dos direitos humanos, que não se concentra apenas na prática de torturas, mas também na ação predatória a povos que lutam contra a pobreza".

Dentro dessa linha de raciocínio, dom Paulo pode assegurar, como fez em 1971, que "a Igreja não faz oposição ao governo" — embora se oponha a atos isolados que contrariem seus princípios e suas crenças. Desligado das questões e preferências partidárias, embora se mantenha próximo das aflições de quantos freqüentam os seus templos ou invocam sua proteção, o cardeal arcebispo de São Paulo pode, sem dúvida, ser apontado como um exemplo de cultivador da política, tal como ele a definiu em um almoço da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas: "A política é uma necessidade dos dias de hoje, para não ser criada uma tecnocracia. É preciso criar novas formas de democracia, proporcionando a cada homem a possibilidade de formar-se, de exprimir-se, mas comprometendo-o também na responsabilidade comum".

Naufrágio

Movido certamente pela melhor das intenções, o então governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, hoje presidente da Eletrobrás, decidiu em agosto de 1972 comprar na Inglaterra por 1,3 milhão de cruzeiros um exemplar da futurística lancha voadora Hovermarine, para transportar em viagens de 10 minutos entre Salvador e a ilha de Itaparica, do outro lado da baía de Todos os Santos, 65 passageiros confortavelmente aboletados em cadeiras acolchoadas. "Agora, os pobres vão deixar para trás as velozes lanchas dos ricos", previu Magalhães na época. Ledo engano. Desde que chegou, a Hovermarine só deixou um rastro de prejuízos e dores de cabeça. Certa vez, por exemplo, encalhou cinco vezes nas areias do rio Paraguassu quando levava o governador e todo o secretariado estadual para um passeio até a histórica cidade de Cachoeira, a uma centena de quilômetros de Salvador. Em mais de uma ocasião, o percurso até Itaparica prolongava-se por quase uma hora, bem mais que o tempo gasto habitualmente pelas velhas embarcações da Companhia de Navegação Baiana. Tantas fez a Hovermarine, quem sabe por alguma misteriosa incompatibilidade entre seu delicado mecanismo e as límpidas porém traiçoeiras águas do litoral baiano, que acabou retirada de circulação para deteriorar-se lenta, gradual e seguramente nos estaleiros varridos pelo vento da companhia de navegação, na Cidade Baixa de Salvador. Não admira, portanto, que ao ser a Hovermarine levada a leilão na semana passada, não haja aparecido nenhum interessado disposto a cobrir o lance inicial de 2 067 000 cruzeiros fixado pelo atual governo baiano, ansioso em desfazer-se do modernoso trambolho.

Imposto na fonte

Os formulários do Imposto de Renda deste ano, confeccionados em papel finlandês acetinado, custarão aos cofres públicos 1 milhão de dólares — revelou da tribuna da Câmara o deputado federal José Carlos Teixeira, do MDB sergipano. Publicada no boletim do Congresso Nacional do dia 23 de setembro, a denúncia foi transformada em seca notícia de seis linhas pelo jornalista Orestino Gomes de Amorim, para ser transmitida pela Rádio Nacional de Brasília, emissora da Radiobrás, Empresa Brasileira de Radiodifusão. Dois dias depois, Amorim, de 24 anos, foi chamado ao gabinete do superintendente da Radiobrás, coronel da reserva Klecius Caldas. "Uma rádio do governo não pode ser utilizada para fazer críticas ao próprio governo", sentenciou o coronel Caldas — e demitiu sumariamente o jornalista.

RICARDO CHAVES

Deputado Leal: satisfações a ninguém

Democracia = mordomia

Do que depende o fortalecimento do Legislativo no Brasil? Para o deputado estadual gaúcho Pedro Américo Leal, de 53 anos, arenista e coronel da reserva da Brigada Militar de seu Estado, a resposta é simples. Segundo ele, tudo se resolveria se cada deputado tivesse à sua disposição auxiliares em número suficiente e recintos adequados ao exercício das nobres tarefas para as quais foi eleito. "Caso contrário, o povo estará brincando de democracia", verberou Leal na quarta-feira passada, ao exigir, com a veemência que lhe é peculiar, que cada um dos seus 55 colegas de Parlamento estadual fosse contemplado com um chefe de gabinete e um motorista. E, em face do escasso entusiasmo demonstrado pela presidência da Assembléia em relação ao pedido, Leal esgrimiu um argumento revelador de suas idéias democráticas: "Não temos que dar satisfações a ninguém. Nem ao Executivo, nem ao Judiciário, nem às Forças Armadas, nem à imprensa". E, quando um deputado emedebista ousou lembrar que de pouco valem assessores se aos assessorados falta "aquele elemento vital, que se chama poder", Américo Leal fulminou: "Se cada deputado tivesse o seu séquito de homens e mulheres capacitados a auxiliá-lo, não teriam acontecido as coisas que aconteceram ao Poder Legislativo".

Cosme & Damião

Na última terça-feira, no Rio de Janeiro, um locutor de rádio esbravejava: "É humilhante e indigno esse hábito de distribuir doces a meninos, como se fossem animais". A ira do radialista havia sido provocada por alguns assustadores registros policiais do tradicional costume que caracteriza a festa de São Cosme e São Damião. Dez crianças, por exemplo, foram atropeladas enquanto se engalfinhavam por um punhado de guloseimas — e uma delas, de 8 anos, morreu de traumatismo craniano. Houve mais: o assalto a uma distribuidora de doces, no subúrbio de Bangu, por quatro homens armados; e, no bairro do Cordovil, tamanho foi o tumulto que um renitente doceiro precisou defender-se a golpes de porrete do assédio da meninada.

O DIA

Festa popular carioca: atropelamento, morte, assalto e cacetada

AMILTON VIEIRA

Reunião do MDB em Curitiba: campanha difícil

MARCOS SANTILLI

Reunião na casa de Levy: queixas e temores

PARTIDOS

Enquanto janeiro não vem

A discrição dos interlocutores não permitiu uma precisa avaliação dos resultados do encontro entre o senador Petrônio Portella e o bispo dom Ivo Lorscheiter, secretário-geral da CNBB, na tarde de terça-feira passada, em Brasília. "Foi uma conversa cordial e realista", resumiu o presidente do Senado. No dia seguinte, de volta ao Rio de Janeiro, dom Ivo também se mostraria reticente quanto ao exato conteúdo do encontro de Brasília. "A conversa foi interessante, boa e positiva", afirmou. Mas ressalvou que uma efetiva intenção de dialogar teria de necessariamente abranger, além da Igreja, "os advogados, intelectuais, estudantes e trabalhadores".

Na quinta-feira, um documento assinado pela CNBB avalizou oficialmente o início das conversações entre a Igreja e o emissário do governo, salientando que "hoje parece inadiável um esforço eficaz para a normalização institucional do país". Coerentemente, o documento insistia em sugerir uma "participação ampla e efetiva de todas as instituições representativas do povo brasileiro", argumentando que "o futuro político da nação (...) não pode depender do arbítrio de uma pessoa ou de um restrito grupo". E informava, enfim, que a contribuição da Igreja ao debate institucional pode ser encontrada no documento "Exigências Cristãs de uma Ordem Política", aprovado pela 15.ª Assembléia Geral do Episcopado, promovida em fevereiro em Itaici, no município paulista de Indaiatuba, que foi entregue a Portella, por dom Ivo, durante o encontro de terça-feira.

Pelo menos a curto prazo, as resoluções de Itaici, que traduzem as atuais preocupações liberalizantes dos bispos brasileiros, dificilmente serão incorporadas a um projeto político do governo, que há sete meses reagiu com evidente desagrado à divulgação do documento. Mesmo assim, o encontro com dom Ivo parece ter estimulado Portella a ampliar seu roteiro de contatos extraparlamentares. Ele já confidenciou que nesta segunda-feira deverá desembarcar no Rio para conversar com o jurista Raymundo Faoro, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. E sua agenda também prevê um encontro, talvez ainda nesta semana, com o cardeal-arcebispo dom Eugênio Salles.

Sob suspeita — A presença da Igreja à mesa do entendimento configura um trunfo apreciável para quem, como Portella, foi colocado na alça de mira dos setores mais agressivos do MDB. Na semana passada, no Rio, o senador Marcos Freire qualificou as propostas até agora formuladas por Portella como "remendos que não conciliarão a nação brasileira". Para Freire, a oposição já apresentou sua proposta — a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que, na sua opinião, pressupõe "a anistia e a revogação da 'Lei Falcão' e do AI-5". Mas, para tranqüilidade do comando arenista, algo alarmado com o forte apelo eleitoral embutido na campanha pela Constituinte, a moderada cúpula do MDB não parece pensar como o senador pernambucano.

CHICO NELSON

Dom Ivo: uma conversa interessante

Na tarde de sexta-feira, a suspeita de que a direção emedebista não está interessada em acelerar o ritmo e elevar o tom da campanha foi engrossada pela divulgação de dois documentos — uma carta dirigida ao senador Paulo Brossard pelo ex-ministro e deputado Oswaldo Lima Filho, cassado em 1968, e um resumo das decisões adotadas pela bancada do MDB no Senado em relação ao debate institucional. Na carta, divulgada pelo secretário-geral Thales Ramalho com a expressa autorização de Brossard, Lima Filho revela o temor de que "a execução da campanha possa converter-se no pretexto ideal para a ação dos radicais de direita abroquelados no 'sistema', onde vivem a denunciar a existência de uma 'guerra revolucionária' ".

Para contornar tal ameaça, Lima Filho recomenda "o entendimento entre os líderes do governo e da oposição, entre civis e militares", que resultaria na "organização de uma grande comissão de revisão constitucional integrada por parlamentares indicados pelos dois partidos, com a missão histórica de elaborar as reformas da Constituição". Por sua vez, o sumário elaborado pela bancada no Senado e divulgado pelo líder Franco Montoro sugere que a bandeira da Constituinte não implica a prévia recusa de reformas parciais aprovadas pelo atual Congresso. Portanto, permanecem abertas as portas do diálogo ensaiado por Portella. Na véspera, por sinal, o senador Paulo Brossard, um dos raros senadores com livre trânsito entre a irre-

quieta bancada emedebista na Câmara Federal, mantivera um encontro de 35 minutos com Portella, oficialmente para comunicar sua iminente viagem à Europa.

A meio pau — "Existe uma tentativa de boicote à campanha por parte dos setores mais reacionários do partido", afirmou a Hélio Doyle, de VEJA, o deputado paulista Airton Soares. "Mas o debate está sendo levado a despeito do MDB", ressalvou. Por enquanto, a bandeira desfraldada na convenção nacional permanece a meio pau na maioria dos diretórios regionais — com exceção de Pernambuco, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na terça-feira passada, em Curitiba, os presidentes dessas seções estaduais novamente se reuniram em busca de fórmulas capazes de transformar a Constituinte numa reivindicação popular. Como chegar a isso, porém, sem a decidida ajuda das principais estrelas partidárias?

Apesar das fissuras que ameaçam a unidade do MDB, o deputado Ulysses Guimarães continua reafirmando que, até o final do ano, serão realizadas três concentrações, "se possível, quatro". E, segundo alguns dirigentes da oposição, para o início da mobilização, previsto para São Paulo, falta apenas definir o local — enquanto alguns preferem o estádio do Pacaembu, com mais de 60 000 lugares, outros indicam a Assembléia Legislativa, com espaço para 500 pessoas. A Arena, de seu lado, vê com extremo ceticismo os projetos adversários. Mas, por via das dúvidas, promete contra-atacar a partir de outubro, com um roteiro de concentrações destinadas a torpedear os argumentos pró-Constituinte.

Sejam quais forem o ritmo e o tom da campanha, a tese da Constituinte é previamente descartada por Portella. "Com ela, o MDB quis nos isolar da sociedade civil, mas isolado ficará quem se obstinar a não participar do entendimento", sustentou o senador piauiense na noite de terça-feira, diante de 25 parlamentares da Arena reunidos na residência do deputado Herbert Levy. Foi a segunda reunião do gênero promovida no amplo apartamento da Superquadra Norte 302, cujos onze blocos são habitados por parlamentares. E, ao contrário da primeira, realizada no fim de agosto, desta vez foi permitida a presença de jornalistas, embora limitada, por falta de espaço, a três repórteres indicados pelo Comitê de Imprensa da Câmara.

A quatro mãos — Desta feita o anfitrião também calculou com mais cuidado a ração de cada conviva e todos se fartaram de salgadinhos, camarões e strogonoff com arroz, regados a uísque, cerveja, refrigerantes e vinho rosé. Pelo menos uma gafe, entretanto, foi registrada. Minutos antes do começo da reunião, o deputado catarinense Henrique Córdova entrou no apartamento pèla porta de serviço e topou com Levy, que não o conhecia pessoalmente. Pensando tratar-se de um dos garçons que contratara, o anfitrião informou que os convidados só seriam servidos depois da chegada de Portella e comandou: "Por enquanto, vá pondo a cozinha em ordem". Para não constranger Levy com a revelação do engano, Córdova esperou que ele deixasse a cozinha e, diplomaticamente, saiu por onde entrara.

Como já ocorrera em agosto, o ágape arenista acusou um claro descompasso entre as preocupações de Portella, que preferia falar do diálogo que coordena e dos planos para a institucionalização do regime, e as inquietações da bancada situacionista, quase todas derivadas das incertezas que cercam sua sobrevivência política. Assim, a indócil platéia não demonstrou especial entusiasmo pelas previsões de Portella, que novamente vaticinou a constitucionalização do país em 1978, no bojo de um projeto conduzido a quatro mãos pelo presidente Ernesto Geisel e seu sucessor. Em vez disso, os parlamentares preferiram atirar-se ao garimpo de fórmulas que impeçam a catástrofe eleitoral por eles profetizada para o próximo pleito.

CHICO NELSON

Freire: a nação não quer remendos

Ao cabo de três horas de reunião, o estoque de sugestões incluía propostas que variavam da prorrogação dos mandatos parlamentares ao fim do bipartidarismo, passando pela inclusão de deputados nas comitivas presidenciais e pela extinção da eleição indireta para o Senado. Ainda mais ousado, o fluminense Eduardo Galil propôs que todos os senadores fossem nomeados, argumentando que, "se um terço indireto é legítimo dois terços também serão". Estoicamente, Portella procurou reanimar seus correligionários, ponderando que "a partir de janeiro toda uma situação nova se criará". A essa altura, porém, o desalento generalizado já encontrara um veemente porta-voz no próprio promotor da noitada.

Discurso inacabado — "Nós não desejamos outra coisa senão jogar um salva-vidas para essa Revolução", afirmou Levy. "Por que esperar o sucessor? Estamos como gado que vai para o matadouro, e tratando de arranjar um atalho que não nos leve a ele." Contaminado pelo pessimismo, o gaúcho Alexandre Machado, aos berros, acusou Portella de ter franqueado o encontro aos jornalistas "por não desejar falar francamente". "Se a imprensa foi chamada, é porque não se quer que falemos", bradou Machado. "Vossa Excelência dizendo isso mostra que não tem verdades a dizer, tem só bravatas", retrucou Portella no mesmo tom. Finda a reunião, ambos se reconciliaram e não se soube que misteriosas propostas Machado faria caso o debate ocorresse longe das vistas da imprensa.

A tese da antecipação da escolha do sucessor de Geisel, também enunciada no conturbado encontro, aportaria no Congresso na quarta-feira passada, pela voz do deputado mineiro Sinval Boaventura. Com arrastado sotaque interiorano, tropeçando em palavras nada complicadas, Boaventura sustentou que a antecipação do processo sucessório "traria enormes vantagens no campo político, pelo fato de proporcionar uma orientação à opinião pública nacional". A conclusão do discurso, contudo, permanecerá inédita: depois de ler dezenove laudas, Boaventura subitamente calou-se, remexeu alguns papéis e, aparentando não encontrar o que procurava, soltou uma risada e abandonou a tribuna.

No plenário, sempre sorridente, ele enfim se explicou aos aturdidos colegas: "Não sei onde foi parar a última página", informou, "e não me lembro do que estava escrito ali". O incidente serviu para engrossar suspeitas de que o parlamentar mineiro simplesmente leria discursos redigidos em termos radicais por terceiros. Que objetivos estariam, então, por trás da proposta? A indagação voltaria a ecoar na quinta-feira, quando a antecipação sugerida na véspera foi encampada pelo goiano Siqueira Campos — declarado partidário, como Boaventura, da candidatura à Presidência da República do general Sylvio Frota, ministro do Exército.

Obra realista — Campos não só reafirmou os dotes cívicos de seu candidato como fez veladas restrições ao ge-

neral João Baptista Figueiredo, ao estranhar "essa onda publicitária em torno da candidatura de um ilustre brasileiro que, além de auxiliar direto do senhor presidente da República, é militar da ativa, sem que haja manifestação por parte dos setores e pessoas militares, inclusive desse eminente chefe militar que tentam envolver". Ao longo da semana, aliás, candidatos e cabos eleitorais prosseguiram animadamente a ciranda sucessória. Também o senador Magalhães Pinto, alheio aos crescentes rumores de que a candidatura do general Figueiredo já se tornou imbatível, concedeu entrevistas a jornalistas estrangeiros e, em aparte a um discurso do senador emedebista Nelson Carneiro, convidou os deputados a integrarem sua caravana para uma avaliação da receptividade popular a seu nome.

que o teor do discurso presidencial não deverá destoar dos pronunciamentos de 1974. Em março desse ano, na cerimônia de posse, Geisel propôs "a aperfeiçoamento democrático", e a "institucionalização acabada dos princípios da Revolução de 1964", além da substituição dos instrumentos excepcionais por "salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes dentro do contexto constitucional". Em agosto, Geisel salientou que "as modificações necessitam ser realistas e oportunas, com franquias que tenham, como contrapartida necessária, a responsabilidade efetiva". Em dezembro de 1974, enfim, ele retomou o tema da normalização democrática, para acrescentar que essa meta deveria ser alcançada através dos dois partidos existentes. Consultando papéis entesourados no bolso do paletó, todos

ABRIL PRESS

Brossard e Portella: o inesperado encontro de velhos adversários

Mas, enquanto janeiro não vem, tanto a campanha pela Constituinte como a corrida da sucessão deverão partilhar a expectativa do mundo político com o pronunciamento que o presidente Geisel fará no dia 1.º de dezembro, diante dos presidentes dos diretórios regionais da Arena que se reunirão em Brasília com a cúpula do partido. "A reunião será um marco na atual fase da vida política brasileira", promete o deputado Francelino Pereira, que deverá propor oficialmente a tese da constitucionalização — ou seja, a substituição do arbítrio dos atos de exceção por instrumentos capazes de garantir a segurança do Estado e das instituições. E, em seu pronunciamento, Geisel poderá avançar os contornos das reformas em aparente gestação no Palácio do Planalto, sempre em sigilo.

Uma alta fonte da Arena acredita com transcrições de trechos de discursos de Geisel, a mesma fonte assegurou a Álvaro Rodrigues Pereira, de VEJA, que os dirigentes arenistas regressarão a seus Estados convencidos de que o calendário eleitoral será cumprido, e de que não se cogita da extinção do bipartidarismo.

Quanto ao conteúdo das reformas, o senador Petrônio Portella adverte que "a constitucionalização não será a obra sonhada por alguns juristas", e sim "a obra do realismo político, que compatibilize de fato a liberdade com a responsabilidade, a função do Estado com os direitos dos cidadãos". Mas, depois do desalento provocado pelo "pacote de reformas" decretadas em abril, qualquer avanço no rumo da superação do atual impasse, ainda que tímido, bastará para manter vivos os sonhos democráticos que florescem no país.

CONGRESSO

"Não estou aqui"

A sexta-feira passada foi o último dia de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o sistema fundiário, mas o seu relator, o deputado Jorge Arbage (Arena-PA), parecia certo de que haveria uma prorrogação. Tanto assim que foi à reunião de sexta-feira sem levar relatório — e, se não existia relatório, a CPI não podia ser encerrada.

Enganou-se duplamente. Primeiro porque o presidente da comissão — Genervino Fonseca (MDB-GO) — comunicou que a CPI terminava ali mesmo, sem prorrogação. Segundo, havia um relatório, apresentado por parlamentares do MDB, Walber Guimarães e Jerônimo Santana, desconfiados de alguma manobra protelatória do relator. Surpreendido, Arbage tentou uma saída desesperada: pediu verificação de quorum. O presidente verificou e comunicou: "Há quorum, estão presentes cinco parlamentares do MDB e um da Arena" — este o próprio Arbage.

"Então não há quorum", anunciou Arbage para a pequena e perplexa platéia, "porque eu não estou aqui."

"Como não está?", protestou o presidente Fonseca. "É claro que Vossa Excelência está aqui." "Não estou", insistia Arbage, enquanto se preparava para de fato não estar — isto é, pegar sua mala e deixar o recinto do plenário.

O presidente Fonseca, irritado, interpelou-o: "Mas se Vossa Excelência insiste em que não está aqui, não pode pedir verificação do quorum. E, assim, eu não posso verificar". Arbage ainda tentou dar prosseguimento ao inacreditável diálogo, voltando do meio do caminho: "Peço a verificação do quorum e depois digo que não estou aqui".

A bem do decoro parlamentar, o presidente passou à votação — e acabou aprovando o relatório apresentado pelo MDB, numa CPI em que a Arena tinha o relator e era majoritária — seus outros representantes não se dignaram comparecer à reunião de sexta-feira. Ao que parece, o deputado Jorge Arbage sentiu-se em dificuldades para elaborar o relatório, já que os depoimentos prestados à CPI continham denúncias graves contra políticos arenistas. Segundo parlamentares da oposição, foram esses mesmos políticos envolvidos que tentaram fazer pressão sobre o presidente do Senado, Petrônio Portella, e da Câmara, Marco Maciel, com o objetivo de encerrar a CPI tão discretamente quanto possível. Mas ainda há esperanças para os que se sintam ofendidos — e mais honrosas que as do deputado Arbage. Indo a plenário, o relatório da CPI poderá ser derrubado pela Arena.

Silveira na ONU: recado a Washington

DIPLOMACIA

Os preparativos

Foi uma semana cheia. De segunda-feira à tarde, quando pronunciou o discurso de abertura da 32.ª assembléia geral das Nações Unidas, até a manhã de sábado último, quando conferenciou com seu colega americano, o secretário de Estado Cyrus Vance, sobre a visita que o presidente Jimmy Carter fará ao Brasil em novembro, o chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira cumpriu em Nova York uma agenda especialmente sobrecarregada. Entre outros encontros diplomáticos, ele falou de Itaipu e Corpus com os chanceleres da Argentina e do Paraguai, de política nuclear com o chanceler da Holanda, de direitos humanos com o chanceler do Canadá e do estado atual das relações Brasil-Estados Unidos com seu amigo, o ex-secretário de Estado, Henry Kissinger.

No discurso à ONU, Silveira reafirmou as posições do governo brasileiro em face de dois desses temas — proliferação nuclear e direitos humanos. Num claro recado a Washington, ele disse que "o acesso à tecnologia para os usos pacíficos da energia nuclear, atendidos os controles adequados, não deve estar sujeito a restrições discriminatórias" e que "a nenhum país ou conjunto de países pode ser atribuída a condição de juiz de outros países em questões (como a dos direitos humanos) tão sérias e tão íntimas da vida nacional". Tais assuntos, que constituem o cerne das divergências entre Brasília e Washington, serão sem dúvida tratados quando Carter e Geisel conferenciarem, embora o encontro "não deva obedecer a um roteiro prefixado", segundo antecipou a VEJA em Nova York uma fonte próxima a Silveira.

Almoço e jantar — A expectativa gerada pelo anúncio da visita de Carter cercou de injustificado interesse a passagem por Brasília, na terça-feira da semana passada, de Ernesto Preeg, um dos tantos assessores do subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Terence Todman. Em "viagem de familiarização" pela América Latina, como a descreveu um porta-voz da embaixada americana, Preeg provocou em Brasília um despropositado mal-entendido político, que só se desfez dias depois de sua partida. Tudo porque ele recebeu para almoçar onze parlamentares do MDB, entre eles o presidente do partido, Ulysses Guimarães, e figurões oposicionistas como os senadores Paulo Brossard, Marcos Freire e o deputado Thales Ramalho.

A isso se atribuiu o fato de que, dos vinte arenistas convidados para jantar na mesma terça-feira com o assessor de Todman, na residência do embaixador americano John Crimmins, compareceram apenas três — o senador Eurico Rezende e os deputados Flávio Marcílio e Pinheiro Machado. E os emedebistas que almoçaram com Preeg reagiram irritados à suposição de que haviam falado com ele de problemas políticos brasileiros. Desabafou o senador Brossard: "É idiotice pensar que iríamos tratar de nossa estratégia política com funcionários estrangeiros. Houve apenas uma conversa de homens civilizados sobre assuntos políticos gerais".

Para entender Carter — Alheios a esse tipo de conjetura, diplomatas americanos e brasileiros começaram na semana passada a preparar a visita de Carter a Brasília. A embaixada brasileira em Washington, por exemplo, lançou-se em ritmo de urgência à tarefa de preparar um documento de 200 páginas sobre a política do governo Carter — espécie de dossiê para uma avaliação prévia do que poderá significar a vinda do presidente americano. E já nesta quarta-feira chegará a Washington uma equipe de três diplomatas brasileiros — Geraldo Holanda Cavalcanti, Ronaldo Sardenberg e Baena Soares — para uma troca de idéias com seus colegas do Departamento de Estado sobre "planejamento de política externa", ou seja, sobre a situação internacional vista pelos dois países.

É certo que esse encontro já estava previsto no contexto do memorando de entendimento firmado por Silveira e Kissinger no ano passado. Mas é igualmente certo que, em conseqüência das tensões no relacionamento brasileiro-americano desde a posse de Carter, nenhum passo vinha sendo dado para ativar o mecanismo de consultas previsto naquele documento. O pessoal do Departamento de Estado, por sua vez, respirou aliviado com a decisão do secretário Cyrus Vance de cancelar a viagem que faria ao Brasil no fim deste mês — superada, evidentemente, pela próxima visita de Carter. Com esse cancelamento, os diplomatas americanos terão mais tempo para preparar os estudos sobre a política externa brasileira que servirão de subsídio para Jimmy Carter. E também para consultar importantes grupos formadores de opinião nos Estados Unidos a respeito dos temas, como o dos direitos humanos, que emergirão no encontro Carter-Geisel e nas reuniões paralelas entre Azeredo da Silveira e Cyrus Vance.

SINDICATOS

Profissão de fé

Algumas das mais assíduas personagens da "Coluna do Castello", publicada diariamente no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, compareceram na última segunda-feira à noite à posse do colunista Carlos Castello Branco, 57 anos de idade e 38 de profissão, na presidência do

Castello Branco: aperfeiçoar a instituição

Sindicato dos Jornalistas de Brasília. Junto com outros 300 convidados, políticos do naipe de Magalhães Pinto, Petrônio Portella, Paulo Brossard, Marcos Freire, José Bonifácio Lafayette de Andrada e Freitas Nobre ouviram Castello defender "a plena integração das classes assalariadas na comunidade nacional, da qual nada justifica sua exclusão e tudo recomenda sua cooperação interessada, ordeira e útil".

Apropriadamente, foi o presidente do Senado, Petrônio Portella, quem presidiu a sessão solene na acanhada sede do sindicato, a convite de Castello e de seu antecessor, Arnaldo Ramos, que dirigia a entidade ininterruptamente desde 1964, até ser derrotado em agosto último, por 101 votos de diferença, pela chapa oposicionista denominada Sindicato Livre. Portella desincumbiu-se da tarefa com desenvoltura: nem se perturbou quando um estudante interrompeu o discurso do jornalista Pompeu de Souza, diretor do Escritório da Editora Abril em Brasília, em nome da Associação Brasileira de Imprensa, para ler um manifesto dos alunos da Universidade de Brasília.

Último a falar, Castello prometeu que o sindicato será "mais participante nas reivindicações específicas dos jornalistas e nas reivindicações gerais dos trabalhadores" e elogiou o presidente Ernesto Geisel, "notoriamente empenhado no aperfeiçoamento das instituições e na constitucionalização do país". Mas Castello e seus 23 colegas de diretoria deverão empenhar-se, antes de mais nada, em aperfeiçoar a instituição para a qual foram eleitos, mergulhada em dívidas, desorganização administrativa e irregularidades trabalhistas. Além disso, Arnaldo Ramos recusou-se a transmitir a Castello a presidência do Clube da Imprensa, ligado ao sindicato, sob a alegação de que, de acordo com os estatutos, o cargo deve ser exercido pelo "atual presidente" do sindicato até o término das obras da sua sede. Quando os estatutos foram aprovados, há dez anos, o "atual presidente" era já o mesmo Arnaldo Ramos — e tudo indica que ele continuará a dirigir o clube por muito tempo ainda, pois as obras da sede sequer foram iniciadas.

MINAS GERAIS

Por um diferencial

Duas vezes punida e afastada da política mineira*, a resistente família Carone, de Belo Horizonte, estaria novamente frente ao fantasma do Ato Institucional n.º 5 — agora, vítima de um diferencial de automóvel que o deputado estadual Jorge Orlando Flores Carone, de 27 anos, do MDB, teria furtado de um Opala da Assembléia Legislativa. Tanto os colegas de bancada da oposição quanto os deputados arenistas estão certos de que, se, nesta terça-feira, a Assembléia não constituir uma comissão para punir Carone, o governo acionará em Brasília os raios fulminantes da legislação excepcional.

O escândalo começou no dia 6 passado, quando Carone dispensou o motorista Otávio de Moura, que o servia num dos automóveis oficiais da casa. Desgostoso, Moura escreveu uma carta ao presidente da Assembléia, o arenista Antônio Soares Dias, afirmando que Carone trocara o diferencial do carro oficial, à sua disposição, para adaptá-lo num de sua propriedade, reservado para competições esportivas. Como bom mineiro, Dias resolveu investigar a denúncia sigilosamente, e mandou o automóvel para uma vistoria na concessionária de veículos que o vendera à Assembléia. Confirmada a ausência da peça original, instaurou inquérito, igualmente secreto.

CÉLIO APOLINÁRIO

Carone: "Não me sujo por tão pouco"

Coisa pequena — Apesar do cauteloso procedimento do presidente da Assembléia, o segredo não foi mantido. Quem o quebrou de público foi o próprio Carone. Para surpresa geral, há quinze dias ele subiu à tribuna brandindo dois laudos feitos por revendedores Chevrolet de Belo Horizonte, tentando provar que não trocara o diferencial. "Não vou sujar meu nome com coisa tão pequena", garantiu o deputado, acusando seu ex-motorista de "inidôneo". A Comissão de Inquérito não se abalou com isso, mesmo porque os laudos apresentados eram de exames feitos seis dias depois de iniciadas as investigações, tempo suficiente para que o diferencial regressasse ao automóvel de origem.

Carone resolveu atacar de novo e na semana seguinte desafiou o plenário: entre juras de inocência, disse que poderia trazer a público vantagens auferidas irregularmente por outros colegas no exercício do mandato. A ameaça também não surtiu efeito. Arenistas e oposicionistas indignaram-se e muitos chegaram a dizer que se o processo contra Carone fosse naquele dia, ele teria sido cassado por falta de decoro parlamentar. Aí, então, surgiram os primeiros indícios de reconhecimento da troca do diferencial, partidos da própria família do acusado. "A peça pode ter sido trocada por inimigos do deputado, quando o carro foi para a revisão", advertiu o pai de Carone, Jorge Carone Filho. "Eu estava fora de Belo Horizonte no dia 6", arrematou o parlamentar.

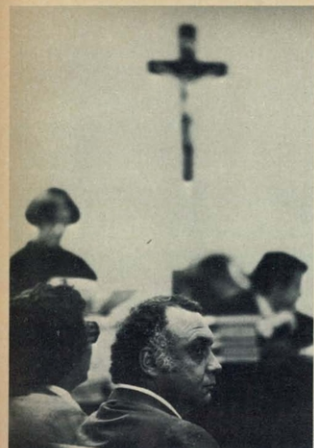
Finalmente, três deputados teriam ouvido um telefonema no qual Carone admitia haver feito a troca. A Comissão de Inquérito constituída por Dias concluiu que houve irregularidade. Nesta terça-feira, o plenário decidirá se constitui a comissão que iniciará o processo de punição. Alguns deputados são contra a cassação pela Assembléia Legislativa, por questão de princípios. Outros, baseados em malabarismos de lógica, como o arenista Sylo Costa: "Eu não vou cassar ninguém", disse ele. "Muito menos quem, ao dispor de um carro inteiro, use indevidamente apenas uma peça dele."

* *Jorge Carone Filho, ex-prefeito de Belo Horizonte, pai do deputado Jorge Carone, foi cassado em 1965 e teve seus direitos políticos suspensos em 1966. Sua mulher, Nysia Carone, foi igualmente punida pelo AI-5 em 1969, quando era deputada federal.*

JUSTIÇA

Fleury 7 x 0

Transcorreram dezessete horas e meia de sessão plenária e duas de sessão secreta até que o conselho de sentença do Tribunal do Júri da comarca de Barueri — 70 000 habitantes, a 30 quilômetros de São Paulo — chegasse, às 5h30 da manhã do sábado, à decisão de absolver o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, 44 anos, e os investigadores João Carlos Tralli, o "Trailler", 43 anos, e José Campos Corrêa Filho, o "Campão", 45 anos. Eles eram acusados de ter assassinado, na madrugada do dia 3 de dezembro de 1968 — numa das primeiras execuções atribuídas ao "esquadrão da morte" paulista —, os traficantes de entorpecentes Domiciano Antunes Filho, o "Luciano", Geraldo Alves Silva, o "Paraíba", e um terceiro marginal, cuja

JUCA MARTINS

Fleury no tribunal: um julgamento sem surpresas

identificação como Paulo Marco Vit, ladrão de automóveis, foi negada pelo júri.

O resultado da votação secreta — sete votos a zero — não deixou à promotora pública Maria Cláudia de Souza Foz sequer a possibilidade de recorrer da sentença, cujo resultado, aliás, desde a manhã do dia anterior ela presentia como certo. Suas esperanças de obter uma condenação praticamente se desvaneceram às 10 horas de sexta-feira, quando o juiz Oswaldo da Silva Rico indeferiu seu último pedido de adiamento e deu início ao julgamento.

Ameaças — Durante toda a semana Souza Foz havia tentado o adiamento, amedrontada com os ameaçadores telefonemas anônimos que ela e o juiz Silva Rico passaram a receber, desde que foi marcado o júri de Fleury, "Trailler" e "Campão" — fato que ela denunciou através de um ofício ao procurador geral da Justiça, Gilberto Quintanilha Ribeiro. Além disso, entrou com um pedido, junto ao presidente do Tribunal de Justiça, solicitando o desaforamento do processo para a capital, único lugar, em seu entender, onde os jurados poderiam julgar a salvo de pressões.

Juntando cópias desses dois documentos, na mesma tarde de quarta-feira, a promotora solicitou adiamento do julgamento, para que o presidente do Tribunal de Justiça pudesse apreciar seu pedido de transferência do júri para a cidade de São Paulo. Silva Rico negou o adiamento. Souza Foz ainda faria uma última tentativa, alegando que soubera do recolhimento de novas provas periciais pela defesa apenas no dia 28. Pelo artigo 475 do Código do Processo Penal, o prazo mínimo para que uma das partes dê ciência à outra da juntada desse tipo de provas é de três dias. Mas, como os laudos periciais haviam dado entrada no fórum de Barueri no dia 27, o juiz negou também esse pedido.

Assim, às 10h05, quando precisou suspender a sessão para atender um telefonema do Tribunal de Justiça, o juiz Silva Rico já havia presidido à escolha dos sete jurados — dois contadores, dois bancários e três professoras — que iriam compor o conselho de sentença. "Passaro e não Pássaro", soprou aos jornalistas, do banco dos réus, João Carlos Tralli, corrigindo o oficial de Justiça que anunciara errado o nome do Jurado Antônio Luiz Passaro.

Ninguém perguntou — A partir desse momento, restavam poucas dúvidas a respeito da absolvição dos três réus. De tal forma que, após a inquirição dos acusados, quando a sessão foi suspensa para o almoço, às 13 horas, na platéia, lotada por policiais que foram levar sua solidariedade a Fleury, Tralli e Campos, só se discutia se eles seriam absolvidos por unanimidade ou não.

Das cinco testemunhas arroladas pela promotoria, três — os radialistas Saulo Gomes e Gonçalo Parada Vaz e o traficante de entorpecentes Mário dos Santos, o "Mário Ladrão" — não compareceram por motivos ignorados. As outras duas, os advogados Roberto Von Haydn e Rachid Aluane, por sua vez, fizeram questão de esclarecer que reconheciam no delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury um policial digno, honesto e competente. Dispensado depois de prestar seu depoimento, Von Haydn admitia, na saída, não ter dito tudo que sabia sobre o "esquadrão da morte". "Não adianta mais", explicou. "Depois, ninguém perguntou."

As testemunhas de defesa chegaram cedo. Desde as 9 horas da manhã, os delegados Tácito Pinheiro Machado, delegado geral da Polícia; Edson Vinicius Charmilot, assistente de Sérgio Fleury na direção do DEIC; e Walter de Moraes Suppo, diretor do Detran, já estavam no fórum de Barueri. Mas eles apenas reafirmaram o que sete câmaras municipais, a Associação Paulista de Imprensa, a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro e dois senadores — Saldanha Derzi e Italívio Coelho, os dois da Arena mato-grossense — haviam atestado antes no mesmo processo e que até as testemunhas de acusação repetiram: "O delegado Fleury é um policial digno, honesto e competente".

Sob protesto — Foi confessando-se "novata e inexperiente" que a promotora pública Maria Cláudia de Souza Foz, 38 anos — "há menos de quatro anos no Ministério Público, menos de um ano como promotora pública titular e menos de quatro meses em Barueri" —, iniciou a acusação. Uma acusação que, ela fez questão que ficasse registrada, seria feita sob protesto contra o indeferimento de seus pedidos de adiamento do julgamento e desaforamento do processo.

Nas oito horas seguintes, os advogados de defesa — Alceu Gonzaga, Antônio Ianni e Waldir Troncoso Peres — dedicaram-se à tarefa de exaltar o caráter do delegado Fleury e destruir os depoimentos de seus acusadores, principalmente o de Odilon Marchieroni de Queiroz. Uma tarefa não muito difícil. Odilon, que afirmava ter visto o "esquadrão da morte" matar "Luciano" e "Paraíba", foi preso e colocado à disposição do delegado Fleury logo depois de fazer suas denúncias, em dezembro de 1968. Após desmenti-las, nunca mais foi visto.

A própria defesa da honra do delegado foi beneficiada pelo fato de que os quatro outros acusados do mesmo crime — Angelino Moliterno, o "Russinho"; Ademar Costa, o "Ademarzinho"; Adhemar Augusto de Oliveira, o "Fininho I"; e José Giovanini —, todos eles punidos pelo AI-5 por prática de corrupção, vão ser julgados em separado.

Quando o juiz Oswaldo da Silva Rico convocou os jurados para a sessão secreta, às 3h30 da madrugada de sábado, já se considerava assegurado o resultado de sete a zero favorável a Fleury, Tralli e Campos. Antes mesmo de o juiz anunciar a decisão, Fleury, cercado por jornalistas, dava entrevistas com absoluta convicção de que seria absolvido: "Eu confiava na Justiça. Todas as acusações contra mim foram feitas por subversivos e marginais, com notórias folhas de bons serviços prestados ao crime".

Sob suspeita

Delegado do Departamento de Ordem Política e Social do Piauí há treze anos, responsável pela segurança dos ex-presidentes Castello Branco e Garrastazu Medici em suas visitas a Teresina, sempre requisitado para missões sigilosas dos órgãos de segurança no Estado, no Maranhão e no Ceará, o capitão Astrogildo de Castro Sampaio, de 42 anos, ganhara prestígio nos meios políticos e até mesmo honrarias como o título de Grande Guarda da Lei da Ordem Maçônica e Venerável Mestre da Grande Loja local. Até que desabou sobre sua cabeça, há quinze dias, uma acusação de estelionato feita pelo procurador regional da República no Maranhão, Samir Haddar. No rastro desta denúncia, surgiram outras ao longo dos últimos dez dias, que culminaram com o afastamento de Sampaio de seu cargo, na terça-feira da semana passada, por ordem do secretário da Segurança Pública.

A primeira acusação, em que se baseou o procurador Haddar, foi feita pelo falsário Norberto Carlos de Moura, por sua esposa Raimunda e pelo comerciante Genivaldo Freire de Carvalho. Preso em São Luís do Maranhão e transferido para Teresina, onde também desenvolveu atividades criminosas, Moura começou a receber, em dezembro do ano passado, insistentes visitas do capitão Sampaio, que lhe trazia promessas de um bom advogado e de melhor assistência em seu caso. Mas o que pretendia, segundo a denúncia, era obter do falsário o dinheiro que ele arrecadara com os golpes aplicados por sua quadrilha.

"Imprudência" — No dia 24 de dezembro, o capitão Sampaio sacou de duas contas bancárias de Moura, com procurações e documentos assinados por ele, 37 000 cruzeiros. Mais tarde, exigiu e conseguiu que o comerciante Freire de Carvalho lhe devolvesse 70 000 cruzeiros que o casal de criminosos dera como adiantamento pela compra de uma casa. De todo este dinheiro, Sampaio entregaria apenas 11 000 cruzeiros a Moura, alegando que o resto seria empregado na contratação de advogados para o caso. Embora negando todas as acusações, o advogado do capitão, Flávio Teixeira de Abreu, não pôde evitar um comentário sobre o problema, feito a Ricardo Noblat, enviado especial de VEJA: "É, o capitão não deveria ter se metido com essa gente", disse ele. "No mínimo, foi imprudência."

E igualmente um bom motivo para que seus próprios colegas de trabalho e subordinados ganhassem coragem para revelar outras irregularidades que teriam sido praticadas pelo capitão Sampaio. Algumas delas já foram comprovadas pela Polícia Federal em Teresina, como contratos particulares assinados por ele para assistência de segurança a firmas do Piauí. Na quarta-feira passada, a Polícia Federal pediu ao Detran local informações sobre quatro automóveis apreendidos por Sampaio e que agora estariam em seu nome. Um agente federal viajou para o sul do Piauí a fim de apurar uma denúncia segundo a qual o capitão cedera a cinco amigos seus quatro Brasília brancas e um Volkswagen azul, igualmente apreendidos.

"Manobras políticas" — A partir destes fatos, multiplicaram-se outras acusações contra o delegado do DOPS. Entre elas, a de que Sampaio costumava prender ladrões de automóveis e traficantes de tóxicos para depois libertá-los em troca de dinheiro. Cinco ladrões detidos em 1975 foram liberados pouco depois, sem que contra eles fosse instaurado qualquer processo, embora todos estivessem sendo procurados em vários Estados nordestinos. O capitão, por sinal, é padrinho de um filho de Filinto Martins, um dos bandidos procurados pela Polícia e por ele libertado.

Tudo isso, é claro, acabou se transformando num grande escândalo em Teresina. Afinal, Sampaio é detentor de cursos do Ministério do Exército, da Escola de Polícia de São Paulo e da Escola Nacional do Distrito Federal. Tendo participado intensamente de atividades anti-subversivas logo após a Revolução de 1964, e se empenhado na campanha de defesa da economia popular como delegado adjunto da Sunab, o capitão em pouco tempo passou a agir nas mais diversas áreas, entre elas, brigas de vizinhos e a cobrança para amigos, auxiliado por policiais do DOPS, de dívidas contraídas por terceiros. Com os jornalistas da capital, sempre adotou um comportamento contraditório: ao mesmo tempo que os auxiliava para livrá-los de eventuais problemas com a polícia, ameaçava-os exibindo repetidas vezes um exemplar da Lei de Segurança Nacional. Talvez por isso, até o final da semana passada, quando o processo contra Sampaio era o grande assunto em toda a cidade, os jornais de Teresina não haviam publicado uma única linha sobre o assunto.

Na sexta-feira, quando parecia iminente a decretação de sua prisão preventiva, o capitão desabafava: "Estou convicto de minha inocência, isso não passa de inveja contra mim, são manobras políticas para me prejudicar". Contudo, não poderia mais contar com a solidariedade de amigos mais chegados, inclusive a do secretário da Segurança, Rocha Leal, responsável por seu afastamento do DOPS. Leal sempre defendera o capitão, especialmente quando, em fins do ano passado, o tenente João Tomás Martins apresentou denúncia contra ele num caso de roubo de automóveis — dois dias depois da denúncia, o tenente Tomás foi exonerado do seu cargo de diretor da penitenciária da capital, e nada aconteceu ao acusado.

FRANCISCO FEITOSA

Capitão Sampaio em ação: construindo uma sólida reputação

Agora, porém, em conseqüência da gravidade das acusações, Leal, que por sua vez responde a dois processos na Justiça Eleitoral por irregularidades praticadas nas últimas eleições, afastou Sampaio. Enquanto aguarda o resultado do processo, o capitão ameaça veladamente tornar público seu arquivo particular organizado ao longo de 23 anos de carreira policial, onde estariam registrados atos pouco recomendáveis de políticos piauienses. Aparentemente, nada teme e quase todas as noites escuta a Rádio Teresina, onde lhe são dedicadas algumas páginas musicais pelo criminoso Emílio Melo, matador do capitão Valdécio de Aguiar Moura, preso no DOPS e gozando de livre acesso ao telefone.

FRANÇA

Divórcio nas esquerdas

Trata-se, talvez, do maior anticlímax político da década na Europa. Como um corredor desastrado que vence todos os obstáculos mas acaba tropeçando a poucos metros da linha de chegada, a união das esquerdas francesas — constituída em 1972 e grande favorita nas eleições parlamentares de março próximo — desabou fragorosamente seis meses antes da data marcada. Na semana passada ficou claro o divórcio entre os partidos Socialista e Comunista franceses. E não só na França, como em toda parte, a reação foi de estupor.

Tão grande era a surpresa que até a semana retrasada, mesmo com a crise das esquerdas assumindo contornos dramáticos e aparentemente irreversíveis, os jornais e os partidos conservadores ainda não ousavam comemorá-la, mal acreditando nos próprios olhos. Na última segunda-feira, contudo, enquanto a Bolsa de Paris dava o primeiro de uma série de saltos, os próprios partidos Comunista e Socialista confessavam sua desgraça em meio a uma tempestade de insultos e justificativas, dirigindo-se ao eleitorado como se já estivessem realizando campanhas separadas.

Duplo golpe — Do lado comunista, o fogo foi iniciado através do órgão oficial do Partido, *L'Humanité*. Na segunda-feira, o jornal reproduziu a gravação do último debate entre comunistas e socialistas para a reatualização do Programa Comum de governo e com isso desfechou um duplo golpe em seus ex-aliados. Por um lado, os comunistas queriam demonstrar a intransigência a seu ver demonstrada pelos socialistas. Por outro, a própria transcrição dos debates era um pesado desaforo — até aquele momento, os socialistas não sabiam sequer que a conferência havia sido gravada.

No dia seguinte, *L'Humanité* voltava à carga com a publicação de um suplemento especial defendendo a posição do partido. Com uma tiragem de 6 milhões de exemplares, a publicação foi distribuída nas portas de escritórios e fábricas enquanto se multiplicavam por todo o país, freneticamente, comícios e reuniões de base. No editorial do suplemento, o secretário geral do PC, Georges Marchais, acusava o líder socialista François Mitterrand de ter "traído" os compromissos assinados em 1972 com os comunistas. Na quarta à noite, finalmente, um gigantesco comício nos limites de Paris fechou o ciclo de manifestações do PC. Dezenas de milhares de manifestantes aplaudiram fervorosamente Marchais e vaiaram o Partido Socialista.

"Marido enganado" — Sem imprensa própria nem organização de massas, por sua vez, o PS inundou a imprensa escrita, a televisão e as rádios com entrevistas e comunicados durante toda a semana. Em meio à confusão generalizada, os simples militantes de base da esquerda sentiam-se desorientados e perplexos. "Minha sensação exata", explicava na quinta-feira um certo Roger Mathieu numa carta publicada no jornal *Le Monde*, "é a do marido enganado, enrolado, literalmente traído".

Como todos os maridos enganados, os eleitores de esquerda também não conseguem admitir nem entender com clareza o que se passa. Inicialmente, no último dia 14, o pequeno Movimento Radical de Esquerda, o terceiro membro da união de esquerdas, abandonara a renegociação do programa comum devido a um impasse em torno da questão das empresas a serem nacionalizadas (VEJA n.º 472). Retomados contudo os entendimentos entre os três partidos, a situação caminhava satisfatoriamente até sexta-feira, dia 23. Foi então que, após dez horas de negociações infrutíferas, os representantes dos três grupos abandonaram novamente o debate — outra vez, por causa da nacionalização.

Os comunistas haviam começado as negociações reclamando a nacionalização não só das nove gigantescas empresas holding que controlam vários setores vitais da economia francesa — com o que concordaram os socialistas — como também de suas 1 400 subsidiárias — detalhe a que se opunham os partidários de Mitterrand. Os comunistas, é verdade, cederam até chegar a um total mais modesto de 750. Os socialistas, que de início pretendiam nacionalizar 67 subsidiárias das nove holding, acabaram concordando em aumentar esse número apenas para 227. Esperava-se, de qualquer forma, que os dois partidos ainda chegassem a uma média aceitável.

Pressão de Moscou — Cedo, porém, verificou-se que a questão das nacionalizações *(veja o quadro)* era mais complexa do que se imaginava. Em termos estritamente econômicos, a posição comunista foi vista como incoerente, pois a nacionalização das holding basta para assumir automaticamente o controle das subsidiárias onde sua participação é majoritária. Mas há uma explicação política: segundo outra proposta comunista — também recusada —, o controle das empresas nacionalizadas seria exercido em boa parte pelos sindicatos, o que em termos práticos significaria a colocação de homens de confiança dos comunistas em postos-chave.

Mitterrand: arquivando os sonhos

Como nada disso ficou definido com clareza, o público viu-se obrigado a recorrer às mais diversas especulações. Se-

"A URSS sempre foi contra uma vitória da esquerda"

Professor da Escola de Ciências Políticas de Paris, comentarista político e autor de uma celebrada "História do Partido Comunista Francês" — em colaboração com o diretor do Jornal Le Monde, *Jacques Fauvet —, Alain Duhamel é considerado um dos melhores conhecedores das esquerdas francesas. Na semana passada, ele conversou com Pedro Cavalcanti, correspondente de VEJA em Paris. Abaixo, os principais trechos de suas declarações:*

Sobre as origens da crise das esquerdas: *"O caso das nacionalizações é um problema técnico na medida em que os economistas socialistas consideram já ter chegado ao limite máximo de nacionalizações tolerável numa economia de mercado, sem desencadear uma rejeição brutal do sistema, e a conse-*

gundo uma teoria, o PC francês sempre esteve convencido de que suas promessas econômicas eram irrealizáveis. E, em vez de correr o risco de um desastre econômico, preferiria renunciar ao poder. Segundo outros — e inúmeros artigos dos jornais mais sérios que estudaram a questão —, os comunistas teriam sabotado a união das esquerdas devido a uma série de pressões discretas de Moscou, favorecendo os elementos mais conservadores do PCF. Roland Leroy, diretor de *L'Humanité*, é em geral apontado como líder dessa "linha dura".

Lágrimas de Marchais — Seja de quem for a responsabilidade, a verdade é que a crise atinge duramente os dois líderes das esquerdas. Para Mitterrand, que já se via como futuro primeiro-ministro, é como se um sonho tivesse virado pesadelo. Por seu lado, Georges Marchais, que construiu seu prestígio no Partido em torno da estratégia da união com os socialistas, é forçado a dar explicações desagradáveis. A nível pessoal, Marchais mostrava-se o mais abalado dos dois. Na última quinta-feira, depondo num processo por calúnia contra o semanário da extrema direita *Minute*, que o acusa de ter trabalhado voluntariamente como operário na Alemanha, durante a última guerra, Marchais, que alega ter sido requisitado à força pelos nazistas, não conseguiu conter as lágrimas.

Marchais: a máquina do Partido mobilizada para acusar os socialistas

No fim da semana, a extensão do desastre parecia tão vasta para as esquerdas que ninguém se deu ao trabalho de analisar mais profundamente as hipóteses que se abrem. Sempre é possível que um dos partidos volte atrás e a união, pelo menos superficial, se refaça. Como também é possível que as esquerdas, mesmo desunidas, terminem conseguindo maioria na Assembléia Nacional — hipótese ainda difícil de avaliar porque as empresas de pesquisas de opinião não tiveram tempo de analisar a exata repercussão da crise junto ao eleitorado. Mas a mística unitária foi a força que durante cinco anos alimentou os sonhos das esquerdas francesas. E essa mística estaria liquidada.

Dessa forma, não se pode mais sequer descartar a possibilidade, impensável até há algum tempo, de os socialistas se aproximarem após as eleições do presidente Valéry Giscard d'Estaing. Nesse caso, o frágil, indeciso Giscard — hoje um dos mais acossados chefes de governo da Europa — extrairia da crise da esquerda uma vitória espetacular. Quanto à opinião pública européia, atônita diante da insistência das esquerdas francesas em lançar pela janela uma vitória considerada certa, talvez assista a outros desdobramentos. Com efeito, não falta quem julgue que o recuo dos comunistas franceses vá golpear fortemente outros partidos "eurocomunistas" — como o italiano e o espanhol.

---

qüente crise econômica. Mas a verdade — e aí aparece a primeira divergência política — é que somente os socialistas procuram conciliar os objetivos ideológicos das esquerdas com a permanência de um sistema concorrencial e com as realidades econômicas, como o Mercado Comum. Os comunistas pensam sobretudo na força política que poderão ganhar com as nacionalizações. Renasce daí a eterna desconfiança. Os comunistas temem se envolver num programa social-democrata tipo clássico. Os socialistas temem pôr o dedo numa engrenagem que os levará a organizar uma sociedade coletivista e burocrática".

Sobre o momento em que a crise se desencadeou: *"Já em 1972, quando se redigiu a primeira versão do Programa Comum, o problema das nacionalizações foi o mais difícil. Mas, como o poder parecia longínquo, foi possível camuflar as dificuldades numa espécie de nevoeiro. O verdadeiro impasse surgiu há alguns meses, quando as sondagens apontaram as esquerdas como francas favoritas nas eleições de março de 1978 e socialistas e comunistas foram obrigados a entrar em detalhes concretos que revelaram posições irreconciliáveis".*

Sobre a posição da URSS: *"A União Soviética sempre se opôs à vitória das esquerdas na França. Essa oposição foi manifestada pelo menos duas vezes de uma maneira que os iniciados consideram espetacular. Da primeira, nas eleições presidenciais de 1965, quando François Mitterrand era o candidato das esquerdas e os comentários do* Pravda *tomaram o partido do general Charles de Gaulle. Da segunda vez, em 1974, quando Mitterrand era novamente candidato pelas esquerdas e dias antes da eleição o embaixador soviético foi visitar seu rival, Valéry Giscard d'Estaing. A URSS, como toda grande potência, tornou-se conservadora. Vista de Moscou, a França não passa de uma peça mais ou menos importante no tabuleiro mundial. E, como para ganhar essa peça seria preciso arriscar o essencial — um provável endurecimento da posição americana —, os soviéticos acham que simplesmente não vale a pena. Além do mais, havia ainda a possibilidade de a experiência francesa dar certo, e esse êxito seria o pior desastre para a URSS. Um país que conseguisse conciliar uma economia largamente estatizada com o pluralismo político representaria um exemplo irresistível para poloneses, checos ou alemães orientais".*

Sobre o futuro da união das esquerdas: *"Eleitoralmente, as esquerdas tinham dois trunfos. Um, era o descontentamento com a situação econômica, reforçado pelo cansaço de ver há vinte anos as mesmas pessoas nos mesmos lugares. E, o outro, era a dinâmica unitária. Essa dinâmica unitária, que foi o motor do progresso das esquerdas em 1936, 1956, 1965 e 1967, está agora liquidada. Mas o descontentamento e o cansaço do eleitorado permanecem. Eu diria que as esquerdas estavam numa situação de favoritismo — e se encontram agora em condições de igualdade".*

ORIENTE MÉDIO

Trunfo na manga

Se a crise do Oriente Médio é uma das questões mais instáveis da cena política internacional, ela tem revelado também uma faceta estimulante — representa um manancial praticamente sem limites para o exercício da imaginação criadora diplomática. Foi o que se pôde constatar, mais uma vez, na semana passada, quando um exército de diplomatas americanos, israelenses e árabes envolveu-se, em Nova York, à margem da Assembléia Geral da ONU, numa desesperada batalha pela realização de uma conferência de paz em Genebra, de preferência antes do fim do ano.

Como acontece em todos os torneios diplomáticos sobre o Oriente Médio, a questão central dos debates era a situação dos palestinos. Mais especificamente, tratava-se de definir se os palestinos — e seu principal órgão de representação, a Organização de Libertação da Palestina — participariam ou não da conferência, e como o fariam. E as posições prévias não aconselhavam nenhum otimismo: Israel tem se mostrado sempre irredutivelmente contrário à participação palestina na mesa de negociações enquanto os árabes alardeiam que sem a OLP não poderão viajar a Genebra.

Os Estados Unidos, como mediadores, tinham, porém, a apresentar uma proposta dotada de fino equilibrismo diplomático. A Conferência de Genebra, propuseram os americanos, poderia se realizar com a presença de apenas dois blocos negociadores. De um lado, ficariam os israelenses. E, de outro, os árabes, isto é, representantes egípcios, sírios, jordanianos e, quase diluidamente no meio do grupo, palestinos.

"No fundo dos corações" — Para espanto geral, Israel, tradicionalmente o mais intransigente dos negociadores da região — em particular quanto à sua recusa a qualquer diálogo com os palestinos —, aceitou o plano. Havia, é verdade, algumas condições: Israel exigiu que os delegados palestinos não fossem membros da OLP e, se possível, fossem escolhidos entre os líderes das comunidades palestinas da Cisjordânia. Também da parte israelense, porém, havia manobras contorcionistas que apontavam no sentido da conciliação. "Não tentaremos saber se, no fundo de seus corações, os palestinos são simpatizantes da OLP", afirmou o chanceler Moshe Dayan ao comunicar ao secretário de Estado Cyrus Vance a decisão de seu governo. "Só não admitiremos nunca dialogar com a OLP, uma organização terrorista que prega a destruição do Estado de Israel."

A súbita concessão de Israel não chegou a sensibilizar os árabes. Ao discursar na ONU, o chanceler do Egito, Ismail Fahmi — justamente um dos árabes mais moderados —, chegou a afirmar, entre violentas acusações às "manobras" de Israel, que, "sem a presença da OLP, não haverá Conferência de Genebra". No fim da semana passada, contudo, nem tudo parecia perdido — pois Cyrus Vance tinha um trunfo insuspeitado a tirar. Depois de conferenciar demoradamente com o chanceler soviético Andrei Gromyko, o secretário de Estado anunciaria aos jornalistas, com otimismo: "Uma solução para o problema da representação palestina em Genebra está em vias de ser encontrada". Poucas horas depois, divulgava-se um apelo conjunto soviético-americano para que árabes e israelenses aceitassem imediatamente a convocação da Conferência de Genebra. Era o peso conjunto das duas superpotências que — surpreendentemente — entravam em ação para exigir pressa nas negociações.

AP

Jericó: casa pré-fabricada dos ocupantes é removida pelo Exército que . . .

. . . também prendeu quarenta pessoas

Agora, duas colônias proibidas

Desde que Israel conquistou amplas faixas de territórios de seus vizinhos sírios, egípcios e jordanianos, na Guerra dos Seis Dias, em 1967, o líder da oposição direitista, Menahem Begin, tornou-se um invariável defensor da ocupação judaica desses territórios, especialmente da Cisjordânia. Como primeiro-ministro — cargo que ocupa há quatro meses —, uma das primeiras atitudes de Begin foi legalizar três colônias "selvagens" (ilegais) na Cisjordânia, prometendo ainda que haveria "muitas mais". As realidades do poder, porém, parecem já estar atuando sobre o enérgico, impetuoso primeiro-ministro. A povoação dos territórios árabes valeu severas críticas a Israel, mesmo da parte de sólidos aliados, como os Estados Unidos e os países do Mercado Comum Europeu. Mais que isso, o processo começou a escapar ao controle do próprio Begin — e, na quarta-feira passada, o primeiro-ministro se viu obrigado a deslocar forças do Exército para desalojar dois grupos de fanáticos religiosos do movimento Gush Emunin (Bloco da Fé) que pretendiam se estabelecer de qualquer forma perto de Jericó e de Sanur, na antiga Samaria.

Para ser a "maior" Caderneta de Poupança do Brasil, a Delfin jamais poupou esforço nem trabalho.

Dizer como vai a **Delfin** é uma coisa que nos agrada muito. Afinal, ela vem crescendo sempre, superando seus próprios recordes com seus números cada vez maiores. O seu patrimônio liquido já vai chegando à casa de Cr$ 1 bilhão. Este resultado é fruto de uma correta política de capitalização acelerada de não distribuir dividendos em dinheiro aos seus acionistas.
Mas não é só desses números que vive a **Delfin**. Os financiamentos imobiliários no primeiro semestre de 1977 atingiram quase Cr$ 10 bilhões.

A **Caderneta de Poupança Delfin** conta hoje com mais de 1 milhão e 100 mil depositantes (diga-se de passagem, marca igual a essa só foi atingida por três companhias privadas, no mundo inteiro).
Pesquisa realizada pelo Instituto Gallup de Opinião Pública revelou que a **Delfin** é a Caderneta de Poupança mais simpática que existe.
Assim é a **Delfin**. Ou melhor, assim é a maior companhia de crédito imobiliário do País. E se ela chegou onde está é porque jamais poupou trabalho nem esforço.

Junte-se a ela.

Belgrávia

Este comunicado tem finalidade exclusivamente informativa.

Ministério das Minas e Energia

Centrais Elétricas Brasileiras SA

Contrato de Financiamento
US$ 250,000,000

Garantido pela
República Federativa do Brasil

Liderado por
Bank of America NT & SA
Dresdner Bank Aktiengesellschaft

Banco do Brasil S.A. — London Branch
Chemical Bank
Westdeutsche Landesbank Girozentrale

Continental Illinois Limited
DG BANK Deutsche Genossenschaftsbank
European Brazilian Bank Limited — EUROBRAZ

Em conjunto com

The Bank of Yokohama Limited
Banco do Estado de São Paulo S.A. — London Branch
Banque Nationale de Paris
Canadian American Bank S.A.
Internationale Genossenschaftsbank AG
Lloyds Bank International Limited
Williams and Glyn's Bank Ltd.
The Yasuda Trust and Banking Company Limited

Provido por

Abu Dhabi Investment Company
Arab Bank (Overseas) Ltd.
Associated Japanese Bank (International) Limited
Banco de Vizcaya
Banco do Brasil S.A. — London Branch
Banco do Estado de São Paulo, Grand Cayman Branch
Banco do Estado de São Paulo S.A. — London Branch
Bank Brussels Lambert (UK) Ltd.
Bank Bumiputra Malaysia Berhad, London Branch
Bank Fuer Arbeit Und Wirtschaft Aktiengesellschaft
Bank Morgan Labouchere N.V.
Bank of America NT & SA
The Bank of Yokohama Limited
Banque Continentale du Luxembourg S.A.
Banque Internationale à Luxembourg Société Anonyme
Banque Nationale de Paris
Brasilian American Merchant Bank, Grand Cayman
Canadian American Bank S.A.
Canadian Imperial Bank of Commerce (International) S.A.
Chemical Bank
The Commercial Bank of Australia Limited
Continental Bank
Continental Illinois National Bank and Trust Company of Chicago
Credit Suisse White Weld Limited
Daiwa Europe N.V.
Deutsche-Sudamerikanische Bank AG
– Affiliate of Dresdner Bank AG
DG BANK, Cayman Islands Branch
Dresdner Bank Aktiengesellschaft, London Branch
Euro-Latinamerican Bank Limited — EULABANK
European Brazilian Bank Limited — EUROBRAZ
First and Merchants National Bank
First National Bank of Oregon
F. Van Lanschot Bankiers
Hartford National Bank and Trust Company
Internationale Genossenschaftsbank AG
International Mexican Bank Limited — INTERMEX
Korea Exchange Bank, Los Angeles Agency
Lloyds Bank International Limited
London Interstate Bank Limited
Mercantile National Bank at Dallas
Midland and International Banks Limited
The National Bank of Kuwait S.A.K.
National City Bank of Minneapolis, Grand Cayman Branch
The National Commercial Bank — Saudi Arabia
Nippon European Bank S.A.
Nordic American Banking Corporation
Overseas Union Bank Ltd., London Branch
Pan Asian Finance Limited
PKbanken International (Luxembourg) S.A.
Republic National Bank of New York, New York
The Riggs National Bank of Washington D.C.
Roywest Banking Corporation Limited
Santander Finance S.A.
Skandinaviska Enskilda Banken (Luxembourg) S.A.
SOFIS Limited
Toronto Dominion Bank
Trade Development Bank, London
UBAF Arab American Bank
Union Bank of Switzerland, London Branch
Union de Banques Arabes et Européennes
— U.B.A.E. — Société Anonyme
United Virginia Bank
The Valley National Bank of Arizona
Virginia National Bank
Western American Bank (Europe) Limited
WestLB International S.A.
Williams and Glyn's Bank Ltd.
The Yasuda Trust and Banking Company, Limited
Zentralsparkasse Der Gemeinde Wien

Agente
Bank of America NT & SA

São os fantasmas

Mesmo depois do fim da longa e sangrenta guerra civil libanesa, em novembro do ano passado, restou, no sul do país, um foco de conflitos entre guerrilheiros palestinos e forças muçulmanas esquerdistas, de um lado, e cristãos falangistas, de outro. E, a partir do dia 16 último, essa pequena guerra ganhou uma intensidade dramática quando Israel, até então interferindo apenas discretamente nas hostilidades, passou a agir abertamente, enviando à frente de combate centenas de soldados, tanques blindados e artilharia pesada, para lutar ao lado dos cristãos. Na semana passada, um acordo de trégua, patrocinado pelos Estados Unidos, interrompeu as lutas e os soldados de Israel começaram a voltar a seu posto avançado, a cidade israelense de Metula, situada junto à fronteira. O correspondente de VEJA em Israel, Alessandro Porro, visitou Metula e arredores na semana passada. Com base em suas informações, um relato da situação:

Soldados israelenses voltam a seu país: trégua armada até os dentes

Às 10h30 da última segunda-feira, meia hora depois de ter entrado em vigor o cessar-fogo no sul do Líbano, as colinas que cercam Metula — a cidade israelense mais próxima da fronteira libanesa —, até então palco de violentos combates, tiveram sua paisagem subitamente modificada. Enquanto a fumaça dos canhões se dissipava, os pastores libaneses voltavam a conduzir seus rebanhos pelos gramados dos declives ainda pontilhados de estilhaços de aço dos foguetes e granadas. Na cidade, naquela manhã, as mulheres trabalharam em ritmo febril nas cozinhas preparando doces e bolos. E, ao meio-dia, saíam às ruas com bandejas, cestos de frutas e garrafas. "É para os garotos", explicou a senhora Zipora Antler, antiga moradora de Metula. Carregando uma bandeja de doces e um cesto de maçãs, ela dirigia-se ao acampamento militar israelense.

Os "garotos" da senhora Antler eram os soldados israelenses que, às 9 horas daquela manhã, começavam a aparecer, em meio a uma nuvem de poeira, descendo a colina que protege as primeiras casas de Metula. Eles chegavam cansados, alguns sorridentes, os capacetes sujos de terra. Desfilavam em tanques, caminhões, jipes, carros blindados ou mesmo montados em canhões sobre rodas. Acenavam alegres com a mão e pareciam surpresos pela acolhida festiva dos moradores de Metula e a presença de mais de 100 jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Toda cautela — "São os fantasmas", observou com ironia um dos jornalistas. "Até poucas horas e durante vários meses esses soldados nunca existiram oficialmente, nunca estiveram no Líbano, nunca lutaram contra os palestinos, ao lado dos cristãos libaneses. Agora eles aparecem. Só podem ser fantasmas." Entre os israelenses vinham alguns soldados cristãos libaneses alegres e agradecidos. Junto à fronteira, o major Saad Hadad, líder das forças cristãs maronitas que há seis meses tentam expulsar os palestinos de suas posições no sul do Líbano, abraçava emocionado os oficiais israelenses. "Se o cessar-fogo não for respeitado, precisaremos novamente de vocês", disse ele. "Estamos certos de que vocês não permitirão que o povo do sul do Líbano seja esmagado pelos terroristas."

Até o fim da semana passada, contrariando os temores de Hadad, o cessar-fogo fora respeitado. Aliás, como observou um dos jornalistas presentes à recepção aos "fantasmas", nunca antes no Líbano, durante os dezenove meses da guerra civil que terminou em novembro passado, uma trégua fora tão escrupulosamente obedecida. De fato, dias depois de acertado o cessar-fogo, a vida em Metula e arredores voltava ao normal, e até o fim da semana não fora disparado um tiro sequer. Mas cautelas especiais haviam sido tomadas. Os israelenses, embora o negassem oficialmente, deixaram alguns de seus tanques e blindados em território libanês, junto às posições dos cristãos, e mantiveram rigorosa vigilância ao longo da fronteira. Além disso, o clima de desconfiança era indisfarçável. "É preciso não acreditar muito nessa calmaria", advertiu o próprio major falangista Hadad.

Vantagens de Israel — Do outro lado da fronteira, a atitude dos palestinos não era muito diferente. O líder da Organização de Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, visitou pessoalmente, na manhã da quinta-feira, as posições de seus combatentes e em seguida afirmou à rádio libanesa: "Não pretendemos nos retirar daqui. Os acordos de Beirute (que levaram ao fim da guerra civil) permitem que vivamos no sul do país. Além disso, não aceitamos este cessar-fogo, apenas paramos de reagir quando os falangistas e israelenses deixaram de disparar".

Em Khiam, uma outrora próspera cidade libanesa de 25 000 habitantes, hoje semidestruída pelos canhões de 106 e 175 milímetros de Israel, o chefe das forças combinadas palestino-muçulmanas, Abu Said, confirmava as palavras de Arafat e reorganizava suas forças. Durante os dias que se seguiram ao anúncio da trégua, comboios de mantimentos chegaram sem cessar à cidade, junto com soldados, armas e munições. Assim, são as duas partes que, armadas até os dentes, aguardam a concretização do acordo — o primeiro que, mesmo indiretamente, envolve Israel e a OLP.

Obtido pelos embaixadores americanos junto a dirigentes do Líbano, Israel e Síria, esse acordo prevê a retirada total das forças israelenses do território libanês e, em contrapartida, o deslocamento dos palestinos das regiões fronteiriças de Israel. A fronteira, além disso, passaria a ser policiada por uma força de paz constituída por soldados do desmantelado Exército libanês. Como esse Exército ainda se encontra em total desorganização, porém, é de prever que ainda demorará algum tempo até que o acordo seja implementado.

Israel, de qualquer forma, parece mais uma vez ser o mais favorecido com o cessar-fogo. Em primeiro lugar, o governo de Telavive conseguiu que fosse incluída nos entendimentos sua exigência mais importante: que os palestinos sejam mantidos a pelo menos 10 quilômetros da fronteira. Além disso, depois de seu envolvimento na guerra, Israel não mais poderá ser deixado de lado em qualquer negociação sobre o sul do Líbano.

EUA/URSS

Sinais de alento

O malogro, em abril, da missão do secretário de Estado americano Cyrus Vance, em Moscou, deixava pouca margem a dúvidas: Estados Unidos e União Soviética dificilmente chegariam a um novo acordo sobre limitação de armas estratégicas antes desta segunda-feira, dia 3, quando expira o tratado assinado pelos dois países em 1972, conhecido como SALT-I. Foi exatamente o que aconteceu. Apesar das intensas gestões desenvolvidas por ambos os governos, nas últimas semanas, não foi possível superar os desentendimentos que impediam a assinatura de um segundo compromisso de paridade de armamentos nucleares — questão que constitui o alicerce da política de *"détente"*.

Surpreendentemente, porém, o fim da vigência do SALT-I coincide com um novo alento nas relações entre as superpotências, abaladas recentemente não só pelo insucesso das conversações sobre armamentos como pela campanha do presidente Jimmy Carter em favor dos direitos humanos. Na segunda-feira, com efeito, a União Soviética aderiu à decisão, já adotada pelos Estados Unidos, de continuar respeitando as cláusulas do acordo SALT-I. Três dias antes, Carter tivera seu primeiro encontro com um dirigente soviético — o chanceler Andrei Gromyko, que viera aos Estados Unidos para participar da Assembléia Geral da ONU. Ao final de três horas de entrevista, o habitualmente taciturno Gromyko exibia um largo sorriso.

Arestas aplainadas — Quase simultaneamente, em uma declaração conjunta, os dois países anunciavam "substantivos progressos" nas negociações. E, na quarta-feira, o tom discretamente conciliador do discurso pronunciado pelo chanceler soviético diante da Assembléia da ONU reforçou a impressão generalizada de que algumas arestas na diplomacia entre os dois países haviam sido realmente aplainadas. Não faltaram, é certo, as advertências a Washington sobre os prejuízos acarretados às relações bilaterais pelas denúncias americanas sobre violações às liberdades individuais na URSS. Mas a afirmação de que a União Soviética continua "firmemente interessada em realizar novos progressos no diálogo com os Estados Unidos" era um indício promissor.

Inesperadamente, logo após sua longa peroração nas Nações Unidas, Gromyko solicitou uma nova reunião com Carter — a segunda em menos de uma semana, e o sinal mais expressivo de que algo de importante ocorria entre os dois países. Para esse encontro também foram convocados — e às pressas —, à Casa Branca, o secretário de Estado Vance, o vice-presidente Walter Mondale, o secretário da Defesa Harold Brown e o chefe da delegação americana nas negociações SALT, Paul Warnke. Ao final, nada foi revelado sobre o teor da reunião. Mas o chanceler soviético estava, outra vez, visivelmente otimista. Finalmente, na quinta-feira, durante uma entrevista coletiva à imprensa, Carter diria que, embora não haja possibilidade de assinatura de um novo acordo SALT ainda este ano, sentia-se encorajado pela "flexibilidade" e "cooperação" que a seu ver vêm sendo demonstradas pela União Soviética.

Vance (de perfil) e Gromyko: posições convergentes

Questão de interpretação — O primeiro acordo estabelece um limite no número de armas ofensivas e estratégicas que cada país pode produzir. Assim, os Estados Unidos têm direito a 1 054 mísseis balísticos intercontinentais terra-ar enquanto os soviéticos não podem ultrapassar 1 618 unidades. Quanto aos mísseis desta categoria lançáveis a partir de submarinos, está fixado o total de 656 para os americanos e 740 para os russos. Esta inferioridade numérica foi aceita por Washington porque as restrições não atingiam os bombardeiros estratégicos nem os mísseis com ogivas múltiplas (MIRV), setor no qual os Estados Unidos já detinham a vanguarda.

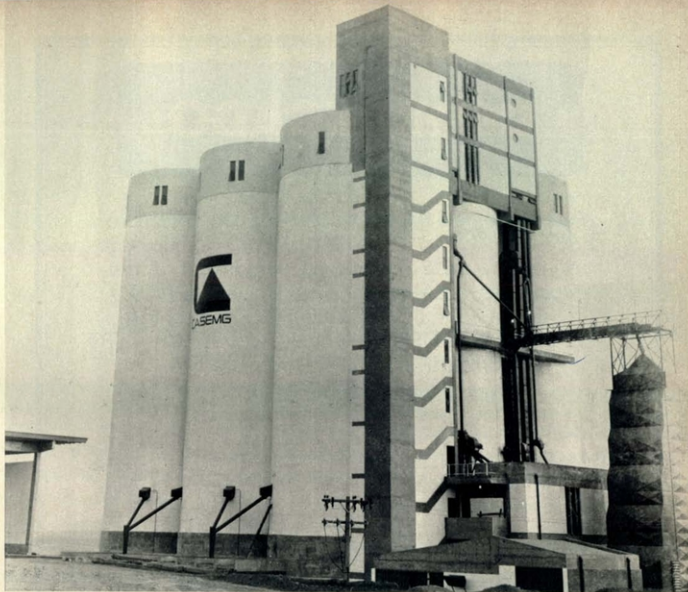
Em 1974, quando o então presidente Gerald Ford reuniu-se com o líder soviético Leonid Brejnev em Vladivostok para as primeiras conversações em torno do SALT-II, houve consenso quanto ao aspecto quantitativo nos dois arsenais: ambos os países ficavam limitados a um teto de 2 400 mísseis intercontinentais, dos quais 1 320 poderiam ser dotados de ogivas nucleares múltiplas. O desenvolvimento de duas novas armas, porém — o bombardeiro soviético conhecido como Backfire, e o míssil americano Cruise —, trouxe divergências de interpretação do texto então assinado. Os Estados Unidos pretendem que o Backfire, um bombardeiro de longo alcance, seja computado no total de armas permitidas para a URSS. Moscou, no entanto, não só não concorda com isso como exige a inclusão do Cruise — míssil teleguiado que voa a baixa altitude e atinge o alvo com enorme precisão — no número definido para o arsenal americano.

A questão é, portanto, complexa e está sujeita a novos desdobramentos à medida que os dois países aperfeiçoam artefatos de guerra mais modernos e potentes. E a demora na assinatura de um novo acordo SALT parece revelar que um controle efetivo da escalada armamentista é cada vez mais improvável. O próprio estabelecimento de limites quantitativos à produção de determinadas armas estimula a pesquisa de apetrechos ainda mais sofisticados — segundo recente advertência do renomado Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, sediado em Londres. Os soviéticos acabam de desenvolver, por exemplo, os poderosos foguetes SS-18. E a Casa Branca, após sustar a fabricação dos bombardeiros B-1 — que custariam a fantástica soma de 100 milhões de dólares cada —, estuda agora uma alternativa mais barata, o FB-111H, já apelidado "o filho do B-1".

JAPÃO

Sekigun em ação

Como todo seqüestro de avião, o da última quarta-feira — envolvendo um DC-8 da Japan Airlines com 156 pessoas a bordo, e ainda não resolvido até a madrugada do sábado — provocou tensas negociações entre governo e terroristas, protestos generalizados e uma angustiosa expectativa internacional pela sorte dos reféns. Desta vez, porém, o script convencional era conduzido por atores particularmente convincentes: estava em cena o sinistro Sekigun-Ha — Exército Vermelho Japonês —, talvez o mais fanático e violento de todos os grupos extremistas conhecidos. E a sim-

continua na página 43

É bom que você saiba:

Minas está vencendo o desafio do armazenamento.

Hoje, a CASEMG está duas vezes maior.
Paralelamente a este crescimento, a CASEMG moderniza seus conjuntos de armazéns e silos com o que há de melhor em máquinas e equipamentos para guardar, classificar, limpar, conservar e beneficiar os produtos agricolas. Com uma atualizada infra-estrutura de comercialização, representada por modernos silos elevadores, a CASEMG reduz substancialmente os custos internos de comercialização e, com isto, o produto nacional ganha melhores condições de participar do mercado internacional, ao ter aumentado o seu nivel de competitividade.

A CASEMG, em trabalho com a CIBRAZEM, integrou-se aos programas oficiais do PRONAZEM, POLOCENTRO e ao PROGRAMA DE CORREDORES DE EXPORTAÇÃO, com o objetivo de apoiar o produtor rural e a politica de preços minimos, ao operar com os excedentes agricolas.

Minas também é agricultura.

Governo Aureliano Chaves - Secretaria de Estado da Agricultura - Soapa

continuação da página 40

ples referência ao sangrento currículo de atentados da organização, entre os quais a chacina no aeroporto israelense de Lod, na qual morreram 26 pessoas, foi suficiente para redobrar o pânico.

Ao voltarem à ação na semana passada, após um intervalo de dois anos, os sekiguns mostraram que continuam pouco afeitos a transigências. O DC-8 foi seqüestrado pouco depois de decolar do aeroporto de Bombaim, na Índia, com destino à capital da Tailândia, Bangcoc. Mascarados, cinco terroristas obrigaram o piloto a pousar em Daca, Bangladesh, onde mantiveram os reféns sentados, com as mãos sobre as cabeças abaixadas, durante mais de dez horas. E os aparelhos de ar condicionado foram desligados, apesar da temperatura local de 38 graus. Entre os passageiros estava uma chinesa naturalizada brasileira, Márcia Han Wu, um raro exemplo de congraçamento latino-americano-asiático — ela é casada com um chinês de cidadania boliviana e ambos moram em Tóquio.

Credencial desabonadora — Outro refém, o banqueiro americano John Gabriel, teria se apresentado inicialmente aos extremistas como amigo íntimo do presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter. Mas a credencial teve efeito inverso ao desejado. Os seqüestradores anunciaram que Gabriel seria o primeiro a ser executado, antes da explosão do DC-8, caso o governo japonês não liberasse nove membros da organização presos naquele país e pagasse um resgate de 6 milhões de dólares, cerca de 90 milhões de cruzeiros.

O banqueiro, como ficou esclarecido, esteve com Carter apenas duas vezes, embora cultive relações de amizade com o senador americano Hubert Humphrey. O governo japonês, de qualquer forma, dispôs-se a atender às exigências, apesar de algumas dificuldades inesperadas. Foi necessário, por exemplo, importar apressadamente dos Estados Unidos 4 milhões de dólares em notas de 100 — maneira de pagamento imposta pelos terroristas. E três dos presos, cujos nomes constavam na lista apresentada pelos seqüestradores, simplesmente recusaram-se a ser entregues aos companheiros, mesmo à força.

Diante desses imprevistos, o comando Sekigun-Ha concordou em adiar três vezes o prazo inicial do ultimato até a noite de sexta-feira e, antes disso, liberou nove passageiros que passavam mal. O Japão despachou um avião para Bangladesh com o resgate e, na madrugada de sábado, a ação parecia aproximar-se do desfecho, embora nenhum país houvesse concordado oficialmente em receber os seqüestradores.

O DC-8 seqüestrado no aeroporto de Daca: motivos de sobra para pânico

Medidas de segurança — Para o governo do primeiro-ministro Takeo Fukuda, entretanto, o episódio não estava encerrado. A decisão de submeter-se às imposições dos extremistas, como já ocorrera anteriormente, gerou graves preocupações entre os setores de segurança. O ministro da Justiça, Hajima Fukuda, dispôs-se a arcar com o ônus da atitude e anunciou que renunciará ao cargo. Um grupo de trabalho especial será criado para estudar medidas destinadas a evitar novos seqüestros. Mas, mesmo que os responsáveis pela operação de quarta-feira sejam detidos, o Sekigun-Ha pode voltar ao ataque a qualquer momento.

Formada por estudantes radicais de esquerda em 1969, a organização tem revelado, na verdade, uma capacidade surpreendente de sobreviver aos mais sérios reveses. Um de seus líderes — o professor de 42 anos Takemoto Takahashi, especialista em literatura francesa do século XVIII — está preso em Tóquio e muitos militantes morreram em comandos suicidas. Mas a outra dirigente do Sekigun-Ha — Fusako Shigenobu, 33 anos, viúva de um dos terroristas mortos durante o massacre de Lod — continua ativa e, segundo certas informações, poderia ter sido a autora do plano do seqüestro do DC-8.

INGLATERRA

"Pequenas coisas"

Há dois anos, algo de peculiar aconteceu na vida de Maureen Colquhoun — uma deputada inglesa do Partido Trabalhista, representante no Parlamento da circunscrição de Northampton, cidade situada a noroeste de Londres. Casada com um jornalista, mãe de dois filhos, Maureen resolveu abandonar o lar. E foi viver com outra pessoa — mais especificamente, com uma militante do movimento inglês em favor dos direitos e da respeitabilidade das lésbicas. De lá para cá, Maureen tornou-se alvo de comentários reprovadores. Mas nem por isso deixou de continuar se destacando como ardorosa integrante da ala esquerda do trabalhismo — e até parecia que sua carreira política poderia sobreviver incólume às atribulações pessoais.

Puro engano. Na última terça-feira, o diretório trabalhista de Northampton reuniu-se para decidir quem deve continuar e quem deve deixar de representar a cidade — um procedimento normal, um ano antes das eleições. E resolveu que Maureen não pode candidatar-se à reeleição. "A decisão se deve a uma porção de pequenas coisas que, somadas, se tornam importantes", explicou, sibilinamente, o presidente do diretório de Northampton, Norman Ashby.

A própria Maureen, no entanto, preferiu uma linguagem clara para explicar as coisas. "Confessei minha homossexualidade, por isso não me querem como deputada", disse ela, ao fim da reunião. "Sou homossexual e me sinto orgulhosa da vida que levo e de ter o amor e as atenções de alguém." No dia seguinte, o jornal *Daily Mirror* comentava: "Ela não é o primeiro membro homossexual do Parlamento, mas foi o único que confessou sua condição enquanto ainda no exercício do mandato".

ANSA

FOTOS AP

A manifestação final, a confraternização nas praças, os "índios metropolitanos" com o rosto pintado: revolucionários de todo tipo

ITÁLIA

Woodstock político

Seria o calvo e sorridente prefeito de Bolonha, Renato Zangheri, um sanguinário Stálin municipal? Teriam os comunistas italianos, que há trinta anos administram Bolonha, transformado a histórica e tolerante cidade num míni-Gulag repressivo? E mereceria o Presídio Municipal, que hospeda, em meio a larápios e homicidas, doze estudantes presos por porte ilegal de armas em março passado, ser comparado à famigerada prisão de Lubianka, em Moscou?

Aparentemente convencidos de que todas essas perguntas teriam resposta positiva, 40 000 ultra-esquerdistas italianos e alguns intelectuais franceses invadiram Bolonha no penúltimo fim de semana — dias 24 e 25 — para realizar uma Conferência Internacional sobre a Repressão na Itália. Nunca o país vira algo igual — um improvável amálgama de revolucionários de todo tipo, militantes feministas e homossexuais, associações de ocupantes ilegais de terra, defensores do meio ambiente, anarquistas, macrobióticos e opositores da energia nuclear. Não faltou nem mesmo o habitual apoio, por meio de um manifesto, do filósofo Jean-Paul Sartre e sua mulher, a escritora Simone de Beauvoir.

"Queimamos a cidade" — Depois de dois dias em meio a intensas discussões, no entanto, a caótica quermesse ideológica feita de debates em esquinas, auditórios universitários, cinemas, teatros e ginásios esportivos terminou sem provar que "Bolonha é a cidade mais repressiva da Europa" — tese que vinha sendo insistentemente propalada desde que um estudante foi morto em combate com a polícia da cidade, durante uma manifestação ultra-esquerdista, em março. A conferência pretendia, mais que tudo, constituir-se num "processo" contra o Partido Comunista — acusado de "abandonar as massas para aproximar-se do poder" desde que, há três meses, passou a apoiar indiretamente o governo democrata-cristão por meio da abstenção no Parlamento.

Mas o PCI, astutamente, acabou se utilizando de sua própria organização para transformar o tenso clima de batalha que precedeu o encontro numa festa colorida e pacífica — algo como um Woodstock político. A Prefeitura declarou Bolonha uma "cidade aberta", colocou praças e edifícios públicos à disposição dos contestadores, colaborou no transporte, alojamento e alimentação dos jovens e promoveu um sensível desarmamento nos espíritos.

Na manhã de sexta-feira, dia 23, quando ainda estava sendo montada uma gigantesca barraca de informações na Piazza Verdi, coração da cidade universitária e do centro histórico de Bolonha, começaram a chegar milhares de participantes com mochilas e sacos de dormir, vindos de trem, a pé ou de carona. Nos muros, já haviam sido pichadas as primeiras palavras de ordem, como: "Os companheiros presos em liberdade ou queimamos a cidade" — uma não concretizada ameaça dos "autônomos", do grupo de extrema esquerda Autonomia Operária.

Guerra de cadeiras — De resto, se houve algum tumulto, foi por culpa da própria natureza do evento: o programa incluía de um debate sobre "Estado e Repressão" a "discussões livres" sobre objetos voadores não-identificados, sem contar os temas apresentados por militantes de "alimentação alternativa", "combatentes antinucleares", "homossexuais revolucionários" e "advogados democráticos". Havia até mesmo proposições concretas: os autônomos, os mais radicais, propunham a libertação de todo o tipo de presos e a ocupação dos 34 000 apartamentos vazios da cidade. Já os "índios metropolitanos", agrupamento lírico-político surgido das manifestações estudantis de março passado, reivindicavam o fim do trabalho humano, que seria substituído por máquinas a serem criadas por uma "nova universidade".

O que mais se aproximou de um debate político-ideológico foi a discussão sobre "Intelectuais, Dissenção e Poder" da qual participaram, no Cine Odeon, a professora comunista Maria Antonietta Macciocchi, respeitada estudiosa do filósofo Antonio Gramsci, e o psicólogo francês Félix Guattari, um dos intelectuais franceses que há meses assinaram um manifesto denunciando o "caráter repressivo" do PCI. Já no Palácio dos Esportes, debatendo o tema "Estado e Repressão", líderes dos grupos Lotta Continua e Autonomia Operária não conseguiram entrar em acordo sobre se "o Estado burguês e as forças revisionistas tendem a desmantelar o bloco social anticapitalista" — e, por via das dúvidas, atiraram-se a uma movimentada guerra de cadeiras, só encerrada quando Orestes Scalzone, líder dos autônomos, impôs respeito geral cantando a "Internacional".

Brado de guerra — Nas ruas, enquanto isso, o panorama não era menos rico. Ao som de canções revolucionárias, na venerável e central praça Maggiore, velhos aposentados viam com surpresa moças militantes homossexuais trocando beijos, enquanto várias feministas decidiam se a conferência sobre a repressão era ou não mais uma manifestação machista. "Em casa ou na prisão/somos sempre prisioneiras", gritavam as feministas. Insuperável, porém, era o brado de guerra dos homossexuais masculinos: *"Il coito/anale/abate/il capitale"*.

Em ordem quase perfeita, todos os grupos participaram da imensa passeata que, na tarde de domingo, encerrou o happening. Embora não faltassem indícios que faziam temer a repetição das batalhas de rua de março, quando, além do estudante morto, houve carros e edifícios incendiados, tudo terminou em paz. Os 6 000 policiais em uniforme de choque convocados pelo Ministério do Interior foram mantidos à margem do roteiro da marcha e os organizadores da conferência tiveram a cautela de colocar os autônomos mais agitados no meio do cortejo.

As mãos que faziam isto, o que podem fazer hoje?

Podem aproveitar a tecnologia Villares e realizar o sonho de criança, na construção e no equipamento de usinas hidroelétricas e termonucleares.

Ou na construção e equipamento de portos, ferrovias, indústrias navais, mecânicas, siderúrgicas, mineradoras, automobilísticas, etc.

Em todas essas frentes decisivas para a formação de uma moderna nação industrializada, está presente a tecnologia Villares a nível de exportação.

Porque absorver e desenvolver tecnologia tem sido sempre uma das metas principais das empresas Villares.

E isto foi conseguido.

Hoje seus produtos apresentam padrões de qualidade que antes só eram encontrados em bens importados.

Por isso eles estão suprindo o mercado interno, aliviando as importações e gerando divisas através de exportações para os quatro cantos do mundo.

Como o comprovam a absorção e o desenvolvimento de tecnologia na fabricação dos produtos Atlas (mais de 34 mil elevadores vendidos e transferência, para o México, de "know-how" na fabricação de elevadores e escadas rolantes), o desenvolvimento de tecnologia para a produção de aços especiais e a produção de guindastes e escavadeiras sobre pneus e esteiras com tecnologia própria.

Esses são apenas alguns exemplos do desenvolvimento de tecnologia brasileira de nível internacional em todas as empresas Villares e em cada um de seus produtos.

Porque é um dos princípios da filosofia Villares.

Uma filosofia que confia no que as mãos brasileiras estão fazendo hoje e irão fazer amanhã.

O Brasil é feito por nós,
porque somos capazes
de grandes feitos.

VILLARES

Aços Villares SA
Eletrocontroles Villares Ltda.
Elevadores IEM-Villares SA
Equipamentos Villares SA
Ferropeças Villares SA
Indústrias Villares SA
Divisão Elevadores
Indústrias Villares SA
Setor de Mineração
Villares Indústrias de Base SA
Villares Overseas Corporation
Villares Wrightson Engenharia Ltda.

SUÉCIA

Agora, só vinho

A híbrida economia sueca, uma peculiar mistura da afluência capitalista com os benefícios do Estado assistencial, há décadas vem sendo apontada como uma espécie de exceção principalmente no mundo industrializado. Em países lutando contra altas taxas de inflação e crescente desemprego, a Suécia parecia ter a fórmula mágica do sucesso. Tal imagem, contudo, não mais corresponderia à realidade. Na semana passada, ao completar seu primeiro ano de governo, após um longo reinado de 44 anos da social-democracia no poder, o primeiro-ministro centrista Thorbjorn Falldin enfrentava um grave déficit na balança de pagamentos, um índice recorde de inflação e um início de erosão no índice de vida dos suecos, há décadas o mais alto do mundo.

"Estou preocupado com o crescente desânimo", diz o ex-primeiro-ministro social-democrata Olof Palme, agora líder da oposição. "Nós temos hoje o mais alto índice de inflação em 25 anos (12%), uma queda em nosso padrão de vida e ainda deveremos enfrentar dificuldades com desemprego até o fim do ano." Na verdade, o próprio Palme não está isento de responsabilidade pelo que vem ocorrendo. Segundo muitos especialistas, essa situação já se delineava há alguns anos e cedo ou tarde faria a Suécia juntar-se ao restante do mundo desenvolvido como vítima da "estagflação" — inflação mais estagnação de crescimento.

Choques raciais — Essas previsões vêm se confirmando. O crescimento real do produto nacional continuará baixo em 1977 pelo terceiro ano consecutivo — e talvez não chegue a 1%. O tradicional superávit na balança de pagamentos, que em 1973, por exemplo, alcançava 1,2 bilhão de dólares, deverá se transformar num déficit de 3 bilhões até o final do ano. E não faltam outros indicadores pouco estimulantes: as vendas de carros novos caíram 33% num mês normalmente movimentado, como junho, e os índices da Bolsa de Valores estão 20% abaixo do pico atingido em maio de 1976.

Além da economia, outro pilar da sociedade sueca tem sofrido abalo nos últimos tempos — a reputação internacional do país como modelo de liberalismo e tolerância racial. Em junho passado, 250 jovens suecos, acusando suas vítimas de "vagabundear às custas dos benefícios sociais", investiram contra imigrantes do Oriente Médio num subúrbio de Estocolmo, causando quinze feridos graves. No início de agosto, foi a vez de bandos de jovens atacarem famílias ciganas, a maioria procedentes da Checoslováquia e da URSS, que vivem no porto de Malmoe, ao sul do país.

SVEN SIMON

Falldin: um ano depois, problemas

Muitos suecos ficaram horrorizados com esses distúrbios, mas alguns observadores lembram que talvez se trate do resultado quase inevitável de um mercado de trabalho que não tem crescido o suficiente. De qualquer forma, o problema do desemprego ainda é algo novo na Suécia — e, pelos padrões mundiais, a taxa no país é insignificante, não passando de 1,5%, graças em grande parte aos subsídios do governo à indústria. Além disso, as dificuldades econômicas não foram suficientes para retirar dos suecos a maior renda per capita do mundo — 6 878 dólares, quase 10% mais que a dos americanos.

"Apertar os cintos" — Só nos últimos três anos, a renda média de um trabalhador sueco cresceu nada menos que 50% — mas, paradoxalmente, isso contribuiu para trazer mais dificuldades à economia do país, no que foi diagnosticado como um dos impasses do "modelo" sueco. Com os custos trabalhistas entre os mais altos do mundo, os produtos do país tornaram-se caros demais e pouco competitivos nos mercados mundiais. Assim, as exportações, responsáveis por um quarto do produto nacional, aumentaram apenas 4% no ano passado ao passo que o comércio mundial crescia, em média, três vezes mais.

Para que a atual situação não piore, a solução preconizada por autoridades, como Staffan Linder, ministro do Comércio, é fazer com que o povo "aceite apertar os cintos". Mas isso, segundo Ulla-Britt Hedlund, uma dona-de-casa de classe média de Estocolmo, já vem sendo feito. "Nós costumávamos comer carne uma vez por semana e servir uísque em nossas festas", diz ela. "Agora, comemos carne uma vez por mês e servimos vinho."

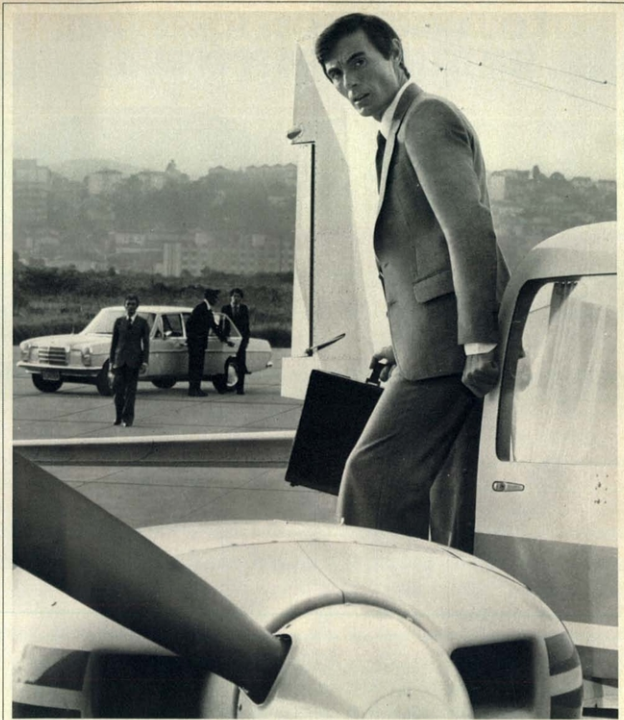
O livro de Begin

Publicado pela primeira vez em 1951, o livro "A Revolta" encontra-se mais que nunca em evidência desde que seu autor — Menahem Begin — se tornou primeiro-ministro de Israel, em junho último. Em Israel, na Europa e nos Estados Unidos, as edições se renovam. E pelo menos cinco companhias cinematográficas americanas disputam o direito de filmar a obra — na qual Begin narra suas aventuras como chefe da organização terrorista Irgun, ao tempo das lutas sionistas. Begin gostaria de ver seu livro transformado em filme mas há um problema: vários dos produtores insistem em que seja introduzido na história um "elemento romântico", isto é — um caso de amor que, de conformidade com as leis de Hollywood, compense os cansaços guerreiros do protagonista. Begin, de sua parte, insiste em que não haja desvios do texto original.

O livro de Young

Ao contrário do que geralmente acontece com os notáveis da política americana, o atual embaixador dos EUA na ONU, Andrew Young, não pretende esperar sua aposentadoria para escrever um livro. Young deseja iniciar desde já alguma atividade literária — e para isso já obteve autorização do presidente Jimmy Carter. Argumentou ele com o presidente que, no ano passado, somados seus rendimentos de deputado e conferencista eventual, conseguiu levantar 61 125 dólares, ou 916 870 cruzeiros. Este ano, porém, com seus salários de embaixador, ganhará um pouco menos — 57 500 dólares, ou 862 500 cruzeiros. Pai de quatro filhos, Andrew Young espera, com a publicação de um livro — de cujo conteúdo ainda não se tem idéia —, obter um reforço ao seu orçamento.

O livro de Brejnev

Apenas a título de consulta, a editora americana Simon & Schuster perguntou há dois anos e meio às autoridades soviéticas se o líder máximo da URSS, Leonid Brejnev, não estaria interessado em escrever uma autobiografia. "Não é impossível", foi a resposta — e realmente a editora não deixou de ser satisfeita. Embora Brejnev não tenha exatamente se disposto a escrever uma autobiografia, um texto sobre sua vida foi encomendado a dez escritores soviéticos, ao qual se acrescentou um prefácio da lavra do próprio presidente da URSS — tudo perfazendo uma obra especialmente destinada ao público americano. Os manuscritos chegaram recentemente, pelo correio, à Simon & Schuster — que pretende colocar o livro à venda no início do próximo ano.

Decisivamente marcante como sua presença

Men's Cologne. After Shave. Shaving Foam. Deodorant. Soap for Men.

ATÉ QUANDO SE PODE SOBREVIVER
SEM TECNOLOGIA PRÓPRIA?

JÔ AMADO

O velho Ruschi e a reserva florestal de Santa Lúcia: um patrimônio de 38 anos para proteger

A bala

No dia 3 de novembro do ano passado o Museu Mello Leitão, em Santa Teresa, a 58 quilômetros de Vitória do Espírito Santo, foi invadido. Até hoje ninguém sabe quem foram os invasores. O secretário de Segurança, coronel Hugo de Castro Eisenlohe, teria alegado a proximidade das eleições para dizer que não "ia mexer em nada". Mas o dono do museu — na verdade a sua própria casa — Augusto Ruschi, 62 anos, um cientista há 38 anos empenhado em salvar espécies vegetais e animais daquele Estado, teve motivos para preocupação: nessa noite, mataram 180 animais — inclusive alguns ameaçados de extinção —, arrebentaram gaiolas, quebraram telas para que aves raras fugissem, enxotaram um jacu verde, balearam um macuco que dormia e deixaram balas no chão, com um bilhete em que ameaçavam retornar em nova expedição punitiva.

Este ano, Ruschi considerou-se ameaçado outra vez, em setembro passado, quando dois agrimensores do governo estadual tentaram entrar na reserva florestal de Santa Lúcia, um santuário ecológico de 279 hectares onde Ruschi desde 1930 preserva 600 000 pés de orquídeas, centenas de aves e bichos e raridades florestais. Com essa medição, o governo estadual pretendia transferir para o Instituto Estadual de Florestas (IEF) a posse daquela reserva, até então pertencente ao Museu Nacional. Recortes do *Diário Oficial* de 1953 e outros documentos de Ruschi, ele próprio um advogado, além de biólogo e agrônomo, seriam no seu entender suficientes para provar que a reserva pertence ao Museu.

Mas o secretário de Comunicação do Espírito Santo, José Carlos Monjardin Cavalcanti, manifestando o ponto de vista do governo, afirmou que "vamos brigar até o último cartucho" para tomar a reserva de Ruschi e permitir a exploração de palmito no local.

Talvez por ser exagerada, a reação do cientista à segunda ameaça tenha mobilizado a imprensa de todo o país, garantindo, pelo menos até o final da semana passada, um certo otimismo entre os cientistas brasileiros e estrangeiros que defendem a causa de Ruschi: ele continua afirmando que "quem invadir a reserva será recebido a bala — inclusive o governador Élcio Álvares".

Sumiu a escritura — Segundo Ruschi, embora a escritura tenha desaparecido, as terras pertencem por compra ao Museu Nacional com sede no Rio de Janeiro — fato que seria provado à exaustão por recortes do *Diário Oficial*. Em 1969, quando ele deu pela falta da escritura, procurou o diretor de Terras da Secretaria da Agricultura, Jair de Morais, que sugeriu um processo de reconstituição — em andamento. Mas, na sua opinião, o próprio Jair de Morais estaria envolvido, em 1970, numa invasão da reserva, juntamente com a companhia Aracruz de Reflorestamento — sendo por isso denunciado pelo próprio Ruschi ao governo estadual e ao Serviço Nacional de Informações (SNI). Daí — explica — o processo não ter andado, surgindo, ao contrário, essa preocupação de tomar as terras para o IEF.

Segundo o cientista, por trás dessa tentativa de transferir a reserva para um órgão estadual alojam-se grandes interesses dos grupos que têm desmatado as florestas do Espírito Santo. Ele diz que "há trinta anos", 50% do território estadual eram recobertos pela floresta atlântica. Hoje, resta apenas 1%. "As conseqüências desse desequilíbrio ecológico", adverte, "como não podia deixar de ser, afetaram profundamente o clima, as chuvas, os solos, os rios, a agricultura. Estão usando as baixadas para plantar eucaliptos e as montanhas para a agricultura — como é o caso da Aracruz, que já plantou 90 milhões de árvores."

Por isso, sem mudar a rotina de seu trabalho, que consiste em caminhar pela floresta catalogando e anotando tudo o que ocorre com a fauna e a flora — observações que transfere para institutos científicos de todo o mundo —, Ruschi pretende transformar sua disputa com o governo do Espírito Santo num movimento nacional em prol da ecologia: "Se para defender um pedacinho à toa da floresta primitiva, como é o caso da reserva do Museu Nacional, a gente recebe toda essa carga de pressões, é fácil então imaginar a força dos grandes grupos que estão levando o Espírito Santo à desertificação". De qualquer forma, a luta de Ruschi não parece tão solitária: além de telegramas de solidariedade de várias entidades da Europa e dos Estados Unidos, têm chegado ao seu museu Mello Leitão até mesmo cientistas dispostos a ajudá-lo.

FOTOS DE CELIO APOLINARIO

Bicas, MG: a doença de d. Ida e a morte de operários não passam de calúnias, segundo o minerador Pires

Um ar sem cura

O paciente apresenta sinais de bronquite, dificuldade para respirar e até mesmo insuficiência cardíaca. Exames de laboratório revelarão ainda uma progressiva afecção pulmonar, que interfere na circulação do sangue. E, com freqüência, também ocorrem lesões secundárias de enfisema e generalizados fenômenos infecciosos. Enfim, o paciente mostra-se acometido de uma grave enfermidade — a silicose — devida à inalação de poeiras de pedras ou areias contendo sílica, que os manuais médicos dizem atacar predominantemente os operários das mineradoras, das pedreiras, das olarias, mas que ultimamente ameaçaria toda a população urbana dos municípios mineiros de Bicas e Pequeri, a poucos quilômetros de Juiz de Fora.

De fato, segundo os médicos Ronaldo Della Gazza, de Bicas, e José Mariano Leal, de Pequeri e Juiz de Fora, a silicose já matou mais de cinqüenta pessoas, nos últimos quatro anos. E, a persistir a intensa poluição do ar provocada pelas mineradoras de quartzo existentes na região (o quartzo, minério empregado nas indústrias química, ótica, de fósforos, de pisos, contém 95% de sílica), essa situação tenderia a se acentuar. "O problema adquire a máxima gravidade porque a silicose não possui cura", explica Della Gazza. "A ponto de eu ficar em dúvida se faço um bem ou um mal quando prolongo com medicamentos, por mais algum tempo, o sofrimento de suas vítimas." Em seu entender, no caso particular de Bicas, a grande vilã da poluição e da silicose é a Mineração Biquense Ltda., que produz 900 toneladas mensais de quartzo e 150 de dolomita, um corretivo de solo.

A céu aberto — Instalada desde 1970 em pleno centro de uma cidade de aproximadamente 11 000 habitantes e, sobretudo, em frente a um grupo escolar onde estudam 1 000 crianças, a Mineração Biquense lança ao ar, todos os dias, cerca de 24 quilos de pó contendo sílica. Ainda assim, até 1973, ano em que Della Gazza abriu consultório em Bicas e passou a denunciá-la, ela funcionou sem qualquer resistência de parte da população, que via na nova indústria uma alternativa de desenvolvimento mais promissora que a proporcionada pela tradicional atividade agropecuária local. Até então, o maior trunfo industrial da cidade era a acanhada Fábrica de Sapatos Almirante. "A população, constituída em sua maioria por gente simples e esperançosa, desconhecia o perigo que corria", diz Della Gazza. Por coincidência, já um de seus primeiros pacientes, uma senhora de 75 anos, dona Ida Vicini, queixou-se de problemas respiratórios, cansaço e dificuldades para andar. Como não reagisse à intensa medicação recebida, o médico passou a investigar as causas dessa resistência, descobrindo que praticamente nos fundos de sua casa funcionava a Mineração Biquense.

O que deixa perplexo Della Gazza é o fato de a Mineração Biquense ainda funcionar a céu aberto, expelindo sua nociva poeira, que se mantém em suspensão, durante toda a jornada de funcionamento de suas obsoletas máquinas. Como únicos equipamentos de controle da poluição do ar, a indústria dispõe de dois precários exaustores, que empurram o pó para fora de suas instalações. "Quando enxergo a poeira no meu encalço, corro mas não adianta", conta a paciente dona Ida. O mesmo problema é enfrentado por seu marido, Guido Vicini, 82 anos, cujo maior desgosto foi ver sua goiabeira favorita inteiramente corroída pela sílica.

Culpando a cachaça — Entretanto, para o proprietário da Mineração Biquense, o ex-deputado estadual pelo extinto Partido Social Progressista Euclênio Dias Telles Pires, 59 anos, tudo não passaria de uma campanha urdida por seus inimigos gratuitos, já que a poeira expelida por sua indústria não seria tão perniciosa como apresentam. "Atualmente, parece que sou o responsável por todas as mortes ocorridas em Bicas", defendeu-se ele, falando ao repórter Mário Lara, de VEJA. "Recentemente, funcionários do Ministério do Trabalho estiveram aqui e não constataram nenhuma irregularidade, a não ser a ausência de dois extintores de incêndio, que já mandei providenciar." E concluiu: "Na verdade, as mortes de alguns operários meus, nos últimos tempos, sucederam muito mais por excesso de cachaça que pelo pó que eles respiravam".

De qualquer forma, após receber um abaixo-assinado de 600 moradores de Bicas, orientado por Della Gazza, a Comissão de Política Ambiental (Copam), da recentemente criada Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Minas, decidiu tomar providências. E, em meados de setembro, deu um prazo de noventa dias para a Mineração Biquense instalar equipamentos de combate à poluição ou transferir-se para outro local.

O mesmo, porém, não está ocorrendo na vizinha Pequeri, de 3 500 habitantes, onde a população ainda não se decidiu a enfrentar a ameaça de suas duas indústrias de beneficiamento de quartzo e feldspato (utilizado na fabricação de louças). Somente uma delas, a Beneficiadora de Minério Pequeri Ltda., de propriedade de uma família paulista, igualmente instalada no centro da cidade, é responsabilizada pela morte de pelo menos doze pessoas, nos últimos anos. Na verdade, como diz seu gerente, Hélio de Oliveira, "a população de Pequeri está quieta porque sem a gente sua cidade morria".

GARRA

Radial G 800 Grand Prix.
Com a banda de rodagem mais larga.

Mais garra na chuva.
Mais garra na hora de parar.
Tudo isso você consegue com o radial G 800 Grand Prix Goodyear.

O radial G 800 Grand Prix é o resultado da tecnologia Goodyear. A mesma tecnologia que dá mais garra aos campeões de Fórmula 1.

Radial G 800 Grand Prix. Procure-o no seu revendedor Goodyear.

GOODYEAR

A escolha dos campeões

UM HOMEM COMO O BARÃO DE MAUÁ TINHA QUE

Há mais de cem anos, um magnífico visionário começava ozinho a Revolução Industrial rasileira. Irineu Evangelista e Souza, Barão e, depois, isconde de Mauá.

Do seu estaleiro na Ponta da Areia, saíram os navios da Guerra do Paraguai e grande parte da marinha mercante da época. Além de moendas para engenhos de açúcar, máquinas para torrefação de café, encanamentos de água e gás. E junto ao empresário de visão, vivia o homem público que pensava, antes de tudo, no desenvolvimento do país.

Rico, ele pôde realizar ou financiar obras, muitas vezes deficitárias, mas de inadiável interesse social, como companhias de transporte, redes de iluminação pública, serviços de navegação fluvial – e a nossa primeira estrada de ferro.

Com tantos feitos a seu crédito, Mauá ganhou algo que

CHEGAR A PRESIDENTE DO BANCO DO BRASIL.

para ele talvez fosse mais importante que dinheiro ou títulos de nobreza: o convite para assumir a Presidência do Banco do Brasil.

E ao Banco ele deixaria o mais duradouro de seus legados: uma política de mente aberta às conquistas científicas e tecnológicas, sem as quais todo desenvolvimento é ilusório.

Hoje, toda vez que aprova financiamentos destinados à instalação ou modernização de indústrias, e sempre que canaliza recursos para dotar uma nova região de transportes, energia ou comunicações, o Banco do Brasil está pensando como o Barão de Mauá.

Uma questão de afinidade. E de fé neste país.

FOTOS PEDRO MARTINELLI

Uma escala clandestina: o barco de carga pára no meio do rio à espera da canoa com os passageiros

BELÉM

Barcos inseguros

Dormindo em redes que se cruzavam sobre tambores de gasolina, mais de quarenta colonos seguiam a bordo da lancha "Anama", de Belém para Altamira, em 1971, quando a embarcação explodiu e afundou. Todos os passageiros morreram.

Em janeiro de 1975, o iate "Nossa Senhora dos Navegantes" deixou o porto de Ver-o-Peso, em Belém, com destino a Macapá. Após um dia de viagem, naufragou. Apesar de estar navegando em águas de menos de 1 metro de profundidade, quinze de seus trinta passageiros morreram, esmagados sob o peso de 8 toneladas de carga.

No primeiro semestre deste ano, foram doze os naufrágios registrados pela capitania dos portos (dez mortos) e, na primeira semana de setembro, 27 pessoas morreram em seis acidentes com barcos nas proximidaeds do porto de Belém.

Notícias desse teor são uma constante nas páginas dos jornais da capital paraense. Graças à sua localização — à margem do estuário do rio Pará, num dos braços do rio Amazonas —, Belém acabou se transformando no maior entreposto comercial da Amazônia. E, apesar dos consideráveis investimentos nos últimos anos para dotar a região de uma rede rodoviária, os 20 000 quilômetros de rios e igarapés continuam a desempenhar um papel preponderante na ligação entre as cidades paraenses. Dos cerca de 25 000 quilômetros de estradas do Pará, apenas 3 000 são pavimentados. E a utilização dos restantes 22 000 quilômetros fica na dependência das peculiares condições climáticas da região, caracterizadas por não menos de seis meses de chuvas por ano — durante os quais as estradas de terra se tornam literalmente intransitáveis. Assim, não é de estranhar que a Capitania dos Portos do Pará, em Belém, registre a existência de mais de 17 000 barcos — contra 26 000 veículos licenciados no Detran da cidade — e reconheça que pelo menos outros 20 000 naveguem clandestinamente, em precárias condições de segurança.

Uma campanha — Para fiscalizar as condições de navegabilidade dessa frota, a Capitania dispõe de apenas duas corvetas e de poucas unidades menores. Que fazer, então, para evitar os acidentes — ou, pelo menos, diminuir suas trágicas conseqüências? O capitão dos Portos do Pará, Heraldo Guimarães Martins, só vê uma saída para esse problema: a realização de uma campanha "que desse consciência e responsabilidade" aos navegadores e aos habitantes da região, tradicionais usuários dos barcos no deslocamento entre a capital e todo o interior.

Nessa campanha, entre outras disposições, a Capitania pretenderia impedir o tráfego de embarcações com carga excessiva e fazer obedecer a destinação de cada barco — é normal o transporte de pessoas em embarcações licenciadas estritamente para carga. Igualmente premente seria acabar com a utilização de pessoal inabilitado pelos proprietários dos barcos assim como ministrar aos tripulantes em geral ensinamentos básicos sobre as regras de navegação. Como constatou o correspondente de VEJA em Belém, Guilherme Augusto, numa viagem até Barcarena, pelo rio do mesmo nome, o instrumento mais usado pelos navegadores da região é o "olho". É assim que trabalha o mestre do "Nossa Senhora da Conceição de Macapá", Cândido Raul Pantoja.

Cordinha — "Onde a água está parada é raso; onde há uma marolazinha, é fundo", diz mestre Cândido, de 37 anos, vinte dos quais de idas e vindas pelas normalmente serenas águas do Barcarena. As informações que lhe são transmitidas pelo olho ele passa para o maquinista (na região, conhecido como motorista) através de uma série de puxões em uma cordinha que liga a tosca cabina de comando à sala das máquinas. Na parede da minúscula cabina, destaca-se uma inútil relação das "Regras para Evitar Abalroamento no Mar" — coletânea de sinais de cerração, diurnos e noturnos, padronizados pela Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana, realizada em 1960, em Londres, mas de pouco ou nenhum uso pelos barqueiros do Pará.

Com efeito, como se esperar que tais exigências sejam cumpridas se praticamente não há fiscalização? Igualmente ignoradas pela maioria dos proprietários

continua na página 58

Os barcos representam o principal meio de transporte na capital paraense: cargas e passageiros dependem de uma frota pouco fiscalizada e insegura que liga o porto de Ver-o-Peso com todo o interior

continuação da página 56

são as normas sobre as características técnicas de seus barcos. Um perito em navegação da região, porém, garante que, de um modo geral, os barcos do Pará são seguros, pois seguem uma tradição legada pelos construtores portugueses que se estabeleceram nos arredores de Belém no século passado. Na prática, entretanto, ele não pode deixar de reconhecer a relatividade de sua afirmação. Agora mesmo, trabalha na adaptação de um barco de 200 toneladas, construído em 1906 para transportar passageiros, e que passará a levar carga. "A vistoria jamais identificará as deficiências do navio", defende-se o improvisado engenheiro naval. E explica: "Uma vistoria, que normalmente não levaria menos de uma semana, é feita pela Capitania em apenas um dia".

Trabalho artesanal — Tão empírico como a vistoria da Capitania é o trabalho de grande parte dos construtores do Pará. Precariamente instalado às margens do rio Barcarena, e devidamente autorizado pela Capitania dos Portos, mestre Aladim de Souza Pires, de 60 anos, costuma entregar três ou quatro encomendas por ano. São barcos de até 200 toneladas que ele constrói artesanalmente, com ajuda de três filhos e mais três empregados. Mestre Pires nunca fez uma planta — visualiza a embarcação na hora da encomenda e põe mãos à obra. "Nunca ninguém me ensinou", confessa, orgulhoso. "O que sei, aprendi como curioso."

Na opinião de entendidos, no entanto, o ponto crítico da questão não estaria nos barcos propriamente ditos mas em sua errada utilização. Embora não possuam estatísticas confiáveis, eles lembram que o agravamento dos acidentes corresponde ao gradual afastamento da Empresa de Navegação da Amazônia S.A. (ENASA) do transporte de passageiros, entregue hoje em dia quase que exclusivamente aos particulares. Para outras autoridades em navegação na região, boa parcela de responsabilidade pela ocorrência dos acidentes poderia ser creditada ao próprio código de navegação que estabelece as normas de transporte. O código foi elaborado para regular a navegação costeira — e as normas aplicadas normalmente a um transatlântico ou navio de grande porte não seriam adequadas às embarcações que trafegam pelos rios da Amazônia.

Tão ou mais relevante que essas causas imediatas, porém, surge a desoladora constatação de que, mesmo dispondo de meios adequados, as autoridades pouco poderão fazer para evitar os acidentes. "Se resolvêssemos exercer uma fiscalização rigorosa", lembra capitão Martins, "provavelmente o Estado pararia tal a dependência da economia local em relação ao trinômio homem-barco-rio."

N. M. PASSOS

A primeira vitória dos moradores da Lauro Muller: uma área de lazer

RIO

Eleição de rua

"Morou, votou." Atendendo ao slogan, os moradores de 500 dos 800 apartamentos da rua Lauro Muller, no bairro carioca de Botafogo, compareceram às urnas improvisadas em latas de biscoito, caixas de sapatos e caixotes, colocadas na portaria de cada um dos oito prédios da área, elegendo, no sábado, dia 24, os 21 titulares e 21 suplentes para o novo conselho da ALMA — Associação dos Moradores da Lauro Muller e Adjacências. "Como todos os brasileiros, eles estavam querendo votar, e ficaram tão entusiasmados com a eleição, que fui obrigado a abrir votação para todos e não só para os associados, como previa o regulamento", comenta, orgulhoso, o general reformado Leandro José de Figueiredo Jr., 66 anos, fundador e atual presidente da entidade.

Em um ano de vida, a ALMA, criada em setembro de 1976 a partir de um abaixo-assinado enviado pelos moradores ao prefeito Marcos Tamoio, pleiteando uma área de lazer para a rua, mostrou ter correspondido ao interesse de seus associados. O cerco à Prefeitura foi tão insistente que, em 48 horas, o memorial era despachado, e até dezembro a rua ganhará sua área de lazer, localizada nos fundos dos prédios, num amplo terreno até então utilizado como estacionamento de carros, ao lado da pedreira da Babilônia. "Se todos criassem suas associações, o entrosamento entre o povo e as autoridades seria maior e os problemas seriam resolvidos rapidamente", argumenta o general Figueiredo Jr., que na próxima semana entregará o cargo ao novo presidente, a ser indicado pelos conselheiros eleitos no dia 24 — pelos estatutos, o mandato é de um ano, sem direito a reeleição.

Briga — Satisfeito com a concessão da área de lazer — que estará concluída ainda este ano, com play-ground, teatro de arena e quadras de esporte —, Figueiredo Jr. lastima apenas não ter conseguido realizar durante o seu mandato os outros objetivos da ALMA: deixa para seu sucessor a briga pela urbanização total da área e pela iluminação da rua Linda Morena, localizada atrás dos prédios da Lauro Muller e usada como esconderijo por ladrões e toxicômanos que fogem da Polícia. Além desses dois objetivos prioritários, e da dinamização das diversas comissões culturais da associação, a nova diretoria pretende ainda, a médio prazo, organizar a Cooperativa de Abastecimento da associação — a CALMA, que terá por objetivo facilitar e baratear as compras dos moradores, uma vez que os supermercados mais próximos ficam em Copacabana, e para se chegar lá é preciso atravessar o Túnel Novo.

Se dependerem apenas da boa intenção dos dirigentes da ALMA, certamente tais projetos serão logo concretizados. Afinal, em termos de organização, ela é talvez a mais eficiente entre as quinze associações de moradores do Rio de Janeiro. A ALMA edita um jornalzinho mensal, onde os moradores podem registrar suas queixas, e foi através de suas colunas — e de enérgicos memorandos enviados à Fundação Estadual de Estudo do Meio Ambiente e à Prefeitura — que a entidade conseguiu outra de suas importantes vitórias. Nada menos do que sustar o alvará solicitado por uma empresa que pretendia implantar uma usina de concreto a 50 metros do primeiro prédio da rua que, por ter pouco mais de 600 metros de extensão, acabaria fatalmente imersa numa nuvem de poluição.

Maxiplac Brasilit* é versatilidade acima de tudo.

Depois de Maxiplac Brasilit, a versatilidade adquiriu uma nova importância para telhados funcionais, econômicos e de muito bom gosto.
Isto porque Maxiplac Brasilit, a telha de cimento-amianto com 3 grandes ondas e até 4,60 m de comprimento, permite vãos livres de até 4,40 m. Seu relevo harmonioso e exclusivo proporciona telhados de inclinações variadas, para muito mais opções de uso.
Por necessitar de somente dois pontos de apoio, Maxiplac Brasilit economiza estrutura, com maior rapidez na instalação.
Possibilita também a criação de grandes beirais, assegurando maior proteção da obra contra a ação do sol e das chuvas.
A tudo isto juntamos as vantagens do cimento-amianto, a garantia da marca Brasilit impressa na borda e a melhor Assistência Técnica antes, durante e depois da construção.
Faça uma visita ao seu Revendedor Autorizado Brasilit. Ele dará toda a orientação técnica que você precisar.

BRASILIT

** brasileira*
- da matéria-prima ao produto acabado

"Transrapid 04": um trem sem rodas, a 500 quilômetros por hora

"Táxi de cabina": melhor que carro

FOTOS ABRIL PRESS

Luxos do futuro

Detentora da mais avançada tecnologia no planejamento e construção dos meios de transporte do futuro, a Alemanha Ocidental está testando atualmente três revolucionários sistemas. São eles o "Transrapid 04", o "táxi de cabina" e o "retax", destinados a encurtar as distâncias e a proporcionar um maior conforto e economia no deslocamento das cidades e na periferia. Carlos Struwe, correspondente de VEJA em Bonn, descreve esses projetos:

Conhecido como "avião sem asas", o Transrapid 04 é na verdade um trem sem rodas, que corre todos os dias a 200 quilômetros por hora em uma linha experimental de 2,4 quilômetros, no sul da Alemanha. Com 15 metros de comprimento, o veículo se movimenta sobre campos magnéticos, flutuando no ar, entre dois trilhos. De acordo com esse sistema — denominado levitação eletromagnética —, ele é atraído com igual força pelos trilhos laterais, dos quais se mantém afastado cerca de 15 milímetros.

Como não ocorre qualquer fricção de material, o ruído do deslocamento fica reduzido apenas ao ocasionado pelo vento. O sistema de impulsão também obedece a uma nova fórmula — o motor linear, que não possui rotor, e é alimentado por corrente elétrica contínua através dos próprios trilhos.

Para os engenheiros da MBB — a Messerschmitt-Bölkow-Blohm, portentoso complexo industrial privado responsável, entre outras atividades, pela maior parte da produção de armas da Alemanha Ocidental —, o Transrapid afigura-se, para o futuro, como o substituto ideal do avião e dos trens atuais em trajetos de curta e média distância. Contribuiriam para isso dois fatores fundamentais: o advento das campanhas contra a poluição ambiental e o aumento drástico nos preços do petróleo, a partir de 1973.

Por ser movido a eletricidade, o "avião sem asas" não poluirá a atmosfera e tampouco gastará combustível. E igualmente apresenta palpáveis vantagens, se comparado a um projeto experimental de trens normais com velocidade de 300 quilômetros por hora — atualmente em funcionamento entre as cidades de Hanôver e Holzminden-Kassel. A começar pela velocidade, que deverá atingir de 400 a 500 quilômetros horários.

Menos viadutos — Os recursos necessários à implantação do trem sem rodas são consideráveis — até o fim deste ano terão sido gastos o equivalente a 3 bilhões de cruzeiros no projeto, e a construção de uma linha experimental de 57 quilômetros, que custaria o equivalente a 8,5 bilhões de cruzeiros, está em suspenso. Ainda assim, são bem inferiores aos requeridos por uma linha férrea normal de alta velocidade.

Um estudo mostrou, recentemente, que uma linha para o Transrapid custaria o equivalente a 108 milhões de cruzeiros por quilômetro, contra os 112 milhões de uma linha tradicional. E a diferença aumentaria consideravelmente no caso de terrenos acidentados (153 milhões contra 238 milhões), pois, graças ao motor linear e ao apoio lateral oferecido pelos trilhos, o Transrapid poderá vencer aclives de até 3,5% (um trem rápido normal não sobe mais de 1,25%) e fazer curvas bem mais fechadas do que os trens ora existentes (2,5 metros de diâmetro, contra 7 metros). Tais facilidades de operação corresponderiam a uma maior flexibilidade na construção de linhas em terrenos acidentados, dispensando parte dos viadutos, pontes e túneis normalmente necessários numa linha férrea convencional.

Mais economia — O mesmo princípio do silencioso e antipoluitivo motor linear está sendo aplicado pela MBB no *cabinentaxi*, ou táxi de cabina — um sistema inteiramente automático de transporte urbano a curtas distâncias, destinado principalmente aos motoristas que querem deixar de usar seu automóvel, mas não abrem mão do conforto por ele proporcionado. O *cabinentaxi* é um sistema de cabinas individuais, com lugar para três pessoas sentadas e bagagem, que circulam automaticamente, sem paradas intermediárias, em linhas especiais

continua na página 62

FOTOS ABRIL PRESS

"Retax": o ônibus mais próximo da parada vem atender ao chamado . . .

continuação da página 61

em plano elevado ou subterrâneo. Com a ficha comprada na estação e introduzida na máquina da plataforma de embarque, o passageiro passa a informação sobre seu destino, e é conduzido diretamente ao lugar desejado.

Além de escapar dos habituais problemas de trânsito e da falta de vagas para estacionamento, os futuros passageiros do *cabinentaxi* deverão desfrutar de mais duas vantagens — segundo estudos realizados até agora, o táxi de cabina, se aplicado e usado convenientemente, é mais rápido que o automável (média de 30 quilômetros horários, contra 20 quilômetros dos carros) e também mais barato (custo operacional de Cr$ 1,20 por quilômetro, contra Cr$ 1,70 gastos com um carro, na Alemanha).

Por computador — Igualmente mais econômico mostra-se o terceiro sistema desenvolvido pela MBB, o retax — embora típico de um país altamente industrializado como a Alemanha Ocidental, onde os problemas de transporte de massa, através de bem servidas redes de ônibus, bondes, metrôs e trens suburbanos, já estão praticamente solucionados. Bem mais grave apresenta-se, no caso, a questão da rentabilidade dos transportes coletivos na periferia dos grandes núcleos urbanos, nos bairros afastados e nas pequenas cidades. Quanto menor a densidade demográfica, maior o problema, porque os coletivos que servem essas áreas circulam com uma grande capacidade ociosa — no caso da Alemanha, todas as linhas tradicionais de ônibus, bondes e metrôs trabalham com horários fixos, e os veículos comparecem religiosamente às paradas, mesmo que não haja passageiros.

O retax, que já está sendo testado na

. . .transmitido pelo computador

prática, objetiva uma coordenação, através de uma central de computação, dos desejos dos passageiros e da circulação dos veículos de transporte disponíveis. Nas paradas, ao mesmo tempo que compra sua passagem, o usuário aperta um botão correspondente ao destino desejado. Essa informação é passada para a central de computação, de onde é chamado o ônibus que se encontrar mais próximo daquela parada. Assim, os ônibus deixam de circular dentro de um horário rígido, adaptando-se à demanda de passageiros. Graças ainda ao computador, as viagens podem também ser programadas por antecedência, e até por telefone.

ANTÔNIO ANDRADE

Bahia: alunos da UFBa protestam contra a demissão de seu professor

MAGISTÉRIO

O caso Miranda

Em 1963, o mineiro Paulo Miranda partiu para Moscou, com bolsa de estudos, disposto a graduar-se em Física na Universidade Patrice Lumumba. Em 1970, ele voltava ao Brasil como mestre em Física Nuclear Teórica. Com tal qualificação, tornou-se professor da Universidade de São Paulo (USP) e, dois anos mais tarde, depois de se casar com uma professora de Salvador, ingressou na Universidade Federal da Bahia (UFBa).

Não conseguiu, porém, manter-se no cargo. Depois de sofrer vigilância mais ou menos constante da Assessoria de Segurança e Informações da Universidade desde que começou a trabalhar, Miranda acabou finalmente demitido por portaria do reitor Augusto Mascarenhas, divulgada no dia 19 de setembro.

A demissão provocou imediata reação no Instituto de Física. Os 1 500 alunos entraram em greve por 48 horas e os professores lançaram uma "carta aberta", na qual afirmam que o reitor, "ao invés de preservar a autonomia da Universidade, mostrou-se inteiramente conivente com os órgãos de segurança, obcecados por toda e qualquer influência proveniente do leste europeu". Oficialmente, segundo a explicação da reitoria, a demissão foi assinada porque Miranda não apresentou até hoje a revalidação de seu diploma estrangeiro junto ao Ministério da Educação. Na verdade, o físico continua lutando com a papelada e os trâmites burocráticos necessários a essa revalidação.

Ofícios confidenciais — O mesmo diploma agora contestado, alegam os físicos da UFBa, serviu à contratação de Miranda e posteriormente à sua designação para funções de alta responsabilidade como coordenador do colegiado dos cursos de Física e chefe de departamento — esta última, a função que exercia até seu recente afastamento. "Por outro lado", lembram os colegas de Miranda, "é pública e notória a existência de diversos professores nesta e noutras universidades que não revalidaram seus diplomas obtidos no exterior." Muitos dos professores já tinham conhecimento dos ofícios confidenciais que periodicamente eram enviados aos diretores do Instituto de Física indagando sobre "as atividades extracurriculares" de Miranda. Esses ofícios provinham da Assessoria de Segurança e Informações, entidade vinculada ao gabinete do reitor e sediada no mesmo prédio onde funciona a Coordenação de Pesquisa e Pós-graduação.

Mantendo-se a distância dos movimentos de repúdio a sua demissão, Paulo Miranda se recusa até mesmo a fazer qualquer comentário a respeito. Seus colegas de trabalho garantem que ele jamais se envolveu em qualquer tipo de atividade política no Instituto. Aos 37 anos de idade, com um salário de 12 000 cruzeiros mensais, empenhava-se num programa de Física Teórica sobre programação de ondas eletromagnéticas em meio geológico. Na Universidade Patrice Lumumba, defendeu tese intitulada "Alguns problemas de difusão de partículas com interação fraca".

Para o diretor do Instituto de Física, Humberto Tanure, nada resta a fazer diante da demissão consumada. "Nós escrevemos a 'Carta aberta' e os alunos fizeram a greve", diz ele, "e esse protesto deverá ao menos ficar registrado na história da Universidade." Segundo Tanure, "trata-se de um gravíssimo precedente demitir um professor sem justa causa e sem ouvir nenhum órgão colegiado desta comunidade universitária". Se a demissão pode ser encarada como ato único, ela não seria contudo o primeiro reflexo da suposta atuação do serviço de segurança da UFBa. De acordo com alguns professores, nos últimos dezoito meses esse serviço teria vetado, apenas no Instituto de Física, a contratação de quatro monitores e a recontratação de um professor colaborador.

ALFABETIZAÇÃO

Euforia no Mobral

No acanhado edifício da sede do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), no Rio de Janeiro, os dirigentes da entidade não escondiam seu otimismo, na semana passada, ao iniciar as discussões a respeito da aplicação das verbas a seu dispor em 1978. De fato, haverá muito mais dinheiro para seus programas, com a decisão tomada este ano pelo governo federal de aumentar de 1% para 2% o percentual da arrecadação do imposto de renda destinado ao Mobral. O orçamento da entidade sofreu assim um incremento de 82% em relação ao montante de 1977, passando de 405 556 300 de cruzeiros para 737 739 000. Por isso, no momento em que completa seu sétimo aniversário — festejado no dia 8 de setembro —, o Mobral vive um novo momento de grande euforia — o segundo, já que em 1974 ele foi considerado pela Unesco como modelo de organização para a alfabetização de massas.

Nesses sete anos de atuação, segundo suas estatísticas, o Mobral alfabetizou cerca de 11,1 milhões de adolescentes e adultos, fazendo baixar o índice de analfabetismo nessa faixa da população de 33,6% para 15,2%. Nem por isso, contudo, o Mobral deixa de ser encarado com restrições por alguns educadores, segundo os quais o ensinamento ministrado por seus professores seria superficial. Aos críticos, Maurício Alves dos Santos, secretário geral adjunto da entidade, responde que não se pode levar estritamente em conta certos padrões perfeccionistas, importados de países desenvolvidos, ao julgar um programa que se dirige a milhões de pessoas de comunidades muito pobres. "O que procuramos em nosso serviço", explica ele, "é alfabetizar, dar algumas noções de cidadania, informar o cidadão da documentação imprescindível a qualquer pessoa e ministrar-lhe alguns conceitos de civismo — funções que estamos cumprindo com muita eficiência."

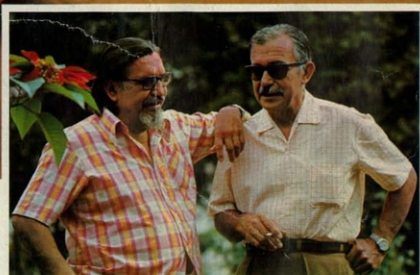
ClubPack
da PRIMICIA®
Nova Coleção
Club Pack com
faixa de segurança.
Para você
ficar a salvo
das imitações.
Quando você for comprar a sua Club Pack, certifique-se de que está levando a verdadeira Club Pack. E isso você percebe de longe, porque agora ela tem uma faixa de gorgorão exclusiva, com a etiqueta bordada em pano.
Essa foi a maneira mais elegante de acabar com uma atividade muito deselegante: a falsificação da Club Pack. Porque as pessoas só percebiam que tinham caído no conto da bolsa quando a imitação começava a rasgar, a descosturar e a soltar a tinta. Mas aí já era tarde.
Essa faixa de segurança vai garantir que a sacola ou bolsa esportiva que você está levando é uma legítima Club Pack, feita com couro sintético ou brim acamurçado.
A única que tem ferragens cromadas, costuras com fio de nylon e outros requintes exclusivos da Primicia.
Club Pack nunca vai deixar você na mão na hora de ir ao clube, fazer compras ou viajar.
Linha Esportiva da
PRIMICIA®
Outra coisa difícil de imitar é a variedade de modelos e as combinações de cores da nova coleção Club Pack.

BASTA SIMPLESMENTE SER HOMEM PA

Quando se caminha, a floresta é povoada de pequenos ruídos.
Vento nas folhas, pássaros, um galho que verga. Mas a soma total desses ruídos é o silêncio. Um silêncio e expectativa capazes de enlouquecer alguns homens, como conta Orlando Villas Boas.
E, no entanto, também existem homens que, como o próprio Orlando e seu irmão Cláudio, são capazes de fazer desse mundo a sua vida. Porque os Villas Boas, indigenistas, passam meses ou até anos em uma espera paciente, para entrar em contato com as tribos desconhecidas da região do Xingu.
Seu trabalho é fazer com que o inevitável encontro do mundo dos índios com a civilização moderna seja feito sem que se rompam os valores e a organização de sua cultura.
Cláudio explica que integrar os índios ao nosso meio de maneira apressada é na verdade desintegrá-los. Por isso, quando os irmãos Villas Boas se aproximam desses homens de tribo e de seu universo harmonioso, usam o tempo, a sensibilidade e a compreensão.
Nós, da IBM, acreditamos

...RA COMPREENDER OUTROS HOMENS.

que esses mesmos elementos devem estar presentes em qualquer atividade do ser humano.

Por isso, o trabalho da IBM tem como objetivo contribuir para que o homem solucione mais rapidamente os seus problemas. E para que, assim, ele possa dedicar mais tempo ao desenvolvimento da sua sensibilidade e à compreensão do ser humano.

IBM

IBM DO BRASIL LTDA.

Na Atlas Copco "até logo" não quer dizer "adeus."

Questão de responsabilidade.

Claro que também para nós, a venda de um equipamento é o momento mais agradável. Mas sabemos que é um erro esquecer nossos clientes logo após; ou seja, dizendo "até logo" pensando em "adeus".
Na Atlas Copco nunca existe um "adeus"; ficam os nossos homens, as peças, as oficinas que garantem o máximo de eficiência e o mínimo de paralisações em cada equipamento que vendemos.
Mas o que entendemos por assistência técnica não foi inventado por nós; faz parte da filosofia Atlas Copco em todo o mundo. É traduzida pelos Centros de Ar Comprimido, um dos quais sempre perto de você; e cujos homens você conhece pelo primeiro nome.
Questão de responsabilidade.

Atlas Copco

ar comprimido
a serviço do mundo

ATLAS COPCO BRASILEIRA S.A. - Equipamentos de Ar Comprimido
Av. das Nações Unidas, 20727 - Tel. 247-2611 - C.P. 30349 - 01000 - S. Paulo
Belo Horizonte - Curitiba - Fortaleza - Porto Alegre - Recife - Rio - Salvador

O astrólogo Joavilim: vendendo profecias, conselhos e advertências

Astros do sertão

Governado pelo Sol e regido por Vênus, o ano de 1978 não será dos melhores para o Brasil. O país se desentenderá com as nações vizinhas, romperá novos contratos, terá problemas no comércio exterior e sofrerá alguns reveses políticos, em meio a uma situação de safras apenas razoáveis e certa carestia da vida. Não há teorias ou cálculos econômicos e políticos a sustentar essas previsões. Nem por isso são levadas menos a sério por seus autores, os astrólogos populares do nordeste. E, de resto, seus almanaques e calendários de cordel são tradicionalmente comprados por agricultores e comerciantes interessados basicamente em saber se o ano será seco ou chuvoso.

Vendidos a partir de setembro nas cidades do interior nordestino, a preços que vão de 5 a 10 cruzeiros, os almanaques populares se assemelham em forma e conteúdo: usam papel do mais barato, em formato de folheto de cordel, e indicam os dias mais propícios para plantar, comentam as possibilidades das colheitas, ensinam rezas e benzeduras, tudo temperado com informações sobre movimentos astrais, fases da Lua e feriados do ano. Por que a grande semelhança entre os almanaques? É que seus autores se amparam no "Lunário Perpétuo", uma espécie de enciclopédia da sabedoria humana do século passado, especializado "na computação dos tempos, nas cousas agrícolas, nas virtudes medicinais d'algumas plantas portuguesas" e outras utilidades.

O pioneiro do ramo foi José Honorato de Souza, astrólogo de Patos (PB), cujo folheto desapareceu na década de 50, após circular por mais de trinta anos. Em seu lugar de publicação mais antiga ficou o "Almanaque de Pernambuco", de João Ferreira de Lima, astrólogo de Timbaúba (PE), que circula há 42 anos. No seu rastro, pelo nordeste inteiro, surgiram — e surgem ainda — publicações de vida breve e algumas que conseguiram se firmar. Não se conhece o número de almanaques publicados mas eles têm público fiel. Atualmente, um toque de modernidade começa a aparecer nessas publicações, preocupadas com questões atuais, como a explosão demográfica, a poluição e a desertificação de certas áreas do nordeste.

Talismãs para tudo — Segundo João Joavilim, de 49 anos, editor do almanaque "Leão do Norte" e com consultório astrológico montado em Caruaru (PE), as inovações começaram há oito anos, quando foram introduzidos os horóscopos. José Costa Leite, "amador de astrologia e ciências ocultas", instalado em Condado (PE), há dois anos lançou pelo seu "Calendário Brasileiro — O Rei dos Almanaques", o primeiro brado contra a desertificação de grandes áreas da região. Seguiu-o Manoel Caboclo e Silva, de Juazeiro do Norte (CE), cujo "Almanaque O Juízo do Ano" para 1978 advertiu os leitores contra os males da poluição, aconselhando a não destruir árvores.

O tom sério e professoral dos conselhos e advertências faz parte da fórmula dos almanaques porque, no fundo, os editores os publicam para ter um veículo de propaganda de seus serviços astrológicos. Na contracapa de seu almanaque "O Nordeste Brasileiro", o "poeta da astronomia" Manoel Luiz dos Santos, de 50 anos, instalado com sua "casa dos horóscopos" em São José do Egito (PE), oferece por 600 cruzeiros cada um dos talismãs que fabrica. Segundo a propaganda, o talismã do amor "traz a mulher a seus pés"; o talismã sexual "faz a potência do homem"; o dos negócios "faz ganhar muito dinheiro"; o do jogador "faz ganhar em todos os jogos". Ele oferece até um "talismã para cachaceiro deixar de tomar álcool".

O "Almanaque do Nordeste", feito em Caruaru por Vicente Vitorino de Melo, recomenda o uso do Elixir Pajé, "feito com suco das árvores da nossa caatinga sertaneja", e indicado para "cortes, feridas, queimaduras, empingens, chulé, frieiras, eczemas e piorréia". Todos os astrólogos, enfim, propagam nos almanaques as próprias virtudes no aconselhamento pessoal e oferecem horóscopos. José Costa Leite, no seu "Calendário Brasileiro", anuncia em versos: "Quem me pede solução/de viagem e profissão/casamento ou união/pra ver se faz uma escora/a resposta não demora/aviso aos brasileiros/se vier 30 cruzeiros/mando a resposta na hora".

Almanaques: fórmula barata de fazer propaganda para os astrólogos

Reforma agrária — Líderes naturais de suas comunidades, os astrólogos populares do nordeste têm enfrentado alguns obstáculos nos últimos cinco anos. Por causa do preço do papel e do desinteresse das tipografias, as publicações mais conhecidas vêm reduzindo a tiragem, de 25 000 exemplares para cerca de 15 000 em média. O astrólogo Manoel Caboclo e Silva acredita que, além de fatores puramente materiais, como o preço do papel, os "desencontros do mundo" também atrapalham a tradição dos almanaques.

E o que seriam esses "desencontros"? A argumentação de Caboclo e Silva é convincente: "Antigamente, as coisas eram mais definitivas. Todos os padres falavam a mesma palavra, todos os médicos receitavam os mesmos remédios. Hoje, tudo mudou. Um padre prega uma coisa aqui, um outro prega ali o contrário. Um médico receita um remédio, vem outro e receita um diferente. O matuto está deixando de acreditar nas coisas e, por isso, sofrem também nossos escritos". Mesmo sem desconhecer tais dificuldades, o astrólogo Vitorino de Melo acredita que os almanaques ainda levarão muito tempo para desaparecer por completo. "Isso só acontecerá", diz ele, "quando se fizer uma reforma agrária no nordeste, construírem-se armazéns para estocar alimentos e o sertanejo se sentir protegido pelo governo, sem precisar mais apelar para os astros nem para a magia."

CLODOMIR BEZERRA

Melo: o povo precisa de magia

DEZ PONTOS PARA UM EVENTO PERFEITO

1 Local. Precisa ser de fácil acesso. De preferência, atingido por vias expressas. E o estacionamento, absolutamente à vontade. Manobristas à porta, por favor.

2 Beleza. Qualquer convidado, em qualquer evento, sente-se bem onde se respire ar puro, veja-se o céu, ouçam-se apenas os sons agradáveis.

3 Ambiente. Para almoços, jantares, coquetéis, é natural que todos sintam-se melhor num edifício especialmente construído para almoços, jantares, coquetéis.

4 Classe. Menus da mais alta qualidade. Cartas com os mais requintados vinhos.

5 Especialização. Um primeiro mordomo de grande experiência (Geraldo Ferreira de Godoy), apoiado por uma infra-estrutura administrativa profissional, dirigida por especialistas formados na Universidade de Cornell (USA).

6 Conforto. Ambiente totalmente climatizado. Decoração modular. Coloque-se, à disposição dos interessados amplo "showroom" para promoções especiais.

7 Infra-estrutura de serviços. Auditórios. Anfiteatros. Telefones que funcionem, interfones, tradução simultânea em Palestras ou Convenções.

8 Modernização. Que tal um local para eventos muito especiais onde o Sr. ou um seu convidado possa chegar de helicóptero, por exemplo? Ou fazer com ele uma promoção inédita de um produto de sua empresa?

9 Cor. Já imaginou um local onde sua empresa possa realizar um jantar ou uma festa em São Paulo, entre mais de 175.000 m2 de áreas verdes?

10 Chega. Já ficaram assinalados acima muito mais do que dez pontos necessários para realizar um evento perfeito. O que o Sr. precisa saber agora é isto: já existe em São Paulo um Buffet (o único aliás) que responde a todos esses requisitos. Belvedere.

Planejado e criado especificamente para atender a eventos empresariais de alto nível. Eventos promovidos por empresas como a sua, por exemplo.

o buffet criado para empresas do mais alto nível.

Centro Empresarial de São Paulo
Av. Maria Coelho Aguiar, 215 - SP
Fones: 543-0511 - 2211 R. 3473-3495

Belvedere atende também a pedidos especiais de serviços externos

DIREITOS CIVIS

Apenas um número

O prazo é incerto, pois o projeto vem sendo elaborado pelo Ministério da Justiça há cerca de cinco anos num clima de rígido sigilo. Mas, no futuro, um único número poderá substituir os incontáveis documentos que servem atualmente para identificar os cidadãos brasileiros. A partir daí, então, documentos, como carteira de identidade, cadastro individual de contribuinte, cartão de inscrição no INPS, certificado de alistamento militar, título de eleitor, registro de nascimento e outros, cuja proliferação faz as delícias dos despachantes, talvez se tornem relíquias burocráticas do passado.

A idéia tem seus defensores, seus adversários e até sua sede provisória: no Rio de Janeiro, já funciona em sala própria, no prédio do Ministério da Fazenda, inclusive com caixa postal exclusiva, o Renape — Registro Nacional de Pessoas Naturais, órgão encarregado dos estudos da medida. Para seus defensores, o cadastramento centralizado permitirá uma simplificação dos documentos hoje em vigor e dará ao Estado amplos instrumentos de análise da população do país. Seus adversários, porém, entendem que ele irá ferir a privacidade dos cidadãos, garantida pela Convenção Internacional dos Direitos do Homem, da ONU. Na sede do Renape, em todo caso, tais argumentos não são sequer discutidos — seus responsáveis negam-se a fornecer informações a respeito, limitando-se a lembrar que nesta semana, em Brasília, o Ministério da Justiça deverá esclarecer as intenções do governo federal quanto ao projeto.

O exemplo inglês — O Brasil não seria o primeiro país do mundo a adotar tal sistema, já empregado na Suécia. Nem a primeira nação a lhe opor resistência. Em Portugal, por exemplo, há um dispositivo constitucional que impede sua aprovação. Mas é principalmente na Inglaterra que essa questão vem sendo encarada, há séculos, de uma forma precisamente definida. Lá não existe — e tudo indica que jamais existirá — o que se conhece como carteira de identidade.

Qualquer tentativa de controle desse gênero — constatou Jader de Oliveira, correspondente de VEJA em Londres — é sempre rechaçada de maneira tão agressiva, por parte da população da ilha, que nenhum político ou governante se anima a introduzi-lo. Há dois anos, no entanto, quando a proliferação de atos terroristas se tornou assustadora, grandes empresas emitiram cartões de identificação para seus funcionários, que precisavam apresentá-los na entrada. Hoje, esse expediente está quase inteiramente em desuso — exceto em aeroportos e locais considerados de segurança nacional. Na sede dos ministérios, os visitantes são solicitados a preencher uma ficha, dando seu nome, mas nem por isso lhes exigem alguma prova de identidade.

Sem retrato — Dentro do território britânico é possível — e até normal — circular sem documentos. E o que acontece com um motorista que comete uma infração de trânsito? Nada além das sanções previstas em lei. O guarda que atuar na ocorrência poderá pedir um documento ao motorista, que no entanto terá um prazo de dois a sete dias para apresentá-lo à polícia. É aconselhável cumpri-lo. Na Inglaterra, as leis consideram as pessoas bons cidadãos — até prova em contrário.

Essa carteira de motorista, um dos raros documentos que o inglês típico se dá ao trabalho de portar no bolso, normalmente é fornecida ao interessado após um processo lento, devido à desproporcionalidade entre o número de candidatos à sua obtenção e o dos examinadores. Em compensação, tem uma validade que freqüentemente ultrapassa o próprio período de vida de seu possuidor. E, curiosamente, não leva seu retrato, apenas sua assinatura.

Um passaporte, tão custoso em outros países, é conseguido com mais rapidez. O urgente, para um ano de uso, sai em 24 horas. O normal, que vale por cinco anos, tarda uma semana. Ambos podem ser entregues ao interessado pelo correio, uma semana após o requerimento, ao preço de 6 libras (cerca de 158 cruzeiros). E, enfim, o título de eleitor é, como a carteira de identidade, um documento desconhecido para os ingleses. Na época de eleições, eles limitam-se a preencher um formulário que recebem em casa, comparecem ao local designado — e, sem maiores formalismos, votam.

LAZER

O fenômeno

Os 10 milhões de habitantes da Grande São Paulo continuam se mostrando cada vez mais receptivos às crescentes iniciativas oficiais na área de lazer. Sem

deixar de freqüentar pizzarias e o terraço do sempre movimentado Aeroporto de Congonhas, seus folclóricos santuários de distração nos fins de semana, eles foram responsáveis pelo indiscutível sucesso de algumas promoções organizadas pela Secretaria de Esportes do município — um programa de ioga e ginástica coletiva, as oitenta ruas de lazer, que são fechadas ao tráfego todos os domingos, durante oito horas, e dois alegres passeios a pé, movimentando em torno de 100 000 pessoas cada um.

Finalmente, no domingo, 25 de setembro, outros 100 000 paulistanos, em busca de uma opção criativa de distração e divertimento, participaram do III Passeio Ciclístico da Primavera. Eles pedalaram suas bicicletas num percurso de 15 quilômetros em torno das largas avenidas que dão acesso ao ainda inevitável Aeroporto de Congonhas, que no entanto deixou de ser, para a maioria, o único ponto de encontro de seus dias de folga no trabalho. Apesar dos cartazes espalhados no roteiro ("É um passeio, não uma corrida"), muitos acabaram exibindo um certo espírito de emulação e, na tentativa de ultrapassar outros ciclistas, provocaram colisões e quedas. De modo geral, porém, a maior parte preferiu encarar a promoção como um agradável exercício coletivo.

Descoberta recente, a disposição para congestionar avenidas nesse tipo de passeio é por enquanto um fenômeno típico de São Paulo, uma cidade reconhecidamente avara em opções de lazer para a maioria da população. Experiência semelhante, num passeio a pé tentado há pouco no Rio de Janeiro, não deu resultados, certamente por que a cidade tem na praia a maior de suas diversões. Mas não se sabe se o impulso verificado em São Paulo para tais exercícios coletivos nasce da escassez de alternativas de lazer ou, pelo contrário, da necessidade de superar a tradicional ausência de calor humano da grande metrópole. Por isso o assunto já começa a ser encarado seriamente como tema de estudo sociológico.

AGÊNCIA FOLHAS

Passeio em São Paulo: lazer?

Confraria de fumantes de cachimbo de Curitiba: a primeira do país

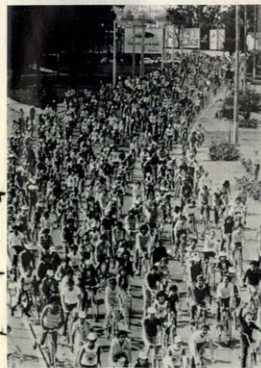
VÍCIOS

Clube do cachimbo

Fumar cachimbo é o menos nocivo dos vícios tabagísticos, mas, no Brasil, apenas uma minoria insignificante em relação aos consumidores de cigarros cultiva tal costume — razoavelmente disseminado na Europa, sobretudo na Grã-Bretanha. As causas parecem simples e claras: o custo, tanto dos bons cachimbos quanto dos tabacos de qualidade, ambos importados; o ritual aparentemente misterioso a que se submetem os fumadores antes de iniciar suas baforadas; e, sobretudo, a indispensável dose de paciência até que se consiga a prática necessária para mantê-los acesos sem queimar a ponta da língua.

Superados esses obstáculos, é possível desfrutar de certos prazeres proporcionados pelos cachimbos. Pensando nisso, vinte circunspectos senhores decidiram se reunir pelo menos uma vez por mês no restaurante Batuíra, próximo ao centro de Curitiba, para discutirem, envoltos em nuvens de fumaça aromatizada, suas experiências como fumantes de cachimbos ingleses, franceses e italianos, e consumidores de tabacos holandeses, dinamarqueses e americanos. Nasceu assim, há três meses, a primeira confraria do ramo no país.

Rumo a Londres — A idéia de criar o grupo foi do conhecido apresentador de televisão do Paraná José Jamur Júnior, 41 anos, 35 cachimbos. Basicamente, ele e seus confrades dedicam-se, nos encontros, a discutir fórmulas para aprimorar o sabor e o aroma — enfim, o *blend* — dos fumos brasileiros, vendidos a preços entre 10 e 20 cruzeiros, isto é, cinco vezes menos que os similares estrangeiros. O cirurgião Elias Abrão, por exemplo, descobriu que o tabaco nacional da marca Irlandez fica sensivelmente melhorado com o auxílio de uma colher de chocolate amargo dissolvida em igual quantidade de licor de cacau, amadurecendo-se a mistura por uma semana numa folha de papel laminado. "Fumar cachimbo", garante Abrão, "diminui a tensão e, embora não o receite, não tem contra-indicação médica."

"Cigarro causa nervosismo, ao passo que o cachimbo acalma", acrescenta o pediatra Luiz Carlos Gomes de Mattos, que se mudou recentemente para um apartamento com sacada apenas para ter onde fumar sossegadamente seus 130 cachimbos — a maior coleção dentro da confraria. Um de seus membros, o advogado Victor Rachid Nasser, que considera impossível redigir uma petição sem um cachimbo no canto da boca, pretende conseguir para a nova associação um título inédito no Brasil. Ainda este ano, Nasser irá a Londres participar do Campeonato Mundial de Cachimbos — sendo apontado campeão quem permanecer fumando por mais tempo sem que o cachimbo apague.

O mundo sente o nosso peso.

Mais de meio milhão de toneladas de chapas de fibra. Esse o peso total acumulado, no momento em que a Duratex está comemorando 21 anos de exportação. Agora que tem tanta gente falando em exportar, a Duratex, que é maior de idade em comércio exterior, não fala. Mostra.

Nosso mercado incomum.

As exportações da Duratex começaram em 1956, com uma remessa para os Estados Unidos. Uma espécie de teste.

O resultado foi que a Duratex conquistou o mercado norte-americano e hoje é o seu maior fornecedor de chapas duras de fibra de madeira. Depois, conquistou o mundo. Tomou conta da Holanda e da Bélgica, que reexportam, para quase todos os países, manufaturados fabricados com as nossas chapas de fibra. Colocou o pé na Inglaterra, que por não ter mais madeira (toda a que tem é importada) até criou um instituto de estudos para o aproveitamento de chapas de fibra nos setores mais surpreendentes. Entrou na Alemanha, onde os Mercedes, Volkswagen, Opel saem das fábricas equipados com chapas de fibra Duratex.

E onde a Interluebke, por exemplo, que é a mais sofisticada fábrica de móveis da Europa, transforma as nossas chapas de fibra em armários, mesas, cadeiras, poltronas, sofás, para os compradores mais exigentes do mundo.

Multinacional made in Brazil.

A conquista do mercado externo começou por aquilo que pode ser chamado de lado podre da maçã.

Nada de incentivos nem favores.

Aí, a Duratex criou uma estrutura e desenvolveu o seu próprio know-how de exportação. E hoje atua diretamente junto aos clientes estrangeiros, com uma organização brasileira, controlada por brasileiros.

A operação norte-americana é dirigida de Nova York e a européia é dirigida de Bruxelas. Mas as decisões são tomadas na Avenida Paulista, 7, em São Paulo.

A receita externa.

Aqui a parte boa da maçã.

Em moeda forte, a Duratex já trouxe para o Brasi o equivalente a três vezes o seu capital social. Duas vezes o imobilizado. Uma vez e meia o patrimônio líquido. Além dessa receita, as exportações da Durate já proporcionaram a arrecadação de 30 milhões de dólares em fretes marítimos, 20 milhões dos quais destinados a navios de bandeira brasileira.

A conseqüência: uma empresa brasileira, onde todos os centavos são brasileiros, pujante e sólida, organizada e agressiva.

A receita desse bolo.

"Para sermos fortes aqui dentro, vamos começar engolindo sapos lá fora."

E o rinoceronte tem um estômago tão resistente quanto a sua casca. O que vier ele traça. Eis o que el traçou: Em 1956, a Duratex tinha uma única linha d produção, na cidade de Jundiaí, trabalhando com capacidade ociosa.

A decisão tomada foi partir também para o mercado externo. "Precisamos fazer um produto melhor do que o norte-americano e melhor do que o europeu para competir com sucesso nos Estados Unidos e na Europa", determinaram os diretores.

Foi assim que as chapas de fibra Duratex ganharam o mundo. Ganhando o mundo, ganharam o Brasil: foi então possível colocar no mercado interno a preços compatíveis, chapas de fibra respeitadas, compradas e consumidas em 40 países. E foi possível criar três linhas de produção em Jundiaí e duas em Botucatu, estas as mais modernas do mundo.

Como se vê, não é difícil fazer um bolo como esse. É só trabalhar mais do que os outros, mais depressa do que os outros e melhor do que os outros.

Maior de idade em comércio exterior

CAMERA PRESS

Centro Espacial Johnson, em Houston: os receptores, hoje calados, armazenaram 1 trilhão de informações

Lua silenciosa

Não se pode dizer que a Lua calou a boca, pois os aparelhos lá instalados desde 1969 pelos astronautas americanos continuarão transmitindo informações movidos por um microgerador nuclear que tem carga pelo menos até 1981. Mas, desde 30 de setembro, sexta-feira passada, a Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço — a NASA americana — suspendeu a recepção dessas mensagens eletrônicas. Assim, os sensores localizados na Lua para enviar informações sobre terremotos, meteoritos, ventos solares e outros fenômenos não terão mais ninguém à escuta na Terra.

Na construção desses aparelhos foi gasto o equivalente a 3 bilhões de cruzeiros, mas a NASA resolveu economizar 2 milhões de dólares por ano — cerca de 30 milhões de cruzeiros — e suspendeu a recepção de mensagens, no Centro Espacial Johnson, em Houston, no Texas. Não se sabe calcular quanto custou o envio dos aparelhos à Lua; portanto não se tem idéia do custo total desse investimento científico que agora chega ao fim. De qualquer forma, os cientistas julgam que os agora inúteis aparelhos foram a fonte principal das informações sobre a Lua nos últimos oito anos.

Três camadas — Na verdade, ao serem desligados os aparelhos de recepção, eles tinham armazenado desde 1969 perto de 1 trilhão de unidades de informações para computador, quantidade de dados que levará ainda mais dez anos para ser analisada. Foram registrados, por exemplo, 10 000 terremotos e 2 000 impactos de meteoritos nesses anos todos. Com isso, ficou-se sabendo que a crosta da Lua tem várias camadas, a primeira de 100 quilômetros de espessura, razoavelmente homogênea, constituída de uma substância denominada olivina. A segunda camada, mais heterogênea, tem 20 quilômetros de profundidade e a terceira, composta de ferro, mede 500 quilômetros.

Os sensores localizados na Lua ajudaram inclusive a descobrir novidades na própria Terra. É o caso das relações entre a magnetosfera (camada magnética que envolve cada planeta) e os ventos solares. Como na Lua o envoltório é muito menos complexo que na Terra, foi possível medir com precisão adequada o impacto dos ventos solares sobre a magnetosfera lunar e depois extrapolar esses cálculos para as condições terrestres.

Um dos motivos pelos quais os cientistas lamentam o fim da recepção dos dados lunares é a ausência de informações sobre a natureza do núcleo da Lua, que ninguém sabe se é duro ou constituído de matérias fluidas, como lavas ou algo semelhante. Seria possível determinar isso pela análise de fortes terremotos do outro lado da Lua — mas só ocorreram terremotos fortes na Lua, desde 1969, a 13 de maio de 1972 e a 10 de setembro de 1973, este com o impacto equivalente a 1 100 quilos de dinamite, ambos insuficientes para dar resposta final ao problema do núcleo. Enquanto a Lua se vê assim silenciada, continuam funcionando os sensores em Marte, da espaçonave Viking, que já atenderam 130 000 ordens eletrônicas de Houston.

Aparelhos instalados na Lua: agora inúteis

Faça agora a poupança de um novo temp
Com letras de câmbio e certificados de depósito Banespa
Fazer poupança agora ficou mais fácil.
E mais inteligente.
Para os dias de hoje, o Banespa está lançando a Poupança de um Novo Tempo.
Você aplica agora e imediatamente o seu dinheiro já está rendendo com as letras de câmbio e os certificados de depósito Banespa.
Sem perda de tempo e da maneira mais simples.
E você também não precisa ficar adivinhando o destino do seu investimento.
O rendimento é prefixado.
Você sabe exatamente quanto vai ter amanhã.
Tudo com a maior garantia que você pode ter de um nome: Banco do Estado de São Paulo.
Faça agora a Poupança de um Novo Tempo.
Ela traz lucros e futuro para você!
Procure uma agência do Banespa.

Adiantado

JORNAL DA BANDEIRANTES, editor responsável, Gabriel Romeiro; TV Bandeirantes, de 2.ª a sábado, às 19h30.

O horário não poderia ser pior em termos de audiência: quais as chances de popularidade de um noticiário que concorre com a novela das 7 da Globo e a das 7 e meia da Tupi? Pelos índices do Ibope, em São Paulo, o "Jornal da Bandeirantes" perde para ambas, ficando freqüentemente atrás também da TV Record, que intercala seu telejornal com desenhos animados.

Mas a Bandeirantes preferiu seu noticioso aí mesmo. Resultado: o que talvez possa ser considerado o melhor telejornal da televisão brasileira — e, seguramente, o melhor produto regular da TV Bandeirantes — ficou comprimido num horário inconveniente. Em benefício do espectador, que tem as notícias em casa por este canal, antes de qualquer outro? Não, porque a urgência nesse caso só prejudica o conteúdo e o acabamento do programa. O horário beneficia a comercialização dos produtos que vêm a seguir, a enxurrada de enlatados agrupados na faixa chamada "nobre".

O que a proposta deste noticioso tem de sério é justamente aquilo que traz de jornalístico: a preocupação em dar ao público mais que as grandes manchetes do dia ou a interpretação dos fatos. Nesse campo, o acerto é total: saber "o que aconteceu hoje" é fundamentalmente diferente de se entender "o que vem acontecendo nesses tempos".

Para isso, a equipe edita o material diário como num jornal impresso, agrupando assuntos afins. Na cobertura da atividade estudantil do dia 26, por exemplo, mostrou-se o mutirão dos alunos da PUC paulista para colocar a casa em ordem depois da operação policial da quinta-feira, dia 22; deu-se espaço aos protestos da reitora contra a invasão, à notícia de uma assembléia de professores, à fala do deputado Alberto Goldmann na Assembléia pedindo ao governador Paulo Egydio que revisse sua posição no caso. E aí o locutor fez lembrar a notícia de véspera, quando o governador declarou-se seguro da existência de subversão na PUC. A cobertura da televisão não é mais um amontoado de fragmentos mas um todo onde as coisas se relacionam.

KEIJU KOBAYASHI

"Jornal da Bandeirantes": o repórter no estúdio, ao lado do locutor

Maquilagem e formalidade — Além disso, as entrevistas utilizadas no programa têm função maior que a de simplesmente ilustrar a notícia. O repórter contesta o entrevistado de vez em quando, pede mais profundidade. A idéia de ultrapassar o nível do factual com o trabalho do comentarista vai mais ou menos nesse sentido. Newton Carlos na área internacional e Joelmir Beting em economia, além de darem suas próprias interpretações às coisas, fornecem dados históricos e elementos para que o espectador possa situar a notícia num painel mais amplo. O fato perde o tom frio e ganha expressão.

Já a postura dos locutores é tão formal e sua figura tão decorativa quanto em qualquer outro telejornal. Fica meio difícil acreditar em guerra no Oriente Médio, terrorismo na Espanha, relatados por uma apresentadora loira e maquiladíssima, que parece saída de um jantar no Terraço Itália. Ou por um cavalheiro engravatado e inexpressivo, que fala com o tom e a formalidade de um gerente de banco a um cliente bem-sucedido.

Afinal, esse tipo de atitude não é gratuita e por isso mesmo contrasta com a dos comentaristas. Por um lado, ela reflete a velha concepção de que quem transmite e recebe a informação não tem nada a ver com ela. Por outro, a frieza do locutor traduz uma situação de fato: ele realmente não tem, com a notícia, o mesmo envolvimento do repórter e do redator que a elaboram. Daí a importância de uma experiência nova do "Jornal da Bandeirantes": de vez em quando, o repórter que esteve na rua cobrindo os acontecimentos é chamado a dar seu próprio depoimento sobre o que viu e ouviu, sem que apareçam outros intermediários.

● MARIA RITA KEHL

Saída silenciosa

Um memorando assinado pelo diretor-presidente Roberto Marinho comunicava aos funcionários da TV Globo, na semana passada, a mudança de chefia na superintendência de Comercialização da emissora: no lugar de José Ulises Arce, um dos quatro mais poderosos dirigentes da rede — responsável, entre outros feitos, pelo lançamento do "Jornal Nacional", que possibilitou um faturamento também nacional —, entrava Yves G. Alves, até então seu mais alto subordinado em São Paulo.

Como de hábito, o assunto foi cercado de cauteloso sigilo. Nos corredores, porém, sussurrava-se a razão evidente da mudança: depois da calmaria que sucedeu a saída do diretor geral Walter Clark, em fins de maio passado, teria afinal começado o afastamento gradual e já esperado dos funcionários mais ligados a ele.

Aos poucos, garantem pessoas ligadas à alta direção da Globo, ela estaria procurando se cercar de elementos que possam funcionar melhor no esquema preparado para a chegada do filho de seu diretor-presidente, Roberto, atualmente nos Estados Unidos, onde ganha conhecimentos teóricos de televisão para assumir, em futuro não muito remoto, o cargo que foi de Walter Clark. A ascensão de Yves Alves visaria também acabar de vez com as divergências entre as superintendências de Comercialização e Produção, uma vez que seus titulares, Yves e José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o "Bôni", trabalharam juntos nos árduos tempos em que eram simples funcionários da Gessy Lever, quando se tornaram bons amigos.

YAMAHA 125

A brasileira do amanhã está nascendo hoje

Garanta o combustivel de amanhã. Respeite os 80.

A Philco está vendendo mais de 1 em cada 3 televisores no Brasil.

A cada dia que passa, novas antenas de televisão se incorporam à paisagem brasileira.
É tão natural vê-las, espetando o céu das grandes como das pequenas cidades, que já não chamam mais a nossa atenção.
No entanto, quando a noite começa a cair, debaixo de cada uma delas uma família se reúne para se informar do que se passa no país, para rir com os desenhos, emocionar-se com as novelas, acompanhar, em suspense, as façanhas dos heróis mais famosos.
Nas grandes como nas pequenas cidades a Philco está presente, com o melhor som e a imagem mais nítida, em um número maior de lares.
Essa preferência é o resultado de conquistas e aperfeiçoamentos técnicos que essas famílias vêem e sentem no melhor desempenho, na maior durabilidade e na aparência mais bonita dos aparelhos Philco.
As cores Philco são onze anos mais perfeitas, mais nítidas, mais naturais e emocionantes.
A imagem em preto e branco, além de apresentar o preto e o branco mais perfeitos, é sempre firme, por mais distante que o aparelho esteja da estação transmissora.
A Philco sente-se orgulhosa de saber que de cada três aparelhos que estão sendo comprados por esse Brasil afora, mais de um saiu de suas fábricas, para proporcionar a essas famílias um prazer maior de ver televisão.
Em cores ou em preto e branco, nenhuma outra imagem se iguala à da Philco.
Gente que está por dentro da TV já disse isso.

TV em Cores - TV Preto e Branco - Telejogo - Rádios - Auto-Rádios - Condicionadores de Ar - Transistores - Circuitos Integrados - Cinescópios.

Das Wunder der deutschen Technologie...
n einer Cassette.

A maravilhosa tecnologia
lemã num cassete.”

Quando você grava ou reproduz um som num cassete BASF, você aproveita 50 anos de estudos profundos feitos na Alemanha para a melhor resposta. Graves e agudos (V. sabe como os alemães são meticulosos), além do SM, dispositivo especial para impedir que a fita trave, enrosque ou desafine (V. sabe como os alemães são meticulosos).

Quando você comprar um cassete BASF lembre-se: os alemães estudaram 50 anos para conseguir esse resultado e continuam cada vez mais meticulosos.

Por esta razão, a fita BASF é reconhecida em todos os países do mundo, mesmo nos maiores produtores de som.

BASF: a melhor resposta ao som.

Mercedes Sosa: muito mais que um simples acontecimento musical

Pelas liberdades

De início, as apresentações da cantora argentina Mercedes Sosa, no Rio de Janeiro, estavam marcadas para a curta temporada de quarta a domingo — de 28 de setembro a 2 de outubro —, no Teatro João Caetano. Até terça-feira, no entanto, ainda circulavam pela cidade boatos de adiamento e, até mesmo, de um possível cancelamento do show. Nem por isso os 1 360 lugares do teatro — confirmada a estréia para quinta-feira — deixaram de ser vendidos, desta vez por preços bem mais baratos (máximo de 100 cruzeiros) que os 200 cobrados pela boate Vivará, em novembro do ano passado.

A expectativa, enfim, teve a recompensa merecida. Em quase três horas, o espetáculo ultrapassou os limites do acontecimento meramente musical. Acompanhada apenas pelo violão de Nicolas Brizuela e por seu inseparável bumbo indígena, a figura pequena e robusta de Mercedes quebrou o gelo inicial da platéia logo nas primeiras músicas, as fortes "Para Cantarle a Mi Gente", de Negro e Avena, e "Si Se Calla el Cantor", de Guarany. Daí em diante, o repertório passou das conhecidas "Gracias a la Vida", de Violeta Parra, "Los Hermanos", de Athaualpa Yupanqui, ao lirismo de "Afonsina y el Mar", de Ramírez e Luna. E o espetáculo resultou impecável.

É certo que Mercedes Sosa, aos 41 anos, atingiu o domínio vocal pleno que lhe permite passear, sem qualquer escorregão técnico, das notas baixas e cantantes, às extensas alturas dos gritos controlados. "Sou antes de mais nada uma cantora, preocupada com problemas de timbre, clareza e extensão de voz", costuma avisar em suas entrevistas, quando as perguntas insistem na política de seu repertório. Mas teriam sido apenas esse domínio de si mesma e essa habilidade conquistada em quase vinte anos de trabalho que conferiram a Mercedes Sosa a estatura de uma das maiores intérpretes populares atuais? Primeiro, claro, há que ser lembrado o espantoso grau de emoção que jorra de seu corpo, rosto e voz. Porém o principal é entender a que serve esta capacidade de entrega absoluta. "Minha canção não é de protesto. Eu não protesto contra nada. Sou a favor da vida, do amor, da beleza, da liberdade. Sou a favor dessa bela utopia que é o homem livre."

Gritos e choros — O que poderiam ser apenas belas — e até demagógicas — frases, em Mercedes significam a essência de sua trajetória, pontilhada de dificuldades, proibições e até ameaças de morte. "Minha obrigação de cantar está tomada comigo mesma. E se a vida em si é tão difícil, por que eu, uma artista, parte dessa vida, teria que escolher um caminho fácil?" Esta, talvez, a explicação básica para o milagre estético operado por Mercedes Sosa em discos e shows.

Em São Paulo, onde se apresentou na sexta-feira e sábado (23 e 24), nem mesmo a enervante falta de profissionalismo dos empresários brasileiros e técnicos de som (se é que havia algum), que tornou praticamente inaudíveis sons e palavras, impediu que o público comparecesse, lotasse e saísse do Ginásio do Ibirapuera emocionado com o recital apresentado.

Em sua estréia no Rio, quando deveria cantar no máximo hora e meia, Mercedes teve que permanecer em cena por mais uma hora enquanto a platéia, de pé, aplaudia, gritava, chorava. Ao final, nos bastidores, exausta, Mercedes ainda encontrava disposição para raciocinar: "A arte, por sua própria necessidade de ser livre, nunca pode ser dirigida. Ocorre que o homem, a vida, a política e a arte se completam num todo, sem fim". Fora, na rua, a multidão se comprimia, na tentativa de chegar à cantora. E uma espectadora anônima talvez fosse a interlocutora perfeita para Mercedes Sosa: "Eu só quero conversar um pouco com ela", pedia. "Não é meu ídolo, não. Me interessa é o que ela diz".

● ANTÔNIO CHRYSÓSTOMO

Rebelião clássica

"O Instituto Nacional de Música vai patrocinar a gravação de compositores mineiros do século XVIII." Em outros tempos, a informação do compositor Marlos Nobre, dedicado presidente do Instituto, teria provocado reconhecimento e satisfação. Muito ao contrário, contudo, ela acabou mostrando, aos trinta compositores reunidos em Brasília de 21 a 24 passados, a necessidade de lutar por respostas mais imediatas. "Será que os compositores brasileiros de hoje só serão gravados daqui a 200 anos?", indagou o pianista Paulo Affonso Moura Ferreira, presidente da Sociedade Brasileira de Música Contemporânea. Sua pergunta transformou-se num dos temas mais debatidos durante o III Encontro Nacional de Compositores, patrocinado pela Fundação Cultural do Distrito Federal, Funarte e Caixa Econômica Federal.

Se nos dois encontros anteriores as discussões ficaram praticamente relegadas a um segundo plano — já que a maioria dos compositores aproveitou o momento para se conhecer, conversar e saber das últimas —, esse encontro foi bem mais polêmico. "Os interesses políticos não permitem que o governo dê continuidade aos trabalhos educacionais de música", reclamou o pianista Heitor Alimonda, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. "Somente uma socialização da cultura e da educação pode resolver os problemas deste século", sugeriu o paulista Willy Corrêa de Oliveira. Já Guilherme Bauer foi mais longe. Para ele, "nenhuma das proposições

levadas ao ministro da Educação nos anos anteriores obteve resultados".

Soluções práticas — Talvez por isso, o paulista Gilberto Mendes tenha considerado positivo o saldo deste encontro — dividido em cinco conferências e três concertos. "Já não acreditamos mais em promessas de editores ou de diretores de gravadoras, que objetivam só o lucro", disse ele. "Não adianta gravar apenas o que chamam de compositores de alcance popular, como Ernesto Nazareth. Isso acaba prejudicando os novos."

Ao final dos quatro dias em que se prolongou o encontro, ficou clara a preocupação dos compositores em encontrar soluções objetivas e a curto prazo, para divulgação de suas criações. Desta vez, solicitou-se ao Ministério da Educação e Cultura que providencie a compra e distribuição para todas as escolas de música, conservatórios e universidades do país de partituras e discos com músicas de autores brasileiros. Este pedido seria, segundo o pianista Paulo Affonso, uma das maneiras de aliviar o problema. Ele argumenta: "A divulgação da música brasileira no exterior vem sendo feita pelo Itamaraty e tem encontrado a maior receptividade". Mas acaba esbarrando, segundo diz, freqüentemente em dificuldades, "como a falta de discos e partituras, cuja produção precisa ser ampliada". Para Paulo Affonso, o desinteresse das editoras em lançar partituras de autores brasileiros é outro problema que reclama medidas urgentes: "É incrível, mas existem mais partituras de compositores nacionais editados no exterior que aqui". Ele garante que a produção dessas partituras vem aumentando na Alemanha e Estados Unidos enquanto o Brasil continua não editando, por exemplo, partituras para conjuntos de câmara ou orquestras sinfônicas, evidentemente mais caras. "É preciso lembrar, nesse caso, que cada vez que uma dessas peças é executada aqui o Brasil precisa pagar direitos ao exterior."

KEIJU KOBAYASHI

Mendes: "Chega de promessas"

Maratona sinfônica

A Orquestra Sinfônica Estadual de São Paulo, mantida pela Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, está batendo recordes nas homenagens ao sesquicentenário da morte do compositor Ludwig van Beethoven (1770-1827). Iniciada em abril passado, a série de 22 concertos da orquestra liderada pelo maestro Eleazar de Carvalho chegará, no final de outubro, ao surpreendente saldo de 71 composições de Beethoven, executada por 39 solistas, seis corais e dez regentes, abrangendo toda sua obra sinfônica, os cinco concertos para piano e algumas raridades, como o oratório "Cristo no Monte das Oliveiras" e a "Cantata da Paz".

Batizada de Encontros, a fórmula não é nova. O próprio Eleazar, quando assumiu a direção da Sinfônica, no final de 1973 — a orquestra foi fundada em 1954 mas desativada logo em seguida —, estabeleceu para os dois anos seguintes os Dez Encontros com Bach, que se estenderam em 1976 com outra série, os Vinte Encontros com o Barroco. A novidade desta atual comemoração é que, além dos concertos das segundas-feiras, realizados no Teatro de Cultura Artística, todos os ensaios finais nas tardes de sábado são abertos ao público. Para Eleazar, os resultados se revelaram compensadores: "No sábado, tenho a chance de comentar ao menos uma das obras que serão executadas nas segundas, exemplificando com a orquestra. É uma verdadeira aula viva".

Coríntians e cambistas — Mesmo que os espetáculos não tenham atingido ainda um público ideal ("Precisamos atingir as escolas, criar o hábito da vivência de uma programação sinfônica", diz Eleazar), pequenos tumultos já chegaram a se esboçar em frente ao teatro. Como há um mês, quando o solista Jacques Klein executou o "Concerto n.º 3 para Piano e Orquestra". As filas atingiram a praça Roosevelt, de ambos os lados da rua Nestor Pestana, onde fica o Cultura Artística. "Parecia até dia de jogo do Coríntians na boca das bilheterias do Morumbi", conta Eleazar, que constatou a presença de cambistas vendendo por até 100 cruzeiros ingressos que, afinal, são gratuitos.

CARLOS NAMBA

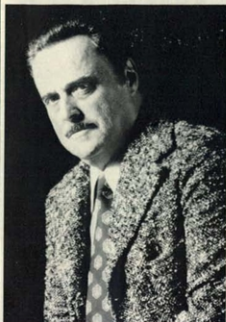
Eleazar de Carvalho: ensaios públicos

Por esse motivo, os quatro últimos encontros — que incluem a "Nona Sinfonia" e a "Missa Solemnis" — também serão repetidos às terças-feiras. Tudo isso custou à Secretaria de Cultura cerca de 1 milhão de cruzeiros, "basicamente gastos com os 10% de solistas estrangeiros que atuaram", como garante Eleazar. A Sinfônica, ainda desfalcada em quarenta instrumentos de corda — os músicos deverão ser contratados até o ano que vem —, já ultrapassou o que o maestro chama de "articulação e pontuação". Este ano, a orquestra estaria se dedicando ao "refinamento da dinâmica, último retoque para personalizá-la". Para 1978, estão programados Vinte Encontros com Schubert e a Música Brasileira, comemorando mais uma efeméride. Desta vez, os 150 anos da morte do compositor austríaco Franz Schubert, em concertos que serão enxertados com obras brasileiras, do barroco ao eletrônico.

LPs mais vendidos

São Paulo	Rio de Janeiro
1 - **Loco-Motivas Internacional,** Vários	1 - **Loco-Motivas Internacional,** Vários
2 - **Elvis 40 Greatest,** Elvis Presley	2 - **Medalhas e Brasões,** Jorginho do Império
3 - **Elis,** Elis Regina	3 - **As 14 Demais,** Vários
4 - **Sua Paz Mundial Vol. 6,** Vários	4 - **Nina,** Vários
5 - **The Harmony Cats Show,** Harmony Cats	5 - **Stars,** Vários
6 - **Special Ray Conniff,** Ray Conniff	6 - **Coração Selvagem,** Belchior
7 - **Disco de Ouro,** Elvis Presley	7 - **Poeira Pura,** Roberto Ribeiro
8 - **Maria Baiana Maria,** Benito di Paula	8 - **Elvis 40 Greatest,** Elvis Presley
9 - **Somos Todos Iguais Nesta Noite,** Ivan Lins	9 - **20 Super Hits Originais,** Vários
10 - **Disco de Ouro Difusora,** Vários	10 - **Dona Xepa,** Vários

*Dados fornecidos pela Associação Brasileira dos Produtores de Discos (ABPD) e apurados pelo Instituto Paulista de Pesquisa de Mercado (IPPM), relativos à semana de 22 a 28/9

A receita do atendimento dos hotéis da Rede Eldorado é importada.

Os melhores hotéis do mundo usam a mesma receita de atendimento: pontualidade, eficiência e conforto.

E não passam disso: pensando bem, dizem eles, o que mais um hóspede poderia desejar de um hotel?

Aí vem a Rede Eldorado de Hotéis e responde: calor humano.

E não deixa por menos: a pontualidade tem que ser suíça, a eficiência americana, o conforto digno de um francês.

E o calor humano, o carinho, e o respeito, bem brasileiros: esse é o temperinho que faz parte de cada serviço que oferecemos.

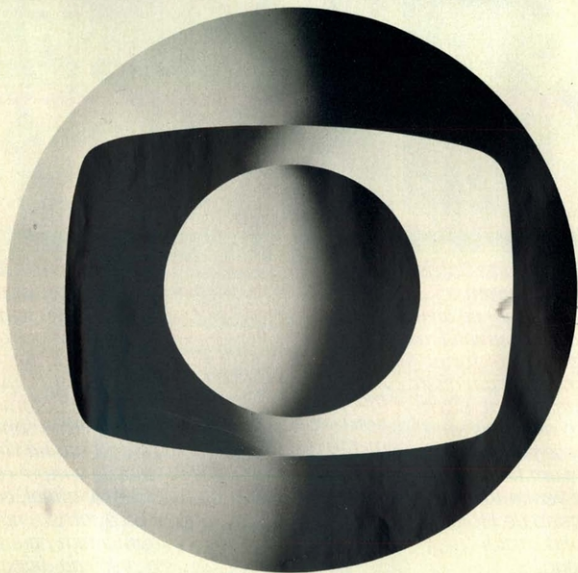
Desde a reserva que funciona, o café da manhã que chega na hora certa, o tratamento dos hóspedes pelo nome, os serviços feitos com profissionalismo, os extras que é só você pedir, o restaurante que sempre tem o que você quer, as acomodações espaçosas e confortáveis.

A rede Eldorado de Hotéis vem usando essa receita há vários anos, e sempre com sucesso: afinal, carinho e sorrisos não aumentam nadinha o preço da diária.

Mas o tempero é brasileiro.

Rede Eldorado de Hotéis.

São Paulo: Boulevard São Luiz e Higienópolis.
Araraquara, Atibaia e São José dos Campos.
Central Eldorado de Reservas
Tel.: DDD (011) 256.8833
Telex 1122490

Osmar Santos, o locutor que está com a bola toda.

— As bandeiras estão tremulando, tremulando. Com sua licença, torcedor, vou fazer o que gosto. Apita o árbitro, a gorduchinha está rolando, rolando.

Em casa, nas ruas, no estádio, no bar da esquina, o povão esfrega as mãos.

— Domina a gorduchinha no caroço do abacate, abre a enciclopédia, vira a página e puxa o carro.

O povão sorri. Sabe exatamente o que está acontecendo.

— Atenção, é fogo no boné do guarda.

O povão silencia.

— Entrou pra matar jacaré a botinada, garoto.

O povão se divide. A favor e contra.

— Pode ser daí garoto. Você está com camisa, meia, chuteira. Conversa com a menina que ela deita na rede.

O povão cola o radinho na orelha.

— E que gooooooooooooooooool (que bonito é...).

O povão se divide de novo. Alegres e tristes.

— Acredita nela, meu filho, que o placar não é seu.

O povão acredita e fica até a última passeadinha do ponteiro.

Osmar Santos está nos 1.100 da Globo Nacional trazendo essas emoções de volta à cidade.

RÁDIO GLOBO NACIONAL
1.100 KHZ

Polícia na arquibancada: uma presença típica de fim de campeonato

Pancadaria

Na entrada do estádio, a polícia apreendeu um revólver, quatro facas e dois canivetes. Durante a partida Grêmio x Internacional, no domingo dia 25 de setembro, em Porto Alegre, vários torcedores foram expulsos do Estádio Olímpico por atos de violência. Ao atingir uma bandeira gremista perto da torcida do Internacional, um menino foi esfaqueado. Medicado, levou treze pontos. Crescendo, a onda de violência estourou em pleno gramado aos 42 minutos do segundo tempo, quando o juiz Luiz Torres deu um apito mais longo e os torcedores do Grêmio, pensando que fosse o fim do jogo e de oito anos de vice-campeonatos, invadiram o campo para comemorar a vitória. De costas, o juiz levou uma "voadora" de um torcedor, que foi logo massacrado por vários jogadores do Internacional, cuja torcida também foi incentivada a entrar em campo. Teve início então uma das maiores brigas da agitada história dos Grenais.

Pelo pronto-socorro do Estádio Olímpico passaram cerca de 150 feridos, 50% a mais que no turbulento Internacional x Coríntians, da final do Campeonato Brasileiro de 1976, também em Porto Alegre, no Estádio Beira-Rio. Entre torcedores, o caso mais grave foi o de um garoto de 15 anos que teve três dedos da mão direita amputados, após esmagamento num portão. Entre os jogadores do Internacional que brigaram com os invasores do campo, Escurinho sofreu fratura do nariz e de algumas costelas, além de um afundamento do maxilar. Luisinho saiu de campo desacordado, ficando no hospital até o dia seguinte. A confusão só foi resolvida — no início, agravada — pela intervenção do batalhão de choque da Brigada Militar, com escudos protetores e longos cassetetes, acuando vários torcedores dentro do fosso seco de 2 metros, entre o alambrado e o campo.

Porto Alegre, dia 25 de setembro: com o juiz, o início da briga

Revólver, faca, gilete — Cenas de tamanha pancadaria não chegam a ser comuns nos campos de futebol do Brasil, mas a violência costuma aumentar nesta época do ano, quando os campeonatos regionais vão chegando ao final. Por isso há cada vez mais polícia assistindo a jogo de futebol no país. Afinal, desde a década de 40, quando o uruguaio Ondino Vieira definiu os campeonatos regionais brasileiros como autênticas guerras, jogadores e torcedores vêm mantendo elevado o índice de violência nos estádios. No último Flamengo x Vasco, na quarta-feira passada, no Rio de Janeiro, a polícia apreendeu dois revólveres e mais de 300 armas brancas, de facas a giletes, na rápida revista às portas do Maracanã. Por mais numeroso que seja o policiamento, porém, é impossível uma fiscalização completa nos dias de grandes jogos. "Se a gente parar cada torcedor para uma revista, o jogo começa no dia seguinte", explica um tenente da Polícia Militar do Rio.

Além disso, a fiscalização à porta do estádio é apenas um dos detalhes do trabalho da polícia. O ideal, acreditam alguns policiais cariocas, seria proibir a venda de bebidas alcoólicas dentro do estádio. Eli, chefe da torcida do Vasco, acha que não adiantaria. "É que o torcedor já chega ao estádio 'mamado' ", comenta. As torcidas organizadas, cujos gritos, coros e bandeiras costumam agitar os estádios, nem sempre são as mais agressivas, pois costumam operar em acordo com a polícia, que lhes reserva lugar na arquibancada e oferece proteção. No Rio, a administração do Maracanã mantém uma sala, sob as arquibancadas, exclusivamente para as torcidas guardarem suas faixas e bandeiras. Ultimamente, contudo, o pessoal da segurança do estádio notou que muitas torcidas trocaram a vara de bambu que sustenta as bandeiras por bastão de metal, que pode se tornar uma arma bastante perigosa.

Estilingues, abelhas — Não é novidade que muitos freqüentadores dos estádios vão a campo imbuídos de espírito belicoso. Em Curitiba, para burlar a vigilância policial na entrada do campo, certos torcedores se utilizam de mulhe-

FOTOS JUAN CARLOS GOMEZ

Porto Alegre: o guarda bate no torcedor . . . **. . . até ser empurrado para dentro do fosso**

res para introduzir no estádio foguetes e estilingues com que arremessam projéteis na torcida adversária, atletas, juízes e guardas. Em São Paulo, há algumas semanas, um torcedor do Coríntians foi esfaqueado por outro do Santos, durante uma briga ocorrida três horas antes do início da partida. A partir desse episódio, a polícia resolveu reforçar os métodos de segurança nos estádios paulistas. Uma das providências foi determinar que toda bebida seja servida em copos de papel, para evitar que o vasilhame de vidro ou lata sirva como instrumento de agressão. Todo o batalhão de policiamento do estádio do Morumbi foi levado por seu comandante a assistir ao filme "Pânico na Multidão", para "ver o que ocorre com a massa descontrolada", segundo um dos oficiais da corporação.

IRMO CELSO

Proteção para os árbitros: e a torcida?

Nos próximos jogos importantes, a polícia promete separar as torcidas por cordões, deixando entre elas um espaço de 80 centímetros para circulação de policiais bem armados. As barreiras policiais, porém, nem sempre são eficientes. Em Campinas (SP), há algumas semanas, a incontrolável torcida da Ponte Preta não hesitou em afugentar os guardas que pretenderam impedir o espancamento praticado contra os torcedores do Palmeiras. Até um enxame de abelhas foi lançado pelos ponte-pretanos contra seus adversários. Por essas e outras, o administrador do Morumbi, o antigo centroavante do São Paulo Gino Orlando, preocupado em ver que muitos torcedores disparam rojões contra os adversários, planeja separar as torcidas por meio de cercas móveis de aço.

Fome e palavrões — "O torcedor não tem segurança alguma nos estádios", afirma Rubens Hoffmeister, presidente da Federação Gaúcha de Futebol, que introduziu, em 1971, nos jogos oficiais, o seguro-torcedor. Cobrando uma taxa de 1 cruzeiro por ingresso, a Federação garante ao torcedor um prêmio máximo de 10 000 cruzeiros em caso de invalidez ou morte. A empresa seguradora União arrecada 700 000 cruzeiros por ano e, desde a implantação do seguro, mantém a média de dez casos mensais de indenização por ferimentos durante o campeonato estadual. Em seis anos, só houve um caso de morte de um torcedor gaúcho, esmagado pela queda de uma arquibancada num estádio do interior.

O seguro-torcedor foi adotado há quatro anos em Minas Gerais, mas deixou de existir por desinteresse dos clubes e da Federação Mineira de Futebol. Agora, com o tumulto provocado pelos finais de campeonatos, a idéia volta a ser admitida em alguns Estados. O seguro é um pequeno remédio contra os efeitos da violência, cujas causas provocam divergências. Uma socióloga de Curitiba, por exemplo, afirma que a população vai aos estádios "extravasar insatisfações da vida". Uma nutricionista paulista, ao examinar o fenômeno da violência nos estádios, chega a ver certa identidade entre a carência alimentar dos torcedores e a coprolalia (hábito de falar palavrões).

Desse modo, insatisfeitos e mal-alimentados, os torcedores iriam ao futebol para dizer palavrões e fazer catarse praticando alguma violência. "Sem essa, a violência não tem nada a ver com o subdesenvolvimento do país", desdenha "Joca", de 25 anos, diretor dos Gaviões da Fiel, a mais barulhenta das 37 torcidas uniformizadas do Coríntians de São Paulo.

Para defender sua tese, Joca argumenta com o exemplo da inigualável fúria dos torcedores de futebol da Inglaterra, "onde o povo é infinitamente mais desenvolvido e educado que a gente". De acordo com sua visão das coisas, a violência faz parte do comportamento humano. "Se em festa de família, boate, réveillon ou carnaval sai cada quebra-pau violentíssimo com muito menos gente reunida", raciocina Joca, "como é que se quer exigir paz total onde existem aglomeradas mais de 100 000 pessoas defendendo cores diferentes?"

Existem eventos que podem colocar sua empresa 5 anos na frente. Ou atrás.

Não perca esse avião.

O empresário atual, o profissional preocupado, tem de aproveitar as oportunidades para se atualizar. Comparecendo a feiras internacionais, onde tem acesso ao know-how, à tecnologia. Indo aos congressos e convenções, para expor idéias, trocar informações, especializar-se. Participando das grandes exposições, para estabelecer contatos, adquirir a informação antes da concorrência.

A Lufthansa sabe tudo sobre as feiras, exposições, congressos e convenções que se realizam no exterior. E se preparou para levar você até elas, não apenas com pontualidade e segurança, mas com todo o planejamento adicional para o sucesso de sua viagem.

Ela mantém você informado continuamente, aqui, sobre o que acontece lá fora no seu campo profissional. O interesse de cada evento, as datas, locais. E como aproveitar realmente a oportunidade: com quem entrar em contato, como fechar melhor um negócio. Mais as "dicas" que você precisar.

Se você quer maiores informações para a sua atualização profissional, qualquer que seja o seu ramo de atividade, procure o escritório da Lufthansa mais próximo de você. Ou faça um contato com o seu Agente de Viagens IATA. Se preferir, telefone para o nosso Departamento de Eventos, 256-9833 (SP) e 224-6647 (Rio), ou mande o cupom abaixo.

McCANN-ERICKSON

À
Lufthansa
Departamento de Eventos
Av. Rio Branco, 156-D
CEP 20 000 - Rio de Janeiro - RJ

Quero receber informações mais detalhadas sobre eventos. Por favor, telefonem ou escrevam para meu endereço.

Nome ....

Endereço .... Tel.: ....

Empresa .... Cargo ....

Atividade principal da empresa ....

....

Lufthansa

Segue a inflação

Em 1971, quando o Campeonato Nacional foi organizado com vinte clubes e 229 jogos, muita gente achou demais e reclamou. João Havelange, na época presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), prometeu então colocar um ponto final na inflação de participantes da "maior maratona futebolística do mundo". Não conseguiu. Em 1972, a disputa já envolvia 26 clubes em 352 partidas. E o fenômeno parece realmente incontrolável. No próximo dia 15, iniciando um quebra-cabeça de 485 jogos preparado por André Gustavo Richer, diretor de futebol da CBD e arquiteto das complicadas tabelas do Campeonato, o Brasileiro de 1977 começa a ser disputado por 62 clubes.

Repetindo expediente já utilizado em 1973, ficou estabelecido que os jogos da fase semifinal e final cairão para o ano seguinte, sendo disputados em janeiro e fevereiro de 1978. Para tanto, os jogadores serão obrigados a retornar ao trabalho dez dias antes do fim de suas férias, que se iniciam a 19 de dezembro. Eles receberão uma compensação financeira pela interrupção do descanso, embora essa possibilidade legal seja um direito de opção do empregado e não do empregador. A sobrecarga de jogos obviamente não agrada aos grandes clubes, condenados a realizar partidas insignicantes em cidades do interior, mesmo com a garantia de receberem um mínimo de 40 000 cruzeiros cada vez que entrarem em campo pelo Brasileiro*. Se esse mínimo não for alcançado pela arrecadação do próprio jogo, o reembolso terá de ser feito pela Federação do Estado onde se realizar o espetáculo deficitário.

Marketing — A inflação de clubes no Brasileiro, atribuída aos interesses políticos de Heleno Nunes, presidente da CBD e do diretório da Arena Fluminense, é explicada como uma medida de marketing. "Estamos apenas abrindo mercado interno para o futebol", argumenta Heleno Nunes, que prevê a venda de 25 milhões de ingressos no decorrer do próximo Campeonato. E os interesses políticos? "Aqui não há política", diz Nunes, mesmo confessando que, às vésperas da edição da tabela, recebe "mais de vinte pedidos diários de políticos". No entanto, como explicar a admissão em 1977 do capenga Volta Redonda, senão pelo fato de que a cidade do interior fluminense é um reduto emedebista cobiçado pela Arena? E a do XV de Novembro de Piracicaba (SP), atribuída à boa vontade do clube em ceder seus melhores jogadores ao Vasco da Gama, time de Nunes? "Minha administração está interiorizando o futebol", afirma Nunes. "Construímos catorze estádios com a ajuda dos prefeitos."

Segundo a cúpula da CBD, o critério fundamental para entrar no Brasileiro é que a cidade tenha 100 000 habitantes e estádio para 25 000 pessoas. A CBD já tem preparados seis esboços para a organização do Campeonato de 1978 — e todos eles abrem brechas para a entrada de mais clubes. Em consulta à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os organizadores do Brasileiro já identificaram inclusive dois mercados "promissores" para o futuro: as cidades de Cascavel (PR) e Dourados (MT).

** A CBD mandou garantir 40 000 cruzeiros por jogo a catorze clubes: Flamengo, Fluminense, Vasco, Botafogo, América (RJ), Corintians, São Paulo, Palmeiras, Santos, Portuguesa, Atlético Mineiro, Cruzeiro, Grêmio e Internacional.*

De novo campeões

Em 1970 o Vasco da Gama ganhava o título de campeão carioca de futebol, para vê-lo a partir daí invariavelmente dividido entre Flamengo e Fluminense. Dois anos antes, no Rio Grande do Sul, o Grêmio de Futebol Portoalegrense encerrava uma fase vitoriosa de sete temporadas consecutivas, passando a hegemonia regional a seu maior adversário — o Sport Club Internacional. Na semana passada, finalmente, suas torcidas puderam festejar a reconquista desses antigos poderios.

Mais que meros triunfos isolados ou a sonhada recuperação técnica dos azarões contra os favoritos, as vitórias acabaram representando a afirmação de equipes de poucas estrelas. Orientadas por treinadores competentes — o mineiro Orlando Fantoni, do Vasco, e o carioca Telê Santana, do Grêmio —, elas sobrepujaram rivais que, embora as superassem no volume de investimentos em jogadores, acabaram se mostrando incapazes de praticar um futebol solidário e competitivo.

Garra vascaína — No Rio de Janeiro, não se discute que o Campeonato Carioca obtido pelo Vasco na madrugada de quinta-feira passada, no Maracanã, ao derrotar o Flamengo na decisão por pênaltis, diante de uma borbulhante platéia de 152 000 pagantes, foi uma questão de justiça. Os números obtidos pelo seu time ao longo do certame, afinal, constituem a melhor prova desse consenso: 25 vitórias, três empates, uma única derrota, 69 gols a favor e apenas cinco contra, com seu goleiro titular, o ascendente Mazaropi, mineiro de 24 anos, mantendo-se invicto já há mais de 1 600 minutos.

Mesmo com tais méritos — além de ter defendido o chute do estreante Tita, na nervosa decisão por pênaltis —, nem Mazaropi nem o artilheiro Roberto (25 gols no Campeonato, dois a menos que o flamenguista Zico) devem ser considerados os principais responsáveis pela conquista. O grande estrategista da conquista foi, provavelmente, o técnico Fantoni, 58 anos, nariz amassado de boxeador, devoto de Nossa Senhora — a quem atribui os vários sucessos de sua carreira de quarenta anos no futebol —, e com passagens bem-sucedidas pela Venezuela, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Chamado pelos jogadores de "Titio", Fantoni barrou um dos raros monstros-sagrados do clube, o apoiador Zanata, recuperou o ponta-esquerda Dirceu, transformando-o em armador, e montou um time de garra, sólido na de-

continua na página 92

ZEKA ARAUJO

Vasco, campeão carioca: após seis anos, o título nos pênaltis

Vida.
O que esta palavra significa para você?

A população do mundo é de cerca de cinco bilhões de habitantes.
Cinco bilhões de vidas.
E cada dia que passa, mais vidas vêm à luz em todas as partes.
Apesar de muitas, elas são sempre originais, irrepetíveis.
Por exemplo, a sua. A Sul América existe para protegê-la.
Esta é a nossa filosofia: criar um seguro para cada necessidade,
a fim de proteger a vida contra todos os riscos.
Porque onde há vida, há esperança.

OLIVIO LAMAS

Grêmio, campeão gaúcho: após oito anos, o título no Gre-Nal

continuação da página 90

fesa, ágil no meio-campo e veloz no ataque. Sua competência seria devidamente reconhecida. No fim da semana passada, enquanto o cambaleante Botafogo do Rio lhe acenava com um provocante contrato (300 000 cruzeiros de luvas e 60 000 de salários), falava-se nos corredores da CBD que o presidente da entidade, almirante Heleno Nunes, vascaíno confesso, estaria pensando em convidá-lo para ser o novo treinador da Seleção Brasileira, no lugar de Cláudio Coutinho, técnico do derrotado Flamengo, que passaria a supervisor.

Eficiência gremista — Por enquanto, convites semelhantes ainda não foram apresentados ao discreto Telê Santana, de 46 anos, que no vestiário do Estádio Olímpico, em Porto Alegre, rompeu seu habitual comedimento ao dedicar a vitória de 1 a 0 sobre o Internacional no domingo atrasado, 25 de setembro, e o conseqüente título de campeão gaúcho de 1977, "ao ex-presidente Medici", notório torcedor do Grêmio. Depois de oito anos de padecimento, vendo o Internacional levantar um brilhante octacampeonato, feito inédito no Rio Grande do Sul, o Grêmio somou 57 pontos, 6 a mais que seu adversário, marcou setenta gols contra nove sofridos e pôde enfim comemorar um campeonato. Não é a primeira vez, porém, que Telê, antigo ponta-direita do Fluminense, consegue uma façanha como essa. Em 1970, por exemplo, depois de ter dado no ano anterior o título carioca ao Fluminense, que não o obtinha desde 1964, quebrou uma série de cinco campeonatos do Cruzeiro, dirigindo o Atlético Mineiro, onde revelou jogadores que chegaram à seleção brasileira.

Desta vez, Telê armou o Grêmio com profissionais experientes, veteranos e até desacreditados (trouxe do Paraná os zagueiros Oberdan e Ladinho, do Flamengo, o armador Tadeu Ricci e do Uruguai o goleiro Walter Corbo, além do promissor ponta-esquerda mineiro Éder), para tentar — e conseguir — resultados a curto prazo. Nessa tarefa, foi ajudado pela indiscutível decadência do Internacional, na pior fase desde a inauguração de seu estádio Beira-Rio, em abril de 1969, após comprar os passes de jogadores de qualidades discutíveis e de demitir os técnicos Carlos Castilho e Sérgio Moacir Torres. Em Porto Alegre, já se pergunta se esses não seriam os primeiros indícios de uma nova e duradoura troca de poderes no futebol gaúcho.

O Sr. Futebol

Fala-se até que, de agora em diante, no sorteio de campo e saída dos jogos internacionais, a Federação Internacional de Futebol Association (FIFA) vai utilizar uma moeda que tem na cara o rosto de Pelé — 37 anos neste 23 de outubro — e na coroa uma camisa 10. De qualquer modo, por ocasião da sua segunda despedida definitiva do futebol, marcada para sábado passado no Estádio Giants no bairro de Meadowlands em East Rutherford, Nova Jersey — a primeira despedida foi em 1974, em Vila Belmiro, em Santos (SP), num jogo Santos e Ponte Preta —, Pelé mais uma vez demonstrou que o futebol, depois dele, é outro. A tal ponto que obriga multinacionais poderosíssimas a adotarem comportamento de camelôs de esquina. O Cosmos, time americano de futebol ao qual Pelé vinha prestando serviços ultimamente, pertence à Warner Communications, dona, entre outros astros, do Coelho Pernalonga, Robert Redford e das orquestras de Sérgio Mendes e Herbie Mann — por sinal programadas para tocar no jogo-show de despedida entre

continua na página 94

continuação da página 92

o Cosmos e o Santos, com televisamento ao vivo para quarenta países (Pelé jogaria um tempo em cada time). Por sua vez, a Warner Communications é propriedade do conglomerado Gulf and Western. Pois, apesar dessas respeitáveis credenciais comerciais — embora a Gulf não goze de boa fama —, a diretoria do Cosmos vai ter de comparecer esta segunda-feira perante o Departamento Municipal de Assuntos do Consumidor de Nova York para explicar por que vendeu milhares de ingressos para o último jogo de Pelé acima da capacidade do estádio, que é de 76 500 espectadores.

Beckenbauer, Pelé e Moore no Plaza: um longo caminho desde 1956

Camisa bordada — Talvez esse não tenha sido o primeiro abuso econômico por parte dos que se aproveitam de seu relacionamento com Pelé, embora ele próprio seja considerado como comerciante um modelo de lisura nos negócios. Afinal, Pelé há muito deixou de ser uma pessoa para tornar-se um símbolo maior de um congraçamento humano ao mesmo tempo pacífico e viril como é o futebol. Assim, quando a UNICEF, entidade da Organização das Nações Unidas (ONU) que lida com crianças, resolveu outorgar-lhe um prêmio (por ter Pelé cedido à UNICEF parte de seus direitos nos jogos da recente excursão do Cosmos à Ásia), na verdade encontravam-se duas instituições. Aliás, não é a primeira vez que a assistência às crianças e o Sr. Futebol se encontram. Ao marcar seu milésimo gol, contra o Vasco da Gama, no Maracanã, em 1969, Pelé falou das criancinhas pobres. E agora, ao deixar o futebol — se bem que ainda possa participar de partidas beneficentes ou de despedida de outros craques —, a primeira atividade de Pelé, após um descanso, será atuar num filme sobre crianças miseráveis obrigadas ao roubo para sustentar-se.

Recebido o prêmio da UNICEF, terça-feira, no Terraço Oeste do prédio da ONU em Nova York, presente o chanceler Azeredo da Silveira, do Brasil, em meio a dezenas de diplomatas de todas as nacionalidades que enxameavam junto a mesas com salsichas e camarões empanados, Pelé foi então trocar seu discreto terno e colete cinzentos por um vistoso conjunto branco com camisa rendada e finíssima gravata borboleta para o banquete de 500 talheres no Plaza Hotel. Um longo caminho para quem, há 21 anos, chegava a Santos com o apelido de "Gasolina", para morar numa pensão.

QUEM DISSE QUE VOCÊ ESTÁ SOZINHO ?

Quando entra numa casa comercial, você é a pessoa mais importante do mundo... para o vendedor. Que vai fazer tudo para que você compre com ele e não em outro lugar. É assim sempre. E ao lado dos comerciantes honestos, existem os que vêem em você a oportunidade de obter lucros ilícitos. Com esses, você trava uma verdadeira batalha. Mas nessa competição, você não está sozinho. A SUNAB está a seu lado. Ela determina normas de comercialização, fixa preços, exige o cumprimento das tabelas, impõe a exposição das listas de preços em local de fácil leitura e pune os infratores. Mas a SUNAB não pode manter um fiscal em cada casa comercial. Ela precisa da sua ajuda. E ajudando a SUNAB, você está se defendendo.

DEFENDA-SE! Ajude a SUNAB a defender você.
(Qualquer dúvida ou constatação de irregularidade, telefone. **A SUNAB vai lá).**

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO ABASTECIMENTO (SUNAB)

Dionne Warwick: longe da política

Maria Bethânia: depois de sete meses no Rio, o sucesso paulista

Primeiro, um certo enfado; depois, visível irritação — assim a cantora americana **Dionne Warwick** encerrou a entrevista coletiva que concedia em São Paulo, na sexta-feira da semana passada. Aos repórteres que insistiam em descobrir algum antecedente político em sua carreira, ela resumiu: "Não faço passeata nem atiro coquetéis Molotov. E nem comecei a cantar por motivos políticos". A julgar por sua primeira excursão ao Brasil, em 1974, Warwick, que continuará seu giro pelo Rio de Janeiro e Brasília, certamente terá auditórios lotados. Em São Paulo, porém, onde se apresentaria no último fim de semana, ela teria de enfrentar a concorrência da igualmente apolítica **Maria Bethânia,** que estreava, com lotação esgotada para três dias, seu show "Pássaro da Manhã", assistido no Rio, durante sete meses, por cerca de 80 000 pessoas.

Bruno Barreto, o diretor de "Dona Flor" e "A Estrela Sobe", passou a semana passada em São Paulo à procura de um adolescente rebelde. Ele já fez a mesma busca no Rio de Janeiro e, entre 300 candidatos, selecionou três que têm jeito para o papel: um garoto criminoso de Copacabana, amante de uma jovem que ganha a vida nos inferninhos. O filme, com o título provisório de "Verdes Anos", incorporará uma novidade: o som direto, durante as filmagens, ao contrário das dublagens feitas em estúdio. O produtor **Luiz Carlos Barreto,** que acompanha o filho Bruno na caça ao adolescente, disse que dois especialistas franceses e os equipamentos já estão contratados para a experiência.

Quase todos os dias, dois novos **Guarnieri** se exercitam profissionalmente nos palcos de São Paulo, para repetir a trilha artística de seu famoso pai, o diretor, autor e ator Gianfrancesco Guarnieri. **Flávio,** de 18 anos, faz o papel de "João", um adolescente que surge numa ilha habitada apenas por um casal, na peça "Sonata sem Dó", de Marcílio Moraes. **Paulo,** de 16 anos, interpreta um jovem militante da Resistência francesa, aprisionado pelos colaboracionistas, na peça "Mortos sem Sepultura", de Jean-Paul Sartre. "O teatro só pode ser chamado de teatro quando mostra uma determinada realidade, que desperta as pessoas", define Paulo. A mãe de ambos, Cecília, só impõe uma condição: que eles não abandonem a escola de nível médio. No entanto, segundo Flávio, "só com muito esforço os estudos não estão indo para o brejo".

Dois novos Guarnieri

O astro inglês do rock **Rod Stewart** desenvolveu seu próprio código de etiqueta para encerrar um romance. "Como não gosto de confrontos", explica, "termino relações de convivência saindo de minha casa por alguns dias até que a mulher possa encontrar outro lugar para morar." Com a atriz sueca **Britt Ekland,** porém, esse procedimento não funcionou. Britt não apenas se recusou a deixar a mansão em Los Angeles, onde os dois viveram nos últimos dois anos, como acionou Stewart judicialmente, exigindo 10 milhões de dólares de indenização por "danos". A primeira parte da demanda Britt já perdeu: o juiz estabeleceu que ela não

A primeira vitória de Rod: Britt deve mudar-se

continua na página 99

O mundo moderno exige especialização. Vá voando aprender inglês na Inglaterra.

Cada especialização hoje em dia tem a sua linguagem própria. É por isso que a Alitalia e a BTA oferecem três diferentes cursos de inglês em Londres, orientados especificamente para atender a faixas determinadas de pessoas.

Os estudantes, por exemplo, aprendem inglês no Angloschool; os executivos, no English for Executives; os médicos, no Colchester English Center.

Estes três cursos não se limitam ao ensino do idioma. Incluem conferências especiais - para estudantes, executivos ou médicos - e visitas profissionais a entidades escolhidas pelos próprios alunos. Como tribunais, hospitais, bibliotecas, Bolsa de Valores, museus. Assim, o aluno assimila informações relativas à sua atividade, além de uma terminologia específica.

Pergunte a centenas de brasileiros que já participaram, em Londres, dos cursos de inglês da Alitalia e da BTA. E não se surpreenda se eles lhe responderem com o melhor sotaque britânico: além de passearem pelo Piccadilly Circus e visitarem a Abadia de Westminster e o Museu Britânico, nossos alunos se hospedaram em casas de famílias londrinas de alto padrão sócio-econômico. E puderam viver, pessoalmente, o verdadeiro estilo de vida britânico.

Não fique para trás. Envie o cupom, telefone ou entre em contato com um dos escritórios da Alitalia para obter maiores informações.

Você vai voltar de Londres com uma bagagem que vai pesar muito em seu futuro.

Nós ainda temos outras coisas maravilhosas para contar a você sobre a Inglaterra.
Preencha e envie este cupom para receber gratis o "Grã-Betanha Guia de Turismo", um livrinho colorido com as principais atrações turísticas e, naturalmente, detalhes completos dos cursos de inglês.

Nome ______
Rua ______ Tel.: ______
Cidade ______
Estado ______ ZC ______

Alitalia

São Paulo - Rio de Janeiro - Belo Horizonte - Porto Alegre - Curitiba - Salvador - Brasília

Entidade Nacional Britânica de Turismo
Caixa Postal 30039
01000 São Paulo (SP)

continuação da página 97

tem nenhum direito de ficar na casa de Stewart, se ele quer que ela saia.

Foi como mímico que o ator **Ricardo Bandeira,** atualmente com 40 anos, alcançou a fama. Detentor de vários prêmios internacionais da especialidade, ele chegou até a interpretar "Hamlet", de Shakespeare, recorrendo apenas à linguagem do corpo. De alguns anos para cá, no entanto, Bandeira decidiu acolher a palavra em sua arte. Encenou "Eu! Maiakovsky", com textos do poeta russo, "Eu! Beethoven", dramatização da vida do compositor, e na semana passada, enfim, em comemoração a seus 25 anos de teatro, lançou em São Paulo "Eu! Ricardo Bandeira".

A Assembléia Legislativa de Pernambuco conseguiu a proeza de acolher em seu plenário, numa única semana, dois mitos vivos do nordeste. Primeiro, no dia 27, concedeu o título de cidadão pernambucano ao frei italiano **Damião Gianotti de Bozzano,** 76 anos, 46 dos quais dedicados a peregrinações pelo interior do Brasil, com suas pregações veementes e aterradoras. "Uma pessoa que deixa outra, com quem é casada, para viver em pecado com uma terceira pessoa, está no inferno de cabeça para baixo" — é uma de suas imprecações. No dia seguinte, o mesmo título caberia ao escritor e político paraibano

FOTOS: ARLINDO MARINHO

José Américo: "Nunca houve democracia"

Frei Damião: bênçãos

José Américo de Almeida, 90 anos, como sempre lembrado por haver iniciado a derrubada do Estado Novo com uma entrevista concedida ao então repórter Carlos Lacerda. Mais uma vez, ambos se mostraram compenetrados dos papéis que, por sinal, motivaram as homenagens: enquanto frei Damião deixava o plenário distribuindo bênçãos aos presentes, Almeida declarava à imprensa, entre outras coisas, que "nunca houve democracia no Brasil".

"Meu trabalho é moderno, pós-conceitual, não busca o belo." O que buscaria, então, a obra do artista plástico **Edgar de Carvalho Jr.,** "Estúdio de Notícias" — a réplica de uma redação, montada em 30 metros quadrados na 14.ª Bienal de São Paulo, com teletipos, máquinas de escrever e até aparelhos de vídeo-tape? "Pretendo que o povo participe da obra, realizando minijornais durante a exposição", explica Carvalho Jr., carioca de 27 anos, mais conhecido no Rio como "O vereador mais votado do Brasil". Eleito em 1974 para a Assembléia Legislativa com 115 000 votos, Carvalho Jr. é tido como um dos mais conciliadores parlamentares do já moderadíssimo grupo chaguista do MDB fluminense e faz questão de ressalvar que seu trabalho, apesar da pretendida participação do povo, "não é contestatório — visa apenas a mostrar que a notícia é muito importante para conduzir o processo político".

DATAS

Aberta: a V Sessão (a quarta ordinária) do Sínodo dos Bispos, assembléia de representantes do episcopado mundial, destinada a assessorar o papa em assuntos religiosos; entre os 204 bispos presentes estavam os cinco delegados brasileiros — dom Aloísio Lorscheider, de Fortaleza, presidente da CNBB e, agora, relator do Sínodo, dom João Resende Costa, de Belo Horizonte, dom Adriano Hipólito, de Nova Iguaçu (RJ), dom Paulo Pontes, de Itapipoca (CE), e dom Mário Gurgel, de Itabira (MG); pelo papa Paulo VI; dia 30; em Roma.

Escolhida: pela edição *Melhores e Maiores*, da revista *Exame*, da Abril-Tec, como "Empresa do Ano", a Andrade, Gutierrez, do setor da construção pesada, de Belo Horizonte; em virtude de seu desempenho entre as principais empresas analisadas; a edição anual, divulgada esta semana, faz também um balanço dos 33 setores principais da economia e apresenta a lista das 500 maiores empresas privadas por vendas, cuja novidade este ano é o primeiro lugar da Shell, passando a Volkswagen para segundo; a cerimônia de premiação, incluindo os destaques de 33 setores distintos, ocorreu na ocasião do lançamento de *Melhores e Maiores* na Sociedade Hípica Paulista; com a presença do ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso; dia 29; em São Paulo.

Recusado: pela Empresa Cinemas e Teatros Minas Gerais, proprietária de 21 dos 28 cinemas de Belo Horizonte, o lançamento do filme "Os Amores da Pantera"; sob a alegação de que desabona tradicionais famílias da sociedade mineira; embora sem citá-la nominalmente, o filme conta a agitada vida e o assassínio da "pantera" Ângela Diniz; dia 28; em Belo Horizonte.

Comemorado: o centenário de fundação do jornal *O Fluminense*, dia 29; em Niterói.

Denunciado: como incurso no artigo 47 da Lei de Segurança Nacional (incitamento à guerra revolucionária), o jornalista e escritor **Renato Tapajós;** segundo o procurador Henrique Vailati Filho, da 1.ª Auditoria Militar, Tapajós, em seu livro "Em Câmara Lenta", faz "apologia das guerrilhas, dos assaltos a banco para fins políticos, dos justiçamentos e incita os leitores a imitar suas personagens, os guerrilheiros"; dia 29; em São Paulo.

Concedido: pelo governo brasileiro, salvo-conduto ao jornalista **Henrique João Cordeiro Filho,** que se encontrava asilado na embaixada da Santa Sé em Brasília; Cordeiro Filho viajou para o México, onde poderá ficar apenas noventa dias, como turista; continua asilado na embaixada da Santa Sé o ex-bancário **Jorge Medeiros Valle,** o "Bom Burguês", que ainda não conseguiu o salvo-conduto porque está condenado pela Justiça brasileira por subversão; dia 29; em Brasília.

FMI

Clima de animadora discórdia

Com uma de suas habituais tiradas de humor, o presidente americano Jimmy Carter resumiu, em seu discurso, arrancando risos do plenário, tudo quanto não foi a reunião conjunta deste ano do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BIRD), em Washington. "É um prazer encontrar-me", disse ele, "com um grupo em que domina a ausência de desacordos, em que a completa harmonia prevalece e que já encontrou respostas para todas as questões difíceis." Com efeito, na semana passada, ao cabo de sete dias de reuniões, banquetes, coquetéis, recepções e conciliábulos, os ministros de Finanças de 131 países voltaram para casa sem remédios para as complexas mazelas que acometem a economia mundial. Permaneceu em pé, relata Roberto Garcia, correspondente de VEJA em Washington, o desafio de como agilizar o crescimento econômico ocidental, sem, ao mesmo tempo, açular a inflação e asfixiar com crescentes déficits no balanço de pagamentos as nações subdesenvolvidas não produtoras de petróleo.

Como sempre — Os tradicionais embates entre os blocos de países industrializados e subdesenvolvidos por certo não haveriam de faltar a mais esta reunião. Ainda uma vez, contudo, do ponto de vista dos últimos, a assembléia prestou-se tão-somente como uma tribuna para a cobrança de injustiças e a propagação de advertências. Falando pelo subgrupo latino-americano, por exemplo, o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, advertiu que "o desaparecimento do déficit em conta corrente dos países industriais, considerados em seu conjunto, no próximo ano, e a persistência dos excedentes de alguns dos principais países exportadores de petróleo, incapazes de absorver tais excedentes, apresentam um constante problema". Em tal quadro, a persistência dos déficits sempre nos mesmos países, desenvolvidos ou não, "poderá criar-lhes sérios problemas e também à economia mundial como um todo".

Simonsen no FMI: os ricos menos longe das discordâncias dos pobres

Simonsen condenou, ainda, as práticas protecionistas dos países industriais, assim responsabilizados de prejudicarem o comércio mundial. Mais correto do que julgar tais políticas, muitas vezes adotadas sem relação direta com o estado dos respectivos balanços de pagamentos, pela ótica dos benefícios gerados para quem as adota, argumentou o ministro, seria avaliá-las segundo os prejuízos que acarretam aos países cujas exportações são afetadas — e, em última análise, ao equilíbrio econômico mundial.

Tendência — No sentido do arrazoado de Simonsen, por outro lado, seria alentadora uma parcial inclinação observada entre os representantes das nações ricas em considerar prioritária ao controle inflacionário a reativação econômica, conceito equivalente a fortalecimento do consumo, que implicaria a ativação do comércio internacional *(veja a reportagem seguinte)*. Conflitos ostensivos surgidos entre representantes de países ricos com desiguais situações no balanço de pagamentos evidenciaram aquela inclinação. Alemanha e, em especial, Japão, detentor de nutrido superávit comercial, sofreram generalizadas acusações por se preocuparem desmedidamente com a inflação, recusando-se a aumentar as importações na medida em que as folgas de seus balanços permitiriam.

Num jantar de trabalho no sábado que antecedeu o início dos trabalhos, os ministros de Finanças dos Estados Unidos, França e Inglaterra recriminaram seu colega japonês, que com sua política ameaçaria a estabilidade monetária internacional. Discursando em plenário, num comportamento inédito para representante, como ele, de um dos cinco grandes do FMI, o ministro britânico Denis Healey ameaçou mesmo o Japão de represálias. Nesta ocasião, o ministro nipônico, Hideo Boh, limitou-se a externar seu desagrado através de contorções faciais. Depois, alegaria, ironicamente, aos jornalistas, não ter ouvido as ameaças. Em outros momentos, contudo, protestou com veemência contra a discussão pública de tal assunto. Tanto Boh quanto seu colega germânico, Hans Apel, alvo de críticas semelhantes, sustentaram o primado do controle inflacionário, e procuraram demonstrar, por números, que os dois países, com sua vitalidade econômica, vêm dando a cabível contribuição à economia mundial. "Um país sozinho não pode garantir a recuperação do mundo inteiro", disse Apel, com um dar de ombros. "Quem se ajuda acaba ajudando os outros", sentenciou Boh, citando um provérbio budista.

A penosa recuperação mundial*

Produto real bruto (em %)

Comércio real (em %)

Atividade industrial (em %)

Capacidade ociosa
Capacidade utilizada

Inflação real (em %)

** Cálculos anuais, em meio de período (julho). Os números para 1977 e 1978 são estimativas.*
Fonte: *Newsweek/Wharton Econometric Forecasting Associates (WEFA), da Universidade de Pensilvânia.*

MARIANNO

PERSPECTIVAS

Sob ameaça de emboscada

Depois de devorar pilhas de informações despejadas por computadores programados segundo seus esotéricos modelos econométricos, os cientistas da WEFA * sentenciaram, na última edição internacional de setembro, da revista americana *Newsweek:* "Em resumo, o mundo está experimentando uma lenta mas persistente recuperação". Menos sentenciosos se mostrariam, contudo, esses sábios econometristas, ao projetar no futuro as constatações válidas para o presente — uma cautela recomendável a quem, como eles, sob o patrocínio da Universidade de Pensilvânia, se dedica à prática incerta e potencialmente vexatória da futurologia econômica. Assim, ressalvaram que "após 1978, o panorama é mais incerto", pois, embora no presente "o comércio mundial continue a crescer e a inflação a declinar, o desemprego permanece elevado", caracterizando-se uma clara situação de "desequilíbrio". A partir de 1979, portanto, "uma correção cíclica não pode ser desconsiderada". Em outras palavras, não é improvável, a seu ver, nova fase de estagnação ou recessão.

Face ao desequilíbrio reinante entre as contas externas de distintos grupos de países, contudo, a WEFA prevê, para o exíguo horizonte que se estende até meados do próximo ano, uma performance até razoável da economia mundial: ao mesmo tempo que a inflação continuaria a declinar, o produto real, a capacidade industrial utilizada e o comércio internacional apresentariam crescimento real, embora, nesse último caso, com desaceleração *(veja os quadros).* Em tal desequilíbrio — que a WEFA se abstém de encarar como uma disputa internacional por transferência de renda —, localiza-se a fonte dos termos modestos e desuniformes, segundo os quais a recuperação vem se processando desde que a economia mundial atingiu o fundo do poço, em meados de 1975.

Boas e más — Entre as nações industrializadas, Estados Unidos e Japão vêm crescendo a taxas de 5% a 6%, consideradas boas. E a maioria a taxas abaixo de 4% a 5%, julgadas más. Nos dois casos, contudo, o crescimento não tem impedido a persistência do desemprego em níveis elevados. Já as nações socialistas, confirmadas as boas safras agrícolas, deverão apresentar melhor crescimento do produto, com 5% para a União Soviética e 7% no seu conjunto. Um resultado que poderia ser ainda mais positivo não fossem suas limitações financeiras quanto a importações. E entre os países subdesenvolvidos não produtores de petróleo, a despeito de graves dificuldades com balanço de pagamentos, os especialistas da WEFA detectaram, no momento, uma habilidade de impulsionar a recuperação bem superior àquela demonstrada nos anos críticos de 1974 e 1975. Ainda que com elevadas taxas de inflação, apreciável número de países asiáticos, norte-africanos e latino-americanos conseguiu produzir taxas de crescimento mais elevadas que as dos países industrializados. O mesmo já não ocorre, entretanto, com boa parte dos países que compõem a África Negra.

Dos desquilíbrios entre as contas externas nacionais poderão originar-se, além do mais, novas tensões e conflitos desfavoráveis à recuperação da economia mundial. Assim, a debilidade do dólar diante de outras moedas, percebida desde o começo do ano, é vista como indesejável pela WEFA. Poderia, é certo, aumentar a competitividade das exportações americanas, contribuindo para diminuir o déficit comercial do país. Em contrapartida, a desvalorização do dólar estimularia os países da OPEP a reajustar o preço do petróleo, com possibilidade de contagiar outras matérias-primas, ou seja, em prejuízo do controle da inflação mundial. Nos próprios Estados Unidos, a inflação interna exacerbada pela desvalorização poderia ser combatida com restrições monetárias, remédio inibidor do consumo e, portanto, do crescimento da locomotiva econômica ocidental.

Fatores adversos — O maior temor pela inflação do que pela recessão, demonstrado por muitos formuladores de política econômica nos países industrializados, por sinal, é alinhado pela WEFA entre os fatores adversos à recuperação econômica. Nem por isso a instituição mostra-se tolerante com o problema dos preços. Rejubila-se, mesmo, com a tendência declinante que vislumbrou, desde maio, nas cotações da maioria das

** WEFA, sigla da Wharton Econometric Forecasting Associates, instituição da Universidade da Pensilvânia dedicada a previsões econômicas. Com uma equipe internacional de economistas, chefiados pelo professor Lawrence R. Klein, ex-presidente da Sociedade Econométrica e presidente da Associação Americana de Economia, a WEFA está desenvolvendo o ambicioso projeto LINK, que pretende vir a ser um modelo econométrico global, para previsão do comportamento econômico de todo o planeta.*

matérias-primas — em geral, vitais para a receita das economias subdesenvolvidas.

Dado o grau de dependência destas às economias adiantadas, que determinam o desempenho do conjunto, haveria motivos para que os países pobres se preocupassem com outra ressalva da WEFA relativa ao futuro da recuperação econômica a médio prazo: a ausência de uma forte ascensão dos investimentos produtivos (formação de capital fixo) desde 1974.

A reativação do consumo, em que se apoiou a retomada do crescimento econômico a partir de 1975, deveria, segundo a WEFA, ser não apenas mais intensa como mais uniformemente distribuída pelos países industrializados, para comover os capitalistas a ponto de realizarem aqueles investimentos na medida desejável. Nos Estados Unidos, é certo, já se nota alguma reação, especialmente com investimentos em construção habitacional e bens de capital. No Canadá, Europa Ocidental e Japão, contudo, a situação é inversa. A capacidade ociosa persistente em alguns setores, particularmente o siderúrgico, paralisa as decisões de investimentos novos em geral. Os capitalistas, além do mais, não se sentem animados com as políticas econômicas de alguns países, e estão francamente assustados com as perspectivas de ascensão política das esquerdas em outros — um ambiente, afinal, desestimulante aos lucros e aos riscos, como conclui a WEFA.

CELIO APOLINARIO

Geisel: em Belo Oriente, a inspeção da fábrica que ajudou a viabilizar

CELULOSE

A realidade do momento

Às 8h20 da sexta-feira da semana passada, o presidente Ernesto Geisel chegou a Belo Oriente, a 236 quilômetros de Belo Horizonte. Trinta e cinco minutos depois estava encerrada a sua missão de inaugurar a Celulose Nipo-Brasileira — Cenibra (veja o quadro), que abre um ciclo de inaugurações de grandes projetos brasileiros de celulose. Durante 15 minutos, Geisel visitou as instalações industriais da Cenibra e, nos demais 20 minutos, ouviu os discursos do ministro da Indústria e do Comércio, Ângelo Calmon de Sá, e do presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Fernando Roquete Reis. À sua volta estavam também os ministros das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, e da Agricultura, Alysson Paulinelli; o ministro-chefe da Casa Militar, general Hugo de Abreu; o presidente da Arena, deputado Francelino Pereira; e Fumio Tanaka, presidente da JBP — Japan Brazil Pulp and Paper, associada da Vale no projeto.

Um contingente tão numeroso de autoridades, que não dissimulava a sua euforia, pode ser justificado. Para o governo, o projeto da Cenibra parece personalizar uma resposta aos que olham com descrédito a planificação oficial e os seus desígnios de atingir a auto-suficiência nos principais insumos básicos do país. Além do mais, deve haver uma proximidade maior do presidente Geisel em relação a esse projeto. Pois foi em sua viagem ao Japão, em setembro do ano passado, que se assinou o contrato pelo qual fica assegurada, por quinze anos, a exportação de 50% da produção da Cenibra para aquele país. Sem dúvida essa garantia serve como um alento para a empresa, que começa a disputar o mercado externo, no momento, com excesso de oferta. Na verdade, desde 1960, quando a Vale iniciou os estudos para a exploração da silvicultura, o mercado de celulose tem desafiado constantemente os planejadores. Daquele ano até 1973, quando foi constituída a Cenibra, as cotações subiam saltitantes e as projeções futuras indicavam um quadro de terrível escassez de celulose.

Impressionados por essas evidências circunstanciais, os funcionários federais encarregados de organizar os quadros indicativos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) previram que a capacidade instalada brasileira deveria crescer de 1,5 milhão de toneladas anuais, em 1974, para 2,9 milhões, em 1979 — cerca de 85%. O Programa Nacional de Papel e Celulose elevou ainda mais o potencial de produção brasileira. Segundo o PNPC, o Brasil deveria chegar a 1980 produzindo 4,2 milhões de toneladas de celulose.

No entanto, ao longo do caminho, muita coisa mudou. O preço internacional da tonelada de celulose, que chegou a 415 dólares em 1974 — ano em que o II PND foi approvado por lei —, num mercado que permitia vendas esporádicas até 800 dólares, caiu brutalmente com a desaceleração da economia ocidental. E, agora que a celulose de fibra curta está sendo cotada em torno de 260 a 330 dólares a tonelada, começam a maturar os projetos nascidos da crença na escassez.

Lucro menor — Isto não quer dizer, é claro, que a existência de um grande parque produtor de celulose seja, paradoxalmente, um drama para o país. O presidente da Cenibra, Carlos Márcio Ramos, por exemplo, ainda que reconheça a saturação do mercado internacional de celulose, confia no padrão de qualidade de seu produto. Segundo ele, a celulose terá 92 GE — padrão de alvura —, acima até do nível japonês, que chega a 90 GE. "Vamos conquistar o mercado gradativamente", diz Ramos. De outra parte, o presidente da Vale, Roquete Reis, desmente que a Cenibra encontraria seu ponto de equilíbrio com vendas na base de 400 dólares a tonelada. Ainda na sexta-feira, depois de conferenciar com Tanaka, ele anunciava que o consórcio japonês comprará a metade da produção da Cenibra a 310 dólares. "Não, não iremos perder dinheiro", garantiu então Roquete Reis. "Simplesmente não teremos um lucro tão grande quanto previamos."

Mas, se a Cenibra guarda seus trunfos

para sobreviver com relativa calma, o quadro por inteiro não é tranqüilizante. Em maio de 1978 começa a trabalhar a Aracruz — uma associação entre a Souza Cruz, Grupo Moreira Salles, BNDE-Fibase, grupo Billerutz e a Lorentzen, além de 400 outros acionistas menores —; em 1979, a Jari receberá sua fábrica flutuante do Japão; e a Riocell, desde que recebeu, no mês passado, um financiamento de 1,85 bilhão de cruzeiros, poderá montar a sua unidade de branqueamento. Proximamente, essas quatro empresas sozinhas — Aracruz, Riocell, Hari e Cenibra — despejarão 3 milhões de toneladas por ano no mercado. "Elas foram projetadas para exportação e não podem parar mais", preocupa-se o presidente da Associação Nacional dos Produtores de Papel e Celulose, Jamil Nicolau Aun. "Se não conseguirem exportar, fatalmente chegarão a uma situação de insolvência."

Solução — A saída para a situação seria o tradicional pedido de incentivos fiscais. Ou seja, se o governo se equivocou em suas projeções, se as empresas acreditaram nessas projeções e a realidade mostrou-se adversa, caberia ao contribuinte arcar com o ônus. Para Aun, a medida deveria ser tomada imediatamente. "Ainda assim sairia atrasada", pondera ele. O percentual ideal seria de 12% — o mesmo que é concedido nas exportações de papel — e, além disso, Aun propõe o estudo, por parte do governo, de um sistema de barateamento do frete. "Esta é a única maneira de se ter competitividade num mercado novo: preços baixos." Mesmo o boato de que o governo concederia incentivos de 8% não anima o empresário. "Dá para começar a trabalhar, mas, se se mostrar insuficiente, o governo terá de rever a posição e conceder os 12%."

E as reivindicações desses empresários do setor começam a ser acolhidas pelo governo. No seu discurso na inauguração oficial da Cenibra, Calmon de Sá quebrou o silêncio governamental e prometeu que os incentivos virão. Mas não precisou quanto será dado. Em todo caso, seu pronunciamento descartou a possibilidade de que novos estudos sejam feitos para aumentar a rentabilidade dos projetos. Pois incentivo fiscal não é, efetivamente, o único caminho para viabilizar projetos. Ou, como observa o presidente da Associação Paulista de Fabricantes de Papel e Celulose, H. Horácio Cherkassky, "o custo efetivo da madeira nos países escandinavos é mais que o dobro que no Brasil". Sendo assim, segundo ele, deverá haver fórmulas que permitiriam viabilizar as exportações brasileiras mesmo sem incentivos. Esta dúvida lançada por Cherkassky não elimina, porém, sua consciência de que o país terá de se esforçar para dar a primeira volta na roda das exportações maciças de celulose. Afinal, enquanto os concorrentes no exterior jogam com a tradição, possuem sua rede de comercialização montada e — mais importante — já têm seus investimentos amortizados, o Brasil terá de começar pelo início.

Mas, pelo menos, a experiência passada poderá contribuir para apurar a planificação oficial e a das empresas pri-

Atraso de 6 meses e prejuízo de US$ 12 milhões

Em setembro de 1973 foi constituída a Celulose Nipo-Brasileira S.A., uma associação da Companhia Vale do Rio Doce — com 50,625% das ações — e o Japan Brazil Pulp and Paper — com 49,375% —, um consórcio de dezesseis empresas japonesas lideradas por uma entidade do governo japonês, The Overseas Economic Cooperation Foundation Japan, que detém 38% dessas ações. O capital, já integralizado, é de 672 milhões de cruzeiros. Segundo os cálculos da empresa, serão criados 800 empregos diretos na indústria e 3 000 indiretos na atividade florestal. O fornecimento de matéria-prima será feito pela Floresta Rio Doce. Prevê-se o consumo diário de 4 600 metros cúbicos de madeira, equivalentes à derrubada de 7,5 milhões de árvores anuais. De acordo com o superintendente geral da empresa, Aldo Sani, a fábrica consumirá, por dia, 250 000 metros cúbicos de água — retirada do rio Doce —, o que daria para abastecer uma cidade com cerca de 800 000 habitantes. Voltarão ao rio 200 000 metros cúbicos.

A inauguração da fábrica foi adiada quatro vezes e aconteceu com atraso de seis meses. Na opinião do seu presidente, Carlos Márcio Ramos, esse atraso foi provocado por problemas técnicos ocorridos em válvulas, bombas e motores elétricos adquiridos no mercado nacional. Mas Ramos não se queixa, "pois os fornecedores resolveram todos os casos". Mesmo assim, segundo os cálculos da empresa, a demora elevou o custo total do projeto de 220 para 232 milhões de dólares. E vai impedir que a Cenibra atinja a produção prevista para 1977. Até mesmo os últimos trabalhos oficiais sobre o setor (veja a tabela) indicam que a empresa produziria 100 000 toneladas ainda este ano. Mas, até dezembro, o máximo que se conseguirá é uma produção de 60 000 toneladas. No ano que vem ela subirá para 180 000 toneladas, chegando, em 1979, à plena capacidade: 225 000 toneladas anuais.

A expansão dos grandes projetos

(em 1 000 toneladas)

EMPRESA	1977	1978	1979	1980	TOTAL (1980)	1981	1982
FIBRA CURTA	**254**	**304**	**305**	**321**	**1.184**	**174**	**64**
Aracruz Celulose S.A. (1)	—	130	137	133	400	—	—
Celulose Nipo-Brasileira - CENIBRA	100	155	—	—	255	—	—
Cia. Suzano de Papel e Celulose	100	19	—	—	119	—	—
Indústrias de Papel Simão S.A.	14	—	—	—	14	—	—
Cia. Guatapará de Celulose e Papel	—	—	—	60	60	110	—
Jari Florestal (1)	—	—	127	128	255	—	—
CETRISA - Celulose do Triângulo S.A. (2)	—	—	—	—	—	64	64
Indústrias Klabin do Paraná	—	—	41	—	41	—	—
RIPASA S.A. - Celulose e Papel	40	—	—	—	40	—	—
FIBRA LONGA	**84**	**194**	**100**	**224**	**602**	**64**	**64**
Cia. Celulose da Bahia	—	—	68	—	68	—	—
Braskraft S.A.	—	—	—	204	204	—	—
Indústrias Klabin do Paraná	—	34	32	—	66	—	—
COCELPA - Cia. de Celulose e Papel do Paraná	—	160	—	—	160	—	—
Papelok S.A. Indústria e Comércio	50	—	—	—	50	—	—
CETRISA - Celulose do Triângulo S.A.	—	—	—	—	—	64	64
Industrial Papeleira Piraiense	34	—	—	—	34	—	—
Indústria de Papéis Santo Amaro S.A.	—	—	—	20	20	—	—
TOTAL DE CELULOSE	**338**	**498**	**405**	**545**	**1.786**	**238**	**128**

(1) Projetos destinados essencialmente a exportação.
(2) O projeto da CETRISA, embora em análise no CDI, só tem previsão de entrada em funcionamento para 1981 e 1982, respectivamente. Assim, embora relacionado, não teve sua produção considerada em 1980.

vadas. Pois as mudanças de conjuntura devem estar sempre presentes nas conjeturas dos técnicos. Afinal, se houvesse maior precisão, o país não estaria lamentando que, apenas neste setor, de 1975 para cá tivessem sido abandonados ou desacelerados tantos projetos. Como foram os casos da Bracel, que previa uma produção de 250 000 toneladas anuais de celulose branqueada de fibra curta, e da Paranaprint — sem data sequer para início de implantação —, com produção prevista de 200 000 toneladas anuais de celulose branqueada de fibra longa; ou, ainda, da Flonibra — que possivelmente não será mais executada com a produção prevista de 300 000 toneladas anuais de celulose branqueada de fibra curta. E, por fim, permanecem indefinidos os prazos de instalação da Braskraft, envolta em problemas de ordem técnica e, mais recentemente, por uma campanha popular de cunho ecológico.

TRABALHADORES

Até onde ir

MARCOS SANTILLI

Prieto: a lei de greve e a política salarial são questões fechadas

Depois de longas horas de discussão, os dirigentes dos sindicatos paulistas dos metalúrgicos de São Bernardo, Santo André e Santos decidiram, na quinta-feira da semana passada, reorientar, pelo menos temporariamente, os rumos de sua luta pela reposição salarial e o atendimento de uma série de outras reivindicações. Não vão recorrer diretamente à Justiça do Trabalho, apesar da determinação do ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, que, na terça-feira da semana passada, deslocou a questão da esfera administrativa — ou seja, do âmbito da Delegacia Regional do Trabalho, de São Paulo — para a judicial. Ao invés disso, os metalúrgicos, segundo informaram em nota oficial, pretendem inicialmente "esgotar todas as possibilidades de entendimento com a classe patronal" — de resto, como afirmam no final da nota, "o maior desejo destes sindicatos".

É provável, porém, que a questão da reposição salarial só termine com uma decisão judicial. Mas também é provável que esse diálogo não se faça em vão. O presidente do Sindicato Nacional de Autopeças (Sindipeças), Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho, por exemplo, certamente um dos primeiros a ser convidado para uma reunião com os líderes sindicais, garantiu a VEJA que, "como sempre disse, aceitarei conversar com os operários, mas se o convite for para uma reunião aberta". Vidigal não participaria, contudo, de um encontro para tratar, especificamente, da recomposição salarial, porque "o assunto já está fora da nossa alçada e, afinal, mesmo que tenha acontecido o erro no cálculo da inflação em 1973, a verdade é que as empresas também tiveram seus preços controlados de acordo com aquelas taxas". Para ele, no entanto, "isso não quer dizer que operários e empregadores não tenham o que conversar. Temos muitos problemas que podem ser resolvidos com esse tipo de reunião".

Passo à frente — A perspectiva de um próximo encontro entre Vidigal — que, provavelmente, será acompanhado por outros líderes patronais que se colocam a favor de negociações diretas com os trabalhadores — e os líderes sindicais não deixa de ser um significativo passo à frente. Pois, no início da semana, a possibilidade de que dirigentes dos dois lados sentassem numa mesma mesa de negociações parecia remota. Já na segunda-feira, em Brasília, o ministro-chefe da Secretaria do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, interpretando o pensamento do presidente Ernesto Geisel, condenava os empresários gaúchos que se mostraram dispostos a negociar. Ele dizia que "numa economia com altas taxas inflacionárias, um sistema desse tipo levaria ao estrangulamento das empresas".

Quase ao mesmo tempo, em São Paulo, o departamento sindical da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), numa discreta reunião com representantes dos doze sindicatos e das trinta empresas convocadas pelos metalúrgicos para a mesa redonda anteriormente recusada pela DRT-SP, decidia que os empresários não deveriam tomar posição no caso da reposição salarial. Concluiu-se, na reunião, que, do ponto de vista legal, os trabalhadores teriam poucas chances de êxito e que, quando muito, o problema teria que ser resolvido pela União.

De acordo com os dirigentes patronais, a revisão solicitada pelos empregados só teria validade se fosse interposta durante a vigência da convenção coletiva de 1973. Ao final do encontro, reconhecendo que o poder aquisitivo dos trabalhadores encontra-se reduzido, foi feita uma sugestão no sentido de que, este ano, as rotineiras antecipações salariais concedidas aos metalúrgicos fossem mais generosas.

Acordo — Esse, aliás, é um dos temas que Vidigal concorda em discutir. "Não como dissídio ou convenção salarial," ressalta ele. "Mas este é o momento de mostrar que empregados e empregadores podem fazer um acordo de cavalheiros." Vidigal considera que uma sugestão desse tipo seria aceita por todos. Quanto ao governo, até que ponto estaria disposto a avançar? O ministro Arnaldo Prieto, que durante a semana elogiou o comportamento das lideranças sindicais — "Têm revelado grande maturidade, levando suas reivindicações com muito equilíbrio, dentro da lei" —, disse que prefere não fazer previsões, porque tudo "depende da continuação do diálogo".

Mas adiantou que há questões fechadas pelo governo, como a lei de greve, revisão da política salarial e a livre negociação entre patrões e empregados, "pelo menos no momento". Prieto não acha, porém, que o diálogo possa ser prejudicado por essas posições do go-

CONCEIÇÃO DE ALMEIDA

Vidigal: o convite será aceito

verno e nem mesmo que seus limites sejam estreitos. "Há vários outros pedidos em estudo e, além disso, há questões também fechadas por parte dos trabalhadores", disse ele a Eliane Cantanhede, de VEJA, em Brasília. O ministro do Trabalho revelou ainda que haverá uma nova reunião entre líderes sindicais e ministros da área econômica, à qual deverá comparecer. Esta, no entanto, ainda não tem data marcada.

Outras reivindicações — Já o ministro Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, da Previdência Social, afirmou a VEJA que não se cogita da criação de um seguro-desemprego. A mesma informação foi dada, na quinta-feira, em São Paulo, pelo ministro Reis Velloso, que considerou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço um mecanismo capaz de cumprir funções semelhantes aos fundos de desemprego existentes em outros países. Também parece não ter qualquer possibilidade de êxito uma outra reivindicação integrante do memorial entregue pela Federação dos Metalúrgicos de São Paulo ao ministro Prieto, em agosto: a reformulação dos critérios de pagamento de aposentadorias e pensões. De acordo com Nascimento e Silva não haverá essa revisão, pois, atualmente, leva-se em conta a média dos salários dos últimos três anos, sendo que os dois primeiros acrescidos de correção monetária, "o que dá, aproximadamente, o último salário do empregado, antes da aposentadoria".

Seu argumento mais poderoso, contudo, não é esse: aposentar o empregado com seu último salário, pura e simplesmente, poderia gerar "manipulação de salários" — às vésperas da aposentadoria, o empregado poderia solicitar um aumento fictício à empresa. Finalmente, a respeito da gestão paritária da previdência social, sob a presidência do governo, Nascimento e Silva foi taxativo. "Essa é uma área estatal em todo o mundo. Não vejo como ser diferente no Brasil", afirmou.

INFLAÇÃO

Abaixo dos 2%

Apesar da crise de confiança nos índices de preços, o governo poderá exibir, pelo quarto mês consecutivo, resultados satisfatórios no combate à inflação. Ao contrário do que aconteceu no primeiro quadrimestre deste ano, quando a alta dos preços dava impressão de ter posto à margem os controles governamentais, as pressões inflacionárias parecem ter ingressado, de forma mais profunda, numa fase de amortecimento. Embora a Fundação Getúlio Vargas deva terminar a apuração dos índices de preços relativos a setembro em meados desta semana, as informações disponíveis permitem supor que a inflação ficará novamente abaixo da casa dos 2%. Os dados preliminares indicam alta de 2,3% no custo de vida no Rio de Janeiro. Já o índice de preços por atacado, mesmo sem repetir a excepcional performance de julho — quando subiu apenas 0,9% —, poderá ficar em torno de 1,3%. E para o custo da construção civil, também no Rio, estima-se um crescimento de 1,5%. A inflação, portanto, em setembro, considerando a média ponderada destes índices, deverá ficar entre 1,5% e 1,6%.

Certamente em resposta às críticas que envolvem os levantamentos de preços do Ministério do Trabalho, que servem de base para os reajustes salariais, o governo resolveu apressar sua transferência para a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IBGE ficará responsável pelo cálculo dos índices mensais de custo de vida das catorze principais cidades brasileiras. Há mais de uma semana, técnicos do IBGE e do Ministério do Trabalho começaram a cumprir essa tarefa. Até aqui, o IBGE se limitava a coletar preços para uma lista de produtos elaborada pelo Ministério do Trabalho. Mas é provável que, a partir do início do próximo ano, o próprio IBGE passe a calcular os índices. De 1979 em diante, conforme prevê o presidente do órgão, Isaac Kerstenetzky, o IBGE construirá um novo índice, baseado em nova sistemática e levando em consideração outras ponderações para os produtos que farão parte da lista a ser mensalmente acompanhada.

CAFÉ

Posição incômoda

Num programa de televisão da BBC, na sexta-feira da semana passada, um repórter perguntava ao povo, em Londres, o que achava dos preços do café, e quem eram os culpados pela alta. Rapidamente, os produtores foram os mais citados. Este clima antiprodutores foi criado, principalmente, pela atitude da Colômbia, reduzindo drasticamente os preços e colocando todos os países produtores numa posição incômoda. Assim, a idéia de que a alta foi artificial, e não conseqüência da escassez provocada pela geada brasileira de 1975, ganhou corpo.

Na reunião da Organização Internacional do Café (OIC), que se realizou em Londres, na semana passada, o presidente do Instituto Brasileiro do Café (IBC), Camilo Calazans de Magalhães, repudiou a tese da alta artificial. Referiu-se até a um ciclo de geadas, em todo caso discutível, e criticou os países consumidores por estarem exercendo pressões baixistas. E, de fato, na sexta-feira, como informa Jader de Oliveira, de VEJA, em Londres, quando se encerrava o encontro cafeeiro, os preços continuavam em queda — menos de 2 200 libras a tonelada — e para entregas fu-

UPI

Lima: críticas à posição alemã

turas não ultrapassavam as 1650 libras (em fevereiro a cotação, então no auge, era de 4 200 libras a tonelada).

Estimativas — O mercado, na verdade, está parado. Mas as estimativas do custo de vida na capital londrina indicam, seguramente, que em breve o café estará mais barato. Para confirmar a tendência, um delegado alemão afirmou, num dos coquetéis do encontro, ameaçadoramente: "Não importa que ocorra nova geada no Brasil no ano que vem. Até lá o consumo de café terá baixado a zero". A resposta do delegado do IBC em Londres, Sílvio Azeredo Lima, embora não tenha sido convincente, em termos práticos, acompanhou o tom da provocação. "É incrível que uma nação como a Alemanha, que tem se beneficiado de excelente situação econômica e da queda do dólar em relação ao marco, pense desta forma em relação ao café."

O Brasil, sem dúvida, tem motivos, a esta altura, para usar qualquer argumento em defesa de seu principal produto. Resistindo às pressões, o país conseguiu, no ano passado, uma renda adicional de 1,5 bilhão de dólares. Entretanto, como solução, o único passo dado objetivamente na reunião foi a aceitação da proposta mexicana de se criar um estoque protetor. Mesmo isso é de efeito incerto, já que ficará na dependência da safra brasileira de 1978. Ou seja, permanecerá a expectativa em torno do próximo inverno. Os estoques desapareceram com a crise desencadeada a partir da geada de 1975. Um ano depois, com a produção reduzida a 6 milhões de sacas, o Brasil vendeu 17 milhões de sacas, esvaziando praticamente todos os armazéns do IBC. E trata-se, enfim, do produtor que responde por quase metade do consumo mundial. A posição brasileira, no entanto, tornou-se vulnerável desde que a Colômbia, cedendo às pressões americanas, abriu o flanco do bloco de países produtores.

FORD

Dupla "II"

Diferenciado por algarismos romanos de seu homônimo e antecessor aparecido em 1969, o Corcel II, novo carro de médio porte com que a Ford espera recuperar rentabilidade e mercado no Brasil, foi lançado na semana passada, após trinta meses de preparativos e investimentos equivalentes a 74 milhões de dólares. A estratégica importância de tal modelo explicaria a presença, no país, para o evento, do próprio dono da empresa, Henry Ford II, que também se vale de algarismos romanos para diferenciar-se do homônimo e avô, fundador da organização.

Na quarta-feira, com efeito, enquanto no Hotel Intercontinental, no Rio, o novo carro era apresentado à imprensa, Henry Ford II, em Brasília, acompanhado do presidente de sua subsidiária brasileira, Joseph O'Neill, encarregava-se de exibi-lo a platéia mais restrita, constituída pelo presidente da República, Ernesto Geisel, e pelo ministro da Indústria e do Comércio, Ângelo Calmon de Sá. "É realmente muito bonito", concluiu o presidente Geisel ao deparar com o automóvel, uma opinião em geral compartilhada pelos que tiveram no Rio igual oportunidade.

Competição — Com linhas inteiramente novas, concebidas, conjuntamente, por estilistas brasileiros, americanos e europeus da companhia, o Corcel II impressionou, em particular, por suas características plásticas, comparáveis às de carros de classe superior. Em quatro versões distintas e com cuidadoso acabamento interno, deverá acirrar a competição em sua faixa, disputada ainda pelo Passat, da Volkswagen, e o Polara, da Chrysler. Aperfeiçoamento na parte mecânica, do modelo anterior, basicamente conservada, teriam reduzido em 20% o consumo do Corcel II. A uma pergunta do presidente Geisel, compreensivelmente preocupado com economia de combustível, O'Neill informou ser de 1 litro por 15 quilômetros, à velocidade horária de 80 quilômetros, em média, o consumo do novo carro. Não há registro de que se tenha ressaltado ao presidente outro dispositivo de forte apelo introduzido nesse automóvel: um tanque de gasolina ampliado para 57 litros, que lhe possibilita percorrer mais de 800 quilômetros — Rio a São Paulo, ida e volta — sem reabastecimento.

O que poderia ser mesmo tomado como um mal-entendido programado marcou ainda a passagem de Henry Ford II por Brasília. Terminada a apresentação do automóvel, assessores da empresa distribuíram aos jornalistas presentes uma informação mimeografada, com os verbos no passado, resumindo o que ele teria dito a Geisel em audiência de meia hora ocorrida logo antes: segundo a nota, Ford teria procurado "(...) mostrar a baixa rentabilidade das atuais atividades da Ford no Brasil". E em meio às loas de praxe a "esta grande nação", o documento fazia crer que Ford insinuara a possibilidade de sustar os investimentos de sua empresa no país. Indagado a respeito pelos jornalistas, ele negou a versão do impresso, que alegou mesmo desconhecer. Seja como for, o comunicado em nada parecia discrepar da opinião da mais alta cúpula internacional da companhia. Em recente edição da revista americana *Newsweek*, Lee Iaccoca, que ao lado de Ford integra o supremo triunvirato da empresa, atacara rijamente os controles que em todo o mundo os governos nacionais vão fazendo recair sobre as empresas multinacionais. Especial azedume Iaccoca reservou, por sinal, a tecnocratas dos países hospedeiros que, de seus gabinetes, soberanamente condicionam os investimentos, assim como as margens de lucros e limites de expatriação de recursos das multinacionais.

FORD

Corcel II: respeitável novidade na praça

LUIS HUMBERTO

Ford II e Geisel: respeitável mal-entendido

ESSO

Novo "Girassol"?

Às 9 horas da manhã desta segunda-feira, diretores da Esso Brasileira de Petróleo estarão no gabinete do ministro das Minas e Energia Shigeaki Ueki, em Brasília, dando explicações sobre um caso de suborno. Na semana passada, atendendo a uma convocação da Câmara dos Representantes, nos Estados Unidos, a matriz da Esso — a Exxon — confessou ter gasto 58 milhões de dólares em subornos, ao longo de treze anos, em dezesseis países, entre os quais o Brasil, onde cerca de 4 000 dólares (perto de 60 000 cruzeiros, ao câmbio atual), entre 1969 e 1973, teriam sido destinados a funcionários subalternos brasileiros. Ueki teve conhecimento do caso, na quinta-feira da semana passada, quando se preparava para embarcar, na Base Aérea de Brasília, junto com o presidente Ernesto Geisel, para uma rápida viagem ao Espírito Santo e Minas Gerais. No mesmo momento, pediu a seu chefe de gabinete, general Djalma Pio dos Santos, que convocasse a diretoria da Esso.

Na mesma quinta-feira, também, o caso repercutia na Câmara dos Deputados. O segundo vice-presidente da casa, o deputado goiano Adhemar Santillo (MDB), pediu a abertura imediata de investigações a respeito dos fatos mencionados nas confissões da Exxon. Disse que este tipo de acusação contra a administração pública brasileira só terá fim quando forem identificados e punidos os responsáveis pelo suborno. Ponderou: "Se as imputações são caluniosas, mais razões assistirão ao ministro da Justiça para pulverizar a infâmia." O líder do MDB na Câmara, Freitas Nobre, de São Paulo, por sua vez, observou que "não é a primeira vez que são divulgadas denúncias graves relativas a corrupção praticada pelas multinacionais". Ele lembrou o "caso Lockheed", que, no ano passado, reconheceu ter subornado um funcionário brasileiro. "Até hoje o caso não foi objeto de esclarecimento", protestou o líder da oposição. "E a população não entende a escamoteação das informações de corrupção administrativa."

As investigações conduzidas pelo governo para identificar o "Girassol" — codinome do funcionário que teria sido subornado pela Lockheed — tiveram, com efeito, caráter absolutamente sigiloso. E, de outra parte, não têm sido tornados públicos os eventuais esforços das autoridades para apurar possíveis vícios na máquina administrativa. No primeiro semestre deste ano, por exemplo, uma das multinacionais do petróleo deixou vazar à imprensa um relatório confidencial à matriz, no qual acusa certos empresários de terem dado presentes valiosos para tecnocratas. E que tais presentes, entre outros gastos exagerados, eram tão valiosos que acabaram tornando vários projetos "inviáveis", por falta de recursos para aplicar no essencial.

ORESTES ARAÚJO

Seminário de computação: revelando a posição da universidade

MINICOMPUTADORES

Temores renovados

O objetivo genérico do Sétimo Seminário sobre Computação na Universidade, que reuniu, de segunda a sexta-feira da semana passada, em Florianópolis, 170 pesquisadores de 45 instituições de ensino superior e seis órgãos oficiais, era "debater os problemas comuns relacionados com o ensino, pesquisa e utilização da informática na universidade brasileira". Seria inevitável, porém, que a polêmica concorrência para a seleção das duas empresas que, ao lado da Computadores e Sistemas Brasileiros S.A. (Cobra), produzirão minicomputadores no Brasil, ocupasse boa parte das mais acaloradas discussões.

De fato, entre as principais conclusões do seminário figura a que considera que "a obtenção da real autonomia tecnológica do país na área de computação pressupõe a existência de empreendimentos com capital 100% nacional e com capacidade de criar e desenvolver tecnologia propícia e que a livre competição entre produtos oriundos de desenvolvimento genuinamente nacional e os produtos desenvolvidos com tecnologia estrangeira inviabiliza a colocação do produto nacional no mercado". Tais considerações, inclusive, levaram os participantes do seminário a recomendar ao Conselho Plenário da Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico (Capre), órgão da Secretaria do Planejamento da Presidência da República — que patrocinou o encontro juntamente com o Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico —, que "ao selecionar as empresas competidoras da Cobra, não aprove projetos que envolvam participação de capital estrangeiro, quer associado a capitais nacionais, quer de forma isolada".

Situação — A recomendação reflete, com precisão, os temores de vários especialistas presentes ao seminário de que os dois lugares ainda restantes no mercado brasileiro de minicomputadores sejam entregues a multinacionais. "Isso seria terrível, extremamente castrador do esforço interno", desabafou a Aldo Grangeiro de VEJA, a professora Marília Rosa Millan, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro.

Em princípio, esses temores se justificariam. No dia 8 de setembro, quando foram abertos os envelopes da concorrência, entre os dezesseis candidatos encontravam-se seis multinacionais, com projetos totalmente próprios, apesar dos critérios fixados, em maio, pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), que previam a avaliação do índice de nacionalização, potencial de exportação, abertura tecnológica, além de impor a associação com grupos nacionais e maioria do controle do capital de propriedade de residentes no país. A presença de multinacionais na concorrência — cujo resultado não deve ser conhecido antes do final de novembro —, contudo, seria explicada, no dia seguinte, pelo ministro-chefe da Secretaria do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, ao revelar que os cinco critérios estabelecidos pelo CDE não seriam considerados em termos absolutos, mas numa média ponderada.

Suspeitas — Quinze dias depois, uma entrevista do presidente da IBM do Brasil, José Bonifácio de Abreu Amorim, ao jornal carioca *O Globo*, aumentaria

as suspeitas de que os concorrentes da Cobra possam vir a ser empresas estrangeiras — e de que a IBM seria uma das escolhidas. Quebrando um silêncio de seis meses, Amorim declarou: "Tanto faz que as outras duas empresas escolhidas pela Capre sejam associações de capitais nacionais e estrangeiros ou de capital integralmente estrangeiro, uma vez que, na realidade, a tecnologia não será efetivamente transferida, em sua totalidade".

Presente ao Seminário de Florianópolis, o secretário executivo da Capre, Ricardo Adolfo Campos Saur, afirmou a VEJA que "seríamos acusados de praticar discriminação comercial se não aceitássemos multinacionais na concorrência". E, antes de admitir que dos cinco critérios para a seleção dos candidatos apenas o que prevê o controle do capital favorece as empresas nacionais, rebateu com a seguinte indagação: "Já pensou se o Carter vem aí e nos acusa de discriminação comercial contra as multinacionais?"

BANCOS

O faz-tudo

O portador de cartão do Caixa Real Automático poderá, a partir desta semana, efetuar depósitos ou pagar contas, carnês e duplicatas através de cheques, na máquina instalada no Shopping Center Ibirapuera, em São Paulo. Este seria o segundo passo importante em busca da automatização total dos serviços bancários, um caminho imaginado pelos bancos comerciais na conquista de novos clientes. O Banco Real aderiu a essa estratégia em 1971, para concorrer com o SOS Bradesco e o Itaú Check, por meio do seu Caixa Real Automático. Todos eles permitem a correntistas previamente selecionados o saque de determinadas quantias em dinheiro mediante a utilização de um cartão programado, a qualquer hora do dia ou da noite.

A ampliação dos serviços do Real, pelo sistema automático, foi possível graças a uma adaptação efetuada pela fabricante Burroughs nas máquinas pagadoras — uma inovação agora lançada simultaneamente no Brasil, Espanha, México e Estados Unidos. Trabalhando com a Burroughs, em regime de leasing, o Real, desta vez, sai na frente dos concorrentes. Ajudado, inclusive, pela circunstância de possuir um equipamento mais avançado que o da concorrência — é o único que devolve o cartão após o saque e por isso mesmo em condições de ser imediatamente readaptado. E acredita poder conservar a vantagem por algum tempo, já que a própria Burroughs, com acúmulo de encomendas por atender, não estaria em condições de receber, no momento, novos pedidos.

Máquinas: fracas no contato pessoal

Assim, temporariamente sozinho, o Real espera duplicar, até o fim do ano — quando o sistema terá sido estendido progressivamente a todas as 45 máquinas que mantém no país —, os atuais 50 000 clientes, portadores do seu cartão.

O terceiro passo, anunciado pelo banco para um futuro ainda não determinado, será o de ligar essas caixas automáticas a uma central de computação. Com o que novas operações bancárias seriam possíveis, além da informação imediata do saldo existente na conta do correntista. E mais adiante, já dotadas de uma versatilidade quase ilimitada, como adiantava um porta-voz do banco, tais máquinas poderiam executar todos os serviços prestados por uma agência convencional. Ainda assim, como ressalvava essa fonte, mesmo com todos os aperfeiçoamentos, "tais máquinas jamais substituirão o contato pessoal, que é fundamental para a abertura de novas contas".

A VISITA

Contatos iniciais

A área econômica começou também a se movimentar em função da visita ao Brasil do presidente americano Jimmy Carter, entre os dias 23 e 24 de novembro deste ano. Na sexta-feira da semana passada, no Rio, o ministro-chefe da Secretaria de Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, manteve três encontros, durante os quais a expectativa em relação à visita de Carter ocupou posição privilegiada nos pronunciamentos e debates. Por coincidência, essas conversações se realizaram no âmbito de entidades e instituições vinculadas a investimentos estrangeiros — e, sobretudo, americanos — no país.

Procurando tranqüilizar os empresários, na medida em que reafirmava a manutenção das regras do jogo para o capital estrangeiro, Velloso conversou, na manhã de sexta-feira, com cerca de 200 executivos reunidos no Hotel Intercontinental, no Rio, pelo World Business Council. Disse, então, que, no plano das relações internacionais, o país vinha obtendo, este ano, bons resultados. Poucas horas depois, durante almoço na Câmara de Comércio Americana, ele iniciava seu pronunciamento referindo-se, explicitamente, ao atual estágio das relações Brasil-EUA. "Não tenho dúvida de que a próxima vinda do presidente Carter reafirmará o caráter estável, pragmático e maduro das relações entre os dois países", observou. É certo que a reunião-almoço de Velloso com a Câmara de Comércio estava marcada há cerca de três meses, mas ele teria aproveitado a oportunidade para desanuviar o ambiente, desqualificando as informações referentes à reavaliação do papel das multinacionais na economia brasileira.

Depois do almoço, Velloso se reuniu com trinta empresários da seção brasileira do conselho empresarial Brasil-Estados Unidos, presidido pelo ex-ministro da Indústria e do Comércio Marcus Vinicius Pratini de Moraes. Como a seção brasileira se reúne, este mês, nos Estados Unidos, com a americana, foram acertadas as diretrizes do lado brasileiro. Essa reunião será de especial importância. Os empresários brasileiros deverão manter conversações com as autoridades governamentais americanas no momento em que estão sendo ultimados os preparativos para a viagem de Carter.

MINERAÇÃO

Ouro na montanha

Em agosto de 1967, geólogos da US Steel descobriram no Pará, junto ao rio Tocantins, uma fantástica jazida de minério de ferro. A "montanha de ferro", como ficou conhecida desde então a serra dos Carajás, poderá, no entanto, ganhar novos apelidos proximamente. Ao que tudo indica, aconteceu outra descoberta nessa área privilegiada. Não se sabe ainda se ela será mais importante economicamente, embora, desde já, concentre muitas atenções. De fato, nas três últimas semanas comenta-se que ao sul da serra foi descoberto ouro.

Na sexta-feira da semana passada, o presidente da Companhia Vale do Rio Doce — empresa que pesquisa a região —, Fernando Roquete Reis, não se conteve e admitiu a jornalistas, em Belo Oriente (MG), que os seus geólogos já constataram 300 ocorrências de ouro.

E mais, os testes da Docegeo — subsidiária da Vale — revelaram um teor de 9 gramas de ouro por tonelada de minério, índice aproximado do que se obtém na África do Sul — a maior produtora mundial — e jamais visto no Brasil.

Contudo, Reis alertou para a dificuldade de se fazer qualquer outra previsão. No Rio, executivos da Vale, efetivamente, consideravam exagerada a estimativa, de um jornal de São Paulo, que atribui às jazidas uma capacidade de produção de 19 000 toneladas de ouro, equivalentes a 90 bilhões de dólares. Ela seria, caso verdadeira, equivalente ao que a África do Sul extraiu nos últimos trinta anos. "Somente nos próximos dois anos é que teremos uma noção mais segura da extensão das jazidas", assegurou Reis. Mesmo assim, ele sabe que a Vale poderá fazer grandes negócios. Tanto que descartou a possibilidade de associação com qualquer empresa. "Este projeto tocaremos sozinhos", disse ele. "Afinal, não somos bestas."

CINEMA

Apenas negócios

Carlo Ponti, o mitológico produtor de filmes italianos, chegou ao Brasil na quarta-feira da semana passada, pouco disposto a discutir nuances da arte cinematográfica. Ponti veio falar de negócios. Por esse motivo, na sexta-feira, em São Paulo, o marido de Sophia Loren reservou um tempo para receber nos escritórios do banco de negócios Brazilinvest um grupo de jornalistas da área econômica. Provavelmente atraídos pela figura do entrevistado, mesmo eles não resistiram à tentação de incursionar pelo terreno teoricamente reservado aos críticos de cinema. Habilmente, Ponti procurou reconduzir as perguntas aos temas de seu interesse no momento. E contou que em janeiro deverá começar a sua primeira co-produção ítalo-brasileira. Para os padrões nacionais, o acontecimento é inusitado, pois o orçamento desse primeiro filme deverá chegar a 2 milhões de dólares. Será o primeiro trabalho da Filmar do Brasil, a empresa criada por Ponti e Brazilinvest, com capital de 1 milhão de cruzeiros. Ponti terá 49% das ações, o Brazilinvest ficará com 15%, e outros seis investidores particulares completarão o capital.

KAM CHUNG TAK

Ponti: trabalhando com sua equipe

Afável, sempre risonho, o sexagenário produtor explicou que ainda não tem roteiro definido para a co-produção. No entanto, por ter comprado os direitos de filmagem de "Gabriela, Cravo e Canela", de Jorge Amado, não haveria dúvida sobre ser este o tema escolhido. As razões do interesse de Ponti em trabalhar no Brasil tiveram duas explicações, dadas por ele mesmo. A primeira, mais romântica, ligada à jovialidade brasileira, que o teria impressionado. A segunda, mais plausível, se apoiaria na previsão de que na Itália, em 1978, deve ser produzida apenas a metade dos filmes rodados em 1977. E que na França essa proporção seria ainda menor. Assim, com os mercados europeus em crise, o veterano produtor estaria procurando novos mercados.

De início, garantiu Ponti, a empresa não visa lucros, "pois o dinheiro não é tudo". Mesmo assim, nesse primeiro trabalho, ele não pretende arriscar-se com a mão-de-obra local. "Acredito que no Brasil haja bons atores e bons escritores de filmes, mas, no início, prefiro usar meu pessoal", disse Ponti.

ECONOMISTAS

Nova entidade

Antes de criar uma entidade que congregasse os economistas cariocas, coerentemente, uma comissão pesquisou a existência ou não de tal necessidade. O resultado apontou o interesse da categoria por um órgão que, entre outros objetivos, contribuísse para corrigir a visão geralmente fragmentada da realidade que a especialização impõe e que permitisse acompanhar mais de perto o desenvolvimento da sociedade civil. Mas, como também costuma acontecer com as estimativas dos economistas, os frutos de dois meses de arregimentação de sócios superaram qualquer expectativa. Já são 500 os inscritos, e os organizadores do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (IERJ) esperam recolher 1 000 votos este mês, na eleição da sua primeira diretoria.

Antes mesmo de ganhar personalidade jurídica porém, o IERJ conseguiu reunir, na segunda-feira da semana passada, mais de 600 pessoas, atentos espectadores de uma mesa-redonda sobre "Perspectivas da Economia Brasileira", na qual falaram os economistas Carlos Lessa, Maria da Conceição Tavares, Pedro Malan, João Paulo de Almeida Magalhães e Luís Gonzaga Belluzzo. A tônica das cinco intervenções — que parece, inclusive, presidir as intenções mais profundas do novo órgão — foi a crítica do atual modelo econômico brasileiro, cuja revisão, de acordo com a opinião de cada um dos debatedores, de uma forma ou de outra, não pode ser delegada exclusivamente a economistas. "A atual crise, brasileira e mundial, afeta o próprio sistema capitalista e seus reflexos, no Brasil, atingem a nação, trazendo para a ordem do dia questões como a democracia e, sobretudo, a redefinição das forças que estão no poder", resumiu a brilhante e polêmica Conceição Tavares.

HELICÓPTEROS

Metade do preço

Em menos de dois meses de silenciosas negociações, o governo mineiro chegou a um acordo com representantes da empresa francesa Aeroespatiale para a instalação de uma fábrica de helicópteros no Estado. Ainda temendo a concorrência paulista, na quarta-feira da semana passada, mesmo com o acordo acertado, o governador Aureliano Chaves não confirmava o fato ao *Jornal do Brasil*. Segundo o protocolo para a criação de Helibrás S.A., o capital de 122 milhões de cruzeiros (de início serão subscritos 60 milhões) terá 45% de participação do Estado, 45% da Aeroespatiale e 10% da Aerofoto Cruzeiro do Sul. Só falta, agora, a aprovação do Ministério da Aeronáutica, que encaminhou o projeto ao Conselho de Desenvolvimento Industrial, para análise.

A localização da fábrica em Itajubá, no sul do Estado, está definida — conforme esclareceu a VEJA Gustavo Botelo, diretor do Instituto de Desenvolvimento Industrial do Estado —, devido à proximidade com São José dos Campos (SP), a 180 quilômetros, onde funciona o Centro Técnico Aeroespacial (CTA). "A Helibrás montará aparelhos como uma fábrica que monta automóveis", explicou Botelo. "Assim, necessitará do apoio técnico industrial do CTA." Representaria então mera coincidência o fato de Itajubá ser terra natal da mulher do governador e de ter sido aí que o próprio Chaves fez seu curso de engenharia.

Modelos — Já em novembro, após a assinatura do acordo definitivo, serão montados alguns aparelhos. Mas somente no fim de 1978 é que se alcançaria a produção regular e inicial de 200 unidades.

Em princípio, foram escolhidos dois modelos: o Ecuriel, apresentado no salão Le Bourget, de Paris, em julho, e o Lama. O primeiro, com seis poltronas, voa à velocidade de até 235 quilômetros por hora. O segundo, com até cinco lugares, é mais indicado para o transporte de carga e para trabalhos de defesa agrícola.

A Aeroespatiale, que lidera a produção na Europa Ocidental, tem como maior acionista o próprio governo francês e já vendeu mais de 4 000 aparelhos para 89 países. Embora no caso da fábrica brasileira se pense em explorar o mercado latino-americano, é no Brasil mesmo que os técnicos franceses julgam estar a melhor oportunidade. Afinal, existem no país apenas 150 aparelhos, enquanto, na França, com território catorze vezes menor, o número de helicópteros em uso chega a 1 800. E, além disso, acreditam que, aqui, os helicópteros sairão das linhas de montagem pela metade do preço que custam na França — aproximadamente 250 000 dólares o Ecuriel e de 320 000 a 325 000 dólares o Lama.

INVESTIMENTOS

Sem surpresas

Não se deve esperar muitas surpresas quando for definitivamente traçado o orçamento de investimentos públicos para o próximo ano. A primeira proposta do que será o programa geral de investimentos das empresas estatais no próximo exercício foi apresentada, na quarta-feira da semana passada, pelo ministro-chefe da Secretaria de Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, ao presidente Ernesto Geisel, em reunião que durou duas horas. Depois do encontro, embora não tenha antecipado números, Velloso disse que a orientação traçada por Geisel recomenda moderação. Assim, o governo, sem modificar sua política de controle dos investimentos públicos, não pensa em demasiados cortes nos orçamentos de suas empresas.

Em outras palavras, a idéia é manter uma indispensável política de desaceleração da economia, sem sacrificar a estratégia de médio prazo, cujo objetivo é fornecer ao país a saída para a crise no balanço de pagamentos. O chamado "núcleo estratégico" — insumos básicos (inclusive o álcool), bens de capital, petróleo e projetos de exportação — deverá continuar crescendo de forma acelerada. E, partindo da constatação de que a proposta orçamentária para 1978, recentemente encaminhada ao Congresso, não prevê aumentos reais de despesas e receitas, pode-se concluir que, na divisão do bolo, os setores que não fazem parte do grupo mais prioritário acabarão arcando com maior cota de sacrifício.

"Vamos manter os investimentos das estatais nos mesmos níveis deste ano e, em alguns casos, eles ficarão até abaixo", revelou Velloso. Isso significa que os projetos de infra-estrutura — exceto petróleo —, transportes, telecomunicações, entre outros, podem vir a sofrer novos cortes. Ainda que os números variem, provavelmente acontecerá em 1978 uma repetição do que ocorreu neste ano. Enquanto o conjunto das grandes empresas estatais registravam um aumento nominal de seus investimentos da ordem de 41%, em relação a 1976, os setores de petróleo, insumos básicos e bens de capital — representados, essencialmente, pela Companhia Vale do Rio Doce, Petrobrás e Siderbrás — tiveram um crescimento entre 65% e 100%. A manutenção dos esquemas de controle, porém, não preocupa Velloso. "Este ano, o produto interno bruto deverá crescer entre 5% e 6%", explica ele. "É o nível que se deseja também para o próximo ano."

COTAÇÕES

Ações mais negociadas no Rio e São Paulo

Ações	Sexta-feira 23/9/77 Preço	P/L	Sexta-feira 30/9/77 Preço	P/L	Variação na semana %	Indicador
Acesita - op	1,58	7,9	1,45	7,2	– 8,2	SP
Aços Villares - ppB	2,76	6,1	2,60	6,7	– 5,8	SP
Alpargatas - op	3,19	4,6	3,00	4,3	– 5,9	SP
Alpargatas - pp	3,00	4,3	2,84	4,1	– 5,3	SP
Anderson Clayton - op	3,03	5,0	2,95	4,8	– 2,6	SP
Arno - pp	2,85	3,6	—	—	—	SP
Bco. Brasil - on	3,81	5,3	3,70	5,1	– 2,9	RJ
Bco. Brasil - pp	4,71	6,5	4,55	6,3	– 3,4	RJ
Bco. Est. S. Paulo - on	0,90	3,6	0,95	3,8	+ 5,6	SP
Bco. Est. S. Paulo - pp	0,96	3,8	0,95	3,8	– 1,0	SP
Bco. Itaú - pp	—	—	1,03	8,6	—	SP
Bco. Nordeste - on	2,20	2,6	2,02	2,4	– 8,2	RJ
Bco. Nordeste - pp	2,58	3,1	2,41	2,9	– 6,6	RJ
Bco. Noroeste SP - pp	1,90	5,0	1,90	—	—	SP
Belgo - op	2,25	4,2	2,10	3,9	– 6,7	SP
Benzenex - pp	0,31	—	0,26	—	–16,1	SP
Bradesco - on	1,70	3,5	1,70	3,5	—	SP
Bradesco - pn	1,60	3,3	1,60	3,3	—	SP
Bradesco Inv. - pn	1,30	2,8	1,30	2,8	—	SP
Brasimet - op	—	—	—	—	—	SP
Brasmotor - op	2,37	—	2,29	9,5	– 3,4	SP
Brahma - op	1,30	5,2	1,22	4,9	– 6,1	RJ
Brahma - pp	1,49	6,0	1,40	5,6	– 6,1	RJ
Cacique - pp	3,05	3,5	2,82	3,2	– 7,5	SP
Casa Anglo - op	3,30	5,1	—	—	—	SP
Casa Anglo - pp	—	—	—	—	—	SP
Cemig - pp	0,63	15,7	—	—	—	SP
CESP - pp	0,49	5,4	0,48	5,3	– 2,0	SP
Cica - pp	—	—	—	—	—	SP
Cimento Itaú - pp	1,79	—	1,55	6,0	–13,4	SP
Cobrasma - pp	2,00	3,3	2,11	3,4	+ 5,5	SP
Consul - ppB	4,10	—	—	—	—	SP
Copas - pp	0,83	—	0,78	—	– 6,0	SP
Docas - op	1,21	2,2	1,18	2,1	– 2,5	SP
Duratex - pp	1,50	4,4	1,50	4,4	—	SP
Eluma - pp	2,57	3,2	2,30	2,9	–10,5	SP
Ericsson - op	1,02	—	1,03	—	– 1,0	SP
Eternit - (op)	1,15	—	—	—	—	SP
Estrela - pp	3,30	6,7	3,30	6,7	—	SP
FNV - ppA	2,79	2,8	2,70	2,7	– 3,2	SP
Ferr. Lam. Brasil - pp	1,49	—	—	—	—	SP
Fin. Bradesco - pn	—	—	1,30	2,8	—	SP
Ford - op	0,71	—	—	—	—	SP
Fundição Tupy - op	0,91	2,2	0,90	3,1	– 1,1	SP
Fundição Tupy - pp	1,05	2,5	1,03	3,5	– 1,9	SP
Heleno Fonseca - op	0,48	2,3	0,50	2,4	+ 4,2	SP
IAP - op	2,00	3,8	1,80	3,4	–10,0	SP
Ind. Hering - ppA	1,22	—	—	—	—	SP
Ind. Villares - ppB	3,09	2,7	2,98	3,4	– 3,6	SP
LTB - op	0,26	—	0,29	—	+11,5	RJ
Light - op	0,74	6,7	0,72	6,5	– 2,7	RJ
L. Americanas - op	3,10	9,1	2,99	6,6	– 3,5	SP
Magnesita - op	—	—	2,00	8,0	—	SP
Manah - op	2,80	4,6	2,85	4,6	+ 1,9	SP
Mangels Indl. - op	1,06	—	1,04	—	– 1,9	SP
Mesbla - pp	3,00	4,3	—	—	—	SP
Metal Leve - pp	2,90	7,6	2,94	7,7	+ 1,4	SP
Moinho Santista - op	1,22	—	1,20	2,8	– 1,6	SP
Paul. F. e Luz - op	0,76	4,2	0,75	4,2	– 1,3	SP
Pet. Ipiranga - pp	2,04	4,3	—	—	—	SP
Petrobrás - on	2,11	5,1	1,93	4,7	– 8,5	RJ
Petrobrás - pp	3,78	6,5	2,53	—	—	RJ
Pirelli - op	1,60	4,4	1,60	4,4	—	SP
Pirelli - pp	—	—	1,53	4,2	—	SP
Real - pn	0,83	2,4	0,81	2,6	– 2,4	SP
Samitri - op	2,22	—	2,08	—	– 6,3	RJ
Sharp - pp	2,11	3,8	—	—	—	SP
Servix - op	1,15	—	1,16	4,5	+ 0,9	SP
Sid. Açonorte - ppA	0,82	3,9	0,70	3,3	–14,6	SP
Sid. Guaíra - pp	0,52	—	0,57	2,0	+ 9,6	SP
Sid. Mannesmann - op	2,20	—	2,12	—	– 3,6	RJ
Sid. Nacional - ppB	0,64	—	0,61	—	– 4,7	SP
Sid. Rio-grandense - op	1,02	3,0	1,00	2,9	– 2,0	SP
Sid. Rio-grandense - pp	1,20	3,5	1,16	3,4	– 3,3	SP
Souza Cruz - op	2,91	7,1	2,80	6,8	– 3,8	SP
Telerj - on	0,13	—	0,13	—	—	RJ
Telerj - pn	0,41	—	0,42	—	+ 2,4	RJ
Transparaná - pp	2,03	4,9	2,00	4,9	– 1,5	SP
Vale - pp	2,18	4,6	2,17	4,6	– 0,4	SP
Varig - pp	0,84	—	0,80	—	– 4,8	SP
White Martins - op	2,60	—	2,44	—	– 6,1	RJ

on — ordinária nominativa; op — ordinária ao portador;
pn — preferencial nominativa; pp — preferencial ao portador.
P/L em relação ao lucro por ação sobre o capital médio.
Fonte de uma parte dos dados: Bolsas do Rio e de São Paulo.

A SEMANA/BOLSAS

Oscilação das cotações entre 23 e 30/9

Maiores altas da semana	%
L.T.B. — op	11,5
Sid. Guaíra — pp	9,6
Banespa — on	5,6
Cobrasma — pp	5,5
Heleno Fonseca — op	4,2

Maiores baixas da semana	%
Benzenex — pp	16,1
Sid. Açonorte — ppA	14,6
Cimento Itaú — pp	13,4
Eluma — pp	10,5
IAP — op	10,0

Dia	Índice Bovespa	Variação %	Volume (milhões Cr$)
26	3 592	+ 0,2	87,1
27	3 534	– 1,5	123,2
28	3 483	– 1,4	106,8
29	3 415	– 1,9	112,7
30	3 455	+ 1,1	68,6
23/30	**–129**	**– 3,6**	**498,4**

Dia	Índice BV Rio	Variação %	Volume (milhões Cr$)
26	5 357,8	– 1,8	127,3
27	5 400,8	+ 0,8	146,8
28	5 257,9	– 2,6	175,9
29	5 137,0	– 2,3	183,0
30	5 204,1	+ 1,3	111,7
23/30	**–251,0**	**– 4,6**	**744,7**

Pedro Bragança não perdoa

Bastou a punição de um operador da corretora Linhares, somada a algumas reuniões dos dirigentes da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro com o presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Roberto Teixeira da Costa, e o diretor de Mercado de Capitais do Banco Central, Sérgio Ribeiro, para que os integrantes do mercado carioca se vissem tomados de violenta tensão, temendo a eclosão de medidas punitivas. O nervosismo só cedeu na quarta-feira, quando Teixeira Costa, em entrevista coletiva, indagado sobre irregularidades cometidas no atual ciclo de alta, declarou que "cabe aos presidentes de Bolsas fazer com que as operações se façam a preços justos. E eles têm atuado de forma diligente".

De fato, tempos atrás, a BVRJ apontara a atitude fraudulenta de um investidor — o notório Pedro Bragança (VEJA n.º 455, de 25/5/1977), que apareceu como vendedor e comprador em uma mesma operação. Há alguns dias, ela constatou que um operador da Linhares, além de vender papéis para sua própria esposa, ainda se utilizava do sogro e da própria empregada doméstica. Tudo indica, segundo os auditores, que o operador prestava serviços para o incorrigível Bragança.

Inesperadamente, porém, a BVRJ decidiu não divulgar nomes. Seu presidente, Carlos de Almeida Liberal, negou que o sigilo fora tomado para não prejudicar o movimento dos pregões. Explicou que sua intenção foi não prejudicar a carreira do profissional envolvido. Liberal acabou se irritando com a versão de alguns jornais de que a Bolsa puniu o operador, mas não a instituição. Na verdade, o Departamento Jurídico da Bolsa está examinando a punição possível. E, apesar de certos setores da Bolsa serem contra a punição ostensiva de seus integrantes, Liberal garantiu a VEJA que "até o final de minha gestão qualquer punição será divulgada ao público".

FGTS

JUNTO À AUTOCRÍTICA DOS BANCOS, O INESPERADO ELOGIO

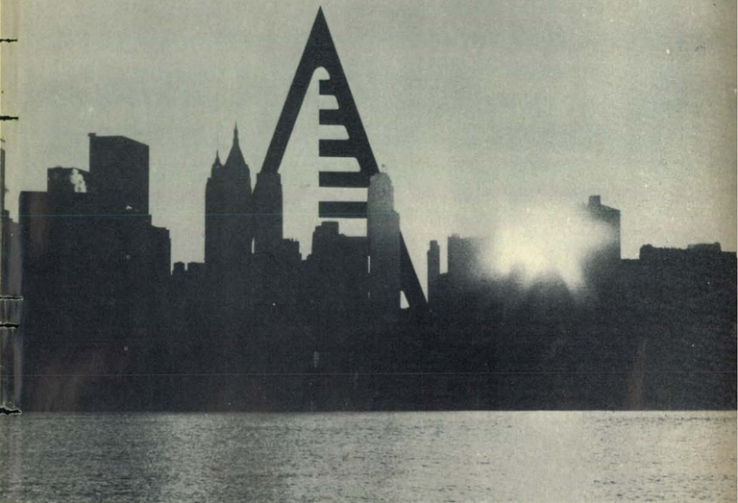
Na semana passada, o diretor da área de planejamento do Banco Nacional da Habitação (BNH), Luiz Sande de Oliveira, divulgou a notícia alvissareira: especialistas do BNH efetuaram pesquisas junto a todos os estabelecimentos bancários do país que arrecadam depósitos para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e chegaram à conclusão de que apenas uma minoria atrasa no pagamento aos trabalhadores despedidos. Não se sabe o que esses trabalhadores acharam da pesquisa. A maioria dos bancos, contudo, provavelmente não deve ter tido tempo para agradecer a tão inesperado elogio, de tal forma se encontram assoberbados com um sem-número de dificuldades para o acompanhamento das contas. Em São Paulo, por exemplo, o diretor de um grande conglomerado bancário recusou-se a conceder entrevista sobre o tema, admitindo sinceramente: "Infelizmente só agora estamos começando a tentar organizar as nossas contas". Mas garantia que seu banco não constituía nenhuma exceção dentro do panorama geral.

Se a situação do FGTS na área bancária estivesse tão sob controle como poderiam fazer supor as declarações de Sande, provavelmente as entidades representativas do setor não se dariam ao trabalho de remeter ao BNH, periodicamente, sugestões para a simplificação da sistemática de acompanhamento das contas. A simples transferência de conta de um banco para outro é capaz de causar curtos-circuitos na organização. Para resolver esse problema, a Comissão Nacional de Automatização Bancária (CNAB) está estudando um sistema de intercâmbio de fitas de computadores, que começaria a ser utilizado, desde que todos os bancos resolvam adotar o sistema de computação — muitos continuam trabalhando pelo sistema manual. "No caso do banco que trabalha com poucas contas, qualquer erro pode ser detectado mais cedo", explica Eduardo Magalhães, diretor do Unibanco. "Mas imagine a nossa situação, tendo 171 empregados para cuidar de 1,2 milhão de contas." O sistema de computação do Unibanco começará a funcionar a partir de janeiro.

Custos operacionais — A maior queixa do sistema bancário, contudo, refere-se ao que considera os prejuízos operacionais causados pelo FGTS. Esclarece o presidente do BNH, Maurício Schulman: "O BNH indeniza a rede bancária pelos seus serviços mediante a permanência, em média, de 52 dias entre o depósito da empresa e o recolhimento à conta do BNH no Banco do Brasil". Contudo, com base em dados estatísticos fornecidos por três bancos pesquisados, a Associação dos Bancos do Estado de São Paulo (Assobesp) concluiu que os bancos gastam em média 40,15 cruzeiros mensais em cada conta, para uma remuneração de apenas 15,45 cruzeiros. O trabalho considerou o prazo médio de retenção dos depósitos de 45 dias. No entanto, o problema dos gastos operacionais estaria mais afeto à eficiência do sistema em si, do que a fatores externos. "Uma menor agilidade na liderança dos saques só traz inconvenientes aos bancos", explica Schulman, "já que eles têm direito apenas à indenização pelo saque após terem efetuado o pagamento."

Recentemente, a própria Assobesp encaminhou um estudo ao BNH com a proposta de se reduzir todos os recolhimentos do FGTS a UPCs, eliminando as dificuldades causadas pelas correções trimestrais, uma das causas dos altos custos operacionais, segundo os bancos. Até agora o BNH não se manifestou sobre a questão.

Os desinformados — O próprio BNH é acusado de se beneficiar da pouca informação dos trabalhadores sobre o FGTS, à medida que se apropria das contas prescritas — aquelas que não são movimentadas por dois anos. "As contas inativas foram recolhidas ao BNH por solicitação da própria rede bancária", explica Schulman, "já que, estando paralisadas, os bancos não recebiam remuneração pelos serviços de atualização — pois a única remuneração consiste na retenção dos depósitos efetuados." Assim, o BNH tomou para si o encargo de atualizar as contas. Mas Schulman nega que o BNH se beneficie de tal situação. "É importante notar que as contas inativas sempre estarão à plena disposição dos beneficiários." Como a 31 de dezembro de 1976, segundo informações do BNH, o total de contas inativas ascendia a mais de 11,6 milhões, totalizando algo em torno de 2 bilhões de cruzeiros, e como não consta que dinheiro seja produto supérfluo, conclui-se que, dentro do universo do FGTS, existem, no mínimo, 11,6 milhões de optantes desinformados.

Nos últimos 50 anos, a Pirâmide do Bankers Trust é a melhor referência para quem procura um banco internacional.

Escolher o banco certo para representar os interesses de sua empresa, fora e dentro do Brasil, é tarefa das mais difíceis.

Por essa razão, o Bankers Trust apresenta de imediato as referências que podem influenciar o seu processo decisório de escolha. Fundado há 60 anos, atualmente ocupa a sétima posição entre os maiores bancos americanos — um lugar invejável dentro de Wall Street.

Seu "know-how" internacional não é menos destacado, situando-se entre os primeiros bancos norte-americanos com maior atuação no mercado financeiro brasileiro.

E, aqui entre nós, o Bankers Trust está presente há 50 anos, participando ativamente do desenvolvimento econômico brasileiro, com escritórios em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Sua eficiência operacional é garantida por uma estrutura profissional altamente dinâmica, em permanente contato com a matriz, interligado que está por linhas diretas de telex e telefone. Possibilitando a efetivação de qualquer transação com 47 cidades-chaves e uma rede de 1.700 correspondentes em 119 países. Recentemente associado à Baluarte, uma das maiores corretoras de São Paulo, passou a operar também na área de distribuição de Títulos e Valores Mobiliários, vinculando-se definitivamente à nossa vida econômica.

Maiores referências ainda podem ser confirmadas através dos contratos com empresas como Fepasa, Cia. Metropolitana de São Paulo, Petrobrás e Cia. Vale do Rio Doce.

Ou com as companhias de mineração da Iugoslávia ou as fábricas exportadoras de tratores dos Estados Unidos. Ou ainda com as companhias de petróleo no Mar do Norte. Decida-se pelo serviço que sua empresa está procurando e deixe que o Bankers Trust abra as portas do mundo econômico. Com financiamentos de importação ou exportação, repasses, empréstimos, remessas, cobranças e outros.

Visite a Pirâmide. Ela é a maior referência para quaisquer transações em moedas estrangeiras. E sempre encontra uma maneira de transformar essa visita numa experiência vantajosa para você.

Bankers Trust Company

280 Park Avenue. New York N.Y. 10017

Escritórios de Representação no Brasil: PIRÂMIDE SERVIÇOS LTDA. - Rua Líbero Badaró, 377 - 12º and. - S. Paulo - SP - Av. Rio Branco, 123 - 5º and. - Rio de Janeiro - RJ

Subsidiárias Internacionais nos Estados Unidos: Chicago, Houston, Los Angeles e Miami.

Filiais: LONDRES, BIRMINGHAM, MILÃO, PARIS, TÓQUIO, CINGAPURA, NASSAU e CIDADE DO PANAMÁ. Uma Rede Bancária Internacional de filiais, subsidiárias, afiliadas e escritórios de representação em 35 países em 6 continentes.

A XIV Bienal na véspera da abertura: preparando o espaço mexicano

Fora do projeto

Seguramente nunca se correu tanto na finalização de qualquer outra Bienal. Menos de 24 horas antes da abertura, marcada para sábado passado, quase metade da montagem ainda não estava pronta. Artistas brasileiros se arrumavam como podiam, com tintas, pincéis, serrotes, martelos, ajudantes e amigos. E os estrangeiros procuravam se adaptar, meio canhestramente, às novas regras do jogo. Em teoria, elas eram simples: a organização das obras segundo núcleos de assuntos, e não mais em função dos países participantes. Mas, na prática, a distribuição temática falhou — ou, com boa vontade, mostrou-se cheia de imperfeições.

De qualquer forma, ao meio-dia do dia 1.º, o governador Paulo Egydio Martins inaugurou oficialmente a XIV Bienal de São Paulo. Menos concorrida, em termos internacionais, que as anteriores (34 países), engordada pela presença de mais de 120 artistas brasileiros, ela é, também, a primeira organizada segundo os novos critérios estabelecidos por seu Conselho de Arte e Cultura. Uma "área de experimentação", como a definiu Maria Bonomi (VEJA n.º 473, de 28/9/1977), destinada a continuar o ciclo das bienais sem repetir as fórmulas que progressivamente o debilitavam.

Rótulos e erros — O remédio fundamental adotado foi a criação de certos temas específicos, para que os países convidados pudessem enviar obras de interesse atual. A julgar pelo primeiro contato, entretanto, nem sempre esses temas — apesar da razoável clareza em sua formulação — foram bem entendidos. É o caso, por exempo, da representação paraguaia, inteiramente deslocada na Bienal. E é o caso, também, de boa parte da representação brasileira, onde muitas vezes a incompreensão do assunto se mescla a uma realização quase precária.

Outros rótulos, evidentemente, não deram margem a erros. Como "Exposições Antológicas" vieram, entre outras, uma retrospectiva de 56 trabalhos do americano Alfred Jensen (único representante do país) e uma grandiloqüente cartada do México, com mais de 130 obras de seu mais ilustre artista vivo, Rufino Tamayo. O valor da mostra de Tamayo foi ciosamente guardado em segredo pelo comissário mexicano — mas é possível supor que ultrapasse os 20 milhões de dólares.

Também outros rótulos, como "Arte Catastrófica", foram bem compreendidos — e não surpreende que alguns dos mais expressivos trabalhos no setor venham de um japonês, Tetsumi Kodo. O tema "Poesia Espacial" possibilitou interpretações das mais diversas — chegando inclusive ao belo mas nitidamente escultórico trabalho do alemão Kurt Sigrist. Sob o título "Recuperação da Paisagem", finalmente, surgem alguns dos mais fortes participantes da Bienal, inclusive o brasileiro Frans Krajcberg, que concorre, com vontade e imponência, ao Grande Prêmio (a ser votado no dia 8).

Lenta leitura — Alguns países preferiram sair pela tangente — o que lhes possibilitou certas vantagens, em termos de espaço. Embora as obras de vários argentinos pudessem caber em outros rótulos, todos optaram por "Arte Não Catalogada". Com isso, a representação argentina ocupa uma só área, impondo maciçamente a qualidade de seu envio. Mais estrito, o também vigoroso grupo espanhol acabou pulverizado. "Como é possível ver um delicado trabalho de poesia espacial depois de esbarrar com uma agressiva arte catastrófica?", indagava o eficiente comissário Luiz Gonzales Robles, da Espanha, percorrendo apressado os três andares da Bienal, para ajeitar, aqui e ali, as obras espanholas nos estandes que lhes haviam sido reservados.

Pois, embora fosse outra a intenção, a montagem da XIV Bienal será de difícil e lenta leitura. Primeiro, pela inesperada alternância entre altos e baixos, que obrigará a uma espécie de permanente ligar e desligar da sensibilidade. Segundo, porque os assuntos se dispersaram, e trabalhos seguramente interessantes terão que ser descobertos em imprevistos desvãos. Entre os motivos para a desorganização final do espaço, cita-se uma modificação na retrospectiva de Tamayo: em vez dos 500 metros quadrados que lhe haviam sido prometidos, o México acabou exigindo e obtendo 1 300.

Mas também não se pode esquecer que a Bienal não estava ainda aparelhada para o projeto modernizador montado em seu Conselho. Em termos de verbas, por exemplo, um artista consagrado como Rubem Valentim — aliás convidado — teve que ameaçar levar de volta seus trabalhos para conseguir que lhe pagassem os 25 000 cruzeiros do transporte. E artistas menos conhecidos esbarraram definitivamente em impasses.

Entre os rótulos propostos para os artistas brasileiros incluía-se, por exemplo, a "Vídeo-Arte". Mas não se providenciou equipamento. Assim, a participação do jovem Bené Fonteles, de Salvador, acabou se transformando num bom resumo do descompasso de uma Bienal em fase de transição. Dentro de uma mesa-vitrina, como se fosse um objeto de museu, Fonteles está expondo apenas o vídeo-cassete da obra que a rigor deveria projetar.

Fora do grupo

Ao tratar da arte mexicana deste século, as enciclopédias mencionam obrigatoriamente os "três grandes" muralistas políticos * e, em paralelo, o nome de Rufino Tamayo. Nascido em 1899 de pais índios, em Oaxaca, interior do México, Tamayo se manteve à margem do grupo e do ideário dos muralistas, mas obteve um renome comparável. Ativo trabalhador que não acredita em ins-

* *José Clemente Orozco (1883-1949), Diego Rivera (1886-1957) e David Alfaro Siqueiros (1896-1974).*

continua na página 116

Frans Krajcberg
(BRASIL)

Tetsumi Kudo
(JAPÃO)

Kurt Sigrit
(ALEMANHA)

continuação da página 114

piração (e é capaz de oito horas diárias de pintura), jardineiro nos momentos de descanso, um amador de canto, que "chegou a obter certo prestígio com canções populares da revolução", milionário criador de telas que alcançam de 40 000 a 50 000 dólares no mercado internacional, e muitas vezes tido como "reacionário" pela *intelligentsia* de seu próprio país. Tamayo falou ao crítico Olívio Tavares de Araújo, de VEJA, na semana passada. Algumas de suas opiniões:

VEJA — *Sabe-se que o México foi o único país latino-americano a fornecer à arte contemporânea quatro nomes internacionalmente consagrados. A que atribui o senhor essa floração?*

TAMAYO — Inquestionavelmente, à revolução mexicana. Até então, dependíamos culturalmente da França. Após a fase da luta armada, tomou-se consciência da nacionalidade, redescobriu-se a cultura pré-colombiana, tornou-se necessária uma revolução cultural. E com ela viemos nós, os pintores.

VEJA — *Há alguns anos, no Brasil, o desenhista mexicano José Luis Cuevas criticou duramente os muralistas, acusando-os, em resumo, de ser um equívoco político, sem nenhuma função real junto ao povo. Que acha disso?*

TAMAYO — Tudo o que Cuevas possa ter dito é a continuação de coisas que eu antes afirmei. Os muralistas pretenderam fazer uma "pintura nacional" — com o que não concordo, já que não creio na existência de uma arte apenas nacional. A arte é uma linguagem na qual, no máximo, distinguem-se sotaques. Os muralistas contentaram-se com certas aparências. Para eles, arte revolucionária significou o uso de temas da revolução. Em termos de pintura, trouxeram muito pouco. Usavam técnicas renascentistas, composições tradicionais. Apreciavam o pitoresco, o costumbrista. Fizeram uma espécie de jornalismo, sem transcendência, porque dava a notícia de fatos que já não são reais. Por exemplo: no muralismo mexicano coloca-se o camponês como se ele tivesse resolvido seus problemas de terras e de classe. Isso é inexato. Hoje em dia, a situação do camponês em meu país é terrível.

VEJA — *Mas o povo afinal aproveitou ou não algo dessa pintura?*

TAMAYO — Bem, ela está em prédios públicos, é verdade, mas o povo habitualmente não os freqüenta. Há por lá empregados, burocratas — e sobretudo hordas de turistas.

VEJA — *Como foi sua convivência com Orozco, Rivera e Siqueiros?*

TAMAYO — Cheia de altos e baixos. Rivera, durante algum tempo, me estimava. Quando voltou da Europa e eu era estudante de belas-artes, apontou-me como um futuro pintor. Mais tarde, com meu sucesso internacional, surgiu o ciúme. Ainda assim, de tempos em tempos, ora nos aproximávamos, ora nos afastávamos. Orozco foi uma pessoa dificílima, de caráter acre, não creio que tivesse amigos. Era um anarquista porque sua obra às vezes soava revolucionária, às vezes não. De qualquer forma, como artista, revelou-se o mais convincente, embora eu não goste de sua pintura. Tinha efetivamente algo a dizer. Siqueiros, enfim, sob o ponto de vista político, me parece o mais honesto e coerente. Era comunista e sofreu todas as conseqüências práticas disso. Já Rivera, em certo momento, apoiou um candidato de direita à presidência da República, declarando que era o mais oportuno para o país.

VEJA — *O senhor definiu politicamente Orozco e Siqueiros. Como se autodefiniria?*

TAMAYO — Sem dúvida sou um homem de esquerda. Isso significa estar do lado de todas as coisas que possam ser melhores para o povo de meu país. Há nele, hoje, um regime burguês com o qual não tenho nenhum compromisso e que critico livremente. Há muita corrupção. A revolução foi traída.

VEJA — *Sua arte é política?*

TAMAYO — Não. A pintura tem uma

"Bailarina na Noite" (1946): uma arte apolítica

Rufino Tamayo

linguagem e uma finalidade próprias, e, se se põe a serviço de idéias políticas ou filosóficas, pode se transformar em ilustração. Mas é claro que a posição política do artista se reflete de todas as maneiras em sua obra. A minha é uma obra humanista — a arte é uma atividade humanista. Em minha pintura, o essencial é o ser humano em suas relações com os fatos e em sua presença no universo. Por isso, embora respeite muito a arte abstrata, prefiro a figurativa, onde o contato com o espectador é mais direto e ele se reconhece mais facilmente.

VEJA — *O senhor disse que "respeita" a arte abstrata. Que outras tendências da arte — inclusive de vanguarda — o interessam?*

TAMAYO — Todas. Já doei a meu país um museu de arte pré-hispânica. Agora, estou-me preparando para doar um museu de arte contemporânea com tudo o que se fez depois da II Guerra Mundial. Acredito em todas as novas formas de expressão.

VEJA — *Há uma arte latino-americana? O Brasil faz parte dela?*

TAMAYO — Não creio. Num recente simpósio em Austin, nos Estados Unidos, todos procuravam defini-la, mas não vi nenhuma conclusão. Talvez os países com um passado pré-hispânico — Peru, Bolívia, México — pudessem reivindicar algo de específico. Mas os demais países da América Latina, na verdade, são países feitos por imigrantes, países de europeus. E volto a insistir que a arte não tem nacionalidade. Por outro lado, conheço pouco da arte brasileira — a comunicação entre Brasil e México não foi até hoje muito eficiente. Portinari, para mim — lamento dizer —, não tinha grande valor, inclusive por ter imitado em alguns pontos os muralistas. Aprecio muito um escultor como Sérgio Camargo — mas o que há nele de especificamente brasileiro?

Miriam Mehler e Sérgio Mamberti: comoventes sem cair no pieguismo

Ainda atual

O DIÁRIO DE ANNE FRANK, de Frances Goodrich e Albert Hackett; direção de Antônio Mercado; com Miriam Mehler, Sérgio Mamberti, Sadi Cabral; Teatro Paiol, São Paulo.

Um rápido exame nos títulos de peças estreadas nos últimos meses em São Paulo e Rio de Janeiro comprova uma espantosa semelhança entre o repertório atual e o de duas décadas atrás. Sobram motivos para tanto. Grande parte da recente dramaturgia brasileira permanece proibida pela Censura. E, diante dos elevados direitos autorais de obras estrangeiras, os empresários receiam investir em textos novos, cujo retorno financeiro sempre constitui uma incógnita. Assim, o recurso a obras de garantida aceitação popular em diversos países, o Brasil inclusive, mostra-se um caminho lógico.

É o caso desta nova encenação de "O Diário de Anne Frank", montada no Brasil pela primeira vez em 1958. Pela reação do público às primeiras apresentações do espetáculo (mesmo que este evidenciasse ainda andamento algo arrastado e diversos deslizes na parte técnica), tudo indica que os produtores vão colher um prolongado — e merecido — sucesso.

Espaço social — A peça, elaborada em 1955 pelo casal de roteiristas americanos Frances Goodrich e Albert Hackett, transpõe com impecável técnica dramatúrgica o diário da holandesa Anne Frank (1929-1945). Durante a II Guerra Mundial, Anne, seus pais, a irmã mais velha e quatro outras pessoas passaram mais de dois anos escondidos dos nazistas em um sótão da Amsterdam ocupada — pelo simples motivo de que eram judeus. Apesar de todos os cuidados com que o grupo, orientado pelo pai de Anne, Otto Frank, se cercou, a polícia alemã acabou por descobrir o esconderijo e enviou todos a campos de concentração. Dos oito, apenas Otto Frank sobreviveu: Anne morreu em Bergen-Belsen, e o diário, redigido nos anos em que viveu escondida, descoberto pelo pai e publicado em 1947, tornou-se um dos mais pungentes documentos sobre as vítimas do nazismo.

Na época atual, em que diversos países do Ocidente assistem a aberrações com o florescer de partidos neonazistas — ou quando adolescentes desinformados da geração punk se fantasiam com trajes nazistas, suásticas e bigodinhos à Adolf Hitler —, a simples presença desse texto em palcos brasileiros já seria um fato importante. No caso, soma-se aos méritos da iniciativa a inteligente direção do estreante Antônio Mercado. Demonstrando segurança na condução de um elenco heterogêneo, Mercado impôs à representação um clima que consegue ser comovente sem se tornar piegas. Entre os intérpretes, é inevitável o destaque para Sérgio Mamberti (Otto Frank), Sadi Cabral (um velho ranzinza) e a protagonista Miriam Mehler. Aos 40 anos, ela empresta o corpo delicado e a experiência e sensibilidade de adulta à personagem, oferecendo mais que um simples retrato realista à platéia. Um dos aspectos mais positivos da montagem, aliás, é o de que ela transcende à desgraça pessoal dos Frank e companheiros — para cimentar personagens e espectadores como habitantes de um mesmo e restritivo espaço social.

● JAIRO ARCO E FLEXA

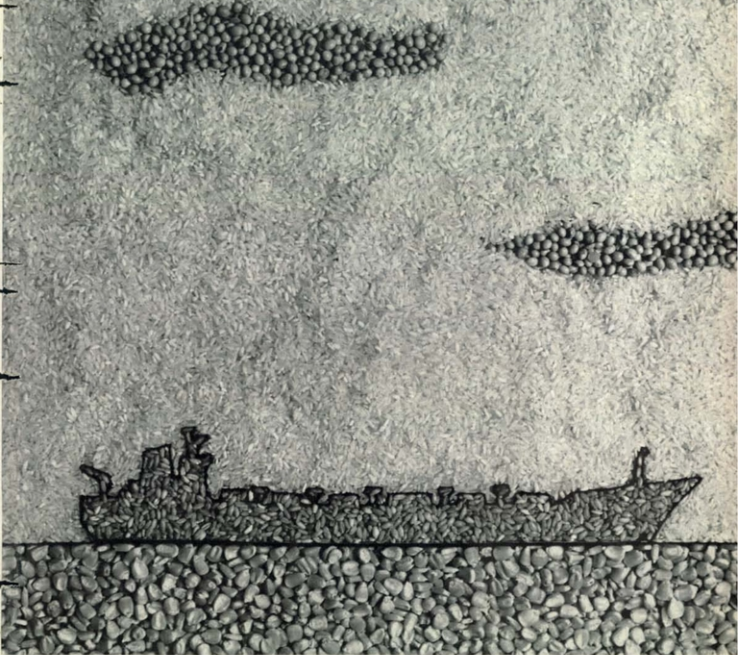
Fim do mistério

O mistério que ainda cerca os resultados do VIII Concurso de Dramaturgia promovido pelo Serviço Nacional de Teatro (SNT), previstos originalmente para março deste ano, está em vias de se dissipar. No final da semana passada, o diretor do SNT, Orlando Miranda, obteve do ministro Ney Braga, da Educação, autorização para marcar a derradeira reunião da comissão julgadora para o dia 7 de outubro, quando autor e peça premiada serão revelados ao público.

A demora no anúncio do prêmio se deveria ao fato de a peça mais cotada entre os votantes mostrar pontos de contato com a vida do jornalista Vladimir Herzog, que morreu nas dependências do DOI-CODI paulista, em 1975. Com receio de que a premiação da obra provocasse problemas com a Censura — afinal "Rasga, Coração", de Oduvaldo Vianna Filho, a vencedora do concurso de 1974, até hoje está proibida —, Miranda relutou durante sete meses até marcar a reunião final da comissão.

"Sem saber mais o que fazer", explicou Miranda, "levei o problema ao ministro e ele me autorizou a reunir os votantes, proceder à contagem final e divulgar o nome do texto vencedor, qualquer que fosse seu tema, o que me tranqüilizou."

Miranda: "Não sabia o que fazer"

Rio Verde.
O navio de uma nova safra.

Com o Rio Verde, o Lloyd lança ao mar uma nova maneira de operar.

Ele é nosso primeiro graneleiro. E o maior navio da nossa frota.

Mas o que nos deixa orgulhosos mesmo não é seu tamanho de 193,84 metros.

Nem seu porte bruto de 35 mil toneladas. Ou sua velocidade de 15 nós.

O importante sobre o Rio Verde é a maneira como ele vai operar.

Geralmente, todo navio tem uma rota determinada. Portos fixos que ele visita em cada viagem.

Com o Rio Verde isso vai ser muito diferente. Ele vai somente onde houver carga para transportar.

E como é um graneleiro que não rejeita carga, não vai deixar esperando uma safra de trigo, milho ou soja; ele vai lá e apanha.

Com isso as riquezas agrícolas que produzimos vão circular muito mais rápido. E como tempo sempre é dinheiro, essas riquezas vão se valorizar mais um pouco.

O Rio Verde é o primeiro navio a operar com essa grande flexibilidade de rotas, mas certamente outros virão.

E formarão uma nova safra, cujos frutos serão colhidos por todo o país.

Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro

Lloydbrás vai longe.

Lloyd — sucesso da política de transporte marítimo que o Governo estabelece e o Ministério dos Transportes, através da SUNAMAM, executa.

"A vida é melhor quando se sabe mais sobre sexo."

Lendo Amar, você vai viver melhor.
Amar, a realidade sobre a vida sexual, é a nova coleção de fascículos que a Abril Cultural está lançando. Numa linguagem clara, direta, Amar vai responder a todas as dúvidas que as pessoas têm sobre sexo. Sem nenhum preconceito. Amar vai ajudar cada um a saber mais sobre sexo, a saber mais sobre si mesmo. Quer dizer: a viver melhor.

Amar tem tudo para todas as idades.
Nesta coleção, você encontrará desde informações seguras para nossa juventude cada vez mais confusa a respeito de sexo, até esclarecimentos detalhados sobre a sexualidade, muitas vezes desconhecidos até pelos leitores mais vividos.

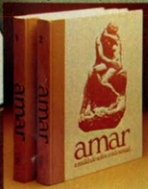
Dina Sfat

amar
a realidade sobre a vida sexual

1
Cr$ 15,00
40 fascículos semanais

Duas magníficas capas duras.

amar

Amar não aceita mistérios.
Uma das formas muito usadas para manter mitos e tabus é o uso de uma linguagem difícil, inacessível à maioria das pessoas. Não é isso que você vai encontrar em Amar. Amar é uma obra às claras, fascinante, séria. Que não admite falsos preconceitos nem explorações escandalosas.

Amar, uma obra para homens e mulheres.
Masturbação, orgasmo feminino, menstruação, homosexualismo, sexualidade na gravidez e após o parto, ejaculação prematura, impotência.
Estes são alguns dos assuntos que você vai encontrar nesta coleção. Nenhuma questão ligada a sexo foi esquecida. Você vai gostar de ler Amar todas as semanas. É uma obra que pode mudar sua vida.

ABRIL CULTURAL

Já nas bancas por 15,00

Ocupação holandesa no século XVII...

Superguerrilha

Os realizadores não deixam por menos: para eles, trata-se da maior produção cinematográfica brasileira de todos os tempos. Mesmo que estejam exagerando, os números de "A Batalha dos Guararapes", atualmente em filmagem no Recife e com locações previstas para Olinda e trinta outras localidades, são de impressionar: o orçamento passa dos 15 milhões de cruzeiros e o roteiro mobiliza 300 atores (destacando Jardel Filho, Renée de Vielmond e José Wilker), além de 4 000 figurantes. Mais: somente uma seqüência de batalha campal vai exigir a participação de 1 500 extras — 1 100 dos quais soldados do Exército.

Além de ceder esse pessoal, o Exército fornece uma preciosa colaboração logística à produção, supervisionando toda a movimentação das personagens nas cenas de combate. E as filmagens vêm contando ainda com o apoio do governo de Pernambuco, interessado em implantar um pólo cinematográfico no Estado, a partir desse filme.

Apesar desses incentivos, "A Batalha dos Guararapes" não conta até o momento com nenhum financiamento da Embrafilme. "Para o cinema brasileiro ocupar seu lugar no mercado é preciso superar a fase do paternalismo oficial", explica o diretor Paulo Thiago, que há anos acalentava o projeto de realizar um filme sobre a ocupação holandesa no Brasil no século XVII. "O subsídio governamental deve existir, mas não basta. É decisivo que tenhamos produções economicamente independentes."

...tema da "Batalha", superprodução nacional com Renée de Vielmond

FOTOS CLODOMIR BEZERRA

100 litros de sangue — Os recursos para "A Batalha" se concretizaram em fins do ano passado, quando Thiago esteve no Recife para lançar seu filme "Soledade" — e conseguiu captar para o projeto o interesse do exportador de café Carlos Henrique Ferreira Braga, que constituiu a Sagitarius Filmes. "A maior dificuldade que enfrentamos agora é a falta de know-how em produções desse porte", admite Luís Carlos Pires, produtor executivo. Maquilagem e efeitos especiais estão a cargo da Indio, firma italiana especializada (para a cena da batalha-título, por exemplo, virão da Itália 100 litros de sangue químico). Num galpão cedido pela administração do porto do Recife, a produção instalou uma oficina onde se fabricam desde bijuterias até as centenas de arcabuzes, mosquetões e os oito canhões que desempenham papel fundamental na história.

"A ocupação holandesa constitui tema de grande atualidade", assegura o diretor Thiago, "pois conta a história de um país em formação, explorado por uma grande empresa estrangeira, no caso a Companhia das Índias Ocidentais." Na batalha de Guararapes, o cineasta vê clara oposição entre dois tipos de tática militar: os holandeses, profissionais altamente organizados, contra as precárias forças brasileiras. "Estas se vêem obrigadas a recorrer a uma espécie de luta de guerrilhas, numa operação que a meu ver representa a primeira grande batalha do Terceiro Mundo."

Moviola

GENTE FINA É OUTRA COISA, direção de Antônio Calmon; com Ney Sant'anna, Marieta Severo, Maria Lúcia Dahl; Rio. Empregado em casas de grã-finos cariocas, como jardineiro e chofer, Tadeu (Ney Sant'anna), um imigrante nordestino, deixa-se sucumbir ao charme de suas patroas — uma corte de panteras e dondocas inflamadas por ócio e ninfomania. As proezas sexuais de Tadeu em meio às altas esferas representariam um ato de vingança "contra a burguesia decadente, sem valores, impune, que sempre se permitiu tudo".

Ao longo da tosca zombaria (dividida em três episódios), insinua-se o que talvez fosse um "O Discreto Charme da Burguesia" nativo, se o excesso de grosseria, a técnica amadorística e a indisciplina do elenco não reduzissem o filme às dimensões de uma mera pornochanchada. O pior, porém, é o nível ginasiano com que o filme se arvora em desfiar crítica social, a começar pelo vício (delineado nos primórdios do Cinema Novo com "Cinco Vezes Favela") de caracterizar ricos e poderosos como simulacros de animais no cio e bestas escatológicas. O fato de tão inconvincente repúdio à imoralidade ter sido parcialmente financiado pelo industrial suíço Egon Frank — pai de Michel Frank, um dos acusados da morte da jovem Cláudia Lessin Rodrigues — não deixa de traduzir triste ironia. Sobretudo porque do elenco participa a irmã da vítima, a ex-Garota de Ipanema Márcia Rodrigues.

● PAULO PERDIGÃO

UCB

"Gente Fina": excessos de grosseria

SE TIVESSE QUE REFAZER TUDO ("Si C'Était à Refaire"), direção de Claude Lelouch; com Catherine Deneuve, Anouk Aimée, Charles Denner; Rio. Vazio, porém enfeitado — assim tem sido o cinema de Claude Lelouch (40 anos a completar em 30 de outubro) desde que o realizador começou a colecionar troféus com "Um Homem... Uma Mulher", em 1966. Desde então, seus filmes cada vez mais lembram longos comerciais de TV ou reportagens de revistas apenas elegantes.

De tanto insistir, o diretor-produtor-roteirista-fotógrafo acabou consolidando um estilo, visível nesse melodrama cor-de-rosa, cuja principal peça de resistência reside na volta de Anouk Aimée, ausente das telas desde "Justine" (1969). No entanto, a atriz só comparece quando, transcorridos dois terços do filme, a protagonista (uma presidiária interpretada por Catherine Deneuve) já padeceu o grosso dos infortúnios a ela reservados pelo fotonovelesco script e quando Lelouch esgotou seu estoque de virtuosismos fotográficos.

Dotada de uma beleza imune à passagem do tempo, Catherine, em seus 36 anos, convence plenamente como uma garota de 19, nos sucessivos flash-backs de que se serve Lelouch, com um dos componentes de seu cinema linha de montagem. Os outros são a inegável habilidade em levar os atores a se comportarem diante da câmara como se estivessem desfilando em um salão de alta costura e o vasto arsenal de condimentos técnicos a mascarar a fragilidade dramática. Nada disso, entretanto, impede que o filme transmita uma incrível sensação de falta de substância.

● P. P.

EMMANUELLE TROPICAL, direção de J. Marreco; com Monique Lafond, Selma Egrei; São Paulo. Logo no começo, as personagens sentenciam pomposas reflexões que pretendem funcionar como álibi para os realizadores: é como se roteiristas e diretor quisessem dar a impressão de que foram coagidos por forças ocultas a filmar essa ridícula imitação de "Emmanuelle" — a produção francesa que celebrizou Silvia Kristel e se tornou um dos maiores sucessos do cinema pornográfico. Numa das frases-desculpa, um postiço cineasta afirma para a Emmanuelle cabocla (Monique Lafond) que a vida não é um comercial de TV cheio de zooms, fusões a passeios de câmara — recursos que no filme constituem um lugar-comum. Com impressionante desfaçatez em produção tão destituída de originalidade, os responsáveis atrevem-se a insinuar críticas à "importação de modelos culturais europeus" e cometem ainda outras estripulias. Numa cena, enfim, Emmanuelle aparece a filmar um comercial rodeada de abacaxis — então, forma-se a imagem que sintetiza o filme com absoluta fidelidade.

● JAIRO ARCO E FLEXA

FRANKENSTEIN DE ANDY WARHOL ("Carne per Frankenstein"), direção de Paul Morrissey; com Joe Dalessandro, Dalila di Lazzaro e pedaços de corpos não identificados; São Paulo. Rodado na Itália em 1973, este filme tenta ressuscitar vários fantasmas — entre eles os óculos de terceira dimensão, falecidos na década de 50, após curta passagem pelas telas, e o nome de Andy Warhol, veterano vanguardeiro das artes plásticas americanas hoje empenhado em dirigir uma revista de futricas, *Interview*. Melhor para todos que permanecessem repousando em paz.

Sem disposição para filmar, Warhol

continua na página 124

PEDRO MARTINELLI

A platéia do "Frankenstein": exposta a um filme anti-higiênico

VICTOR CIVITA
PRESIDENTE DA ABRIL

"Terei enorme prazer em lhe enviar o livro que a Abril está remetendo às pessoas mais importantes deste país."

O LIVRO DA ABRIL

O Livro da Abril é seu também.

Este livro conta a história da Abril. Uma história feita com o amor, o talento e a garra de milhares de brasileiros.

Você que é leitor das nossas publicações também participa deste livro. E pode agora conhecer o panorama vibrante de tudo o que a Abril fez e faz no campo da informação, cultura, educação e entretenimento.

Você, leitor, é tão importante para nós quanto as mais importantes pessoas do país.

O Livro da Abril está sendo enviado às principais autoridades brasileiras nas áreas da Administração Federal, Estadual, Municipal, Forças Armadas e Clero. Também receberão o livro os dirigentes de empresas, agências de propaganda e nossos clientes.

Mas é importante para nós que você também conheça a Abril. Por isso, será uma grande satisfação lhe enviar este livro graciosamente. Basta que você preencha o cupom ao lado e nos envie. Em poucos dias, estará recebendo o livro especialmente reservado para você.

A Editora Abril
Caixa Postal 11.830
01000 São Paulo, SP

O LIVRO DA ABRIL

Sr. Victor, favor incluir o meu nome na relação das pessoas que estão recebendo gratuitamente o Livro da Abril.

Nome: ....

Profissão: ....

Endereço: ....

Bairro: .... CEP: ....

Cidade: .... Estado: ....

continuação da página 122

emprestou ou alugou seu nome a Paul Morrissey, que rascunhou e tentou dirigir esta nova operação em cima do cadáver de Frankenstein. Mas as cicatrizes são tantas que Morrissey não consegue estancar a hemorragia de grotesco que enxarca a platéia. Perdendo sangue por todos os poros, buracos, reentrâncias ou saliências que a terceira dimensão acentua, e o gosto monstruoso que seu novo criador concentra em vísceras e certas partes da anatomia humana (estas mandadas para outra dimensão pela cirurgia da Censura brasileira), o filme acaba tão anêmico quanto um vampiro perdido num campo de hortaliças. Ao cabo de 90 minutos a platéia é ainda obrigada a devolver os óculos (alugados a 10 cruzeiros) que lhe deram acesso ao macabro punk e que vão ser colocados, daí a instantes, em outras retinas menos fatigadas.

A Censura fez o que pôde, mas o julgamento final de "Frankenstein de Andy Warhol" deveria ficar com o Ministério da Saúde — entre outros motivos, pelas ignorantes aulas de anatomia que dá e pelos óculos de plástico que lhe conferem o desonroso demérito de ser o primeiro filme anti-higiênico da história do cinema.

● GERALDO MAYRINK

Sem boas-vindas

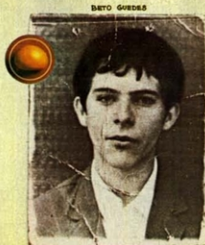
Na segunda-feira passada, ao fim de uma reunião convocada por sua diretoria, o Sindicato Nacional da Indústria Cinematográfica foi taxativo: seus associados se consideravam "em assembléia geral permanente" durante o período em que ficasse no Brasil o americano Jack Valenti. Mais ainda, ao falar com os jornalistas, faziam questão de classificar como "altamente suspeita e nociva" a vinda de Valenti ao país, anunciada dias antes.

O senhor responsável por tanto alvoroço — e que, por sinal, até a sexta-feira não havia pisado aqui — tem 56 anos e é presidente da Motion Picture Association of America, organismo que representa todas as produtoras cinematográficas dos Estados Unidos. E, segundo o Sindicato, todas as vezes que o governo brasileiro adota medidas de amparo ao cinema nacional, afetando em conseqüência os interesses do filme estrangeiro, a Motion Picture intervém de alguma forma.

Em maio deste ano, o *Variety*, o mais bem informado órgão de imprensa especializado no show business americano, noticiou que Valenti se encontrara na Jamaica com o ministro Mário Simonsen, da Fazenda, quando teria conseguido que não se alterassem as cotas de remessas dos lucros das companhias cinematográficas americanas. O governo brasileiro pretendia reduzir essa porcentagem para 33% — e, graças a Valenti, relatou o *Variety*, impediu-se a diminuição da remessa. Em troca, o americano oferecia privilégios nas negociações de produtos brasileiros no mercado externo.

Os cineastas brasileiros receiam que a vinda de Valenti esteja ligada a recentes medidas, como a obrigatoriedade de exibição de curtas-metragens culturais brasileiros, regulamentada pelo Conselho Nacional de Cinema (Concine), e o interesse do Ministério da Educação em financiar séries de TV para concorrer com os enlatados americanos. A justificar essa apreensão, na quarta-feira passada, através de Harry Stone, representante da MPAA no Brasil, solicitava-se uma entrevista de Valenti com o ministro Ney Braga, da Educação, "para depois de 12 de outubro".

Atualmente, o Sindicato empenha-se na ampliação do número de dias de exibição obrigatória dos longa-metragens nacionais de 112 para 230. E seu presidente, Luís Carlos Barreto, teme que, no solicitado encontro com o ministro, Valenti venha a combater essa pretensão e a advogar a revisão das medidas oficiais já conquistadas.

BETO GUEDES
A PÁGINA
DO RELÂMPAG
ELÉTRICO
Beto Guedes pertence àquela
estirpe de artistas que não fazem
concessões.
O seu trabalho envolve o sentimento
puro do artista, suas buscas, suas paixões
sua pesquisa musical.
Porisso mesmo, envolve gente, guitarras,
emoções, sintetizadores e violões.
Neste disco, "A Página Do Relâmpago Elétrico",
Beto Guedes traz suas novas músicas,
de seu pai, de Milton Nascimento e Fernando Bran
E está chamando você para ouvi-lo, em todas
as lojas de som.
Em disco e fita.
EMI
EMI-ODEON FONOGRÁFICA, INDUSTRIAL E ELETRÔNICA S
BETO GUEDES
A PÁGINA DO RELÂMPAGO ELÉTRICO

Brazil Export

A proposta não podia ser mais oportuna: tentar acelerar a entrada da literatura brasileira nos mercados da Europa e dos Estados Unidos, onde fizeram fama — e, em alguns casos, fortuna — tantos escritores latino-americanos de língua espanhola. Nem a maneira de realizá-la poderia ser mais simples e direta: promover um primeiro contato coordenado entre autores nacionais e editores e agentes estrangeiros. A idéia — da escritora Edla Van Steen — era suficientemente sedutora para ser logo encampada pela Câmara Brasileira do Livro e obter o patrocínio financeiro (cerca de 1,2 milhão de cruzeiros) das secretarias de Cultura do município e do Estado de São Paulo. E tudo parecia perfeito na manhã de segunda-feira da semana passada, quando se abriu em São Paulo o Primeiro Encontro com a Literatura Brasileira.

O início dos trabalhos bastaria, no entanto, para desfazer precipitadas euforias, deixando claro que a ficção e a poesia nacionais não caminhariam sem problemas entre o salão de convenções do Hotel San Raphael e a consagração nos mercados mundiais. Esse realismo, no final, mostrava fazer maioria — sem que com isso cessassem as críticas que marcaram o encontro de segunda a sexta-feira. Um editor brasileiro, por exemplo, denunciava "as mordomias concedidas aos convidados estrangeiros, que tiveram passagens e todas as despesas pagas por órgãos oficiais". Escritores da novíssima geração diziam-se marginalizados por seus colegas mais velhos.

A reclamação mais insistente dizia respeito à própria organização do Encontro, que na realidade praticamente ignorou os trinta editores e agentes literários, vindos de mais de dez países da Europa e da América do Norte. Interessados em conhecer a literatura brasileira, esses convidados certamente não esperavam ver desabar sobre si a avalancha de informações inúteis, óbvias e até ininteligíveis que os submergiu.

Encontro com a Literatura Brasileira: caótico, mas abrindo caminhos

Índios e miçangas — Com efeito, na elogiável tentativa de proporcionar aos forasteiros um painel completo de nossa literatura, os organizadores do Encontro montaram um esquema afinal desastroso: através de dezesseis expositores e 32 debatedores (além de alguns dos escritores brasileiros mais representativos, que deram depoimentos), pretendeu-se cobrir os aspectos fundamentais da ficção e da poesia do país. Na prática, esse esquema quase sempre resultou em seminários acadêmicos e na enfadonha leitura de intermináveis listas de livros e autores. "É como os índios exibindo ao branco todas as suas miçangas", comentou um escritor carioca. Só nas dezesseis exposições foram arrolados nada menos de 355 autores e outras tantas obras, de Pero Vaz de Caminha e padre Anchieta às últimas revelações de 1977. "Eu acredito que haja cinqüenta nomes importantes na literatura do Brasil", observou Ricardo Rodrigo, da edições Bruguera, de Barcelona. "Mas, 355, nem nos Estados Unidos."

A primeira dificuldade para os estrangeiros foi, portanto, a impossível triagem de bons valores em meio a centenas de nomes e títulos. Seu esforço seria ainda mais prejudicado por repetidos episódios da política literária nacional, por acesas discussões, por exemplo, sobre se existe ou não uma literatura urbana no país, e por provinciana batalha de confetes entre alguns expositores e debatedores, que se citaram mutuamente sem maior cerimônia.

Bagagem literária — Afogados nesse caudal onomástico e bibliográfico, que de resto não chegou a despertar interesse sequer entre os brasileiros, os estrangeiros foram aos poucos encostando os fones de tradução simultânea e buscando contatos mais diretos e efetivos com escritores do país. Contatos que, de qualquer forma, jamais poderiam ser entabulados no abafado auditório de 270 lugares, onde se amontoavam pelo menos 400 pessoas. Os autores, por sua vez, entregavam-se a um trabalho de caitituagem, empilhando livros e currículos à porta dos editores e agentes, no Hotel San Raphael. "Não posso levar para Nova York a décima parte do que recebi", explicava-se a um deles o agente Thomas Colchie, às voltas com formidanda bagagem literária.

Como o verdadeiro Encontro se concretizasse, bem ou mal, nos corredores e no bar do hotel, Mário Fittipaldi, presidente da Câmara Brasileira do Livro, teve o bom senso de oficializá-lo no auditório, a partir de quinta-feira. Eliminadas algumas fascinantes visitas à Casa do Sertanista e ao Instituto Butantã, as manhãs foram então destinadas a reuniões entre editores, agentes e autores, sem a participação do público. Essa correção de rumos se deveu, em grande parte, aos escritores João Antônio e Ivan Ângelo. Este último, numa breve e eficaz intervenção, restabeleceu a lógica ao lembrar que a questão fundamental consistia não na leitura da listas mas em saber "o que o escritor brasileiro tem para revelar ao leitor de outros países".

Para vários dos convidados estrangeiros, como a italiana Inge Feltrinelli e o espanhol Jaime Salinas, esta pergunta já parece merecer uma resposta estimulante: embora até a quinta-feira não se tivesse notícia de contratos assinados, era palpável o interesse de muitos editores em fechar negócios a curto prazo. Interesse que permitia a Edla Van Steen e outros autores nacionais cantar vitória. "Afinal", desabafou Edla, "foi para vender a idéia da literatura brasileira que promovemos esse Encontro. E conseguimos vendê-la. Os contratos virão como conseqüência."

Colunas do Palácio da Alvorada: um marco, segundo André Malraux

Niemeyer: pela liberdade plástica

Vida e obras

Lançado na Itália em 1975, pelas edições Mondadori, e até hoje inédito no Brasil, o livro "Oscar Niemeyer", em que o grande arquiteto brasileiro fala de sua vida e de sua obra, é uma das sensações da rentrée *literária francesa, num luxuoso volume das Éditions Alphabet que VEJA comenta:*

Como reação ao ecletismo estilístico da arquitetura do século XIX, que oscilava entre a retórica neoclássica e o decorativismo, surgiu a arquitetura funcionalista, que, através das obras e das teorias principalmente de Walter Gropius e Le Corbusier, definiu a linguagem arquitetônica da primeira metade do século XX. Com apoio nas novas técnicas de construção, procedeu-se a uma verdadeira revolução no modo de conceber os edifícios. Do ponto de vista estilístico, essa arquitetura se caracterizou pelo uso de formas geométricas simples e retilíneas, expressão de uma atitude racionalista que erigiu a função em fator determinante da forma arquitetônica.

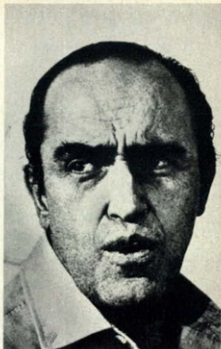
Essa ortodoxia foi quebrada por Oscar Niemeyer em 1940, quando projetou, recém-saído da Escola Nacional de Belas-Artes, o conjunto arquitetônico da Pampulha: as formas livres do arquiteto brasileiro servem de inspiração hoje aos jovens arquitetos do mundo inteiro.

O caráter inovador e a importância mundial da obra de Niemeyer estão palpáveis neste livro, que reúne praticamente todos os seus projetos à exceção daqueles "que perderam as características originais". Através de fotografias e desenhos, que ocupam a maior parte do volume, pode-se acompanhar a aventura criadora desse inesgotável inventor de formas, que conseguiu dar ao cimento armado uma delicadeza de pétala e uma leveza de sonho. Não foi por acaso que André Malraux disse que as colunas do Palácio da Alvorada constituem o elemento arquitetônico mais importante depois das colunas gregas.

Sombra e esperança — Como todo grande artista, Oscar Niemeyer tem a coragem de afirmar suas concepções, mesmo em face dos mestres incontestáveis, como é o caso de Le Corbusier, de quem adotou a concepção básica. Opondo-se ao funcionalismo ortodoxo, defende uma "liberdade plástica praticamente ilimitada", certo de que a arquitetura, a par de sua finalidade prática, é "manifestação do espírito, da imaginação e da poesia".

E essa concepção, que já aparece madura desde seus primeiros projetos, afirma-se e expande-se através dos anos em obras que hoje se espalham pelo mundo: o museu de Caracas, a mesquita de Argel, a cidade de Negev em Israel, a sede da Mondadori em Milão, a Casa da Cultura no Havre, o Palácio dos Arcos e as demais construções monumentais de Brasília. Cada uma dessas obras, como tantas outras criadas por ele, constituem-se marcos da arquitetura contemporânea e são também a afirmação, em escala internacional, da arquitetura brasileira.

Mas apenas as considerações em torno da obra arquitetônica de Niemeyer não dão toda a dimensão deste livro. Nele está também o homem Oscar Niemeyer, nostálgico da infância em Laranjeiras, saudoso dos amigos que se foram, solidário com os perseguidos. E expressando sua "revolta em face deste mundo de sombra e esperança, que exige nossa ação". Curiosamente, esse arquiteto, que com sua obra deseja provocar o êxtase e a poesia, está de tal modo imbuído da responsabilidade social que, diante dela, a própria arquitetura parece secundária: "Confesso honestamente a pouca importância que atribuo à arquitetura, um passatempo como qualquer outro".

Semelhante afirmação só pode causar surpresa vinda de quem dedicou toda sua vida à arquitetura e, mais, de quem construiu talvez a mais significativa obra arquitetônica de nossa época. Mas, também, somente esse sentido de responsabilidade social explica, na biografia do arquiteto, a militância política em certa época e suas claras tomadas de posição em face das questões nacionais e internacionais da atualidade.

Inquietações espirituais — Este livro é ao mesmo tempo uma contribuição importante para a compreensão da arquitetura brasileira e para sua história, se mais não fosse, pelo fato de que o seu autor é a principal figura da equipe de arquitetos responsável pela edificação de Brasília. Nesse particular, merecem destaque as informações que oferece a respeito dos problemas que envolveram a construção da nova capital, desde as primeiras propostas de Juscelino Kubitschek, a escolha do plano piloto de Lúcio Costa até a visão crítica da cidade depois de inaugurada. Insere-se também na história de nossa arquitetura, como fato lamentável, a rejeição, por parte de autoridades brasileiras, dos projetos de Niemeyer para o aeroporto e o estádio de Brasília.

Não gostaria de concluir esta resenha sem me referir às inquietações espirituais que o conduziram aos livros de Cosmologia, Biologia, Psicologia e Filosofia, buscando entender o sentido da vida, interrogando o universo cheio de mistério, com suas galáxias distantes, sua conformação incompreensível e a hipótese da antimatéria. "Não sei se, desse modo, lutava contra minha própria ignorância ou se deliberadamente me distanciava da arquitetura", escreve ele. Vã tentativa, pois, no dia seguinte, lá estava debruçado sobre a prancheta de trabalho, atraído, como sempre, "pela forma abstrata, pura e sutil, solta no espaço, em busca do espetáculo arquitetônico".

● FERREIRA GULLAR

Amor ao quadrado

CASE COMIGO, de John Updike; Record; 258 páginas; 85 cruzeiros.

Agora, não se trata mais do polígono que John Updike apresentou em seu best-seller "Casais Trocados" (1968). Este novo livro traz apenas um quadrilátero amoroso, mas seu efeito concentrado é muito mais devastador que o do romance anterior. Encara o mesmo tema, os usos e abusos da infidelidade conjugal, porém agora de forma exemplarmente arrasadora.

A ação ocorre em Greenwood, não em Tarbox, mas a diferença está apenas no nome; o tempo também é o mesmo: era kennedyana, 1962. Jerry Conant, especialista de desenhos animados, ama Sally Mathias e Ruth Conant, mas é casado só com Ruth. Sally ama Jerry e, principalmente, a si mesma, porém é casada com Richard Mathias.

Jerry quer se divorciar de Ruth, mas enfrenta intransponíveis tabus para realizar sua vontade: é profundamente religioso e incapaz de se separar dos filhos, após dez anos de casamento. Além disso, caráter ambíguo, é incapaz de tomar decisões. Para fugirem do impasse, Jerry e Sally se refugiam numa ridícula volta à adolescência, ao estilo dos anos 50. Jerry coleciona cachos de cabelo, Sally coleciona poemas, ambos trocam "eis" e "olás" monossilábicos de um código secreto. Ele chega até a deixar

AP

Updike: um quadrilátero amoroso

de fumar para que seus beijos fiquem limpos.

Castelos de areia — E as outras partes do quadrilátero? Richard é um materialista convicto que, ao saber do caso de sua mulher com o amigo Jerry, refugia-se inicialmente num alcoolismo com momentos de lucidez em que percebe a fragilidade da relação Sally-Jerry. Ruth, por seu lado, que nunca levou certas facetas do marido a sério, desorienta-se no começo mas recupera seu bom senso fundamental. E se limita a conduzir uma eficiente guerrilha sexual-sentimental que destrói, passo a passo, os castelos de areia do amor de Jerry por Sally.

Abandonando a lupa que usou para observar os espécimes de "Casais Trocados", John Updike optou, em "Case Comigo", pelo microscópio eletrônico. Com resultados compensadores: "Case Comigo" é um dos melhores romances que Updike já escreveu — um exercício de virtuosismo psicológico e análise de costumes realizado com implacável e magistral lucidez.

● GERALDO GALVÃO FERRAZ

Fábula frouxa

A REVOLUÇÃO DE DEUS, de Per Johns; Nórdica; 138 páginas; 48 cruzeiros.

Nesta ficção de estréia, Per Johns — ipanemense de ascendência dinamarquesa — retoma a tese apocalíptica aproveitada por tantos relatos de ficção científica: o homem em marcha batida para o desastre total, que ocorre de várias formas, incluindo, naturalmente, a destruição atômica.

A rigor, Per Johns desenvolve uma fábula — como todas as fábulas que se

continua na página 130

O rosto revelado do poeta Lautréamont

Quando morreu, a 24 de novembro de 1870, com 24 anos de idade, o francês Isidore Lucien Ducasse deixava uma obra cujo real valor só muito mais tarde seria reconhecido. O ponto mais alto dessa obra, "Os Cantos de Maldoror", haveria de se tornar numa das matrizes da moderna poesia ocidental.

Isidore Ducasse, ou Conde de Lautréamont, como ele se assinava, deixou também o enigma de seu rosto. Ele teria ficado apenas numa controvertida xilogravura do argentino Melchor Mendes Magarinos. Existiria ainda uma foto de Lautréamont ginasiano, feita entre 1859 e 1867, na cidade francesa de Tarbes. Um certo Alvaro Guillot-Muñoz gastou anos de sua vida à procura dessa foto, que por algum misterioso motivo teria desaparecido em mãos da polícia de Buenos Aires, em 1927. Morto Guillot-Muñoz, em 1971, o escritor Jacques Lefrère retomou as pesquisas, finalmente bem-sucedidas: localizada em Tarbes, entre velhos papéis da família de Georges Dauzet, um colega do poeta, a primeira imagem fotográfica de Isidore Ducasse é agora publicada em "O Rosto de Lautréamont", que as edições Pierre Horay lançam em Paris.

O poeta, numa gravura contestada . . .

PIERRE HORAY EDITEUR

. . . e na foto agora encontrada

JOGUE NO 1º TIME

ENTRE NA SELEÇÃO DE SUCESSOS

O REI DOS CIGANOS - Ref. 123 - Peter Maas narra sua visão do misterioso mundo cigano e suas tentativas de integração na sociedade. **Cr$ 52,00.**

MORRERAM PELA PÁTRIA - Ref. 127 - Relato da brutal ocupação nazista e a histórica resistência russa. **Cr$ 78,00.**

AMOR E DINHEIRO - Ref. 125 - A importante influência do dinheiro na conquista da felicidade amorosa. **Cr$ 90,00.**

AS TRÊS SEREIAS - Ref. 135 - Uma batalha de idéias, numa crítica impiedosa e altamente documentada às instituições e costumes contemporâneos. **Cr$ 120,00.**

O GARANHÃO - Ref. 212 - Uma história avassaladora que expõe a escandalosa vida íntima de toda uma dinastia americana. **Cr$ 90,00.**

FACES OCULTAS - Ref. - O período crepuscular e a inquieta "paz em no tempo" dos fins da déc de 30 e a paz ainda n inquieta que se seguem França à segunda Gu Mundial. **Cr$ 95,00.**

CAÇA AO AMOR - Ref. 124 - Um livro excitante. Um suicídio. Uma difícil experiência no casamento com um homossexual. **Cr$ 110,00.**

O SOM FÚRIA - Ref. 129 - Uma das obras fundamentais de William Faulkner, e uma das melhores que caracterizam o seu estilo e ideologia. **Cr$ 75,00.**

O GRANDE JOGO - Ref. 233 - Memórias do chefe da orquestra vermelha, organização de espionagem russa. **Cr$ 90,00.**

O SEXO NA ALEMANHA NAZISTA - Ref. 111 - Contada pela 1.ª vez, toda a história das depravações e taras dos homens e mulheres do III Reich. **Cr$ 85,00.**

UMA VÊZ SÓ É POUCO - Ref. 141 - Os problemas do destino humano. Os obscuros impulsos psicológicos. Um livro profundo. Apaixonante. **Cr$ 108,00.**

A INCOMPETÊNCIA SEXU - Ref. 107 - Best-Seller cie fico. Numerosos casais se almente frustrados que p curam as clínicas. **Cr$ 130**

GRANDES CRIMES PASSIONAIS - Ref. 126 - Uma relação dos maiores e mais sensacionais crimes por impulso irresistível, incontrolável. **Cr$ 76,00.**

SOU O MAIOR - Ref. 130 - O grande Mohammad Ali - Cassius Clay - O Campeão dos Campeões. **Cr$ 120,00.**

INTRIGA INTERNACIONAL - Ref. 128 - Chantagem, alta finança internacional, as multinacionais. Serviço Secreto. A violência na Riviera francesa. **Cr$ 78,00.**

O JAPÃO. MONSTRO OU MODELO? - Ref. 112 - Um retrato sem retoques do Japão, que entra na intimidade de sua vida, das suas esperanças. **Cr$ 60,00.**

DE BAR EM BAR - Ref. 139 - Mais de 2.500.000 livros vendidos nos E.U.A. O "best-seller" do ano. **Cr$ 70,00.**

A HISTÓRIA DA LUFTWA - Ref. 131 - Um exaustivo tudo de uma das maio forças militares do mund aviação alemã. **Cr$ 70,00**

PORTUGÁLIA

Os melhores livros dos melhores autores

NÃO ENVIE DINHEIRO AGORA

Faça já seu pedido. Preencha o cupão ao lado, coloque-o em um envelope e remeta-o imediatamente pelo correio para a CAIXA POSTAL 15075 - ZC 06 CEP. 20 000 - RIO DE JANEIRO - RJ.

À **AMD** ASSESSORIA DE MARKETING DIRETO
CAIXA POSTAL 15075 - ZC 06 - CEP 20.000 - RIO DE JANEIRO - RJ.

NOME ....
ENDEREÇO ....
.... TEL. .... CEP ....
BAIRRO .... CIDADE .... EST. ....
Assinatura ....

Ref. 107	Ref. 111	Ref. 112	Ref. 123	Ref. 124	Ref. 125	Ref. 126	Ref. 127	Ref. 128
Ref. 129	Ref. 130	Ref. 131	Ref. 135	Ref. 139	Ref. 141	Ref. 155	Ref. 212	Ref. 233

continuação da página 128

prezam, de conteúdo moralista — inserida nas linhas gerais da literatura de antecipação. Chega o dia em que as máquinas endoidecem, entidades metálicas assumem o poder. Elas se proclamam emissários divinos, governados pela racionalidade pura e, sem recorrer a detenções e violências, resolvem tranqüilamente o problema sucessório. Os homens, instados a princípio a permanecer nas "premissas residenciais" (sic), recomeçarão a vida, mais tarde, nos campos, sob a forma de cooperativas de caça, pesca e agricultura.

Um retorno, portanto, ao paraíso perdido. A fábula de Per Johns reincide em diagnósticos e teses facilmente identificáveis na ficção científica e até mesmo na literatura de imaginação geral: desumanização, mecanização, violência, descrença e, em oposição, o desejo de estruturas mais naturais de vida. Dentro desta temática, o autor oferece certos lances de imaginação própria. Dando mostras de boa cultura, explora alguns mitos. O grande defeito de "A Revolução de Deus" resulta exatamente da linguagem — ou da falta de. Por linguagem entende-se a língua literária, preservada de convencionalismos de expressão e de narração, como também a capacidade de o autor criar, mediante discurso ficcional adequado e denso, mundos e personagens imaginários. Apesar do tom de fábula e das ousadias de imaginação, a estrutura ficcional, neste livro, raras vezes se ergue. Fica, a par da ironia do autor, a denúncia. Mas quantas denúncias desse teor já foram feitas, e com o poder de nos sensibilizarem mais, por estarem transfiguradas pela ficção?

● HÉLIO PÓLVORA

Salta um Proust!

A idéia surgiu no ano passado, quando Roberto Costa, um entusiasmado ex-jornalista de 55 anos, visitou os Estados Unidos e, de dentro de um bar, observou um fenômeno curioso: as livrarias montadas em sistema de *self-service* — semelhante aos dos supermercados e algumas drogarias — viviam lotadas enquanto as convencionais, na vizinhança, permaneciam às moscas. Depois de ter constatado que o fenômeno se repetia na Europa — segunda escala de sua viagem de recreio —, voltou ao Brasil com a convicção de que o comércio tradicional de livros pode ser substituído com vantagens.

Familiarizado com o produto (foi funcionário da Editora Civilização Brasileira) e dono de um espírito criativo (é especialista em bebidas, tendo publicado o "Traçado Geral das Batidas", com centenas de receitas de sua autoria), Roberto Costa não teve dificuldades em recriar, no Rio de Janeiro, o modelo que conheceu no exterior. O Supermercado da Cultura foi inaugurado dia 23 passado na rua da Alfândega, centro carioca, num quarteirão já caracterizado pelo grande número de livrarias. A filosofia básica do supermercado é a de que o livro, embora veículo de cultura, pode ser tratado como simples matéria comercializável.

Crediário ao freguês — Todos os 10 000 livros que cabem na loja são expostos de frente, com títulos bem visíveis. Para tirar maior partido da feição gráfica dos volumes, Costa construiu um sistema de gôndolas, semelhantes às que expõem enlatados nos supermercados comuns. Os melhores lançamentos são destacados por abundante iluminação. Ele estuda ainda a criação de um sistema de crediário "como na venda de eletrodomésticos, em que o freguês é quem fixa o prazo de pagamento".

Em funcionamento há pouco mais de uma semana, o primeiro supermercado de livros do Brasil ainda não apresentou os sinais de vitalidade dos similares estrangeiros. Mas Costa acha isso natural e crê no empreendimento, pautado sobretudo no crescente número de interessados. "Quando abrimos, recebíamos 100 pessoas por dia. Hoje, já são 300."

Os mais vendidos

Ficção	Não-ficção
1 - **Tieta do Agreste,** Jorge Amado (1-7)	1-**Salgando a Terra,** Alencar Furtado (4-3)
2 - **Cabeça de Papel,** Paulo Francis (3-5)	2-**Os Militares no Poder,** Carlos Castello Branco (1-19)
3 - **O Compló,** Irving Wallace (2-7)	3-**Confissões do Exílio - JK,** Osvaldo Orico (3-4)
4 - **Ainda Resta uma Esperança,** J.M.Simmel (4-16)	4-**É Hora de Mudar,** Paulo Brossard (2-14)
5 - **A Casa do Penhasco,** Agatha Christie (5-6)	5-**A Ilha,** Fernando Morais (5-47)
6 - **Galvez, Imperador do Acre,** Márcio Souza (6-21)	6-**1964: O Papel dos EUA no Golpe. . .,**P.R.Parker(6-4)
7 - **Terra Imperial,** Arthur C. Clarke (8-9)	7-**História da Inteligência Brasileira III,** Martins
8 - **A Viúva,** Pierre Rey (7-3)	8-**Discurso aos Democratas,** Roberto Saturnino (9-2)
9 - **Case Comigo,** John Updike (10-1)	9-**Tempo de Mudar,** Severo Gomes (7-15)
10 - **O Quiabo Comunista,** Carlos E.Novaes (9-20)	10-**Confesso que Vivi,** Pablo Neruda (8-33)

Fonte: livrarias Brasiliense, Cultura, Siciliano Augusta, Siciliano D. José e Teixeira (SP); Eldorado Tijuca, Eldorado Copacabana, Entrelivros Largo do Machado e Record (RJ); Lima (RS); Ghignone (PR); Atalaia (MG); Sodiler (DF); Estante/Barra (BA); Editora do Nordeste (PE); Renascença (CE). Os números entre parênteses indicam: a) a colocação do livro na semana anterior; b) há quantas semanas consecutivas o livro aparece na lista. **Obs.:** esta lista não inclui os livros vendidos em banca.

du
m
Reconhecido como
o mais requintado
em cigarros.
BR
120's
du Maurier
120's
du
m
A ORIGINALIDADE É UM MODO DE SER.
Procuro ser original em todos os momentos. Em casa, no trabalho, num
acontecimento social. E até com os carros que coleciono. Cada um tem uma
história, cada um significa lugares, pessoas e fatos totalmente
diferentes. Mas, na verdade, eles completam uma coleção maior, onde estão
todas as coisas que me cercam. Todas elas originais como o meu
cigarro, du Maurier. du Maurier é original no tamanho, na embalagem
e no sabor suave.
QUALIDADE SOUZA CRUZ